UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

PAULO SÉRGIO BARRETO SANTOS

A pesca artesanal de *canoas de boçarda* em Arraial do Cabo (RJ)

São Paulo
2021

PAULO SÉRGIO BARRETO SANTOS

A pesca artesanal de *canoas de boçarda* em Arraial do Cabo (RJ)

Versão Original

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Psicologia Social

Área de concentração: Psicologia Social e do Trabalho

Orientador: Prof. Livre-Docente Alessandro de Oliveira dos Santos

São Paulo

2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na publicação

Biblioteca Dante Moreira Leite

Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Santos, Paulo Sérgio Barreto.

A pesca artesanal de *canoas de boçarda* em Arraial do Cabo (RJ) / Paulo Sérgio Barreto Santos; orientador Alessandro de Oliveira dos Santos. -- São Paulo, 2021.

187 f.

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social) -- Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

1.Enraizamentos 2. Pescadores artesanais 3. Saberes tradicionais 4. Lugares de sabedorias I. Título

Nome: SANTOS, Paulo Sérgio Barreto

Título: A pesca artesanal de *canoas de boçarda* em Arraial do Cabo (RJ).

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Psicologia Social.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Dedico esta tese aos conhecidos amigos, pescadores e mestres sabedores que buscam salvaguardar cada lugares de sabedorias do seu/nosso mundo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a orientação do Prof. Alessandro de Oliveira dos Santos pela oportunidade de construir um saber com autonomia, respeito e independência.

A minha família em especial a minha mãe, irmãs, irmãos, sobrinhos e a minha tia de Sampa. Apesar desses tempos de suspensão e de isolamento social que nos torna arredios, distantes e à deriva.

Ao pessoal da secretaria do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho que sempre foram solícitos e amigáveis. Aos novos amigos e professores do doutorado e a todos os pescadores, mestres sabedores, gestores, cientistas e pesquisadores que me deram alento e sentido à vida. Bem como agradeço as amigas e amigos próximos que sem precisar nomeá-los, os tragos e resguardos em mim e ao longo da tese.

RESUMO

SANTOS, Paulo Sérgio Barreto. **A pesca artesanal de *canoas de boçarda* em Arraial do Cabo (RJ).** 2021. 187 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Departamento de Psicologia Social e do Trabalho, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

Os pescadores tradicionais, artesanais e profissionais de Arraial do Cabo, na Região dos Lagos (RJ), têm consciência que a pesca tradicional se dá pela constância dos *peixes de passagem*, devido ao fenômeno da ressurgência. De forma análoga, metafórica, busco compreender as relações e as interações sociais das sucessivas *comunidades de destino* de pescadores tradicionais *de arrasto de beiras de praia* feito por *canoas de boçarda* (desde a pré-história à contemporaneidade) com suas sabedorias, conhecimentos e saberes-fazeres mediados, *ao longo de uma memória alargada, em camadas subterrâneas*, com *envolvimentos sustentáveis*, sobre a *natureza profunda* e a construção das *paisagens culturais ancestrais* no manejo dos ambientes da restinga e das áreas costeiras e marinhas. A hipótese de tese de doutorado se relaciona aos *lugares de sabedorias* (ou cantos de praias) onde se processam, cotidianamente, saberes-fazeres, sabedorias, conhecimentos e a epistemologia da totalidade. Essa pesquisa social sustenta-se no trabalho de campo, numa abordagem qualitativa, entre diálogos e observações participativas inclusive a partir da revisão bibliográfica de artigos, dissertações, teses e relatórios de pesquisas. Faço o recorte do universo amostral ao envolver 25 (vinte e cinco) participantes com idades entre 35 a 95 anos, sendo que: 5 (cinco) idosos e 20 (vinte) adultos homens e mulheres pescador/as, em entrevistas semiestruturadas, individuais e/ou coletivas, com duração aproximada de 60 (sessenta) minutos. Os depoimentos diretos e os relatos indiretos no texto da tese estão subjacentes as descrições dos territórios, embarcações, petrechos e as artes e modalidades de pesca além dos conceitos, das ideias e dos argumentos reflexivos desta pesquisa que se insurge *desde sempre* enquanto participativa e etnográfica. Não se propõem fazer análises das narrativas mas correlacioná-las com as artes e modalidades de pesca, petrechos, territórios e saberes tradicionais através das mudanças, transformações e resistências de um pequeno grupo de pescadores tradicionais de Arraial do Cabo em contraposição e em resistências aos "desenraizamentos", aos "não reconhecimentos sociais" e as "humilhações sociais" perpassadas pela lógica do capital em Arraial do Cabo e na Região dos Lagos. Os *cantos de praia da pesca tradicional*, compreendidos aqui como *lugares de sabedorias*, podem suscitar propostas de crescimento local com *envolvimento sustentável* além de práticas pedagógicas, inclusivas e de autonomia, ao objetivar a salvaguardar o patrimônio cultural e natural e os bens culturais materiais e imateriais nos territórios tradicionais da pesca relacionados aos *arrastos de beiras de praia* feito por *canoas de boçarda* na cidade.

Palavras-chave: Enraizamentos. Pescadores Artesanais. Saberes Tradicionais. Lugares de Sabedorias.

ABSTRACT

SANTOS, Paulo Sérgio Barreto. **The Artisanal fishing of *boçarda canoes* in Arraial do Cabo (RJ).** 2021. 187 f. Thesis (Doctorate in Social Psychology) - Institute of Psychology, Department of Social and Work Psychology, University of São Paulo, São Paulo, 2021.

Traditional, artisanal and professional fishermen from Arraial do Cabo in the Região dos Lagos (RJ) are aware that traditional fishing occurs due to the *passing fish* constancy, related to the resurgence phenomenon. In an analogous and metaphorical way, I seek to understand the relationships and social interactions between successive *destination communities* of *boçarda canoes* traditional fishermen (from prehistory to contemporary) including their wisdom, knowledge and know-how, *along an extended memory* (*in underground layers*) with *sustainable involvement*, about the *deep nature* and the construction of *ancestral cultural landscapes* in the management of restinga environments and coastal and marine areas. The doctoral thesis hypothesis is related to the *places of wisdom* (or corners of beaches) where know-how, wisdom, knowledge and the epistemology of totality are processed on a daily basis.This social research is based on fieldwork, using a qualitative approach, between dialogues and participatory observations, including bibliographic review of articles, dissertations, theses and research reports. A sample of the studied population was made by involving 25 (twenty-five) participants aged between 35 and 95 years, with: 5 (five) elderly and 20 (twenty) adult men and women (all fishermen), using individual and / or group semi-structured interviews with an approximate duration of 60 (sixty) minutes. The direct testimonies and the indirect reports in the thesis text underlie the descriptions of the territories, boats, tools and fishing gear and modalities, futher to the concepts, ideas and reflective arguments of this work that *has always* rise up as participatory and ethnographic research. It is not proposed to make analyzes of the narratives but to correlate them with the fishing arts and modalities, tools, territories and traditional knowledge through the changes transformations and resistance of a small group of traditional fishermen of Arraial do Cabo in contrast and in resistance to "uprooting", "non-social recognition" and "social humiliation" pervaded by the logic of capital in Arraial do Cabo and in the Região dos Lagos. *The beach corners of traditional fishing*, understood here as *places of wisdom*, can raise proposals for local growth with sustainable involvement, and inclusive and autonomous pedagogical practices, aiming to safeguard cultural and natural heritage and material and immaterial cultural assets in the traditional fishing territories related to the *dragging of beach borders* by *boçarda canoes* in the city.

Keywords: Rooting. Artisanal Fishermen. Traditional Knowledge. Places of Wisdom.

Por isso, escrevo. Para esquecer.

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO 13

2. OBJETIVO GERAL 23

3. MÉTODO 24

4. REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL 28

4.1 Tradição, memória e enraizamento 35

4.2 Comunidades e saberes tradicionais 44

4.3 Comunidades tradicionais pesqueiras 50

4.4 Os saberes tradicionais locais 56

5. A ARQUEOLOGIA DOS SABERES TRADICIONAIS 63

5.1. As paisagens arqueológicas e os primórdios da pesca local 66

5.2. A arqueologia dos saberes tradicionais 70

6. O CONTEXTO HISTÓRICO E CONTEMPORÂNEO 81

6.1. As "praias de pescarias" 85

6.2. Os "núcleos ou centros pesqueiros" 89

6.3. "Modelos" de crescimento urbano 92

6.4. Cidades "fantasmagóricas" 99

7. AS CANOAS DE BOÇARDA 110

7.1. A pesca de arrasto de beira de praia 115

7.2. Os mestres carpinteiros navais 118

7.3. O *dia da vez* ou *trato da vez* 120

7.4. As inúmeras *canoas de boçarda* de Arraial do Cabo 124

8. AS PAISAGENS CULTURAIS ANCESTRAIS 131

8.1. Os territórios da pesca 137

8.2. A Praia do Pontal 144

9. LIÇÕES APRENDIDAS 154

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS 166

REFERÊNCIAS

GLOSSÁRIO

MAPA 1 - A Região dos Lagos com a delimitação da área da RESEXMar AC/ICMbio, Arraial do Cabo (RJ) 62

ILUSTRAÇÃO 1 - Partes e funções da *canoa de boçarda* 114

TABELA 1 - População flutuante de turistas 101

TABELA 2 - *Dia da vez* ou *trato da vez* das *canoas de boçarda*, da Praia Grande, até a década de 1980 121

TABELA 3 - Tipologias de embarcações e números prováveis de pescadores por praias, entre 1991-1992 125

TABELA 4 - Nomes das *canoas de boçarda* e *canoas de redinha de lula*, por praias, entre 1991-1992 127

TABELA 5 - As marcas de pescaria da Praia do Pontal 150

FIGURA 1 - A canoa grande de arrasto de beira de praia (ou *canoa de boçarda*), na Praia do Pontal - Ano: 2010 23

FIGURA 2 - Pesca de arrasto de beira de praia na Praia Grande – Anos 1950 78

FIGURA 3 - Porto das canoas da Praia Grande ("Buraco das pulgas") – Anos 1950 79

FIGURA 4 - Porto das canoas da Praia Grande ("Salga de peixe") – Anos 1950. 79

FIGURA 5 - Porto das canoas da Praia Grande (com "residência") – Anos 1940 80

FIGURA 6 - Pescador confeccionando petrecho (ou apetrecho) na Praia Grande – Anos 1950 80

FIGURA 7 - Porto das canoas e os paióis dos pescadores da Praia do Pontal - Ano: 2009 106

FIGURA 8 - Porto das canoas e a rede de arrasto da Praia do Pontal - Ano: 2015 106

FIGURA 9 - Porto das canoas na Praia da Prainha - Ano: 2020 107

FIGURA 10 - *Canoa de boçarda* com asa e com os seus petrechos da pesca - Ano: 2020 107

FIGURA 11 - Porto das canoas na Praia Grande - Ano: 2020 108

FIGURA 12 - Algumas embarcações nas rampas das canoas da Praia Grande - Ano: 2020 108

FIGURA 13 - Porto das canoas da Praia dos Anjos - Ano: 2020 109

FIGURA 14 - Porto das canoas da Praia dos Anjos e ao fundo a Ilha do Farol (ou do Cabo) - Ano: 2020 109

FIGURA 15 - Limpando a rede da pesca no porto das canoas da Praia do Pontal - Ano: 2019..... 130

FIGURA 16 - O Morro do Miranda e o "Caminho dos burros", na Praia do Pontal - Ano: 2019..... 141

FIGURA 17 - Vista do território da pesca da Praia do Pontal ("Morro do Miranda") - Ano: 2019 141

FIGURA 18 - Vista da Ilha do Pontal e do território da pesca da Praia do Pontal - Ano: 2019..... 142

FIGURA 19 - Os paióis dos pescadores e as *canoas de boçarda* da Praia do Pontal - Ano: 2019..... 142

FIGURA 20 - As quatro canoas/companhas da Praia do Pontal - Ano: 2019 143

FIGURA 21 - O porto das canoas da Praia do Pontal - Ano: 2019 143

FIGURA 22 - A canoa grande de arrasto de beira de praia (ou *canoa de boçarda*), na Praia Pontal - Ano: 2010 163

FIGURA 23 - Arrasto de beira de praia nas proximidades do bairro do Foguete na divisa de Cabo Frio com Arraial do Cabo - Ano: 2013..... 164

FIGURA 24 - Arrasto de beira de praia no pesqueiro denominado de "porto das canoas" na Praia do Pontal - Ano: 2013..... 165

FIGURA 25 - Arrasto de beira de praia nas proximidades do pesqueiro denominado de "Leôncio" na Praia do Pontal - Ano: 2016 165

FIGURA 26 - Arrasto de beira de praia nas proximidades do pesqueiro denominado de "Leôncio" na Praia do Pontal - Ano: 2016 165

FIGURA 27 - Companheiros da pesca recolhendo peixes da rede de arrasto na Praia do Pontal - Ano: 2016 173

1. APRESENTAÇÃO

> Segundo Jacques Loew (*Journal d´une mission ouvrière, Paris, Ed. Du Cert, 1959*), é preciso que se forme uma comunidade de destino para que se alcance a compreensão plena de uma dada condição humana. Este conceito, que nós retrabalhamos para trazê-lo à Psicologia Social, já exclui, pela sua própria enunciação, as visitas ocasionais ou estágios temporários no *locus* de pesquisa. Significa sofrer de maneira irreversível, sem possibilidade de retorno à antiga condição, o destino dos sujeitos observados. (Bosi, 2003, p. 152).

O termo *comunidade de destino*, citado pela psicóloga social Ecléia Bosi, advém das preocupações de Jacques Loew quanto às práticas de pesquisa social em comunidades e com grupos sociais, a partir das situações enunciadas pela temporalidade do trabalho de campo e pelo procedimento da observação participante. Essa é uma das opções, entre tantas outras escolhas, possíveis ao se fazer pesquisa social participativa nos deslocamentos existenciais, intersubjetivos e de enraizamentos comprometidos como projetos de vida.

Depois de quase um ano mudando de endereços em Cabo Frio, instalo-me por um longo período no bairro chamado Foguete, próximo à Lagoa da Barra Nova, na divisa de Cabo Frio com Arraial do Cabo. Minha inserção junto aos pescadores da *pesca de arrasto de beira de praia* deu-se num final de tarde de setembro de 2008, quando conheci o pescador Paulo da Vila e seu filho pré-adolescente com um puçá na mão à cata de siri e andando pela beira da Praia do Pontal, em Arraial do Cabo. E vi, pela primeira vez, aqueles paióis e aquelas canoas grande ou *canoas de boçarda* (ou *bordada* ou de um *tronco só*) que teriam (e têm) uma importância fundante na minha trajetória de vida e de pesquisa social na Região dos Lagos.

Aprendi aos poucos - durante estes anos de vivência, de experiência e de convivência com os pescadores tradicionais de *canoas de boçarda*, da Praia do Pontal ou *guardiões da tradição* de Arraial do Cabo e também dos da Região dos Lagos (RJ) - que o *estar junto com* é saber ouvir, ver, respeitar, silenciar, observar e participar não só com a nossa corporeidade (ao se *usar as mãos*) para se obter ganhos cognitivos de maneira objetiva, compreensiva, recíproca e reflexiva nos atos constantes de se fazer pesquisa social participativa.

Diante das interações e das relações sociais com os mesmos, o trabalho de pesquisa social participativa, com trabalho de campo qualitativo, traduz-se pela etnografia, observação, mediação e interpretação densa a partir das construções e das reflexões das práticas sociais e culturais corriqueiras na aquisição de *sabedorias* marcadas pelo signo da *confiança*. Essa noção

(*a da confiança*) é o que define minha inserção e meu envolvimento recíproco, com aberturas, juntos aos pescadores tradicionais de *canoas de boçarda* de Arraial do Cabo e região.

Sucessivamente, comecei a frequentar os paióis dos pescadores da Praia do Pontal mais ainda, devido às consultorias junto a ONGs, órgãos públicos e universidades públicas durante os primeiros anos de trabalho na região, até empreender um caminho *solo* de pesquisador social como intérprete, mediador e articulador para a salvaguarda do patrimônio da pesca junto a alguns pescadores tradicionais de *canoas de boçarda*. Evitava, desde sempre, as instituições ditas representativas dos pescadores de Arraial do Cabo e região, embora sempre mantivesse diálogos com alguns dos seus membros e representantes. Vivenciei alguns momentos incríveis de felicidade, apesar das extremas dificuldades financeiras e de viver numa região destituída de mercado de trabalho formal para cientistas sociais e outras categorias profissionais. Mas, mesmo assim, tive o privilégio de conhecer os lugares de pesca na Região dos Lagos e de poder entrevistar e aplicar questionários às várias pessoas envolvidas com o universo da pesca tradicional. Minhas aproximações com as comunidades de pesca da Região dos Lagos deu-se, no primeiro momento, através das evitações, das distâncias e dos desinteresses sociais.

Os pescadores tradicionais, na época, já estavam calejados com tantos outros *pesquisadores de passagem*, das ciências sociais e naturais, que vinham, coletavam e extraiam seus saberes e conhecimentos sem sequer devolver os resultados das pesquisas ou ao menos voltar às comunidades de pesca para, minimamente, compartilhar os textos ou diagnósticos. Estas produções acadêmicas (ou institucionais) dos centros de ensino e de pesquisa, de origens alheias e distantes, dos *pesquisadores de passagem* sequer atendiam (ou atendem) algumas das demandas dos coletivos dos pescadores. Por *pesquisadores de passagem* me refiro aqueles que constroem seu *objeto* de pesquisa em *mão única* ao coisificar e reificar *o outro* (as alteridades dos pescadores, com suas artes e modalidades de pesca e seus territórios pesqueiros) numa perspectiva alheia, objetivada, extrativista e colonial. Inclusive são raros os textos, artigos, dissertações e teses (ou mesmo os materiais gravados ou filmados) que estão disponíveis nas cidades da Região dos Lagos.

Meus comportamentos e presenças, entre os pescadores, eram avaliados quase sempre junto à companha do Vica (que faleceu, em 04 de janeiro de 2014) e, posteriormente, com a companha do Moacyr e os companheiros da *pesca de arrasto*, os quais me deram a *liberdade* de inquirir, observar e participar, e até de me ausentar por diversos períodos, embora, ao longo desses anos, o *estar junto com* fosse a tônica dos envolvimentos, dos diálogos e dos comprometimentos sociais. Os pescadores do Pontal, aos poucos, revelavam-me as redes de

relações sociais, de parentesco e de compadrio numa construção dos laços, vínculos e pertencimentos frente aos outros espaços, territórios, lugares, pedaços e *cantos de praias da pesca tradicional*. Eles me faziam compreender (sempre com surpresas!) certa correspondência e unicidade ancestral, familiar e de parentesco e de origens sociais comuns frente às sucessivas comunidades de pescadores.

Eu participava das conversas de alguns pescadores mais chegados, nos quintais e nas salas das casas, entre lanches, almoços, jantares e festas. Eu transitava, sendo aquele pesquisador social que vinha com as demandas e que buscava atendê-las. Houve várias ações neste sentido! Em retrospectiva, o marco dessas articulações inicia-se em 2010, no momento em que a prefeitura local realizava obras na orla da Praia Grande, criando embaraços, constrangimentos e transtornos operacionais na área do estaleiro naval do Chonca e no local de encontro dos antigos pescadores e moradores, designado como *Banco do pau dos velhos* ou *Banco do pau mole* (homens de idade avançada ou não). Neste período consegui formular os argumentos para que o mesmo recebesse o prêmio do edital "Mestres e Grupos das Culturas Populares", da Secretaria do Estado da Cultura do Rio de Janeiro (chamada pública nº 027/2010), por ele transmitir, informalmente, seu saber-fazer reformas de *canoas de boçarda* para pescadores e moradores.

Somente em 2015 a Prefeitura fez as obras de alvenaria do paiol do Chonca, com duas salas e banheiro. Uma das salas, em setembro de 2016, foi transformada no pequeno Museu/Sala Expositiva Mestre Chonca. Até o presente momento não houve ampliação dos espaços do museu - conforme proposta e memorial descritivo que eu concebi -, com projeto arquitetônico com custos e orçamentos definido pela Secretaria de Obras da gestão de Arraial do Cabo (Processo nº 1020/18, de fevereiro de 2018).

A vivência na região também me revelava as artes e modalidades de pesca, com os seus petrechos, embarcações e territórios distintos. Fundamentalmente no participar observando a pesca tradicional de *canoas de boçarda,* inclusive ao *usar as mãos* - nos momentos dos *cercos da pesca de arrasto* e nos escritos dos projetos -, que davam suportes ao meu caminhar no *estar junto com* os pescadores tradicionais. Fui *projetista* (como disse certa vez o Chonca!), isto é, aquele que faz projetos e que busca organizar grupos de pescadores para que haja o reconhecimento social, visibilidade e autonomia de seus saberes-fazeres e de suas sabedorias nos seus espaços, territórios, lugares, pedaços e *cantos de praia da pesca tradicional*.

Isso vem desde sempre... Na pesca de *arrasto de praia* com *canoas de boçarda*, eu recusava qualquer doação de peixe por parte dos donos e até mesmo pelo pescadores das companhas, em troca por ter ajudado e participado da *puxada de rede* ou do *arrasto de praia* (como é de costume, entre moradores e turistas); ou mesmo, em eu ter recolhido os peixes da rede ou aqueles peixes que se debatiam na beira da praia. Eu ajudava a colocá-los nas caixas fechadas ou vazadas, que suportavam até 20 quilos de peixes. Depois de empilhadas as caixas e postas no transporte, os moradores e turistas oportunistas se recolhiam com seus pequenos *prêmios* aos seus lugares de lazer e de banhos próximos aos quiosques com cadeiras, mesas e cangas na areia, à beira da praia, geralmente em frente às áreas de embarques/desembarques das *canoas de boçarda*. Os peixes doados como de costume pelos pescadores eram para aquelas pessoas que ajudavam no *puxar da rede*. Às vezes os mesmos eram surrupiados pelos moradores e turistas, inclusive com suas constantes *selfies*.

O trabalho moroso e cansativo ficava mesmo para os pescadores da companha do *dia da vez*: desatar os nós e as tramas enroladas da rede e pôr sobre a canoa, enquanto outros pescadores recolhiam, ao mesmo tempo, os cabos e petrechos da pesca dispersos na beira da praia. Antes de recolher a rede para a canoa, a mesma é deslocada para a água à beira da praia para se retirar o excesso de areia e resíduos. Em pé, em cima da canoa, encalhada na praia, três pescadores (geralmente o chumbeiro e o corticeiro ou qualquer outro pescador), em paralelo entre o paineiro do mestre da canoa e o banco do meio, recolhem a rede, quase limpa, fazendo um movimento harmonioso e com pequenas pausas para retirar os resíduos advindos da *pesca de arrasto*. É necessário um esclarecimento: a etimologia da palavra *companha* deriva de companhia ou companheiros e significa, também, agremiação de pescadores (Ferreira: 2014).

Todos estes momentos eu vivenciava juntos aos sons do mar e do bater das ondas à beira de praias, com gaivotas em alvoroço, alucinadas, em voos em queda livre para pegar os peixes distraídos na areia da praia. Nesta balbúrdia, em transe, da natureza e de gentes com seus sons, falas, gritos e gestos, se constitui o clímax da organização social da *pesca de arrasto* de praia feita por *canoas de boçarda*. Meu prazer, era o de vivenciar as alteridades em coisinhas comedidas como puxar a rede de arrasto e participar do burburinho, da gritaria, dos encantamentos e dos desencantamentos quando o copio (parte final da rede, em formato de saco alongado) chegava à beira da praia com ou sem os *peixes de passagem*...

Nos meus anos iniciais na região dei aula numa pós-graduação por pouco tempo, numa universidade particular, e enveredei como pesquisador social na realização, concepção e montagem de exposições e "pequenos museus" na Região dos Lagos. Em 2009, durante um

período, em pequenas estadias, fui contratado pela gestora do Parque Estadual de Campos do Jordão (SP) para realizar pesquisa social e fazer a concepção, curadoria, organização e montagem do "Centro de Visitante Turístico e Ambiental" desta unidade de conservação. Em 2010 fiz consultoria para um condomínio do Pontal do Atalaia, em Arraial do Cabo, com a proposição de criar o "Ecomuseu do Pontal do Atalaia", protocolado no INEA - Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro - RJ.

Em 2010 conceituei o "Museu do Sal", junto ao proprietário paulista, de uma empresa salineira de Cabo Frio, com sua "parente" psicóloga de São Paulo. A proposta conceitual envolvia a recuperação de uma antiga barcaça de sal e tinha como proposição nortear a ideia de "sal, saúde e sabor" ao envolver a sede de Cabo Frio e uma área de salina, quase abandonada, em São Pedro d'Aldeia. Elaborei junto ao gestor do Escritório Técnico da Região dos Lagos/Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional (ETRL/IPHAN) quais acervos e equipamentos poderíamos obter para a implantação do Museu do Sal. Além disso, fiz a proposição do "Ecomuseu Pescador da Restinga", em edital público, em 2012, junto com pesquisadores do Instituto de Pesquisas do Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ). Fora o "Centro de Visitante", todas as outras ações não se realizaram.

Minhas inserções eram múltiplas nas várias comunidades de pesca, de quilombolas e de moradores para atender aos objetivos das consultorias de curta duração em Arraial do Cabo, Armação dos Búzios e Cabo Frio, entre os anos de 2009 a 2013. Minha primeira consultoria deu-se em 2009, em Arraial do Cabo, no projeto organizado por uma universidade pública do Rio de Janeiro, de renome, com os pescadores e moradores de Arraial do Cabo. E, entre 2011-2012, a partir de uma ONG, solicitada por uma petrolífera para produzir diagnósticos, cursos e roteiros em TBC (Turismo de Base Comunitária) envolvendo dezenas de pessoas nas comunidades da pesca, de moradores e do *trade* turístico de Arraial do Cabo, Armação dos Búzios e Cabo Frio.

Atuei como relator das oficinas do Acordo de Gestão da RESEXMar AC/ICMbio (Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo/ Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), entre 2012-2013, junto com as analistas ambientais deste órgão, ao envolver 700 pescadores artesanais entre as várias comunidades de pescadores tradicionais, artesanais e profissionais de Arraial do Cabo. Entre 2013 a 2015, numa articulação entre o ETRL/IPHAN e a gestão da RESEXMar AC/ICMbio, ocorreu a reforma da *canoa de boçarda*, chamada *Veada*, realizada pelo Chonca com aprendizes. O trabalho resultou em 35 (trinta e cinco) horas de documentação audiovisual (produzi muito mais horas!) acordadas com o ETRL/IPHAN.

Apesar de todos os esforços, os cupins e as formigas destroçaram a *canoa de boçarda* reformada. Também documentei as "oficinas de miniatura de canoas de boçarda" no estaleiro do Chonca com mulheres, alunos, moradores e filhos de pescadores da cidade.

Como professor substituto da disciplina de Sociologia do IFRJ (*campus* Arraial do Cabo) e diretor de cultura de Arraial do Cabo (2014-2015), atuei na organização das oficinas tradicionais (em particular, na indicação dos mestres sabedores da cultura popular para as oficinas de miniatura de canoas, biojoias, filetagem de peixes, entre outras.) no escopo do Programa Mulheres Mil e montei, neste período, a sala expositiva dos Mestres Sabedores da Cultura Popular no espaço alugado, pela Superintendência de Cultura, no bairro da Praia dos Anjos. Entre 2014-2015 fiz uma tentativa frustrada de organizar a cooperativa de mulheres da pesca, na Praia Grande, antes e após a obtenção do CNPJ. E, junto à gestão da RESEXMar AC/ICMBio, na conquista cidadã, foram realizadas as obras de alvenaria do paiol do Chonca enquanto compensação pelos constrangimentos sociais causados pela gestão à época da prefeitura de Arraial do Cabo na construção do mirante da Praia Grande. Posteriormente, essa mesma gestão, coloca a estátua de uma atriz na área onde havia *desde sempre* o paiol da associação dos pescadores e o *Banco do pau dos velhos* ou *Banco do pau mole*.

Entre 2015-2016 fiz o registro, com documentação audiovisual, desde o alicerce até a constituição do prédio de alvenaria e a concepção, montagem e idealização do acervo do Museu Escola Naval/Sala Expositiva Mestre Chonca. Entre 2014 para 2015 saíram os resultados do edital de ampliação da Rede de Pontos de Cultura do Programa Cultura Viva no Estado do Rio de Janeiro (chamada pública nº. 04/2014), em que foram contemplados meus dois projetos "Quilombo em evidência" (Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo da Rasa, em Armação dos Búzios) e o das "Oficinas de transmissão do saber-fazer: reformas de canoas de boçarda", em Arraial do Cabo, representado por uma entidade de pesca por não termos CNPJ. Ambos os projetos não avançaram. Entre os vários motivos estão a crise financeira e seu aprofundamento político a partir de 2016, fora a desistência do projeto de Arraial do Cabo encaminhado por mim em documento à Secretaria Estadual de Cultura. No caso da entidade Quilombola da Rasa, neste período, devido à suspensão da verba dos Pontos de Cultura e das sucessivas mudanças de calendários na entrega de documentação, por parte da Secretaria Estadual e da entidade quilombola. Essa situação onerava a entidade quilombola com perdas de prazos quanto à documentação atualizada em cartório e no fórum de Armação dos Búzios. Recentemente, entre 2018-2019, organizei as "Oficinas de miniatura de canoas de boçarda" e o "Circuito dos mestres sabedores da cultura popular" de Arraial do Cabo.

Desde 2012 até hoje venho constituindo o “Circuito dos mestres sabedores da cultura popular” com a criação de várias salas expositivas nas residências, nos paióis, nos ateliês e nos coletivos de pescadores, em particular em Arraial do Cabo. Na II Semana Fluminense do Patrimônio, em agosto de 2012, com apoio do PNUD/ICMBio/RESEXMar AC, ocorreu, na Região dos Lagos, o primeiro encontro dos Mestres Sabedores da Cultura Popular (pescadores, quilombolas, rezadeiras, contadores, memorialistas, restingueiros, foliões e artesãos), apresentado originariamente a partir desta data e executado em vários formatos expositivos. Este encontro foi o marco regional para os distintos mestres sabedores (pescadores, quilombolas, maricultores, rezadeiras, memorialistas, rendeiras, artesãos, trabalhadores do sal, seresteiros e membros de folguedos) ao subsidiar as políticas públicas em educação patrimonial, interpretação do patrimônio e em educação ambiental para as instituições culturais e de ensino das cidades de Arraial do Cabo (AC), Cabo Frio (CF), Armação dos Búzios (BZ) e São Pedro da Aldeia (SPA). Em formato de narrativas e depoimentos, os distintos mestres sabedores estabeleceram, à época, com o público local e regional, e, em particular, com os estudantes, professores, moradores, visitantes, turistas e interessados, trocas de conhecimentos com os detentores dos saberes tradicionais.

Nesta mesma Semana, montei a exposição itinerante sobre os mestres sabedores nas cidades, acima, referidas, e os mesmos, receberam cópias dos banners, em PVC, com textos concisos e com imagens aludindo sobre os seus saberes-fazeres. Em sintonia com a proposição de uma estratégia interpretativa, reflexiva, dialógica e descentralizada na Região dos Lagos. Em 2014 organizei, em Arraial do Cabo, a Sala Expositiva dos Mestres Sabedores da Cultura Popular em equipamento público municipal. Em 2017, em Cabo Frio, na VII Semana Fluminense do Patrimônio, houve a exposição de banner, de miniaturas de canoas e apresentação oral dos mestres sabedores Arino da Silva, Harildo Francisco e Wilson Luiz da Silva (Chonca). Na IX Semana Fluminense do Patrimônio fiz, em Nova Friburgo, a primeira oficina presencial do “Circuito dos mestres sabedores da cultura popular”.

No início de dezembro de 2019, no IFRJ, eu e a socióloga Jullia Turrini abrimos os debates em cima do documento que escrevi “O Museu que queremos” juntos aos pescadores, professores e moradores locais para a ampliação dos espaços do museu. A crise sanitária e econômica alterou os rumos da obra do museu que se iniciaria no ano de 2020. Desde meados de 2020 - organizado por mim e pela professora ecóloga Ana Paula da Silva, do IFRJ - vem ocorrendo a “Live das Quintas” do “Circuito dos mestres sabedores da cultura popular” com a participação dos distintos mestres. A primeira Live contou com a participação da Dona Vena

(Centro Espirita São José do Congo); Harildo (Paiol dos Pescadores da Praia da Prainha) e Cleuzinha (Cooperativa das Mulheres Sol, Salga e Arte). A segunda Live, também, em junho, foi com o Show (Ateliê Polvo do Mar) e o Ronaldinho Fialho (Ateliê de Cultura e Turismo), a terceira Live foi com o Mestre Chonca e com a etnobotânica Viviane Kruel (JBRJ) e, ainda, a Live do pescador Moacyr (Paiol da Praia do Pontal) com a mediação da bióloga Nicky van Luijk. E, a partir de novembro de 2020 a janeiro de 2021, na X Semana Fluminense do Patrimônio, fiz "Lives" públicas sobre as oficinas do "Circuito" para interessados das regiões dos Lagos, Maricá e Serrana.

Essas ações implicam no *estar junto com* ao registrar as histórias de vida, as histórias orais e a produção conjunta de textos, de imagens e de mídias, ao longo dos anos, em formatos de exposições e na organização dos espaços de moradia, paióis e dos coletivos de indivíduos e grupos sociais. Seja na produção de relatório institucional, solicitado pelo ICMbio, em 2015, para a salvaguarda do patrimônio material e imaterial do território da pesca da Praia do Pontal, frente às demandas do MPF (Ministério Público Federal) para as proposições do TAUS (Termo de Ajuste de Uso Sustentável) da Praia do Pontal. A gestão da RESEXMar AC/ICMBio, à época, encaminhou meu documento, solicitado pela gestora do órgão, *Relatório sobre o Patrimônio Imaterial e a Chancela da Paisagem Cultural no território da pesca tradicional da Praia do Pontal, na Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo – RJ*, ao MPF (Ministério Público Federal). Este documento baliza a defesa do território da pesca, a Chancela da Paisagem Cultural da Praia do Pontal e a salvaguarda do patrimônio material e imaterial da pesca tradicional realizada por *canoas de boçarda* de Arraial do Cabo. O mesmo fora encaminhado ao IPHAN-DF, em 2016, dando origem ao processo nº. 01450.003686/2016-21 para a análise da salvaguarda da pesca de arrasto, feita por *canoas de boçarda* da cidade. E, até hoje, encontra-se no SEI IPHAN-RJ sem respostas quanto à salvaguarda do patrimônio material e imaterial.

Estas foram as bases pretéritas antes de ingressar no doutorado. Era necessário o tempo das vivências, das experiências e da maturidade intelectual para se fazer o recorte da tese. Quando se chega de *paraquedas* numa comunidade, imbuído de teorias e conceitos, a realidade social e os contextos de vida dos pescadores tradicional imprimem outras questões, abordagens e *incertezas*. Faz-se necessário o tempo das vivências, das experiências e das participações para que as questões e as preocupações de fundo emergissem em rupturas e, em construção, no *estar junto com* através dos envolvimentos, dos diálogos e dos compromissos. Assim, deu-se minha inserção e envolvimento com os pescadores tradicionais, membros de algumas das poucas *companhas da pesca de arrasto de canoas de boçarda* que resistem em Arraial do Cabo.

Neste sentido, a tese inclui uma série de documentos, relatórios, artigos com o diapasão de pensar e refletir sobre os saberes tradicionais. Enquanto profissional autônomo essas escolhas, até então, davam-se numa *carreira solo* sem os resguardos institucionais. Meu ingresso no Instituto de Psicologia Social/Departamento de Psicologia Social e do Trabalho da USP deu-se em 2016 para 2017 por uma necessidade de revigorar, esclarecer e possibilitar aportes conceituais e metodológicos que incidissem na compreensão mais holística, relacional e substantiva da atividade da pesca tradicional em Arraial do Cabo (RJ). De 2017 a 2019 vivi em trânsito no período letivo entre Cabo Frio, Rio de Janeiro e São Paulo. Eram duas noites dentro de um ônibus, em um bate-volta cansativo. Foi o período de suspensão das relações cotidianas com os pescadores e moradores de Arraial do Cabo e região, apesar de sempre está fazendo pesquisa *junto com* eles. A partir do segundo semestre de 2018 até o ano de 2019, as disciplinas cursadas no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho foram os *esteios* conceituais que deram sustentos, coerências e tonalidades às minhas reflexões.

A experiência do doutoramento foi o espaço científico institucional dos dialógicos, das leituras, das reflexões, das rupturas e dos reconhecimentos sociais fundantes, necessários e aglutinadores que dão sentidos e significados aos conceitos, aos objetivos e aos métodos associados à radicalidade na defesa, na salvaguarda e no envolvimento junto à *comunidade de destino* com seu patrimônio cultural e natural, e bens culturais materiais e imateriais que envolvem as *canoas de boçarda* e a *pesca de arrasto à beira de praia*.

Neste sentido, construo uma perspectiva de análise, nos capítulos da tese de doutorado sobre a pesca tradicional, ao trazer textos de áreas correlatas oriundos dos estudos dos sítios arqueológicos (dos povos dos sambaquis e ameríndios); desde os tempos históricos distintos (dos tupinambás que, aqui, são chamados de tamoios) e da constituição dos arraias, vilas e núcleos de pescadores; da comercialização, salga de peixes e das pescarias realizadas por *canoas de boçarda* paralelamente ao advento, após os anos de 1950, da industrialização, urbanização e *turistificação*. O que proponho, nos capítulos da tese de doutorado, é demarcar minha inserção no *estar junto com à comunidade de destino* de pescadores tradicionais.

A reflexão da presente tese é sobre sabedorias, conhecimentos, saberes tradicionais, saberes-fazeres com foco na epistemologia da totalidade, dentro de alguns parâmetros conceituais: o *primeiro* é a questão dos vínculos, dos enraizamentos e dos pertencimentos e afetos a uma *comunidade de destino* e, por conseguinte, a um lugar ou território tradicional da pesca. Significa assumir os conceitos formulados por Simone Weil, especificamente o par

enraizamento e desenraizamento. Este último, como sugere a autora, é uma *doença coletiva a mais perigosa* para quaisquer grupos sociais.

O s*egundo* aporte advém dos conceitos de memória social e coletiva, explicitados por Éclea Bosi a partir das categorias de "espaços de memória" e mesmo "lugares de memória" (Pierre Nora), além de proposições encontradas nas obras de Walter Benjamin e Maurice Holbwachs, bem como a partir do conceito de reconhecimento social em Axel Honneth e de humilhação social de José Moura Gonçalves Filho. O *terceiro* campo conceitual é o da percepção sobre a *noção de tradição e de guardiões da tradição* como elaborado pelo Anthony Giddens, Gerd Bornheim e Marshall Sahlins etc. Em particular, aqueles cientistas sociais que definem os *saberes tradicionais* e *populações tradicionais* advindos dos textos de Antonio Carlos Diegues, Carlos Rodrigues Brandão, Manuela Carneiro da Cunha, Lucia Helena de Oliveira e José de Souza Martins, entre outros.

Em particular, minha hipótese de tese de doutorado se relaciona com a noção de *cantos de praia da pescaria tradicional* para além da conceituação de espaços ou dos lugares de memórias. Estes são *lugares de sabedorias* onde se processam, cotidianamente, saberes-fazeres, sabedorias, conhecimentos e a epistemologia da totalidade. Além disso, busco compreender as relações e as interações sociais das sucessivas comunidades de pescadores tradicionais (desde a pré-história à contemporaneidade) com suas sabedorias, conhecimentos e saberes-fazeres mediados, ao longo de uma *memória alargada*, *em camadas subterrâneas*, com envolvimentos com a *natureza profunda* e com a construção das *paisagens culturais ancestrais* no manejo dos ambientes da restinga e das áreas costeiras e marinhas.

2. OBJETIVO GERAL

Conhecer, descrever e sistematizar a atividade da *pesca de arrasto de beira de praia* dos pescadores de *canoas de boçarda* de Arraial do Cabo, na Região dos Lagos (RJ).

FIGURA 1

A canoa grande de arrasto de beira de praia (ou *canoa de boçarda*), na Praia do Pontal - Ano: 2010.

Figura 1 - A canoa grande de arrasto de beira de praia (*ou canoa de boçarda*) e ao fundo a Ilha do Pontal (na Praia do Pontal). Numa *companha* trabalham, geralmente, nove pescadores. Destes, quatro pescadores, sequencialmente, remam na proa, contraproa, contrarré e ré e outros dois pescadores (chumbeiro e corticeiro) jogam a rede ao mar além do mestre da canoa que fica em cima da patilha da popa para guiar a embarcação. Em terra ficam mais dois pescadores: o cabeiro de beira de praia que recebe a linha de boia para amarrar os cabos da rede de pescar e do alto dos combros, dunas ou morros fica o mestre vigia que localiza e interpreta, em gestos, o deslocamento das mantas ou cardumes de peixes em Arraial do Cabo - Ano: 2010. **Acervo**: Do autor.

3. MÉTODO

Essa pesquisa participante e etnográfica se propõe a abordar as questões e reflexões básicas a partir da revisão bibliográfica de artigos, dissertações, teses e relatórios de pesquisas (que consegui obter, mas que não se esgotam neste meu trabalho) correlacionados com as mudanças, transformações e resistências de um pequeno grupo de pescadores tradicionais voltados as atividades da *pesca de arrasto de beira de praia de canoas de boçarda* de Arraial do Cabo, na Região dos Lagos (RJ). Busquei fontes secundárias como os dados demográficos, estatísticas pesqueiras e cadastros de beneficiários da pesca, além de relatórios de pesquisas institucionais, atas de reuniões, acordos de pesca, revistas e jornais locais, entre outros, para compor minhas reflexões.

Dias antes do incêndio do Museu Nacional, em 2018, separei algumas pastas do acervo da antropóloga Heloisa Torres, que trabalhou, entre as décadas de 1950 a 1960, com pesquisadores na cidade de Arraial do Cabo. Foi a minha primeira e única visita para organizar e digitalizar o material para a presente pesquisa, antes do impensável e trágico incêndio. Vi documentos (isso na véspera do incêndio), escritos pela antropóloga, com a expressão "*da anchova ao salário mínimo*", bem como, mapa recortado, em papel marrom, em formatos aleatórios, curvilíneos, de 10 a 30cm. O conjunto, reunido e encaixado desses pedaços de papéis feito à mão, podia ser do tamanho de uma mesa muito grande – como se fosse "mapa falado" - , assinalando, em tons azuis, os nomes (ou apelidos) de moradores e números com traçados, setas e linhas que indicavam as casas, os comércios (bares e vendas), os monumentos, os logradouros e os bens públicos e particulares dos moradores da "vila de pescadores de Arraial do Cabo". Mapa este recortado e todo colorido como um grande "quebra-cabeça" para "criança memorizar".

Em outras caixas havia listas de documentos escritos pela antropóloga, com aplicações de pesquisas com seus dados, censos e estatísticas de pescadores, quantidade de pescado/ano e o elenco das 97 (noventa e sete) *canoas de boçarda* por nomes e por praia, sem especificar datas. Bem como escritos quanto à preocupação com a saúde mental de um poeta local, muito prestigiado. Além disso, na "caderneta de campo" do antropólogo Luiz de Castro Farias, entre julho a outubro de 1953, há registros escritos e fotográficos sobre pescadores, petrechos e saberes tradicionais associados à natureza (ventos, correntes marinhas e espécies) nos territórios de pesca, entre outros documentos que estão guardados e salvaguardados no acervo do Museu

de Astronomia e Ciências Afins – MAST (RJ). Infelizmente, não tive acesso aos mesmos. Fiz pesquisas e colhi material digitalizado no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo e nas bibliotecas do Instituto de Psicologia Social e da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) e nas bibliotecas municipais da Região dos Lagos.

Essa pesquisa social sustenta-se no trabalho de campo, numa abordagem qualitativa, entre diálogos e observações participativas sobre questões de fundo que descrevem e compreendem a pesca tradicional de *arrasto de beiras de praias feitas por companhas de canoas de boçarda* com suas *paisagens culturais ancestrais* e seus *lugares de sabedorias* como são os *cantos de praia da pesca tradicional* da cidade de Arraial do Cabo, na Região dos Lagos (RJ). Faço o recorte do universo amostral da pesquisa social ao envolver 25 (vinte e cinco) participantes com idades entre 35 a 95 anos, sendo que: 5 (cinco) idosos e 20 (vinte) adultos homens e mulheres pescador/as, em entrevistas semiestruturadas, individuais e/ou coletivas, com duração aproximada de 60 (sessenta) minutos.

Os pescadores tradicionais, artesanais e profissionais que entrevistei e que fiz com eles o trabalho de campo são àqueles que pescam (ou que pescavam) oriundos das companhas das *canoas de boçarda*, na *pesca de arrasto de beira de praia* de algumas das companhas locais. Em particular, companheiros e camaradas das agremiações de pescadores da Praia do Pontal. Além de carpinteiros navais, socialmente reconhecidos, pelos demais pescadores, moradores e pesquisadores das ciências humanas e da natureza da cidade e região.

O trabalho de campo, com entrevistas semiestruturada e observação participante, deu-se em dois momentos. Entre abril a setembro de 2018, a partir das "Oficinas de miniatura de canoas de boçarda"; e entre janeiro a dezembro de 2019, com a implantação do "Circuito dos mestres sabedores da cultura popular", juntos aos mesmos. Ambos os momentos decorrem das ações implantadas por mim a partir das noções básicas, reflexivas e interpretativas de temas ordenadores, tais como: o que é "tradição da pesca"? O que são "territórios da pesca"? O que são "saberes tradicionais"? Em essência, essas abordagens inquiridas e básicas foram se processando de maneiras heterogêneas, múltiplas e diversas e, através delas, novas aberturas em diálogos foram surgindo.

Nas manhãs ou nos finais de tarde, pela praia, eu dialogava e inquiria - ora andando, ora observando ou ora sentando nos bancos dos vigias -, com alguns dos mestres vigias da pesca do *dia da vez* ou *trato da vez* (ou com outro pescador) sobre o deslocamento e navegação das *canoas de boçarda* em direção ao Porto de Canoas, na Praia do Pontal. Ou, bem antes, ficava

no vigia do Morro do Miranda aprendendo com os antigos mestres vigia, entre outros pescadores. Eu andava quilômetros diários nas minhas idas cedo e nas vindas do final de tarde do bairro Foguete ao centro de Arraial do Cabo. Fazia minha caminhada à beira mar passando (antes ou depois) pelas lagoas da Barra Nova e da de Beber, pelo "Caminho dos burros", em sentido à casa amarela e com muros amarelos ou pela linha d'água, na preamar, na beira da Praia do Pontal, para as minhas paradas nos paióis dos pescadores. Ficava ali para os *arrastos de praia*. Pude observar e vivenciar as solidariedades, os respeitos e as aberturas de diálogos servidos nos cafés das manhãs e/ou nos lanches da tarde (com café, pão e manteiga), antes da lida da pesca. Eu me abastecia das sabedorias, dos encantamentos e dos respeitos à mesa de carteado dos pescadores e, fundamentalmente, ouvia atento os relatos sobre os causos da pesca antiga e atual com a precisão de nomear quem pescou, qual dia do ano e a qualidade e a quantidade de peixes existentes naqueles cardumes ou mantas; as histórias dos finados pescadores ou sobre as companhas dos tempos de antigamente (meados dos anos 1950/1960) e sobre o cotidiano narrado entre os jogos de futebol, a política, a Álcalis e os clubes Tupi, Guarani e o Apolo; as festas, os leilões da pesca e a exploração dos "poderosos da pesca" em entrevistas (gravadas e filmadas) numa conversa coletiva transpassada por conflitos, tensões e vínculos de filiações, de compadrios e de dependências recíprocas e intergeracionais com os demais pescadores contemporâneos.

Não fazia as ditas anotações nos "cadernos de campo". Eu ouvia as falas, as lembranças, os conflitos, os saberes e as táticas de pesca e, a partir daí, em casa eu redigia algumas partes que me pareciam importantes para estabelecer diálogo com os capítulos da tese. As questões que eu formulava nos encontros com os pescadores estavam amarradas no fluir dos diálogos abertos, das lembranças e das memórias coletivas e individuais com ênfase nas sabedorias, nos conhecimentos e nos saberes-fazeres da pesca tradicional de *canoas de boçarda*, nas situações vividas e experimentadas entre os companheiros de companha no arrasto à beira da praia com seus gestos, sinais interpretativos da natureza e na cadência dos movimentos da puxada de redes, dos petrechos, das embarcações e no interior carregados de bens simbólicos dos paióis – local onde se confluem a socialização e as táticas de pesca com as suas regras, normas, divisões e a organização social das tarefas de trabalho de qualquer companha.

No corpo da tese trago alguns trechos das narrativas, falas e relatos das entrevistas que realizei, individuais e coletivas, sobre questões de fundo que descrevem e compreendem as mudanças, as transformações e as resistências nos espaços, territórios, lugares, pedaços e cantos de praias das cidade de Arraial do Cabo e da Região dos Lagos (RJ). Os pequenos trechos dos

depoimentos diretos e indiretos das entrevistas, narrativas, falas e relatos estão subjacentes no desenrolar da tese através dos conceitos, das ideias e dos argumentos reflexivos desta pesquisa social participante e etnográfica e que se propõe a abordar os *lugares de sabedorias* (os *cantos de praia*) em Arraial do Cabo. Não fiz análises de conteúdos das entrevistas, falas e narrativas mas busquei correlacioná-las com as artes e modalidades de pesca nos seus espaços, territórios, lugares, pedaços e cantos de praia com seus saberes tradicionais e com as mudanças, transformações e resistências de um pequeno grupo de pescadores tradicionais de Arraial do Cabo. Proponho uma interpretação dos conhecimentos e dos saberes tradicionais, construídos socialmente, com foco nas ciências sociais e humanas.

Meus escritos da tese estão amarrados, costurados ou *porfiados* por essas falas, narrativas e depoimentos transitado entre as leituras mais convenientes de artigos, teses, documentos e relatórios em paralelo as minhas vivências e experiências no trabalho de observação participativa junto à *comunidade de destino* com as suas sabedorias, conhecimentos e saberes-fazeres. Neste sentido, alguns relatam suas memórias e histórias de vida transpassadas pelos ofícios, saberes, tradição pesqueira e por pessoas, petrechos, embarcações e lugares de Arraial do Cabo e região que estão subjacentes ao longo dos escritos da tese.

Todos as pessoas entrevistadas estão enunciadas na primeira letra do alfabeto no corpo da tese e têm ciência do meu trabalho de pesquisa social. Além disso, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O estudo foi submetido e aprovado em Comitê de Ética de Pesquisa do Insituto de Psicologia da USP recebendo o número CAEE: 24807118.9.0000.5390. Com a pandemia, a partir de março de 2020, minha presença com eles tornou-se escassa devido ao isolamento social. Entretanto, busquei manter contatos eventuais com alguns – pessoalmente ou por telefone – para dirimir dúvidas e esclarecimentos. A partir de junho de 2020, convidei alguns pescadores e mestres sabedores da cultura popular para a "Live das Quintas", com a mediação de pesquisadores sociais e das ciências da natureza com público composto por pesquisadores, moradores e interessados das redes sociais.

4. REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL

Há uma distância epistemológica entre os saberes científicos e os saberes e conhecimentos tradicionais do que seja a relação do ser humano com a natureza. Para os pescadores tradicionais a *natureza profunda* é vista na sua plenitude, de forma holística e integral, e não como uma experiência a ser exclusivamente contemplada, apreciada, vista, enquadrada e dissecada de maneira alheia, descontextualizada e desencorpada por alguém que somente a observa sem *colocar a mão*.

Torna-se necessária uma explicação sobre o que seja *natureza profunda*. Tomo esse conceito inspirado em Berque (2009). Para este autor, a "paisagem profunda" trata-se de uma construção social derivada dos tempos históricos e sociais a partir de sensos estéticos e éticos relacionados à natureza e à geografia cultural. Busco designar a *natureza profunda* enquanto conceito para além do que seja a "paisagem profunda" que envolve leituras sobre o "mundo da vida" dadas pelas alteridades, pelo *outro*. Ao negar esse *outro*, qualquer que seja (pescadores tradicionais e/ou mestres sabedores da cultura popular, por exemplo), a noção de "paisagens" tornam-se esvaziadas de sentido e de significado, e se assumem somente como representações, modelos, molduras, cenas, cenários e panoramas para o consumo ávido e conspícuo de moradores urbanos, visitantes e turistas de sol e praia.

Em Arraial do Cabo, os mesmos, nem sabem onde pisam e o que veem a sua frente e ao arredor das *paisagens culturais ancestrais* das cidades da Região dos Lagos, com os seus patrimônios naturais e bens culturais, materiais e imateriais, legados por *comunidades de destinos*, relacionadas às sucessivas comunidades de pescadores tradicionais ao se apresentar e se insurgir no "mundo da vida" com sua *natureza profunda*. É neste "colocar a mão", como sugiro, na perspectiva da *natureza profunda* e do *envolvimento sustentável* (Viana, 2000, p. 23-26), que radicam as distâncias epistemológicas entre as ciências modernas e as *ciências dos saberes tradicionais* nos seus lugares de sabedorias, de conhecimentos e de saberes-fazeres.

Virgílio Viana (2000), a partir da fala de um artista caiçara de Paraty-Perequê, adverte-nos dos significados das palavras *desenvolvimento* e *envolvimento sustentável*. Seguindo suas pistas – que ele mesmo retirou do dicionário Michaelis –, a palavra desenvolver significa tirar o invólucro, descobrir o que estava encoberto. Já envolver significa meter-se num invólucro, comprometer-se. *"Dessa forma, poderíamos dizer que desenvolver uma pessoa ou uma*

comunidade significa retirá-la do seu invólucro, descomprometendo-a do seu contexto social, cultural e ambiental" (Viana, 2000, p. 26). Pois, o "des" do "desenvolver" significa oposição, negação, falta, separação e desconexão.

Em particular as ciências sociais e humanas têm como construção do seu objeto científico as identidades, alteridades, subjetividades, diferenças e singularidades, contudo ainda marcadas pelo paradigma dominante e hegemônico da modernidade ocidental, que instaura as dicotomias, as distâncias e as fronteiras entre sujeito-objeto da pesquisa. Para acessar os saberes tradicionais, torna-se necessário desconstruir os próprios saberes, procedimentos e métodos da ciência moderna. É necessário se colocar na perspectiva do *outro*, na alteridade, no *estar junto com* os grupos sociais, na imersão cotidiana no universo de estudo, ao construir as bases e as categorias conceituais, visando ao fortalecimento e à resistência, a tradução e a interpretação das mudanças sociais na contemporaneidade.

Os conhecimentos científicos eurocêntricos, hegemônicos e focados na epistemologia totalitária provocam dualidades, clivagens e distâncias epistemológicas frente às reflexões dos saberes tradicionais (contras-hegemônicos), objetivados na epistemologia da totalidade. Entre a interpretação, a narração e a tradução das ciências modernas e das *ciências dos saberes tradicionais* do que seja a relação do ser humano com a natureza e com seus lugares ancestrais, permeados por sabedorias e sociabilidade, na construção das subjetividades e individualidades em relações e interações sociais, diante da razão e da lógica do capital. Uma epistemologia da totalidade é capaz de apreender a vida social na sua interculturalidade relacional e holística, seja através das práticas e das estratégias de conservação, de manejo e pelo direito da natureza (Dominique Bourg, 1993, p. 243-263), seja pela reprodução dos grupos sociais através da transmissão de sabedorias, saberes-fazeres e conhecimentos tradicionais expressos pelas memórias orais, pelas resistências e nos embates políticos, sociais e culturais frente à mercantilização da vida social e da natureza.

Quando se instituiu o colonialismo, "a chegada do estranho" (Martins, 1999), se sobressaem as ideias universais e homogêneas de modernidade, desenvolvimento e progresso em detrimento da diversidade, heterogeneidade, plurinacionalidade e interculturalidade das culturas dos povos originários e ancestrais. O projeto colonial sempre foi orientado (e se transmuta na vida contemporânea), desde o seu nascedouro, como um "sistema-mundo" que se expressa no seu agir globalizado pela negação do *outro* (a alteridade) e pela imposição secular e racional da exploração da natureza, das relações de vida e de trabalho, permeadas por

invisibilidades e não reconhecimento sociais (Honneth, 2003), desenraizamentos (Weil, 2001) e sofrimentos e humilhações sociais (Gonçalves Filho, 2003, 1998 e 1995).

Boaventura de Souza Santos (2001 e 2019) enfatizará as formas hegemônicas da ciência da modernidade ocidental, dominante no capitalismo, como "epistemicídios", que, para além de uma "prática científica", incorpora interesses econômicos, sociais, culturais e políticos que negam a "relação de horizontalidade" e de "concorrência epistemológica leal" entre as ciências, os saberes e os conhecimentos. As Epistemologias do Norte criam uma relação de dominação, de hierarquização, de hegemonia e de verticalidade. O autor irá destacar a necessidade das Epistemologias do Sul. Entretanto, ambas devem ser superadas a partir de novas proposições de diálogos que respeitem as diferenças horizontais entre as distintas epistemologias: seja no Ocidente e no Oriente, seja entre Norte e Sul.

Chama atenção, ainda, que as Epistemologias do Sul surjam como uma proposição epistemológica e metodológica, ética e estética da insurgência, de resistência e de alternativa contrárias ao projeto de dominação capitalista, colonial e patriarcal. O autor enfatiza ainda que são conjuntos de práticas cognitivas e de critérios de validação do conhecimento, a partir das experiências dos grupos sociais que têm *sofrido* na sua subjetividade, de uma maneira sistemática, as injustiças do colonialismo, do capitalismo e do patriarcado – as três formas de dominação moderna. Para o autor, na sociedade contemporânea, para além dos problemas sociais e políticos, os problemas e os conflitos atuais são de cunho cultural, epistemológico e de conhecimento ao enfatizar que os modos de ver e de conhecer dominantes nos "cegam" e nos "conformam" diante da realidade. As Epistemologias do Sul condensam várias alternativas epistemológicas por justiça social global. Elas não radicam numa condição geográfica planetária, mas na compreensão de que existe o "Sul do sofrimento", decorrente das formas de dominação moderna perpetradas por grupos dominantes e hegemônicos que geraram e ainda geram sofrimentos – a partir das Epistemologias do Norte – nos grupos sociais que foram massacrados, violentados e exterminados no interior do próprio Norte ou no Sul do planeta. É neste "Sul do sofrimento" que se busca alternativa por justiças sociais globais.

Apesar da ciência moderna reconhecer o fim do colonialismo histórico (ocupação territorial estrangeira), vigoram desde então as formas de clivagens na concepção do que seja a "humanidade" e as formas de sociabilidades dominantes inscritas no capitalismo (patriarcalismo, racismo, sexismo e os genocídios, inclusive enquanto práticas sociais, culturais e políticas que conformam a atualização dos "epistemicídios"). A modernidade ocidental tem como parâmetro a acumulação do capital através da mercantilização da natureza, da vida social

e das subjetividades. Nela também advém a ideia de regulação e de emancipação enquanto direitos humanos universais e de igualdade perante a lei (Estado Liberal, Estado Democrático de Direito, os Direitos Humanos e a Democracia). Porém as formas de sociabilidades que vigoram são permeadas por negações, violências e exclusões, que definem a "humanidade" instituída na clivagem entre "metropolidade" e "colonialidade".

Boaventura (2019, p. 42-50), citando Frantz Fanon e Maldonado-Torres, entre outros, demarca a dimensão ontológica da linha abissal que subjaz às Epistemologias do Sul, ao enfatizar que "na raiz da diferença epistemológica, há diferenças ontológicas", bem como que há a "zona de não-ser que ela cria, a 'coisa' em que é transformado o colonizado", destituído de humanidade e marcado pela "colonialidade do ser", "colonialidade do poder" e "colonialidade do conhecimento", ao fomentar a invisibilidade, a desumanização e a criação de "sujeitos limiares". Chamará, ainda, atenção, que há linhas abissais entre conhecimentos e saberes entre as distintas epistemologias.

As formas de sociabilidade que caracterizam o conhecimento eurocêntrico e o mundo ocidental moderno, que, desde o século XV, subjazem a ideia da existência de "cinco monoculturas": a do conhecimento válido, do tempo linear, da classificação social, da superioridade do universal e do global e da produtividade. Em contraposição, nas Epistemologias do Sul sobressai a heterogeneidade e a multiplicidade nas diversas "ecologias dos saberes" (Boaventura, 2019, p. 59-63) nos espaços, territórios, pedaços e lugares ancestrais e originários, a partir da tradução intercultural e interpolítica. Ambas, sugere o autor, fazem parte de um trabalho cognitivo coletivo pautado numa "artesania das práticas" sociais, culturais e políticas, que não estão separadas das lutas sociais.

Ramón Grosfoguel (2016) aprofunda a compreensão das "estruturas epistêmicas do mundo moderno" ao inferir a crítica e ao denunciar os "privilégios epistêmicos do homem ocidental" (leia-se europeu, branco e heterossexual), à custa dos genocídios/epistêmicos dos sujeitos coloniais. Chama atenção - a partir das contribuições de Dussel (que faz a crítica à filosofia cartesiana) e de Boaventura de Sousa Santos (que traz a idéia de "epistemicídio") -, entre outros, para os quatros genocídios praticados ao longo do século XVI (conquista de Al-Andalus, conquista da América, escravidão africana e o assassinato de mulheres queimadas, acusadas de feitiçarias na Europa):

> A inferioridade dos conhecimentos produzidos por homens e mulheres de todo o planeta (incluindo as mulheres ocidentais) tem dotado os homens ocidentais do privilégio epistêmico de definir o que é verdade, o que é a realidade e o

> que é melhor para os demais. Essa legitimidade e esse monopólio do conhecimento dos homens ocidentais têm gerado estruturas e instituições que produzem o racismo/sexismo epistêmico, desqualificando outros conhecimentos e outras vozes críticas frente aos projetos imperiais / coloniais / patriarcais que regem o sistema-mundo (Grosfoguel, 2016, p. 25).

Essa lógica "genocida da conquista", como afirma o autor a partir dos "epistemicídios", provoca a "destruição de conhecimentos ligados à destruição de seres humanos" (Grosfoguel, 2016, p. 27). É a emergência das estruturas de dominação ocidental, eurocêntrica e capitalista no crivo de uma história e de uma memória de longa duração, que constitui as estruturas de conhecimento do "sistema-mundo". Em particular, o autor explicita:

> Como um "pensamento provinciano" compartilhado entre cinco países da Europa, formulados por tão poucos pensadores, pode ter alcançado o "privilégio epistêmico" das certezas e da razão universal? E o quanto este "privilégio epistêmico" ainda vigora, no século XXI, diante da diversidade e da heterogeneidade epistêmica no mundo em que estejamos ancorados em estruturas epistêmicas tão provincianas camufladas de universais? (Grosfoguel, 2016, p. 27).

É inerente à epistemologia totalitária, em termos ideológicos, a pretensão à neutralidade, universalidade e racionalidade expressa através da hegemonia eurocêntrica e da centralidade do Norte Global. Disso advêm consequências sociais, culturais e políticas com impactos socioambientais profundos, atravessando gerações, frente à *natureza profunda* e às *paisagens culturais ancestrais* dotadas de *envolvimento sustentável* dos povos originários e tradicionais. Esta noção pode ser compreendida a partir das categorias homogeneizadoras e padronizadoras, ou mesmo antropocêntricas, quantitativas, abstratas e racionais. Elas têm como esteios as narrativas cientificistas forjadas, a partir dos séculos XVI ao XVIII, sob a égide dos paradigmas cartesianos, positivistas, eurocêntricos ou do Norte Global.

Com o advento da Revolução Industrial, no século XVIII, instaura-se o POMC – Paradigma Ocidental Moderno Clássico – que é etnocêntrico, anacrônico, abstrato, mecânico, quantitativo e que se arvora mundo afora com uma pretensa neutralidade e universalidade científica (Berque, 2009). No fundo, processa a razão instrumental ao transformar a natureza em objeto da ciência distanciada do sujeito, transformando-a em mercadoria. Toda uma cosmovisão, imaginário, simbolismo, afetividade, enraizamento, pertencimento, envolvimento e vínculos aos lugares, aos territórios e, em particular, ao "pedaço" do "homem comum" são absorvidos pelo "grande mata-paisagem" (a lógica econômica e ideológica do capital), numa incompatibilidade entre natureza e paisagem. Esta busca "descosmizar" o entorno humano na

medida em que o pressuposto da ciência moderna é o de criar a dicotomia entre sujeito/objeto, ser humano/paisagem e corpo/mente, sem os vínculos existenciais com a natureza.

O Paradigma Ocidental Moderno Clássico (POMC) é uma expressão empregada pelo geógrafo culturalista Augustin Berque para totalizar diversos elementos de natureza epistemológica, cultural, social, entre outros, que derivam da expansão hegemônica do capitalismo e da modernidade globalizada. Para este autor, a "paisagem profunda" é o oposto do POMC (Paradigma Ocidental Moderno Clássico). Pois a mesma é singular, heterogênea, centrada e orientada pelo limite do horizonte do imaginário social e cultural. É "aquela paisagem" que a percebemos pelos nossos sentidos, senso ético e estético e que nos tornam vinculados, existencialmente e subjetivamente, ao cosmo, ao imaginário e aos ritmos da natureza. O Paradigma Ocidental Moderno Clássico (POMC) é uma expressão empregada pelo geógrafo culturalista Augustin Berque para totalizar diversos elementos de natureza epistemológica, cultural, social, entre outros, que derivam da expansão hegemônica do capitalismo e da modernidade globalizada.

Os sentidos, significados e valores das "paisagens profundas", mais ainda de *natureza profunda*, existentes nas sociedades tradicionais dos nossos antepassados, são apropriados pela sensibilidade do "pensamento (sujeito) da paisagem", que a consome a partir do individualismo moderno, e não, como sugere Berque (2009), por uma "mediância" ("médiance"), "trajetividade" e vivência existencial com seu entorno, propiciando assim a perda dos afetos e dos pertencimentos aos lugares além dos desenraizamentos, humilhações sociais e desencantamentos do mundo dos "guardiões das tradições" (Giddens et al, 1997).

Giddens (2001 e 2002) chama atenção para a perda da "autoridade" e da "legitimidade" da "verdade formular" e das interpretações dos "guardiões das tradições" diante da razão instrumental dos conhecimentos científicos modernos. A especialização do "saber moderno" é "desincorporadora" porque se baseia em princípios impessoais que podem ser determinados e desenvolvidos independentemente do contexto. Isso porque, combina ceticismo e universalismo enquanto modos modernos de investigação e de intervenções sociais, culturais, ambientais e econômicas. Este saber não está ligado à "verdade formular" da autoridade tradicional dos saberes dos guardiões, mas, sim, a uma crença na possibilidade de correção do conhecimento, que depende de um ceticismo metódico, da confiança em sistemas abstratos e de processos intrínsecos às especializações que interagem com a modernidade reflexiva e institucional. Ao final das contas, este saber poderá estar desprovido de vinculações locais e processará a perda do enraizamento e do encantamento do mundo.

Nas sociedades tradicionais, a relação ser humano/natureza se dá a partir do respeito aos ciclos de reprodução da vida. A diversidade cultural e biológica faz parte de uma mesma totalidade epistêmica para as populações tradicionais, entre outros povos e grupos sociais que herdaram de seus ancestrais as terras e culturas distintas, além de certos posicionamentos diferenciados diante da vida e da representação da natureza, isto é, modos distintos de reprodução da vida em que os territórios, os lugares e os espaços culturais, simbólicos, sociais e naturais marcam dimensões de valor, sentido e significado em afeto e pertencimento, corporificados nos bens materiais e imateriais enquanto práticas e estratégias de sobrevivência e de subsistência, visando à sustentabilidade e à reprodução do próprio grupo social.

Para determinados grupos sociais – como os pescadores artesanais, tradicionais e profissionais de Arraial do Cabo, dentre outros lugares da Região dos Lagos – a *natureza profunda* não é um dado de fora, externo e complementar à vida. A mesma insere-se como espaço de vivência e de experimentação da própria vida. É na *natureza profunda* que se habita, mora, trabalha, retira, absorve, mescla e se recria as relações simbólicas, culturais e sociais. Essas formas de representar o mundo demarcam e assinalam práticas e estratégias de conservação e manejo da natureza, de envolvimento, de sustentabilidade e de reprodução do próprio grupo social. As experimentações e vivências são passadas através das gerações, ao longo dos ciclos e dos ritmos da natureza, do tempo de trabalho e das relações familiares e coletivas, no interior de relações sociais em constantes mudanças, inter-relações e transformações, sendo as mesmas transmitidas em sabedorias e conhecimentos expressos pela oralidade, memória e tradição, mediados pelos patrimônios naturais, culturais e simbólicos.

É através do saber-fazer que acontece a pesca artesanal nas beiras do mar, costões e mar aberto. Faz milênios e séculos que sucessivas comunidades de pescadores tradicionais, desde os tempos pristinos, arqueológicos, históricos, aos atuais, transmitem saberes, conhecimentos, gestos, marcas, acuidade visual e percepção sensitiva bem acuradas sobre os regimes dos ventos, nuvens, marés, fases da lua, astros e deslocamento das espécies da ave-fauna. Em Arraial do Cabo, bem como nas outras cidades da Região dos Lagos, a *natureza profunda* e as *paisagens culturais ancestrais* apresentam-se na sua singularidade decorrente do fenômeno da ressurgência, com seus *peixes de passagem*. Esta é a "razão de ser" da pesca tradicional.

É importante enfatizar que a *natureza profunda*, para os pescadores tradicionais (os "guardiões da tradição"), está inserida nas artes da pesca, nos ofícios e na cultura popular de forma subjacente à sua visão de mundo, singular e coletiva, no interior de uma percepção interativa, participativa e do que é útil, envolvente e relacional. É através das linguagens

corporificadas dos gestos, dos ditos, da percepção sensorial, da acuidade visual e do manejo com as mãos que a *natureza profunda* é controlada, manipulada, vivenciada e reproduzida cotidianamente para se contrapor às perdas dos espaços, territórios, lugares, pedaços e cantos de praia da pesca tradicional. É este o *locus* onde se radica a distância epistemológica entre as ciências modernas e as *ciências dos saberes tradicionais*.

As negações às alteridades e às distintas formas e maneiras de saber, fazer e ser, viver, morar e trabalhar estão coadunadas a uma epistemologia totalitária, propalada pelas ideias de modernidade, progresso e desenvolvimento linear, pela via da acumulação primitiva, nas diversas formas de extrativismo do "grande mata-paisagem". A alternativa ao desenvolvimento linear é a decolonidade que considere o "bem viver", no interior de uma epistemologia da totalidade capaz de compreender a perspectiva da *natureza profunda*, do *envolvimento sustentável* e dos saberes-fazeres dos "guardiões da tradição", como os pescadores tradicionais.

4.1. Tradição, memória e enraizamento

A princípio, a tradição pode ser compreendida como o "legado" com o objetivo de dar continuidade, mesmice e reprodução das relações e das interações sociais cotidianas "*a ponto de revelar-se muito difícil desembaraçar-se de suas peias"* (Bornheim, 1987, p. 18). Entretanto, a mesma padece das descontinuidades, das desestabilizações e/ou mesmo das mudanças e das rupturas frente à diversidade e à heterogeneidade das sociedades, das culturas e/ou do patrimônio cultural herdado, inclusive daquelas tradições inseridas na modernidade contemporânea da sociedade globalizada. Qualquer que seja sua definição, será sempre o "legado" entre gerações, ao ser vivenciado socialmente entre indivíduos e grupos sociais face ao tempo histórico, de curta ou longa duração, numa determinada sociedade. Torna-se necessário refletir sobre o significado da noção de tradição no crivo de uma concepção que se pretende preconcebida como imutável, idêntica e perene, eterna e atemporal nas transmissões dos "legados" entre gerações. De acordo com Bornheim:

> A palavra tradição vem do latim: *traditio*. O verbo é *tradire*, e significa precipuamente entregar, designa o ato de passar algo para outra pessoa, ou de passar de uma geração a outra geração. Em segundo lugar, os dicionaristas referem à relação do verbo *tradire* com o conhecimento oral e escrito. Isso quer dizer que, através da tradição, algo é dito e o dito é entregue de geração a geração. De certa maneira, estamos, pois, instalados numa tradição, como que inseridos nela, a ponto de revelar-se muito difícil desembaraçar-se de suas peias. Assim, através do elemento dito ou escrito algo é entregue, passa de

> geração em geração, e isso constitui a tradição – e nos constitui (Bornheim, 1987, p. 18).

As noções de tradição e de ruptura, de maneira recíproca e ambígua, se confundem em momentos de crises sociais, históricas e de transformação da contemporaneidade. Para haver a reprodução da tradição, bastam as constantes rupturas, mudanças e crises para revelar no cotidiano rotineiro a persistência da mesma. Isso porque de certa forma a tradição nos lega os saberes-fazeres, as sabedorias, os conhecimentos e as opiniões sobre a totalidade do comportamento humano e sobre os valores constitutivos de uma determinada sociedade, como assinala Bornheim (1987):

> A vontade de tradição está em querer-se tradição, e ela se quer tão totalmente tradição que se pretende eterna, determinando não apenas o passado e o presente, mas o próprio futuro, porquanto tudo pode ser previsto, exige-se a antecipação: tudo vai ser sempre fundamentalmente idêntico, sem percalços maiores com o possível surto de alteridade. A tradição se pretende, assim, uma grande segurança – nós estamos na própria segurança, vivemos numa resposta e estamos assegurados nela, nós somos organizados pela tradição, ela é nosso princípio (Bornheim, 1987, p. 18-19).

Diante do processo de globalização e da emergência da modernidade tardia, instauram-se as crises nas ideias de tradição em decorrência das novas transformações e apropriações do capital frente às categorias de espaço-tempo, socialização da natureza, reificação e mercantilização da vida social no interior da transição de uma "sociedade pré-moderna" para a emergência de uma "sociedade pós-tradicional". A tradição, prenhe de localismos e de regionalismos mundo afora, dilui-se ou dissolve-se, paradoxalmente, enquanto estorvo e mesmice de si para ser suplantada, superada, suspensa ou sacudida pela lógica racional, sistêmica e "universal" do capitalismo. Conforme afirma Giddens:

> Hoje, as ações cotidianas de um indivíduo produzem consequências globais. Minha decisão de comprar uma determinada peça de roupa, por exemplo, ou um tipo específico de alimento, tem múltiplas implicações globais. Não somente afeta a sobrevivência de alguém que vive do outro lado do mundo, mas pode contribuir para um processo de deterioração ecológica que em si tem consequências potenciais para toda a humanidade. Essa extraordinária – e acelerada – relação entre as decisões do dia-a-dia e os resultados globais, juntamente com seu reverso, a influência das ordens globais sobre a vida individual, compõem o principal tema da nova agenda (Giddens, 2001, p. 23-24).

Como sugere Giddens (2001, p. 22): *"durante a maior parte da sua história, a modernidade reconstituiu a tradição enquanto a dissolvia"*. Para tanto, essas rupturas, mudanças e transformações radicais decorrem da difusão extensiva das instituições modernas a partir da globalização, que teve como consequência o *"processo de abandono,*

desincorporação e problematização da tradição" (Giddens, 2001, p. 23). Em particular, o autor enfatizará que este fenômeno da modernização inicia-se após a Segunda Guerra Mundial. Torna-se um padrão à expansão, interdependência e descentralização com tendência ainda mais abrangente nas últimas décadas. As atividades prosaicas, corriqueiras e cotidianas nas relações e interações do "mundo da vida" bem como nos ambientes de trabalho, consumo e nos *habitus* (Bourdieu, 1982, p. 183-202) comportamentais de indivíduos e grupos são mutuamente influenciáveis e determinadas, *grosso modo*, pelos acontecimentos relacionados entre o local e o global.

Segundo o sociólogo, a produção de conhecimento e o controle sobre o mundo social e natural eram as prerrogativas da medida ideal de "felicidade humana" advinda dos pensadores e sucessores do Iluminismo. Entretanto, o mesmo chama atenção ao quanto de pessimismo está relacionado à ideia de conhecimento e controle – ou melhor, entre técnica e burocracia – subjacentes às reflexões da "jaula de ferro" de Max Weber, numa tentativa de "colonizar" o futuro previsível e disposto ao controle da tecnologia (técnica), dos conhecimentos, dos saberes abstratos e das expertises sociais. O autor enfatizará a noção de risco emergente e incalculável nas experiências do cotidiano, seja na socialização da natureza externa ou nas formas de vida sociais coordenadas pela tradição, com implicações na percepção da vida íntima das pessoas e das identidades socialmente construídas, subjacentes à ideia de modernidade reflexiva e experimental exaltada a partir da "sociedade pós-tradicional" ou da alta modernidade:

> A experiência global da modernidade está interligada – e influencia, sendo por ela influenciada – à penetração das instituições modernas nos acontecimentos da vida cotidiana. Não apenas a comunidade local, mas as características íntimas da vida pessoal e do eu tornam-se interligadas a relações de indefinida extensão no tempo e no espaço. Estamos todos presos às experiências do cotidiano, cujos resultados, em um sentido genérico, são tão abertos quanto aqueles que afetam a humanidade como um todo. As experiências do cotidiano refletem o papel da tradição – em constante mutação – e, como também ocorre no plano global, devem ser consideradas no contexto do deslocamento e da reapropriação de especialidades, sob o impacto da invasão dos sistemas abstratos. A tecnologia, no significado geral da "técnica", desempenha aqui o papel principal, tanto na forma de tecnologia material quanto da especializada expertise social. As experiências do cotidiano dizem respeito a algumas questões bastante fundamentais ligadas ao eu e à identidade, mas também envolvem uma multiplicidade de mudanças e adaptações na vida cotidiana (Giddens, 2001, p. 26-27).

O fundamental, por ora, é reter a compreensão da interface e da inter-relação entre as "experiências do cotidiano" e a noção de tradição, no interior de uma sociedade globalizada. Essas experiências, no contexto da modernidade reflexiva e institucional, estão permeadas por

sistemas abstratos e pelos processos intrínsecos de especializações, que criam cenários de riscos. Em contraposição, as "experiências do cotidiano", numa sociedade tradicional, são permeadas pelas categorias de tempo e de status sociais, com seus rituais de repetição, reprodução, coesão e solidariedade social. Isto implica, por exemplo, em considerar que a noção de tradição pode ser vislumbrada como *"a cola que une as ordens sociais pré-modernas"*. De acordo com Giddens (2001, p. 30-31):

> Repetição significa tempo – alguns diriam que é tempo – e a tradição estar de algum modo, envolvida com o controle do tempo. Em outras palavras, a tradição é uma orientação para o passado, de tal forma que o passado tem uma influência ou, mais precisamente, é construído para ter uma pesada influência sobre o presente. Mas evidentemente, em certo sentido e em qualquer medida, a tradição também diz respeito ao futuro, pois as práticas estabelecidas são utilizadas como uma maneira de se organizar o tempo futuro (...). A repetição, de uma maneira que precisa ser examinada, chega a fazer o futuro voltar ao passado, enquanto também aproxima o passado para reconstruir o futuro (Giddens, 2001, p. 30-31).

E, mais ainda, a partir das contribuições de Edward Shils e Maurice Halbwachs, o autor dirá *um algo a mais* em relação à noção de tradição enquanto persistência e memória social. Do primeiro autor, ressalta a noção de persistência, integridade e continuidade embutida na crença ou prática tradicional e na autenticidade do *"caráter orgânico das tradições"*. Pois, *"elas se desenvolvem e amadurecem, ou enfraquecem e morrem"* (Giddens, 2001, p. 31), dando a evidência de que há uma duração e uma integridade da tradição ao longo de períodos entre gerações. Muito da persistência da "autenticidade" da tradição está baseada nas culturais orais. Embora muito poucas e em períodos muitos longos – como chama atenção o autor –, as evidências "autênticas" dessas "práticas tradicionais" podem ter sido observadas, vivenciadas e confirmadas entre as sucessivas gerações. Conforme diz o autor:

> Desse modo, a memória é um processo ativo, social, que não pode ser apenas identificado com a lembrança. Nós reproduzimos continuamente memórias de acontecimentos ou estados passados, e essas repetições conferem continuidade à experiência. Se nas culturais orais as pessoas mais velhas são o repositório (e também frequentemente os guardiães) das tradições, não é apenas porque as absorvem em um ponto mais distante no tempo que as outras pessoas, mas porque têm tempo disponível para identificar os detalhes dessas tradições na interação com os outros da sua idade e ensiná-las aos jovens. Por isso, podemos dizer que a tradição é um *meio organizador da memória coletiva* (...) A "integridade" da tradição não deriva do simples fato da persistência sobre o tempo, mas do "trabalho" contínuo de interpretação que é realizado para identificar os laços que ligam o presente ao passado (Giddens, 2001, p. 32-33). (Grifo nosso).

Para o autor, a partir de Maurice Halbwachs, a tradição vincula-se à ideia de memória, a memória como tradição. Em particular, a memória coletiva, que envolve a organização do

passado em relação ao presente. A mesma envolve rituais que dizem respeito à existência dos estados psíquicos inconscientes. Ela torna-se uma reconstrução e uma reelaboração do passado, parcialmente advinda por determinados indivíduos, mas ainda enquanto memória fundamentalmente social e coletiva. Em particular, para Giddens, a noção de tradição e de memória coletiva só faz sentido a partir da existência socialmente reconhecida dos seus "guardiões". Eles são os que ritualmente detêm a "noção formular de verdade" sobre as práticas sociais de determinados grupos, culturas e sociedades tradicionais no que tange "à força de união que combina conteúdo moral e emocional" (Giddens, 2001, p. 31).

Ecléa Bosi (2013), no livro *"O tempo vivo da memória - Ensaios de Psicologia Social"* explora a importância da *substancia social da memória* dada pelas memórias coletivas e sociais nos ambientes familiares e de trabalho, na sua dimensão política. A memória oral, dos mais velhos, expressa os testemunhos de uma geração frente aos pequenos comportamentos cotidianos e às crônicas das cidades. A autora explicita as análises críticas existentes nas obras de Simone Weil, Henri Bergson, Maurice Halbwachs, Walter Benjamim e os frankfurtianos, que transitam entre a história, a sociologia e a psicologia social ao tomarem como referência a "psicologia social do espaço vivido", correlacionada à memória de grupos ou de classes sociais marcadas por intimidades, autobiografias, percepções, intuições e apegos aos objetos (descartáveis ou não) e que podem desnudar os laços da memória individual, biográfica e, fundamentalmente, as memórias coletivas e sociais com a difusão das representações ideológicas dominantes. As narrativas, lembranças, reminiscências e memórias autobiográficas, individuais, coletivas e sociais transmitem conteúdos, valores e atitudes como testemunhas, intérpretes, mediadores e intermediários informais da cultura. Em particular, expressam a compreensão do recordar dado pela memória biográfica e individual no bojo de uma totalidade social que explicita as estruturas de poder e as transformações econômicas no contexto político, social e de representação ideológica. Segundo a autora:

> Há portanto uma memória coletiva produzida no interior de uma classe, mas com poder de difusão, que se alimenta de imagens, sentimentos, ideias e valores que dão identidade àquela classe. Exemplo não faltam (...). Cabe-nos interpretar tanto a lembrança quanto o esquecimento. Esquecimento, omissão, os trechos desfiados da narrativa são exemplos significativos de como se deu a incidência do fato histórico no quotidiano das pessoas. Dos traços que deixou na sensibilidade popular daquela época (Bosi, 2003, p. 18).

As reflexões propostas, sugere a autora, vinculam os laços entre memórias e os "campos de significação na vida subjetiva e na vida intersubjetiva" (pensamento bergsoniano), e entre memórias coletivas e o "momento propriamente psicossocial" (Halbwachs), ao envolverem

interpretações relacionadas às famílias, aos grupos culturais, classes e comunidades. Enfim, as relações reflexivas e intrínsecas entre narrativa, memória, ideologia e dialética (Benjamin e Adorno). A memória é "um trabalho sobre o tempo" e expressa o *"*tempo vivido, conotado pela cultura e pelo individuo". Um tempo marcado por um substrato "móvel", "fluido", "concreto" e "qualificado por lembranças" (Bosi, 2003, p. 53). Chama, enfim, atenção para o trabalho das narrativas e das memórias sociais que carregam o presente e desvelam o passado, no fluxo dos tempos e dos ritmos temporais, distintos e diferenciados, entre as lembranças, silenciamentos, testemunhos, perdas, fragmentos, omissões, preconceitos e os esquecimentos relacionados a indivíduos, grupos e classes sociais. A autora, nos seus estudos, enfatiza como as lembranças se corporificam e se localizam nas classes sociais e nas profissões dos sujeitos, bem como revelam humilhações sociais e os não reconhecimentos sociais, continuamente renovados ao longo dos tempos e assinalados pelas expressões mais apuradas do desenraizamento, como a "condição desagregadora da memória". Para a autora:

> (...) o capitalismo avançado consome e desagrega valores conquistados pela práxis coletiva. Não é capaz de inserir o passado no presente e muito menos de resguardar sonhos para o futuro. Esvaziando o trabalho de significação humana, ele esvazia o sentido das lembranças e aspirações (Bosi, 2003, p. 187).

Simone Weil explicita as múltiplas e variadas formas de condutas, situações e contextos históricos que podem expressar o reconhecimento das alteridades de indivíduos, grupos e coletividades humanas. O oposto também, desde as violências simbólicas às historicamente concretas, expressas no termo antagônico do desenraizamento. Para a autora, *"o desenraizamento é de longe a doença mais perigosa das sociedades humanas, pois multiplica-se a si mesmo"* (Weil, 2001, p. 46). Segundo a autora:

> A oposição entre o passado e o futuro é absurda. O futuro não nos traz nada, não nos dá nada; somente nós que para o construir devemos dar-lhe tudo, dar-lhe a nossa própria vida. Mas para dar é preciso possuir, e não possuímos outra vida, outra seiva, senão os tesouros herdados do passado e digeridos, assimilados, recriados por nós. De todas as necessidades da alma humana não há nenhuma mais vital do que o passado.
>
> O amor pelo passado não tem nada a ver com uma orientação política reacionária. Como todas as atividades humanas, a revolução extrai toda sua seiva de uma tradição. Marx sentiu-o tão bem que fez questão de fazer remontar essa às idades mais remotas fazendo da luta de classes o único princípio de explicação histórica (...). O passado destruído jamais retorna. A destruição do passado é talvez o maior crime. Hoje, a preservação do pouco que resta deveria tornar-se quase uma ideia fixa. É preciso parar com o desenraizamento terrível que os métodos colonialistas dos europeus sempre produzem, mesmo sob suas formas menos cruéis (Weil, 2001, p. 50-51).

O desenraizamento se institui sob diversas formas na sociedade contemporânea, desde a dimensão da invasão colonial europeia à dominação capitalista atual, com a instauração dos processos produtivos econômicos sob a égide dos monopólios e das monoculturas fundiárias das terras, propriedades e territórios. Em particular, para Simone Weil, o desenraizamento operário se instaura no trabalho fabril e na produção em série, repetitiva, monótona, fragmentada e alienada como na produção de mercadorias, produtos e serviços que, como coisas coisificadas, reificadas e objetivadas são produzidas sem substâncias e sem qualidades dos afetos, dos sentidos, das lembranças e das memórias, por se expressarem em mais-valia, em valores de troca e em utilidade social diante da *"ignorância do trabalhador em relação ao destino das coisas que fabrica"* (Bosi, 2003, p. 187). E mesmo sob o domínio do neoliberalismo, com a perda dos sentidos do "mundo da vida" e do trabalho inaugurando a "nova servidão voluntária" (Étienne de La Boétie, 2006), globalizada e planetária das relações capitalistas no uso, abuso e exploração da força de trabalho. Os trabalhadores dos grandes centros, ou não, ficam à mercê das relações de produção flexíveis no bojo de estruturas verticalizadas e hierarquizadas, e tornam-se apêndices dos ritmos das máquinas e dos processos produtivos no chão de fábrica (Svartman, 2010).

Ou mesmo no *assalto atual* do trabalho imaterial, como nos serviços do turismo de massa de sol e praia, que tornam moradores e pescadores em terceirizados, informais, precarizados e uberizados, com a emergência das novas formas de servidões constrangedoras, aviltantes e humilhantes, conjuminadas, desde lá atrás, pela apologia acrítica à modernidade tardia (*"da anchova ao salário mínimo"*) e à sociedade contemporânea do consumo e do individualismo, decorrente das relações e interações sociais mediadas, transitadas, instauradas e eivadas na produção de mercadorias a partir do caráter intersubjetivo entre coisas, pessoas, gestos e afetos, embora descartáveis, voláteis e efêmeros. A expressão "*da anchova ao salário mínimo*" encontrei numa das pastas do acervo da antropóloga Heloisa Torres, diretora do Museu Nacional, que trabalhou, entre as décadas de 1950 a 1960, com pesquisadores na cidade de Arraial do Cabo. A mesma, dá o título da dissertação de mestrado de Simone M. Prado (2002). A anchova é o peixe símbolo de Arraial do Cabo! E, a expressão traduz a condição de alguns pescadores artesanais, tradicionais e profissionais transmutada em assalariados fabris.

O termo "enraizamento" (*rootedness*) pode estar entrelaçado e relacionado às dimensões de espaço e do tempo cíclico, que se referem às formas não conscientes de vínculos permanentes além das vivências e experiências em lugares mediados "entre a identidade psicossocial e a socioambiental" (Massola e Svartman, 2018, p. 75). Este termo foi cunhado inicialmente pela

filósofa Simone Weil como uma reflexão crítica, de denúncia e de testemunho às formas de opressão, à época da segunda grande guerra. Massola e Svartman (2018) atribuem ao termo enraizamento os seguintes sentidos básicos:

> 1) habitação por longo tempo em um lugar; 2) sentimento de estar "em casa" em um lugar; 3) familiaridade que provém da frequência recorrente a um lugar; 4) forma não consciente de vínculo com um lugar que é sentido como a "casa" ou o "lar"; 5) relação com o passado e com a tradição do grupo ou do povo que fundamenta o sentido de identidade pessoal (Massola e Svartman, 2018, p. 75).

Como assinalam os autores, o enraizamento é um termo polissêmico que advém da metáfora de raiz, ao conotar os vínculos dos indivíduos, grupos e povos à terra e à herança cultural comum compartilhada numa celebração de pertencimento, afeto, familiaridade e cognição com o seu "estar em casa ou lar" nos seus lugares de origem. O mesmo também entrelaça os vínculos geracionais perpassados ao longo do tempo (passado, presente e num futuro em aberto) com o compromisso não linear, mas cíclico, decorrente da transmissão das experiências e das vivências coletivas enraizadas na comunidade e na história intergeracional, familiar e grupal que atravessa, perpassa, e dá sentidos e significados à tradição, à herança cultural e ao patrimônio cultural dos povos.

Para os autores o enraizamento marca a biografia do indivíduo, ao fundamentar o entrelaçamento essencial entre as categorias de espaço e tempo que dão significados e sentidos às relações e às interações sociais. Em particular, na relação dos lugares como marcação do *self*. O enraizamento cotidiano se expressa ora através dos vínculos não conscientes e no estado existencial não reflexivo, ora por diferentes graus de autoconsciência das pessoas com a comunidade. Dentro de uma perspectiva de segurança subjetiva e ontológica, os indivíduos e/ou grupos sociais desenvolvem os vínculos de apego ao lar habitual com sentido de permanência ao lugar, em conexão temporal. Neste aspecto, o enraizamento e o apego aos lugares criam as condições e os sentidos para a percepção socioambiental e para a construção da autoafirmação, da identidade pessoal e psicossocial. Em contrapartida, o desenraizamento é uma das maiores violências que pode ser perpetrada a indivíduos, grupos e povos.

Os autores enfatizam, a partir do legado de Simone Weil, que o desenraizamento é uma doença perigosa à sociedade. Expressam a situação psicossocial indesejável e perniciosa que deve ser combatida por envolver a separação dos indivíduos da coletividade e dos seus lugares de origem, de maneira violenta, arbitrária e autoritária. Na sua forma extremada, o desenraizamento se expressa através dos genocídios, exílios, invisibilidades e dos

deslocamentos espaciais e involuntários de indivíduos, grupos e povos. Essas categorias sociais abrangentes podem estar relacionadas ao conceito de humilhação social enquanto fenômeno social da dominação perpetrada ao longo dos tempos. A humilhação social, como enfatiza Gonçalves Filho (1998), se define pela soberba, pela ofensa, pela agressão, pelo ataque e por um forte sentimento de humilhação, rebaixamento, angústia e perda da experiência da dignidade humana. É uma estratégia de ação política e psicológica, socialmente premeditada. Seu enfrentamento não é apenas psicológico, mas é, inclusive, político. Requer, como, assinala o autor, estratégias de participação e a elaboração de um trabalho interior, que conjugue as transferências psíquicas nos diálogos e nas trocas de pensamentos, testemunhos, julgamentos e das experiências vividas frente ao outro, as alteridades. Nas palavras do autor:

> Humilhação social é sofrimento longamente aturado e ruminado. É sofrimento ancestral e repetido. Um sofrimento que, no caso brasileiro e várias gerações atrás, começou por golpes de espoliação e servidão que caíram pesados sobre nativos e africanos, depois sobre imigrantes baixo-assalariados. Alcançou roceiros, mineiros ou operários, também uma multidão de pequenos servidores, subempregados e desempregados.
>
> Índios expostos à violação da terra e negros desterrados expostos ao racismo. A perda de bens, a ofensa contra crenças, ritos e festas, o trabalho forçado. A dominação nos engenhos ou depois nas fazendas, nas fábricas e nos escritórios. Roceiros-sem-terra, expostos a trabalhar para só comer. Cidadãos pobres expostos ao emprego proletário, ao desemprego e à indigência: Velhos expostos a ficarem para trás no trabalho acelerado. Mulheres detida por seus pais, irmãos e maridos, por seus professores e chefes. Amantes expostos à vigilância e à proibição, quando o amor aconteceu fora da ordem erótica oficial. Loucos desmoralizados pelas ciências, cassados por tribunais, invalidados pelos manicômios. Crianças pobres e negras estigmatizadas como portadoras de deficiências intelectuais e afetivas por fracassarem num sistema escolar ineficiente.
>
> A violência que machuca o humilhado nunca é meramente a dor de um indivíduo, porque a dor é nele a dor velha, já dividida entre ele e seus irmãos de destino (Gonçalves Filho, s/data, p. 194-195).

O autor enfatizará que há modulações da dominação expressas nas angústias e na reprodução das desigualdades sociais, sejam aquelas decorrentes dos ambientes públicos carregados pelos signos de exclusão e inclusão. Como enfatiza o mesmo, *"enquanto espaços expulsivos na sociedade de classes que tem o poder de lembrar, segregar e de atualizar as desigualdades sociais"*. Seja, também, aqueles decorrentes do *"sentimento de invisibilidade"* perpetrado pela divisão social do trabalho (*"pesam sobre as classes pobres, em nossa sociedade, o trabalho simplificado e o trabalho simples"*) ao desvalorizar o outro, sua humanidade. E mais, ao não acesso aos bens culturais até o *"sentimento de não possuir direitos, sempre precedido pelo sentimento de vigilância"* (Gonçalves Filho, s/data, p. 198-206).

4.2. Comunidades e saberes tradicionais

Essas abordagens teóricas, referidas acima, contribuem para a reflexão sobre o conceito de populações e comunidades tradicionais no contexto da modernização. Na literatura das ciências humanas, tal conceito exprime uma realidade muito peculiar e distinta a povos indígenas e grupos sociais não indígenas – extrativistas, ribeirinhos, seringueiros, castanheiros, marisqueiros, pescadores artesanais, caiçaras, quilombolas, entre outros –, dotados de uma certa concepção de mundo, imaginário, cosmovisão e de saberes–fazeres a partir dos etnoconhecimentos que se diferenciam da lógica e da racionalidade do mundo do capital. As relações ser humano/natureza se dão através do respeito aos ciclos de reprodução da vida e dos manejos sustentáveis e práticas sociais, culturais e simbólicas que sustentam os ecossistemas terrestres e marinhos.

Existe uma tradição dos estudos sobre povos, populações e comunidades tradicionais oriundos da sociologia, antropologia e da geografia, entre outras disciplinas, identificados no relatório *"Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil"*, escrito por Diegues e Arruda (2001), encomendado a pedido do Ministério do Meio Ambiente. Estes autores, num criterioso inventário e levantamento de textos (livros, teses, artigos, relatórios, coletâneas) tratam do conceito de populações tradicionais (povos indígenas e não indígenas). Fazem reflexões conceituais distintas frente aos preservacionistas e conservacionistas da natureza, além de enfatizarem os sistemas nacionais das unidades de conservação brasileiras de uso direto e indireto e, em particular, ao categorizarem as populações tradicionais por áreas geográficas no bojo da diversidade cultural e biológica, a partir dos usos da natureza, dos etnoconhecimentos e do manejo sustentável, além das formas de apropriação e gestão social, cultural e simbólica das mesmas.

Carlos Rodrigues Brandão, em *"A Comunidade Tradicional"* (2010 e 2015) e em *"Comunidade Tradicional: conviver, criar, resistir"* (Brandão e Leal, 2012), traz reflexões sobre o conceito de sociedade tradicional e/ou comunidade tradicional a partir de lugares sociais distintos. Para o mesmo, a comunidade tradicional não surge em oposição as sociedades modernas (às cidades, ao mundo urbano), e nem tão pouco emergem das sociedades indígenas. Em particular, nas palavras do autor as: *"sociedades indígenas ocupam territórios", "socializam restritamente a natureza", "relacionam-se com outros povos tribais"*, são

"anteriores ao mundo da sociedade regional" (representada pela cidade) e se *"reproduzem sem elas, fora ou à margem das mesmas"* (Brandão, 2010, p. 347-361).

Os primeiros estudos antropológicos enfatizam e situam as pequenas comunidades camponesas a partir de territórios, lugares, modos de vida e culturas distintas. Estes estudos pioneiros, em linhas gerais, vão situar as comunidades tradicionais no universo transpassado do campesino, a partir da vida e da economia predominantemente agropastoril e em função da cidade (mais próxima ou mais distante). A partir de Woff, citando Raymont Firth, Carlos Rodrigues Brandão enfatizará que o mundo rural das comunidades tradicionais está correlacionado aos múltiplos universos do camponês. As sociedades camponesas são variáveis, vivem para a cidade e se constituem em "sociedades parciais" e com "culturas parciais". Mesmo quando isoladas são sociedades tradicionais às voltas para o mercado: *"mais do que servir-se da cidade, serviu servilmente a ela, tornando possível a sua existência, a sua expansão e o seu desenvolvimento"* (Brandão, 2010, p. 349).

Além de serem agricultores, envolvem outras categorias, pessoas e famílias, homens e mulheres, como pescadores, artesãos rurais, seringueiros independentes e mineiros de superfície, entre outros, nos trabalhos de subsistência e de produção de excedente para o mercado. Excedente este produzido por membros do grupo doméstico ou por famílias inteiras, com vista para a própria reprodução da unidade doméstica e da comunidade tradicional. E mais: são raros os casos de campesinatos "puros" e que vivem exclusivamente da produção agrícola. Ora associam a mesma à pesca ou à pequena pecuária ou à produção doméstica de artesanato como atividade principal ou secundária. Para Brandão (2010, p. 350), as categorias de bases que, possivelmente, definem a comunidade tradicional, têm como mote a *"inevitável presença do outro na vida de todos"* ao atribuírem identidades.

Para os que vivem em comunidades tradicionais, como salienta o antropólogo, o desenrolar da presença histórica da sociedade moderna é a condição de vida que instaura as rupturas, os desacordos e os momentos de mudanças nos processos de expropriação e de conquista populares. É o momento de inflexão que havia algum tempo anterior ("os tempos de antes e os de agora" ou dos que "veio de fora") e que na atualidade "embaralha" as relações comunitárias com/entre novos e diversos poderes externos, oriundos da cidade. Neste sentido, enfatizará as relações de sujeições inscritas na invisibilidade, negação e expropriação dos lugares e dos territórios que habitam, além dos modos de vida, saberes, imaginários, memórias e experiências da cultura com seus variados graus de autonomia. Há a percepção reflexiva do antropólogo quanto à existência de uma "linha de tempo arcaica" e da "situação de fronteira",

que modela a história da comunidade e da região dos que "ali estavam" em oposição aos que "ali chegaram" e dos que "ali se estabeleceram". Essas dimensões, inscritas nas temporalidades e nos espaços, lugares e territórios – "os tempos de antes", "do agora" ou que "veio de fora" –, podem dar conta da compreensão do olhar sobre a "comunidade tradicional", a partir da história ou da memória na presença dos que "ali estavam" e da posterior ocupação e mudança social dos que, no presente, "estão e vivem ali" (Brandão, 2010, p. 352-353).

Neste aspecto, o autor chamará atenção aos que "ali estavam" como "herdeiros de povoadores ancestrais", revividos como memória fundadora ou com a existência de "pequenos repertórios de mitos", bem como àqueles "herdeiros de povoadores ancestrais reconhecidos", na linha de sucessão intergeração, que explicitam relações e interações sociais que envolvem a memória ativa e o reconhecimento social da geração atual para com a presença na vida dos mais velhos, enquanto geração fundadora com ou sem registros (documentos pessoais ou cartoriais). Segundo Brandão:

> (...) ali estava e vivia versus aquele que chegou a um suposto lugar natural vazio, desocupado, desabitado, ou povoado por povoadores autóctones que respondem justamente pelo ainda domínio da natureza sobre a cultura. Aquele que veio de longe, veio ocupar para conquistar e colonizar algum "imenso vazio" e trazer para ali o desenvolvimento, o progresso, o domínio do homem sobre a natureza, enfim, fazer chegar ali a "civilização" (Brandão, 2010, p. 353).

E, por fim, a "leva de povoadores" que chegaram e se estabeleceram ao instaurarem a "atualidade presente" frente aos "modos antecedentes de vida", com características culturais e identitárias, antigas ou ancestrais. Paradoxalmente, nestes lugares sociais, como enfatiza o autor, são raros os mitos ou as sagas fundadoras. Em contraposição, os "povos indígenas" explicitam e abundam sua cosmovisão com a presença de "deuses ou seres naturais" e de "serem humanos" ancestrais, fundadores de um lugar social. São lógicas sociais, históricas, culturais e econômicas distintas.

A lógica do capital se instaura de maneira invasiva, abusiva e opressiva na socialização da natureza e na mercantilização da vida social. A "chegada do estranho" é traduzida pelas comunidades tradicionais (algumas populares) no *"fazer frente ao capital, ao poder exterior, ao mercado, à sociedade de massa e mídia"* (Brandão, 2010, p. 353). Para o autor, elas estabelecem resistências ativas a partir das relações inter-humanas marcadas culturalmente por *"pessoas e redes de reciprocidade de/entre sujeitos-atores através de produto do trabalho, do que em coisas e trocas de mercadoria através de pessoas, tornadas elas próprias, seres-objetos"* (Brandão, 2010, p. 353).

O que Manuela Carneiro da Cunha (2009), no livro *"Cultura com aspas",* citada pelo autor, enfatizará são as ameaças cotidianas em "regiões críticas de fronteiras" e a cobiça das frentes do capital, inclusive através da "expansão expropriadora do agronegócio e do ambientalismo" e das mídias que veem as comunidades tradicionais como "entrave ao progresso". Entretanto, essas situações são reduzidas quando há a militância de resistência e a presença de atores políticos, jurídicos, de ONGs, do poder público e de coletividades abrangidas pelos direitos humanos e por dívidas históricas, aliadas ao meio ambiente, no que "se refere aos produtos de coleta da natureza", inclusive na tentativa de salvaguardar os territórios patrimoniais, os bens culturas materiais e imateriais e o direito à natureza. E mais, segundo Brandão:

> (...) as populações tradicionais não estão mais fora da economia central, nem mais simplesmente na periferia do sistema mundial (...). As populações tradicionais e suas organizações não tratam apenas de fazendeiros, madeireiros, garimpeiros. Elas tornaram-se parceiras de instituições centrais como as Nações Unidas, o Banco Mundial e as poderosas ONGs do "primeiro mundo" (Brandão, 2010, p. 354).

Para Brandão, o momento presente requalifica o reconhecimento das populações tradicionais como "senhores de direitos ancestrais", legítimos quando bem antes *"viviam os estigmas identitários impostos - no que os desqualificavam no passado -, como índios, negros, mestiços, pobres e marginalizados"* (Brandão, 2010, p. 355). O autor chama atenção de uma tentativa de busca de consenso sobre o que vem a ser "tradicional". Uma compreensão pluralizada com características diferenciadoras que definem uma formação social em comum entre "o indígena e o urbano". Neste mundo partilhado de diferenças, traz em cena *"os estigmas que convocam à mudança e ao progresso"* e a *"conversão a outros deuses ou a um outro modo de pensar o mesmo deus"*, ou mesmo o pensar a noção de "tradicional" como *"resquício do passado 'de nossas culturas mais autenticas' a ser 'preservado'"*; *"bens-de-mesas de nossas refeições diárias"*; *"lugar do atraso e entrave ao progresso"*, ou ainda, *"exemplos de harmonia com a natureza e de desenvolvimento sustentável"* (Brandão, 2010, p. 355). Assim, expressa o autor:

> Exemplos empíricos de populações tradicionais são as comunidades caiçaras, os sitiantes e roceiros, comunidades quilombolas, comunidades ribeirinhas, os pescadores artesanais, os grupos extrativistas e indígenas. Exemplos empíricos de populações não tradicionais são os fazendeiros, veranistas, comerciantes, servidores públicos, empresários, empregados, donos de empresas... (Brandão, 2010, p. 357).

Para além da dimensão dos modos de vida, do ponto de vista cultural, como assinala Carlos Rodrigues Brandão, as comunidades tradicionais são conceituadas a partir das situações das memórias passadas, presentes e atuais, oriundas dos enfrentamentos jurídicos, ameaças armadas e pelas resistências à perda dos territórios e dos modos de viver. O "cerne da memória" das populações tradicionais se traduz, enfatiza o autor, no "correr dos tempos" em lutas, sofrimentos, ameaças e nas resistências com a chegada dos "tempos da Besta Fera" – cerca de arame, cercamento, expropriação e redução progressiva do território original.

Com o processo democrático do país e, em especial, a partir de 1992, com as formulações das políticas públicas sobre as Unidades de Conservação (UC) do SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação – e, posteriormente, com o surgimento do CNPT/IBAMA (Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais), as categorias povos e populações tradicionais foram pensadas, elaboradas e reconfiguradas a partir das pressões dos movimentos sociais e de setores da sociedade civil, como as ONGs ambientais e instituições de ensino e pesquisa.

Os sucessivos Encontros Nacionais dos Povos Tradicionais possibilitaram a constituição de leis e decretos que lograram obter o reconhecimento social e a adoção de critérios de autodefinição para a identificação de pessoas, grupos ou comunidades tradicionais, além da formulação de políticas públicas de desenvolvimento sustentáveis para o conjunto dos povos e comunidades tradicionais do país. Este processo, paulatinamente, contribuiu para as lutas de resistências por direitos, visibilidade e reconhecimento social.

Carlos Rodrigues Brandão, a partir de Diegues e Arruda (2001), faz uma síntese dos indicadores das sociedades tradicionais para caracterizá-las. Em linhas gerais, podem ser assim explicitadas como modos de vida em dependência e em simbiose com a natureza, com seus ciclos e recursos mediados por conhecimentos e saberes profundos, transmitidos entre gerações através da oralidade, como estratégia de uso e de manejo dos recursos naturais. Inclusive, estes conhecimentos, saberes e manejos estão relacionados e vinculados às *"simbologias, mitos e rituais associados à caça, pesca e atividades extrativistas"* (Brandão, 2010, p. 356), chamando atenção para o fato de que as populações tradicionais usam tecnologias relativamente simples, de impacto limitado, com reduzida divisão técnica e social do trabalho envolvendo o produtor e sua família (ou a unidade familiar, doméstica ou comunal), dominando o processo até o produto final.

Estes conhecimentos, saberes e práticas de manejo, para os autores, conferem a reprodução econômica e social dos grupos a partir das atividades de subsistência, com a produção de mercadorias para o mercado, mas com reduzida acumulação de capital e dependência, sobretudo política e econômica, frente aos centros urbanos, próximos ou remotos, bem como ao capital econômico. E, por fim, as atividades econômicas, sociais, culturais e simbólicas expressam ancestralidades e dimensões identitárias atribuídas, entre as várias gerações, aos vínculos e afetos aos espaços, territórios, lugares, pedaços e às moradas, na busca por autoafirmação, reconhecimento e pertencimento aos modos de vida, numa cultura distinta e diferenciada, permeados por relações de parentesco e de compadrio.

Para Brandão, além dessas caracterizações explicitadas por Diegues e Arruda, este ainda assinala outros qualificadores como a "transformação da natureza", além da "autonomia", a "autoctonia" na *"memória de lutas passadas de resistência"* e nas *"histórias de lutas e de resistências atuais e nas experiências da vida em territórios cercados e ameaçados"*. Sobre o primeiro aspecto, o da transformação da natureza, o autor chama atenção ao *"trabalho coletivo de socialização da natureza"*, realizado ao longo de gerações até a atual, mediado por *"múltiplo e complexo modo rústico de trabalho"* associado a um *"saber peculiar"* e com *"mínimos recursos econômicos, empresarias e tecnológicos"*, embora com eficácia produtiva. Essa transformação da natureza *"não raro lembrado como selvagem, intratável, vazio e doentio"* e como um *"lugar social humanamente habitável"* (Brandão, 2010, p. 358).

A "autonomia" e a "autoctonia" se aproximam enquanto noções que expressam "uma mesma história de presença do lugar", marcadas por experiências de vida e de trabalho "isoladas do resto do mundo", mas com graus de autonomia qualitativamente diferentes. As mesmas estão relacionadas e interdependentes entre pessoas, famílias e unidades de vizinhanças, a *"meio caminho entre um aglomerado rural e uma cidade"*, próximas ou mais distantes. Na "autoctonia", seu aspecto definidor traduz-se na *"história de presença do lugar"* através da *"descendência ou linhagem de uma pessoa; família original ou por pequenos grupos de parentes ou parceiros fundadores"* (Brandão, 2010, p. 358).

Nas "memórias de lutas passadas de resistência" para a "história de lutas e resistências atuais", o autor recupera as reflexões de José de Souza Martins para situar as lutas de resistências históricas de "comunidades tradicionais populares". Resistências em situações de luta, de conquista, de confronto e de expropriação, localizadas nas *"memórias de fatos e feitos, das histórias e estórias da fundação do lugar e de sua continuidade"*, elaborada pelas lembranças dos "mais velhos aqui do lugar". Memórias, lembranças e reminiscências

fragmentadas, vagas e imprecisas, permeadas pela "história oral e mítica" e "não raro datada e situada", como explicita o autor, *"contra frentes expropriadoras do passado distante ou próximo, o que qualifica a própria autoctonia"* (Brandão, 2010, p. 359).

4.3. Comunidades tradicionais pesqueiras

A autora Lucia Helena de Oliveira Cunha (2009), em *"O mundo costeiro: temporalidades, territorialidades, saberes e alternatividades"*, traz, de forma sintetizada e analítica, as dimensões temporais, territoriais, saberes e conhecimentos associados ao pescador tradicional que ainda reproduz modos de vida tradicional no mundo costeiro, nas diversas comunidades do litoral sul-sudeste do Brasil. Numa primeira abordagem, a autora define a dimensão temporal como crivada entre/pelo "tempo natural" e pela metáfora do "tempo do relógio". A primeira expressa os múltiplos e distintos ritmos das chamadas sociedades tradicionais, e a segunda expressa a racionalidade atual e a lógica da medida do tempo da sociedade capitalista industrial (Thompson, 1998 *apud* Cunha, 2009, p. 60). Para a autora, ambas as ordens temporais estão presentes de "forma simultânea e contraditória" no universo produtivo e nas representações simbólicas do pescador artesanal. No entanto, para ela, os pescadores artesanais, ainda que articulados às "teias sociais dominantes", não se dissolveram na lógica da modernidade.

Em particular, assinala que o "tempo do relógio" é a expressão do ritmo dominante da sociedade capitalista. Neste aspecto, ela o define como tempo *"fixo e vazio, quantitativo, cronometrado e mecânico dos tempos modernos"* (...). *É a medida abstrata e externa do tempo"*. O relógio é o tempo *"dissonante do ritmo urbano-industrial, da disciplina da fábrica e da produtividade do capital"* (Cunha, 2009, p. 60). É, enfim, o predomínio do tempo do relógio – e das forças exógenas – em fase dos processos de urbanização, do turismo e da inserção da pesca nas redes de produção mercantil, que se impõem na vida cotidiana do pescador tradicional. Segundo a autora:

> Portanto, no passado histórico dos pescadores artesanais, conforma-se um ritmo peculiar no empreendimento de suas atividades, marcado pela predominância do tempo natural, dissonante do ritmo urbano-industrial, da disciplina da fábrica, da produtividade do capital (Cunha, 2009, p. 60).

Como bem assinala a autora, há o "tempo natural" e o "tempo cósmico" com outros ritmos sociais, culturais e simbólicos para os pescadores artesanais, bem como os movimentos

cíclicos e temporalidades que persistem na natureza e na vida social diária, entre os afazeres e trabalhos dos pescadores tradicionais. Tempos que atravessam, transpassam e imprimem *"ritmo singular à apropriação dos espaços naturais e sociais pelos pescadores artesanais... São movimentos apropriados e próprios da natureza dotados de peculiaridade e com várias formas plurais de temporalidade"* (Cunha, 2009, p. 60).

Neste sentido, a autora exemplifica a relevância das fases da lua como componente natural que reconfigura os ritmos, os movimentos e os ciclos das marés para o pescador artesanal. Pois, como sugere, a lua imprime, muda e condiciona "a elevação do nível do mar", "a força da corrente", "a presença do peixe no espaço aquático" e "a modalidade da captura nos exercícios das atividades de pesca", além de explicitar o "tempo cósmico dos mais velhos pescadores", numa sabedoria que leva em consideração a ação da lua, do sol e das estrelas sobre as "atividades ecoprodutivas", no dia a dia do mundo da pesca e da agricultura (Cunha, 2009, p. 60). A autora, citando Maldonado (1993), enfatiza que as categorias "tempo" e "espaço" são universal na cultura marítima. Pois, as mesmas explicitam os desempenhos dos trabalhos, métodos e organização social da pesca.

Para Lucia Helena de Oliveira Cunha, nas comunidades artesanais por ela pesquisadas, o tempo do trabalho no mar define o tempo de trabalho na terra, com seus ritmos, encadeamentos, intervalos e a sucessão das tarefas, numa interseção entre cultura e natureza: "preparo das embarcações", "colocação das redes" e navegação ao mar para a "realização das pescarias" que "passarão longe da terra firme". Em relação à territorialidade, a autora, citando Paul Little, utiliza o conceito de "cosmografia" para refletir sobre a pesca artesanal. Para determinados grupos de pescadores, os espaços são identificados, ocupados e controlados enquanto usos coletivos, tornando-os territórios:

> A cosmografia de um grupo inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele (Cunha, 2009, p. 61 *apud* Little, 2002, p. 4).

Nestes parâmetros, a autora chama atenção para o fato de que as categorias terra-mar-céu (ciclo lunar e processos atmosféricos) integram a trama de significado do "saber biocósmico", a partir de "saberes e práticas pesqueiras" que regulam o "acesso aos recursos naturais" e a "movimentação do espaço marítimo". Como enfatiza: *"Considerando que terra-mar-céu integram os saberes e as práticas pesqueiras de modo interconectado, evidencia-se no universo do pescador artesanal uma noção tridimensional do espaço compondo sua*

territorialidade" (Cunha, 2009, p. 61). Ela ressalta, ainda, a existência dos "pontos cardeais como ordenadores da pesca", na medida em que os mesmos são utilizados para explicitar a previsão do tempo, demarcar a arte de navegação e realizar a atividade da pesca propriamente dita, nos pesqueiros, lugares e caminhos náuticos. O território da pesca artesanal será visto de maneira heterogênea *"decorrente dos movimentos dos peixes; da época, de cada safra e por grupo determinados de pescadores, no tempo e espaço"* (Cunha, 2009, p. 61).

Para a autora, a reprodução social da pesca artesanal acontece no mar e de maneira indivisa na apropriação dos recursos pesqueiros. O mar é por ela entendido como propriedade de acesso comum para a sobrevivência material e para a reprodução da vida dos pescadores artesanais. Além disso, salienta que é no mar que se estabelecem sociabilidades distintas, marcadas pelas diversas modalidades de pesca e por representações simbólicas dadas pelas ancestralidades oriundas de um tempo milenar ou secular dos pescadores. Para a autora:

> Constatou-se que outrora essa unidade entre mar e terra se apresentava de maneira mais pronunciada, em vista de que os *pescadores antigos* capturavam os peixes nas proximidades da costa ou mais perto da terra e diversificavam suas atividades nesse ambiente – aí se localizava sua moradia, os ranchos de pesca, os lugares onde teciam suas redes, consertavam suas embarcações e faziam suas plantações.
>
> Se no mar ocorre a busca do pescado, na terra ocorre a complementação da atividade pesqueira: seja onde fica sua morada, seja onde *entralham* as redes, consertam e fazem a manutenção de seus equipamentos (em geral nos quintais de casa), seja, ainda, onde guardam e conservam seus apetrechos de pesca. A maior parte das embarcações, em geral, permanece no porto, assim como há ainda alguns ranchos de pesca à beira da praia em algumas comunidades pesqueiras, diferentemente do passado, quando se espraiavam nesse espaço (Cunha, 2009, p. 61).

Para Lucia Helena de Oliveira Cunha, há uma relação de complementaridade entre a "terra" e o "mar" que permeia o ciclo de trabalho na captura dos peixes e dos crustáceos na pesca artesanal. Em particular, a terra é o "tempo de espera que prevalece" e o "mar é o tempo de procura do pescado" (Cunha, 2009, p. 61). A autora também chama atenção o quanto a dimensão da mobilidade espacial se faz presente, para os pescadores artesanais, através dos ciclos migratórios dos peixes. O conhecimento dos pescadores é que define os caminhos do mar e das rotas de navegação. Há mobilidades espaciais de deslocamento dos peixes em direções distintas, devido à natureza das correntes marinhas. Além disso, há vários "planos espaciais no mar" onde localizam-se os recursos marinhos, seja nas "superfícies", "fundos", "proximidades das beiradas de praias" ou nos "espaços mais longínquos da terra". Como diz a autora:

> Tanto no passado quanto na atualidade, os pescadores revelaram conhecer também o ciclo migratório dos peixes e sua mobilidade espacial – pois eles se

> deslocam em direções distintas, de acordo com as correntes marítimas. Atuando em vários planos espaciais marítimos – tanto na superfície como no fundo do mar, nas proximidades da beirada e em espaços mais longínquos – conhecendo os caminhos do mar e as rotas de navegação, os pescadores seguem os movimentos da natureza e das espécies, explorando seu território produtivo, social e cultural de modo peculiar (Cunha, 2009, p. 62).

Outra definição de espacialidade e de territorialidade que a autora aborda se faz presente na representação entre gênero e idade. Neste sentido, ela recorre a Maldonado para explicitar a "díade básica" (terra e mar) carregada de concretude e de significados simbólicos. Na terra, como enfatiza a autora (Cunha, 2009, p. 62), se faz o "trabalho acessório", mas, também, é o "momento de descanso", "tempo livre, de lazer". O mar é o espaço "essencialmente masculino, embora existam mulheres". Na costa do litoral sul-sudeste, no passado, as mulheres confeccionavam redes, escalavam os peixes e praticavam a agricultura de subsistência e o roçado de mandioca para a fabricação de farinha. No arrasto de beira de praia da tainha, mulheres e crianças participavam na época de captura deste peixe. Hoje, para a autora, algumas mulheres pescam pelo litoral sul-sudeste, entretanto, majoritariamente ficam circunscritas ao mundo doméstico ou à venda do pescado no mercado local. Bem como, participam, direta e indiretamente, do universo da pesca, através das *"idas e vindas do marido ao mar"*, *"das conversas diárias que entabulam sobre a pescaria"* e do tipo de pescado usados nas *"artes de cozimento"* (Cunha, 2009, p. 62).

A autora assinala, ainda, a separação do trabalho e da moradia do pescador artesanal com mudanças e desorganizações nas formas de sociabilidade cotidiana, com tendência ao "esmaecimento dos laços de vizinhanças e das relações face a face" (Cunha, 2009, p. 63). E, mais: a autora irá explicitar a presença de veranista, atravessadores e empresas de pesca, com percepções distintas sobre o mar e a terra. Para o veranista, o mar é o "espaço do consumo" e da "contemplação imediata e temporária", para as "empresas pesqueiras" e para os "atravessadores", o mar é o "espaço da mercadoria, do lucro". Para o pescador artesanal, é o "local de trabalho e de vida". É o "lugar da sobrevivência" onde se reproduzem socialmente a cultura e as formas de sociabilidade (Cunha, 2009, p. 62).

Neste sentido, o espaço entre o mar e a terra apresenta significações próprias, diferenciadas e opostas. O espaço marinho pode ser compreendido como uma "entidade viva", imprevisível e inesperada, diferente do espaço terrestre. As constâncias do mar se dão pelas fases conhecidas pelo pescador. O espaço marinho marca *"simultaneamente regularidade e irregularidade (ordens e desordens), presente no horizonte do pescador"* (Cunha, 2009, p. 63). A partir do exposto, a autora irá se debruçar sobre os processos modernizantes que interferem

nas atividades dos pescadores. As “desordens criadoras” e “destruidoras”, “tanto na terra como no mar”, no litoral sul/sudeste, elencadas abaixo e extraídas do texto da autora, foram simplificados pois alguns dos seus tópicos se aproximam da realidade contemporânea de Arraial do Cabo e da Região dos Lagos (Cunha, 2009, p. 63). Vejamos:

- Desarticulação da agricultura de subsistência, por volta da metade do século XX, levando a pesca a se constituir na atividade exclusiva e especializada;
- Escassez dos recursos com a diminuição dos estoques pesqueiros, gerada pela sobrepesca ou método inadequado;
- Dependência ao intermediário que impôs a exploração dos ganhos com preços variados e abaixo da produtividade;
- Desconstrução histórica do pescador artesanal como produtor autônomo;
- Pressão dos recursos naturais pela pesca industrial e comercial com grandes impactos ambientais nos territórios da pesca tradicional;
- Ameaças à territorialidade da pesca tradicional;
- Expansão do turismo e da urbanização com a descaracterização das formas de sociabilidade e de estilo de vida tradicional;
- Transformação das áreas ancestrais em balneários;
- Expulsão dos pescadores tradicionais das suas casas próximas às praias;
- Construção de hotéis, bares, restaurantes e casas de veranistas (ou de segunda residência), ocupando os espaços tradicionais do pescador de forma desordenada e, muitas vezes, de modo efêmero nas temporadas.

O interessante da reflexão da autora é que ela compreende essas novas relações históricas, entre tradição e a modernidade, enquanto movimentos dinâmicos das distintas temporalidades. Ao propor a ressignificação do tempo histórico ela busca inscrever o pescador artesanal do litoral sul-sudeste como protagonista entre saberes e conhecimentos, em combinações com processos modernos alternativos. Estes processos, para a autora, embora, sejam considerados produtores da “desordem destruidora”, envolvem novos paradigmas sustentáveis, criativos e inovadores, além de novos arranjos socioculturais e ambientais. Os mesmos envolvem novas relações e conexões entre a noção de tradição e de modernidade. Ambas fazem parte, como sugere a autora, da mesma realidade temporal que correspondente à “ordem e à desordem” nas conduções *“de mudanças e estabilidade, reguladora das tradições”* (Cunha, 2009, p. 63):

> Em verdade, como visto no âmbito da dinâmica pesqueira artesanal, a tradição se repõe na modernidade em suas diversas formas, como presença e ausência, como ser e não-ser, já que elementos do passado permanecem e se atualizam no presente. De outro modo, ainda que muitas vezes de maneira perversa, a modernidade se impõe nas comunidades pesquisadas com muitas facetas, o que não permite pensar sua dinâmica homogênea e univocamente - fechada como um monólito. (Cunha, 2009, p. 63-64).

Fundamentalmente, a autora compreende a necessidade de reinventar, recombinar e potencializar a própria tradição, como sugere, *"livrando-se dos fetiches da modernidade"* e da sua *"positividade destruidora"*, em abertura, as *"novas dinâmicas temporais, ao ser transformada em tempo de criação (elemento positivo)"* mas como um *"ato de entrega (ou de troca) de conhecimentos e tecnologias ambientalmente apropriadas, tais intercâmbios podem atuar na abertura para o novo, para a construção de sínteses históricas"* (Cunha, 2009, p. 64). Em particular, a autora, em diálogos com Morin, Kern e Leff, propõe pensar novos paradigmas que envolvam a tradição pesqueira (os saberes da tradição) e o saber ambiental na modernidade, em tempo de criação, bem como num devir que considere a superação da crise da modernidade (e da tradição) numa "nova política de hominização", de "ética para o futuro" e de "reconhecimento do lugar da tradição na contemporaneidade" (Cunha, 2009, p. 64). Segundo a autora:

> Isso requer pensar em novos paradigmas que permitam, a um só tempo, resgatar e restaurar a tradição pesqueira (ou os saberes da tradição) sob novos termos num circuito interativo entre temporalidades distintas, que possibilite a conjunção entre tradição e modernidade, entre o saber patrimonial e o saber científico e entre saberes transgeracionais, numa relação de coetaneidade. O que se postula é uma nova conexão entre cultura e natureza nas formas tradicionais em que se realize uma recombinação com a modernidade, sem prescindir do saber biocósmico presente, secular ou milenarmente, entre as populações costeiras (Cunha, 2009, p. 64).

A lógica do capital nos territórios das comunidades pesqueiras do litoral sul-sudeste, tem, progressivamente, provocado o *"mundo de desordens ambientais e socioculturais destruidoras"* (Cunha, 2009, p. 64). Como consequência, vem ocorrendo a perda de espaço vital de reprodução social da pesca artesanal, seja nos modos de ser, de viver e de ter acesso ao mar, além da escassez dos recursos pesqueiros. Seja frente à configuração da sociedade de risco *"marcada pela desordem destruidoras em todos os níveis da vida"* (Cunha, 2009, p. 64), provocando a consciência dos riscos ambientais e sociais incalculáveis nas comunidades de pescadores.

4.4. Os saberes tradicionais locais

Para determinados grupos sociais – como os pescadores tradicionais, artesanais e profissionais de Arraial do Cabo, dentre outros lugares da Região dos Lagos –, a *natureza profunda* não é um dado de fora, externo e complementar à vida. As experimentações e vivências são passadas através das gerações, ao longo dos ciclos e dos ritmos da natureza, do tempo de trabalho e das relações familiares e coletivas, no interior de relações sociais em constantes mudanças, inter-relações e transformações, sendo as mesmas transmitidas por um saber-fazer expresso na oralidade, na tradição e no patrimônio natural, cultural e simbólico.

Fundamentalmente, estas sabedorias, conhecimentos e saberes-fazeres podem influenciar e contribuir, coabitar e coexistir enquanto "outro saber", portador de uma compreensão mais cotidiana, prosaica e comezinha sobre os ciclos da natureza, todavia encarnado com o *sentimento profundo* e com o *envolvimento sustentável* sobre a natureza e sobre as paisagens, com seus limites, marcos, imaginários e subjetividades. Entretanto, na modernidade contemporânea, as sabedorias, conhecimentos e saberes-fazeres tradicionais podem tornar-se obsoletos, invisíveis, desnecessários e irrelevantes diante do mundo do consumo, das novas mídias, dos fluxos de visitantes, especulação imobiliária e escassez do pescado.

Busco explicitar, refletir e relacionar sobre o *coabitar,* o *coexistir* e o *conviver* que podem nos educar, ensinar e adotar práticas de manejos sobre a natureza como alternativas sustentáveis à modernidade contemporânea ao refletir sobre a reprodução das desigualdades sociais, humilhações sociais e ausências de reconhecimentos sociais dos saberes tradicionais ao constranger, inviabilizar e invisibilizar a pesca tradicional nos seus espaços, territórios, lugares, pedaços e cantos de praia. Neste sentido, abaixo, trago alguns trechos dos relatos locais.

O pescador artesanal e aposentado da Álcalis, aqui, designado de M (homem, de 70 anos), é dono de *canoas de boçarda* e de companha da Praia do Pontal. Desde bem cedo, aos 15 anos, já restaurava e construía redes de arrasto da pesca tradicional e pescava nas companhas de *canoas de boçarda* da Prainha, Praia Grande e Praia do Pontal. Este saber-fazer foi transmitido pelo avô e pelo seu pai e por pescadores antigos. Além disso, aprendeu desde cedo com a avó, tias, primas e vizinhas a *porfiar* rede de pesca antigas e efêmeras de "gerbo" encomendada por donos de canoas da Praia dos Anjos. O mesmo enfatiza que nas companhas de *canoas de boçarda de arrasto de beira de praia* vai sempre renovando seus membros, porque

os antigos pescadores *"morriam ou um ou outro envelheceu ou ainda outro parou de pescar"*. Para ele, torna-se necessário e urgente transmitir para os novos pescadores este saber-fazer tradicional diante das transformações das paisagens:

> Olha, tradição é quando a gente está a muitos anos no lugar. Eu entendo, isso! O que é uma tradição. A gente convivi naquele período que a gente sabe e que a gente conhece o lugar que a gente está pisando. É isso, para mim. Tradição, é isso! [Tem haver...] com tudo, né? Com a vida que a gente vive, trabalhando e aprendendo. Igual a Álcalis. Para mim, a Álcalis era um patrimônio nosso. E que hoje, a gente passa ali... quando eu passo, tem horas que escorrem lagrimas nos olhos ver aquilo se acabar... De certa parte, foi o que me ajudou muito na minha vida... Fui muito importante para mim a Álcalis [empresa Companhia Nacional de Álacalis, instalada na cidade, a partir dos anos 1940/1990, para a produção industrial de barrilhas e derivados]. A Álcalis e a pesca foram muito importantes no Arraial do Cabo. Hoje, tem uma minoria vivendo do turismo... e para viver do turismo, o cara hoje em dia tem que trabalhar muito! Porque o turismo são só quatro meses... Então, não está dando para todo mundo! (Depoimento de M, homem, de 70 anos, em setembro de 2019).

O carpinteiro naval, aqui, designado de T (homem, de 77 anos), nasceu em 1944, em Iguaba, e, trabalha desde adolescente no ofício de carpintaria naval e no entalhe de madeira e na confecção de miniaturas de embarcações tradicionais na Praia dos Anjos, em Arraial do Cabo. Hoje, encontra-se afastado desta atividade devido a uma queda na reforma de uma embarcação. Mas se dedica nos dias úteis e de lazer a fazer letreiros, brasão de famílias, entalhes de peixes e a construção de caícos e barcos de apoio, além de fazer as suas poesias, versos, prosas e os pequenos pedacinhos de letras de músicas. Ele não nasceu para ser pescador, pois tem consciência da vida difícil "do ser pescador". *"São noites de frio, vento e chuva"* e, comenta:

> Eu gosto de tudo tranquilo... do mar quando está bem tranquilo, eu gosto do vento quando ele está quase sem vento. Por isso que eu digo do Arraial do Cabo é a cidade do "é-vento". É vento para cá, é vento para lá... É vento Sudoeste, Nordeste e Lestada. Não nasci para isso não! Nasci para ser carpinteiro. [Para ele, tradição é o que vem] ...dos pais, da terra, dos bairros da gente e da gente do Arraial do Cabo. São aquelas coisas antigas... É o saber que se manifesta para você não se esquecer. Está sempre lembrando daquelas coisas que você fez e que existiu aqui no lugar. Tradição está nos poetas, nos compositores, nos artistas, nos canoeiros, nos pescadores, nas rendeiras. Para mim, tudo isso é uma tradição. Penso assim, nas coisas antigas e que a gente não esquece na alma da gente. Tradição é tudo o que eu vivi: observando, vendo e ouvindo (Depoimento de T, homem, 77 anos, em setembro de 2019).

A cidade de Arraial do Cabo vem ao longo das décadas passando por processos de mudanças, de rupturas e de perdas da identidade cultural marcada, exclusivamente, pela pesca tradicional. O coletivo de mulheres e homens e outros membros da Praia da Prainha, por

exemplo, é oriundo de famílias antigas e tradicionais, de descendência afro-brasileira e portuguesa: seus avôs, pais e tios viviam antigamente da pesca em *canoas de boçarda* e na plantação de pequenas roças de subsistência, espalhadas nos morros adjacentes ao bairro da Prainha. Eram membros das antigas companhas da pesca de arrasto à beira de praia e, desde então, faziam a coleta de marisco nos costões desta praia. Alguns tinham paióis de salga de peixe e transportavam (até 1950) os peixes salgados em mulas e/ou cavalos por caminhos de terras para Cabo Frio, Araruama, São Gonçalo, Niterói e Rio de Janeiro. O depoimento da marisqueira, poetiza e artesã designada de C (mulher, 59 anos), diz sobre tradição da pesca para além do legado cultural mas enquanto *sobrevivência*:

> O meu pai... ele pescava e depois ele teve que larga a pescaria e foi trabalhar... começou na Álcalis... porque dava um dinheiro fixo e ai a nossa renda melhorou. Não só pra nossa família mas da vizinhança toda... porque você sabe que quem trabalhava na Álcalis antes... subsidiava também a sua família, ajudava muito né... um só da família que trabalhava, ajudava a família toda (...) O que é tradição na pesca? Necessidade! Opção! Sobrevivência! Principalmente, sobrevivência. Porque tá ruim... vai pescar! Tem que ver, né... quantas vezes lá em casa estava ruim... vai para a área de pedra e cata marisco... cozinhou e embalou e vai lá e vende para um quiosque... é o que? Necessidade, não é não? (Depoimento de C, mulher, 59 anos, em abril de 2018).

Assim disse-me ela e juntos os outros membros da Cooperativa de Mulheres da Prainha (Sal, Salga e Sol), composta por 70% de mulheres e 30% de homens pescadoras/pescadores. Bem como, os outros tantos pescadores tradicionais, artesanais e profissionais onde trago seus relatos nas formar descritivas, reflexivas e argumentativas correlacionadas as mudanças, transformações e resistências em cada *lugares de sabedorias* (ou os cantos de praia). Por exemplo, as mulheres "cabistas" sempre se fizeram presentes na pesca tradicional como esposas, mães e filhas de pescadores, dentro do contexto do patriarcado e do machismo. Para elas, os cuidados eram com a educação, a socialização e a transmissão dos conhecimentos para seus filhos e aparentados. Além dos roçados ao pé dos morros, à cata de lenha, e bem como da reprodução das práticas culturais cotidianas como a feitura da renda de bilro e as solidariedades das rodas de fado, contradança e da dança da fita. Seus antepassados plantavam roças de subsistências de banana, mamão, batata, aipim, abóbora, quiabo, maxixe etc., além de colherem o "tomatinho pequeno" e o urucum. Todos estes ingredientes, associados aos diversos peixes, compõem a culinária tradicional, realizada mais dentro das casas das/dos pescadoras/pescadores e marisqueiras do que nos restaurantes locais.

> C, mulher, 59 anos – A Cooperativa [Sal, Salga e Sol, da Praia da Prainha] nasceu da vontade de reunir famílias tradicionais para resgatar nossa cultura já esquecida de Arraial do Cabo, que é a salga do peixe e o aproveitamento que a gente faz das coisas advindas do nosso Cabo, hoje, como as escamas e o marisco. A turma do marisco advinda da Prainha e salgadeiras, também, né? Dispersou todo mundo... todas elas são filhas... filhas e filhos de famílias tradicionais... 70% mulheres e 30% homens, pescadores e pescadoras, pessoal do marisco. Então, estava meio disperso... assim, e tinha uma necessidade muito grande de se fazer algo ali no local... Até então era um grupo, está se formando uma cooperativa. Somos famílias tradicionais, como te falei. Pescadores, mas também pessoas que trabalhavam com a terra. Porque antigamente se plantava muita batata-doce lá no morro [da Cabocla], aipim, mamão, né... abóbora, tomatinho pequeno... a gente ia pra Graçainha pegar o peixe e já vinha com o maxixe... não é não, Lulu? Quando a gente era pequeno...
>
> M, mulher, 47 anos – Pulava a roça dos outros...
>
> C, mulher, 59 anos – Porque tinha a roça lá no morro... tinha a roça lá no morro, aí a gente já entrava por baixo da cerca e era maxixe, o quiabo, né... tomatinho pequeno e já chegava em casa com o peixe e "com uma cobra" e um tomatinho pequeno... [risos] e até hoje a gente gosta muito! "Bonito" frito com tomatinho... molhinho de tomatinho pequeno.... hum... só de falar isso... [expressão de água na boca]. O maxixe... tão bom! O maxixe... E quase ninguém consome mais maxixe... "Bonito"... peixe salgado na brasa!
>
> S, mulher, 61 anos – Peixe salgado na banana, né...
>
> C, mulher, 59 anos – Tudo isso! A gente sente saudade disso... Uuuumm... Resgatar isso, como? A gente vai resgatar a cultura da salga e da gastronomia. Tão bom o "bonito" com tomatinho pequeno, mulato velho!...
>
> M, mulher, 47 anos – A minha infância foi comer tatuí pequeno... aí, sábado, fui pra Monte Alto na casa da minha irmã... e levei a filha dela e fomos pro lado da Praia Grande catar tatuí grandão... aí chegamos lá... lavamos e fritamos e fizemos farofa ... Como que as crianças comeram! "Tia, vamos...". Muita da minha "infância" era tatuí com cervejinha (risos)... Uiscá...
>
> C, mulher, 59 anos – Eles não conhecem... as crianças atuais não conhecem o tatuí, a farofa de tatuí...
>
> M, mulher, 47 anos – Nós fomos criados com tatuí...
>
> C, mulher, 59 anos – A farofa de tatuí... a lesma...
>
> M, mulher, 47 anos – A lesma... Sorocodó... (Depoimento dos membros da Cooperativa, no dia 11 de abril de 2018).

Antes do advento do gelo, grupos de mulheres com seus filhos, de todas as praias da cidade, participavam das puxadas de redes, das atividades de salga do peixe e das de reparos das redes de pescar. A partir dos anos 1960, a industrialização, urbanização, turismo de veraneio e os posteriores turismo de sol e praia (anos 1980/1990 até hoje), bem como, a paulatina escassez do pescado, desorganizaram as relações de solidariedade grupal em detrimento da lógica econômica contemporânea. Neste sentido, frente ao mercado de trabalho e à sociedade do consumo, algumas mulheres pescadoras, marisqueiras e artesãs encontram, na atividade da

pesca, uma forma de gerar trabalho e renda e de salvaguardarem o patrimônio cultural e natural local.

O memorialista R, homem, 52 anos, desde os anos de 1980 trabalha com a história local, a memória e o registro fotográfico sobre a pesca tradicional e a cultura popular da cidade. Junto com o seu filho transmite a memória da cidade através do turismo cultural além da mostra de objetos de referência da pesca e de mudas da restinga. Busca trabalhar a história, a memória, a pesca tradicional e o folclore local no seu ofício de contador de causos e fotógrafo. Chama atenção sobre os saberes, práticas e conhecimentos da pesca e da restinga - passados de pai para filho e pelos membros da comunidade - que vem sofrendo impactos advindos dos meios de comunicação de massa, degradação do meio ambiente e por transformações na cidade advindas do turismo de sol e praia em detrimento da pesca tradicional e da cultura popular. Para ele tradição:

> (...) para mim, é a cultura. Tradição é aquilo que se torna tradicional. Nós temos tradição de secar ovas de tainha. Isso é uma tradição que vem de geração e de geração. Então, é passada. Tradição, para mim, é passada de pai para filho. E, aqui, a gente teve uma sorte... A gente não teve só as tradições dos nossos pais. Mas sim, da comunidade de um modo geral. Essa tradição, hoje... pessoas da minha idade não tem conhecimentos que eu tenho, por que não houve interesse em conhecer o que era tradicional. E o que era tradicional? Era a pesca de rede, era a renda de bilro... era o folclore. Então, para mim, tradição é o mantenedor do conhecimento. Sabe, tradição vem daí... é o conhecimento de pai para filho, é o desenvolvimento da nossa memória e eu acho que isso significa tradição (...) Como era a cidade antes, e do que é hoje? A velocidade do tempo do mundo moderno, hoje, está atropelando o que é antigo e está se perdendo porque é muita informação em tempo real sobre o mundo. E a gente está esquecendo do nosso próprio mundo, do nosso mundo pessoal, do nosso mundo entre famílias, do nosso mundo entre grupos de pessoas que formam uma cidade, formam uma tradição de cidade. A nossa tradição está sendo modificada, a nossa tradição agora é para o turismo... Antigamente, você via pescador na praia. Hoje você ver surfista, banhista... Antigamente, parecia que a praia era só de pescadores: as redes ficavam e tomavam contas [das áreas] das barracas de praias, pra secar. Hoje, essa cultura está se acabando... (Depoimento de R, homem, de 52 anos, em maio de 2019).

O ofício da carpintaria de *canoas de boçarda* são representados por C (homem, de 80 anos, da Praia Grande) e H (homem, de 76 anos, da Prainha). Este último nasceu em Arraial do Cabo, em 1945. Filho de uma família extensa de pescadores advindos da Praia de Pernambuca. É dono de *canoa de boçarda*, na Prainha. O mestre carpinteiro é autodidata e aprendeu o ofício de carpintaria fazendo miniaturas na Prainha. Começou fazendo canoas brincando: *"... fiz uma para ver e gostei tanto que comecei a fazer para todo mundo e apareceu comercio assim para o caíco e tinha sempre aprendizes para ajudar"* - comenta. Aos 16 anos de idade começou a

pesca e com 18 anos já construía e reformava caícos (embarcações pequenas de dois remos feitas de estrutura de madeira, com casco em compensado naval). Já faz algumas décadas que o pescador e carpinteiro naval H (homem, de 76 anos) vem perdendo a visão devido à exposição excessiva ao sol provocando problemas irreversíveis ao cristalino. Um tempo atrás, ele consertava rede de pesca e fazia mais de quatro "caícos" por ano em frente ao paiol dos pescadores da Prainha. Pela experiência, vivência, tato e conhecimento tradicional, com e/ou sem ajuda de assistente, reforma e conserta as *canoas de boçarda* e faz caícos. Neste processo de reforma e construção de embarcações o mesmo tateia, seleciona e prega as madeiras e as modelas e serra, corta, plaina e bate, a céu aberto, na calçada dos pescadores da Prainha. Para tanto usa traçador, lixadeira, furadeira, martelo, formão e espátula para passar a cola industrial e, assim, rejuntar as partes com o pó de serra ou a arreia da praia.

Sobre o pescador e carpinteiro naval C (homem, de 80 anos, da Praia Grande), ao longo do texto, as suas falas diretas e indiretas se anunciarão entre sabedorias, conhecimentos e saberes-fazeres ancestrais e, mesmo, os contemporâneos. Assim, como, as dos pescadores W (homem, de 68 anos), D (homem, de 95 anos) e B (homem, de 64 anos) e dos outros pescadores das companhas da Praia do Pontal que me ensinaram os saberes sobre as *paisagens culturais ancestrais* e a *natureza profunda* ao redor das *camadas subterrâneas, nas memórias alargadas*, das sucessivas comunidades de pescadores tradicionais.

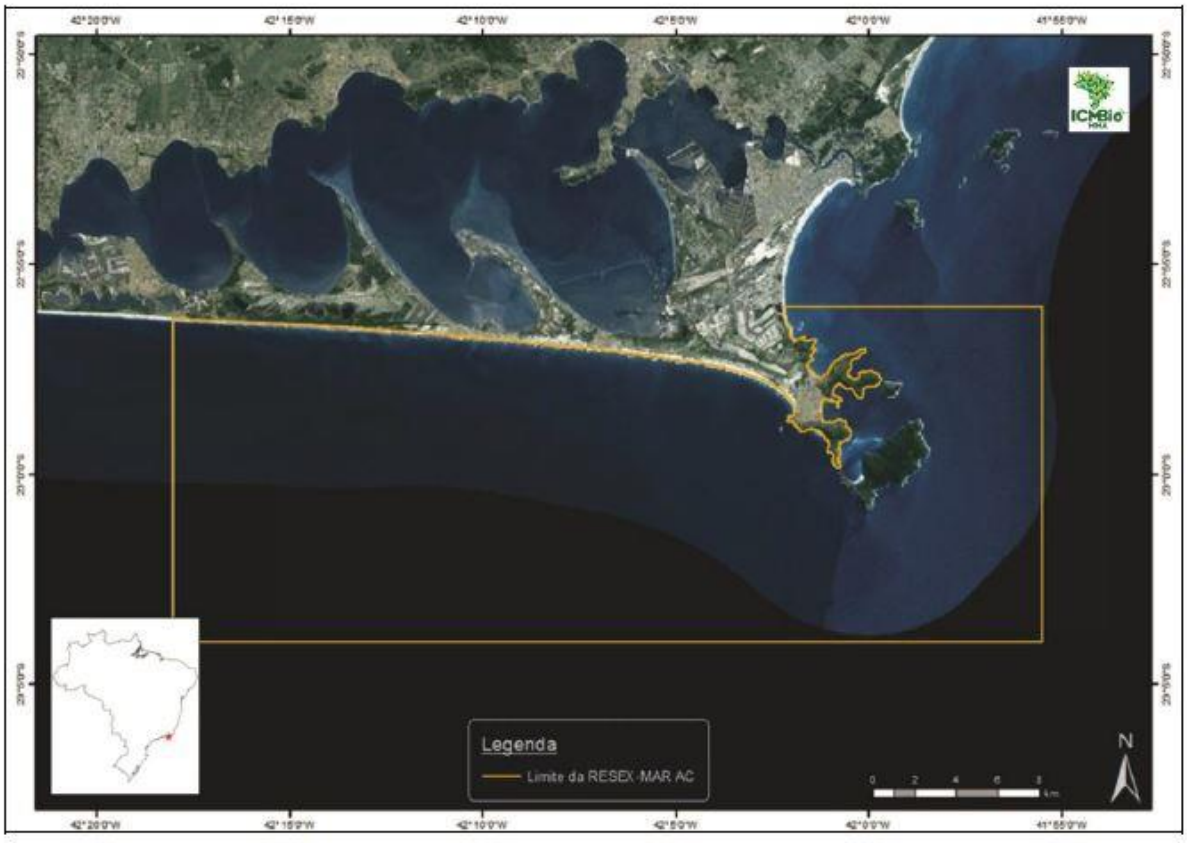
"Mas eu disse e estou falando a você, porque eu tenho a prática. E aprendi com a própria natureza...". Assim relatou o D (homem, de 95 anos) que, me ensinou, e, que aprendeu, inclusive, com os antigos pescadores, sobre a *natureza profunda* que "fala", "sente" e "emite" os sinais, códigos, cores, correntezas e movimentos na fluidez das águas, dos ventos, das nuvens e dos corpos celestes que se prenunciam de *maneira ontológica*, nos extremos dos humores tempestivos e nas bonanças, em mudanças e transformações diárias. Nestes "tempos sombrios" é bom saber ouvi, falar, sentir e interpretar a natureza e os sentimentos profundos inclusive sobre as pescarias tradicionais enquanto legado e herança patrimonial desde os tempos dos antigos pescadores e dos atuais de Arraial do Cabo.

Para muitos pescadores a natureza se encontra "toda errada" diante das mudanças do clima e do mundo da pesca, ofuscando aprendizados, sinais, códigos, valores, sentidos e significados que outrora foram transmitidos, socializados e recebidos tradicionalmente. Os rastros dos riscos ambientais e sociais incalculáveis estão aí, no cenário de Arraial do Cabo e região. A modernidade inconclusa da Álcalis (anos 1940/1990); a especulação imobiliária na cidade (a partir dos anos 1960); o impacto da sobrepesca e a desorganização da pesca tradicional

e, junto com ela, o turismo de massa de sol e praia (aprofundados nos anos 1980/1990) e, recentemente, o pré-sal, que também poderá comprometer a sustentabilidade das paisagens e da natureza, legadas pelos antigos pescadores.

MAPA 1

A Região dos Lagos com a delimitação da área da RESEXMar AC/ICMbio,
Arraial do Cabo (RJ).



Mapa 1 - A Região dos Lagos com a delimitação da área da RESEXMar AC/ICMbio, Arraial do Cabo (RJ). **Fonte:** Arquivo ResexMar AC/ICMBio/Extraído do Relatório sobre o Patrimônio Imaterial e a Chancela da Paisagem Cultural no território da pesca tradicional da Praia do Pontal, na Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo – RJ (Barreto, 2015, p. 28).

5. A ARQUEOLOGIA DOS SABERES TRADICIONAIS

São múltiplas, heterogêneas e milenares as diversas formações humanas e sociais oriundas dos povos dos sambaquis e dos povos dos troncos tupis-guaranis. Em particular, faço uma releitura sobre os povos dos sambaquis, do litoral fluminense, através de vários textos arqueológicos para situar, contextualizar e localizar a tradição, o legado, a herança e a transmissão dos saberes, conhecimentos e imaginários sobre a pesca tradicional (inclusive a atual), decorrentes das sucessivas comunidades de pescadores nos espaços, territórios, lugares e cantos de praia de pescarias da cidade e da Região dos Lagos.

Como sugere Aziz Nacib Ab'Saber (2000, p. 31-42), a formação da paisagem da Restinga da Massambaba (de Arraial do Cabo a Araruama) é recente se compararmos aos tempos geológicos, cerca de dezenas ou centenas de milhares de anos atrás, quando ocorreu a ruptura dos continentes americanos e africanos com a presença constante do mar nos imaginários de quem vive da pesca. A Restinga da Massambaba formou-se, aproximadamente, há cerca de 13 mil anos, entre as oscilações marinhas quanto aos recuos e os avanços do nível do mar com a consequente configuração das atuais beiras de praia entre dunas, encostas, enseadas, promontórios e ilhas próximas ao continente. Ao longo da faixa costeira, pelas ações constantes dos ventos Leste/Nordeste (a "Lestada" que aqui se faz presente, a partir de agosto), surgiram os esporões da laguna de Araruama, associados à diversidade da fauna e da flora com espécies endêmicas da região.

Os primeiros caçadores-coletores-pescadores pré-históricos – *essa humanidade pristina nômade e seminômade, que tornou-se sedentária ao longo dos tempos* – têm suas origens nos sucessivos deslocamentos do período glacial. Possivelmente, como ressalta o autor, a partir das travessias, das rotas e das passagens pelo Estreito de Beringhe, com a formação de "pontes de gelo larga e maciça" entre os continentes da Eurásia, Leste Europeu e Novo Mundo. Nos últimos seis a três mil anos (antes do presente - A. P.), houve sucessivos deslocamentos, migrações e fixações dos povos coletores, caçadores e pescadores na costa brasileira que nos legaram os primeiros testemunhos, vestígios, fragmentos e artefatos arqueológicos na configuração de sociedades e culturas à beira de praia e nas encostas elevadas ou ainda nas áreas adjacentes às lagunas, banhados, rios e matas. Tudo isso envolve a configuração e a formação de sociedades com troncos linguísticos e padrões culturais singulares, heterogêneos e diversos ao seu tempo e ao seu ritmo em mobilidades, ocupações, padrões de assentamentos

e sedentarismos nos lugares ancestrais de origem. Os mesmos são os ancestrais, pristinos e remotos dos atuais pescadores artesanais, tradicionais e profissionais do litoral da Região dos Lagos.

Possivelmente, as *paisagens culturais ancestrais* foram sendo engendradas a partir das observações, aprendizados, vivências e experiências cotidianas sobre a natureza nos territórios da restinga e nas áreas costeiras e marinhas, inclusive associados à coleta, à caça e à pesca a partir de legados ancestrais situados desde os interiores longínquos das áreas das lacunas, brejos, rios e foz até as proximidades das beiras de praias, costões, promontórios e morros na Região dos Lagos. Em tempos não tão recentes assim, os povos dos sambaquis foram expulsos pelas grandes diásporas dos povos e grupos ameríndios, representadas pelo tronco linguístico tupi-guarani no litoral do continente. Isso bem antes da presença colonial, invasora, letal e genocida europeia. De acordo com Ab'Saber:

> Os povos de língua tupi-guarani que vasculharam e fizeram migrações sucessivas e progressivas por milhões de quilômetros quadrados do território tropical e subtropical da América do Sul caracterizam-se por forte adaptabilidade aos domínios de florestas, ao uso dos rios, incluindo moradias e tabas construídas em pontos de diques marginais e sítios de baixos terraços. Desalojando, finalmente, os homens dos sambaquis fixados em beira de restingas, adaptados a viver da pesca e coleta de "frutos do mar". Expulsando e sobrepondo-se belicosamente aos viventes dos sistemas lagunares estuarinos, os tupis incorporaram pela primeira vez, na pré-história brasileira, toda a faixa litorânea frontal do pais, tendo por preferência barras de rios e riachos encostados em morrotes ou maciço costeiro florestados. E chegaram até a Amazônia (Ab'Saber, 2000, p. 42).

Os povos dos sambaquis e os povos e grupos ameríndios nos legaram seus testemunhos em moradias, artefatos materiais, adornos, corantes, fogueiras, urnas funerárias e restos alimentares, como as cascas de moluscos e de conchas e as espinhas de peixes ou mesmo os coquinhos calcinados, entre outros vegetais, encontrados nos diversos sítios arqueológicos. Provavelmente, estes povos – com seus instrumentos de caça, pesca e coleta – formavam sociedades com padrões culturais diversos e múltiplos, densos e complexos, nas trocas de experiências e de convivências frente ao "mundo da vida", com usos de tecnologias e artefatos comunais, estéticos, caseiros e cotidianos para a reprodução dos próprios grupos étnicos e sociais.

Esses povos da costa brasileira utilizavam os recursos da natureza para criarem seus petrechos e artes de pesca, com as pontas ósseas e pontas serrilhadas em pedras; os fios, as agulhas de madeiras e as redes de pesca, além dos pesos de redes em cerâmicas (bolas boleadas); a pesca de linha, com uso de anzóis feitos de espinhas de peixes ou de arraia e, mesmo, os enxós

e machados de pedras usados para desbastar, cavar e plainar as madeiras e os troncos de árvores para, assim, construírem embarcações monóxilas e/ou mesmo para cortar, remover e limpar terrenos ou áreas em clareiras habitacionais. Assim como faziam usos de *"artefatos líticos como lascas, polidores, raspadores, percutores, almofarizes e quebra-coquinhos"* (Gaspar et al, 2011, p. 23), ao transformá-los em instrumentos e artefatos para triturar sementes, raízes e coquinhos, além de fabricarem adornos furados em pequenas pedras coloridas.

Pela diversidade, destreza e habilidade com o uso das mãos, transformavam espinhos de cactos, ossos, carapaça de tartaruga, entre outros, em instrumentos e artefatos cotidiano de caça, coleta e pesca. E, mais ainda, pode-se aventar que eram exímios mergulhadores de apneia na coleta de mariscos e de outros frutos do mar. Os mesmos nos legaram arpões e lanças com pontas de dentes de cações e tubarões. Os povos dos sambaquis, possivelmente, legaram aos povos e aos grupos ameríndios, à época da invasão europeia, as práticas de pescar cações e tubarões (Hansser, 1988, p. 58).

Essas espécies predadoras, hoje, não têm ocorrência rotineira em beira de praia e nem nas proximidades das arrebentações. Entretanto, nos meses de maio, na Praia Grande, nesta beira da praia, há a ocorrência eventual de determinadas espécies de cações ou de tubarões. Os atuais pescadores tradicionais os pescam com redes grandes, designadas de *caçoeiras*. O procedimento consiste em tanger os cardumes de cações a partir de uma embarcação (atualmente motorizada) direcionando-os, como se faz com as "boiadas", da arrebentação para a beira de praia. Os mesmos são cercados por *canoas de boçarda* e emparedados em três grandes redes de malhas distintas e específicas – uma ao centro e duas nas laterais –, com grupos de pescadores dentro d'água do mar cercando, fechando e puxando as três grandes redes unidas para o arrasto à beira da praia. Certamente, as tecnologias de captura de cações e tubarões, pós pré-histórica, devem ter sido outras; ou talvez muito próximas da estrutura de cercar, como as redes da pesca recentes, adquiridas como legados de uma memória pristina, pretérita e arcaica.

Os estudos relacionados aos sítios arqueológicos litorâneos desde então vêm sendo trabalhados com distintos conceitos explicativos sobre as origens dos povos dos sambaquis. Anteriormente, as categorias interpretativas fundantes eram as concepções de povos "nômades", agrupados em "bandos", definidos por "fases" e "tradições" ao se explicitar as identidades sociais e culturais como padrões comportamentais correlacionados aos artefatos ou aos bens culturais materiais, notadamente oriundos da distribuição das indústrias ósseas, líticas e conchíferas (malacológicas).

Atualmente, as hipóteses enfatizam que os povos dos sambaquis pertenciam a grupos étnicos e sociais com mobilidade espacial sedentária e com identidades sociais e culturais instituídas a partir da concepção de "coletores-pescadores pré-históricos" na existência da "cultura sambaquiana" (Tenório et al, 2004, 2008 e 2010) ou da "sociedade sambaquieira" (Scheel-Ybert et al, 2003), ou mesmo "unidades sociológicas" com identidade sociocultural compartilhada (Gaspar, 2000 e 2003). Essas hipóteses tornam-se prováveis, factíveis e proeminentes para se repensar a organização da vida social dos sambaquis ao diferencia-los dos povos ceramistas e dos povos e grupos ameríndios. Em particular, os sambaquis do litoral da costa brasileira eram lugares onde se realizavam as diversas atividades de coleta e de pesca e as "trocas" econômicas, sociais, sagradas e de prestígios sociais.

5.1. As paisagens arqueológicas e os primórdios da pesca local

O conjunto dos sítios arqueológicos concentram-se na Região dos Lagos em espaços e territórios diversos localizados sobre dunas, beiras de praias e nas enseadas protegidas de mar aberto e daqueles sítios situados em lagunas, abrigos e ilhas e, mesmo, em "locais inóspitos, longe dos recursos mínimos para a manutenção de um grupo permanente" (Tenório et al, 2010, p. 128). Há, ainda, os sítios arqueológicos submersos na plataforma continental e os sítios nos interiores da restinga, próximos às lagunas ou corpos d'água.

Muitos dos sítios arqueológicos pesquisados e escavados pela arqueóloga Maria Cristina Tenório (2004, p. 169-178; 2008, p. 127-145 e 2010, p. 129) encontram-se em lugares elevados com visibilidade para as beiras de praias e para o mar aberto. Estando, alguns, localizados ao lado ou próximos aos atuais lugares do *vigia da pesca* e dos *territórios pesqueiros* da cidade. Não é à toa que os sítios arqueológicos de beira de praia, espalhados em Arraial do Cabo e nas outras cidades da região, estejam em dunas estáveis, morros ou em alguma elevação que, possivelmente, comportavam indivíduos e/ou grupos especializados na organização social da pesca. Talvez seja mais provável interpretar os vestígios arqueológicos dos sambaquis de beira de praia, encostas ou morros correlacionados com os usos atuais dos *territórios da pesca,* com seus *pontos do vigia da pesca tradicional* e *pesqueiros* devido ao deslocamento dos *peixes de passagem* decorrente do fenômeno da ressurgência. Em particular, em Arraial do Cabo, como assinala a arqueóloga Maria Cristina Tenório, alguns sítios arqueológicos estão acima dos 50

metros do nível do mar, numa relação equidistante com os outros sítios da própria cidade e com os de Cabo Frio, Armação de Búzios, São Pedro d'Aldeia e Araruama.

Por exemplo, as paisagens arqueológicas da Praia Grande, na cidade de Arraial do Cabo, se interpõem e se confundem espacialmente com o atual *vigia da pesca* para o *cerco de arrasto de rede*, de beira de praia, realizada pelas centenárias *canoas grandes de rede de arrasto de praia* (ou *canoas de boçarda*) e por *canoas de redinha de lula* e ao local, soterrado, chamado *Buraco das pulgas*, próximo ao *Porto das Canoas*, equidistante da grande duna que existia tempos atrás e que beirava a preamar. Fora as outras artes e modalidades de pesca recentes, oriundas da metade do século vinte, encravadas na Ponta da Cabeça; bem como através dos trajetos, caminhos, rotas e trilhas, terrestres e/ou marinhas (inclusive as atuais), até os sítios arqueológicos na observação visual e gestual dos *peixes de passagem* das beiras de praias, promontórios, costões e ilhas da cidade e região.

É necessário um esclarecimento sobre o território da área continental e o da Ilha de Cabo Frio. Neste acidente geológico, em penhasco, para o mar, existe a ruptura do continente, formando no entremeio o curto braço de mar com a Ilha de Cabo Frio. O Boqueirão é a entrada e a saída natural dos *peixes de passagem*, em trânsito, para os "baixios" e em direção às beiras das praias, costões e para a Ilha de Cabo Frio e para as outras ilhas e praias de Arraial do Cabo e região. Para os atuais pescadores das praias de Arraial do Cabo e da Região dos Lagos as mantas e os cardumes referem-se a grandes quantidades de peixes. O magote representa quantidade desprezível para o esforço de pesca. Nesta região, as águas frias do mar ajuntam os cardumes e as mantas dos *peixes de passagem* em distintos movimentos singulares, aleatórios, frenéticos e em frenesis: ora em burburinhos e batidas rápidas n'água, ora brilhantes e cintilantes, em *ardentia* e em *comedia* fazendo correntezas fora da superfície d`água desde a arrebentação à beira das praias. Isso tudo só se vê em áreas ou territórios elevados de encostas, morros ou dunas e/ou no campo visual de beira da praia, em pequenos combros e dunas instáveis (ou não) onde, *desde sempre*, se posicionavam os antigos, pristinos e anciões *mestres vigias da pesca*, como até hoje se faz a pesca do vigia. A palavra vigia está correlacionada à disposição corpórea de indivíduos ou grupos de pescadores que buscam espreitar, perscrutar, contemplar, observar com atenção e controlar as grandes manchas escuras nas águas cristalinas nos movimentos e batidas dos cardumes e das mantas de *peixes de passagem*. Nos comentários de Adolpho de Vernhagem (1851), a partir do texto "Notícia do Brasil", de Gabriel Soares de Souza (escrito em 1587), a palavra indígena "Manhana" significa "Espia" ou "Manhane", pelo

Dicionário Brasílico, “Vigia”. São termos usais na tradição da pesca de arrasto de praia de Arraial do Cabo (Souza, 1972, p. 205, nota 21 da página 22).

Certamente, nas sucessivas comunidades de pescadores pré-históricos e dos povos e grupos ameríndios, a tarefa de visualizar, classificar, nomear, interpretar e gesticular, a partir do alto de qualquer sambaqui, dunas ou elevação propiciou os primórdios da organização social da pesca. Os povos dos sambaquis, ou mesmo os povos e grupos ameríndios, possuíam vocabulários, palavras, gestos, códigos, sinais, símbolos e marcos que, do alto dos sambaquis, interpretavam as *paisagens culturais ancestrais* e a *natureza profunda* da região durante milênios e séculos, inclusive, ao longo do período pré-histórico, perpassado desde a invasão europeia até os dias atuais, ao redor das *camadas subterrâneas, nas memórias alargadas*, das sucessivas comunidades de pescadores tradicionais. Os pescadores e moradores antigos sabem tirar alimentos e água potável da restinga de beira de praia, até hoje. São saberes tradicionais legados em sabedorias, conhecimentos e saberes-fazeres relacionados à *natureza profunda* e à construção das *paisagens culturais ancestrais*. Para a arqueóloga Maria Cristina Tenório (2003) a cultura sambaquiana, no litoral fluminense decorre das diversas atividades de coleta, caça e pesca com grande concentrações de pessoas associadas aos deslocamentos e ocupações de territórios, além das redes de contatos e de trocas rituais entre os grupos e povos dos sambaquis.

Os dados arqueológicos, revelados pela arqueóloga, incidem especificamente no compartilhamento de características culturais sobre o artefato “embarcação”, relacionada aos *“amoladores polidores fixos encontrados no litoral brasileiro e com alta concentração na Ilha Grande”* (Tenório et al, 2008, p. 311) e próximos ao sítio Ponta da Cabeça, em Arraial do Cabo. Os “amoladores polidores fixos”, esclarece a arqueóloga, são *“testemunhos arqueológicos constituídos por conjuntos de rochas que apresentam sulcos resultantes da ação de polir peças líticas”* (Tenório et al, 2008, p. 312). Para a arqueóloga, no sítio Ilhotes do Leste, na Ilha Grande, no litoral do Rio de Janeiro, havia *“exímios canoeiros que tinham altas mobilidades na costa”* (Tenório et al, 2008, p. 316), que intercambiavam e faziam trocas com os membros do sítio Ponta da Cabeça, em Arraial do Cabo. Fundamentalmente, alguns sítios arqueológicos do litoral eram lugares de produção de ferramentas e de instrumentos cortantes, como as lâminas de machados, enxó, entre outros, para a produção de novos artefatos, como as pristinas canoas, feitas de “cascas de árvores”, e/ou das “de um tronco só” ou balsas ou qualquer outra forma de “flutuadores de natação” ou “flutuadores propulsionados” (Calippo *apud* Hornel, 1970). Estes flutuadores possibilitavam boiar, remar e nadar e sua construção era feita por

indivíduos ou grupos de especialistas. Provavelmente, os povos dos sambaquis e seus sucessores ameríndios, pelo litoral, pescavam fora da arrebentação.

Para o arqueólogo Calippo, as evidências e hipóteses, construídas pela arqueologia marítima (Calippo *apud* Delgado, 1997 e Adams, 2002), sugerem que nos últimos 8.000 a 3.000 anos (AP), houve o *"desenvolvimento de tecnologias náuticas"* numa estreita *"apropriação cultural do mar e dos ambientes aquáticos"*, em *"parte da região costeira e dos corpos d'água que atualmente compõem o litoral brasileiro"*, a partir de *"práticas sociais, culturais ou simbólicas* [que] *possam estar associadas tanto ao mar quanto à terra"* (Calippo, 2011, p. 31-32).

O mesmo chama atenção a partir das pesquisas de Tenório, no sítio Ilhotes do Leste, na Ilha Grande, quanto aos *"vínculos entre a produção das lâminas de machados e a confecção de canoas"* (Calippo, 2010, p. 249-50), que estariam, de fato, vinculadas ao surgimento de embarcações. Entretanto, para o autor, as *"bacias de polimentos"*, em *"determinados períodos e locais"*, propiciou o *"aumento na quantidade de canoas produzidas"* e o *"desenvolvimento de novas tecnologias específicas à construção náutica"*. E chama atenção a partir de Semenov (1970, p. 127) quanto às especificidades das lâminas de alguns machados – com funções de enxós –, que servem para escavar o interior e exterior das canoas monóxilas.

Além de refletir sobre os desgastes e as especificidades dos usos e manejos *com as mãos* dos machados e enxós, o arqueólogo explicita que, rente às bordas, em ambos os lados, havia estrias e descartes em simetria na angulação e na inclinação do gume ao ser manejado no bater, escavar e plainar as superfícies das madeiras ou outro suporte. Fora isso, chama atenção quanto os gestos e usos das mãos, em punhos, nos usos dos machados, enxós e outras ferramentas líticas, que exigiam sabedorias ao manuseá-las e que, seus usos repetitivos provocavam esforços físicos para a construção, criação e imaginação de qualquer artefato tradicional feito em qualquer sambaqui do litoral.

Possivelmente, como sugerem Lessa & Carvalho (2015), as atividades com esforços físicos nos joelhos pode ser devido às marchas prolongadas à pé e/ou às atividades de remadas em pé ou sentados em embarcações. Alguns achados arqueólogos evidenciam irritações e infecção nos ouvidos (exostose auricular) devido à forte umidade, ventos frios e temperaturas médias. Fora os acidentes, em vias terrestres, nas trilhas dos costões: *"a fim de realizarem atividades como a coleta de moluscos marinhos... a observação de cardumes e das condições*

do mar e do tempo, e a pesca com anzol, atividade ainda hoje comum entre pescadores artesanais e populações caiçaras" (Lessa & Carvalho, 2015, p. 502).

O fundamental é reter que já havia a possibilidade de uso de embarcações nas proximidades dos sambaquis do litoral, e, em particular, nas beiras de praia de Arraial do Cabo e na Região dos Lagos. As matas de restingas de beira de praia não propiciam árvores de tamanhos, portes e volumes ideais para se produzirem grandes embarcações. Entretanto assim como, até há pouco tempo (anos 1980), muitas canoas escavadas chegavam de fora da cidade de Arraial e região para serem adequadas por carpinteiros navais locais para a pesca tradicional das beiras de praias e na laguna de Araruama.

5.2. A arqueologia dos saberes tradicionais

A "razão de ser" dos povos dos sambaquis, de beira de praia, deriva das construções das *paisagens culturais ancestrais* no manejo dos ambientes da restinga e das áreas costeiras e marinhas. Há uma percepção, nos estudos arqueológicos, de auferir a construção milenar dos sambaquis com algo "intencional", ao destacar a "monumentalidade" e o "forte significado simbólico" dos mesmos. Talvez os sambaquis de Arraial do Cabo e os das costas da Região dos Lagos devam ser analisados a partir das sabedorias, dos conhecimentos e dos saberes-fazeres que nos foram legados tradicionalmente ao articular a *natureza profunda* e as *paisagens culturais ancestrais* dadas pelo fenômeno da ressurgência com os seus *peixes de passagem*. E mais: como lugares privilegiados para a reprodução da pesca tradicional. É um mundo rico e profundo que emerge da vida oceânica e marinha na costa brasileira, com o intercruzamento superficial das correntes marinhas quentes do nordeste.

Infelizmente essa imaterialidade e materialidade da *natureza profunda* só podem ser interpretadas por inferências e analogias indiretas, e muito pouco diz, de fato, das realidades sociais e culturais pretéritas inscritas e marcadas nos bens materiais e imateriais incorporados como vestígios, artefatos e testemunhos arqueológicos. Os povos dos sambaquis e os ameríndios, predecessores das comunidades de pescadores artesanais, tradicionais e profissionais atuais, foram "testemunhas" privilegiadas da presença e da ocorrência cotidiana, constante e contínua do fenômeno da ressurgência, que traz, num encontro singular da natureza, as correntes marinhas profundas e polares do sul com riquezas em nutrientes na qualidade e na quantidade de peixes e frutos do mar.

A rigor, a *natureza profunda* e as *paisagens culturais ancestrais*, arcaicas, pristinas, arqueológicas e históricas, assim como as de hoje, podem ser traduzidas em gestos, códigos, sinais e símbolos interpretativos daquilo que se apresenta, aparentemente, na sua materialidade e imaterialidade, reconhecidas socialmente como o fenômeno da ressurgência com seus *peixes de passagem*. Como diz o pescador D (homem, 95 anos):

> Você em cima está pescando, né? O que aconteceu? A água aqui tá morna!... E, rapaz, que água morna... mas você vê que está pegando. Mas você mergulha daqui a 20 braças, lá embaixo, tá uma água fria. Bem diferente! Uma água contrário... Em cima tem uma água sul e lá embaixo tem uma água leste. Lá embaixo tem uma água preta... são os lençóis de água. Tá me entendendo? Então, quando as águas tá boa, de cor natural, de cima e em baixo, o peixe abre a boca... e da mesma vez, muitas vezes, você vê, já passou comigo, tá vendo o peixe no pesqueiro, dá para pegar quantidade de enchova, né, isso já passou comigo. Ah, que coisa! Enchova tá bom e não está pegando, rapaz! Mas sabe por quê? Porque ali vêm uns lençóis de água... é uma ciência, não? Mas é a sensação que aquela água está sustentando o peixe, na dimensão dela (...) É... a própria água, a própria maré está sustentando o peixe por vários dias... Pega fora, fora, pega pouco... sabe como é? A maré está sendo sustentada pela própria maré... Mas quando olhamos assim pro fundo... tá tudo coberto [de pitangola] ...ele cobrindo a lula, tudo pitangola de peixe de quatro quilos assim... Nós fazíamos assim [gestos], o peixe abria... não adianta! Nós parávamos, ele fechava! Não matamos um pitangola. Por quê? Porque ele estava se alimentando com a maré. A maré traz um pó, uma vitamina para alimentar ele. Tem isso também no mar (Depoimento de D, homem, 95 anos, em maio de 2018).

Na visão do pescador C (homem, 80 anos):

> (...) É coisa da ressurgência. A ressurgência traz alimentação pro peixe. Mas aí, quando ela está amarelada, dificilmente se pode ver o cardume. Entendeu? Mas vem o cardume... mas determinado peixe não faz correnteza, não faz corrente fora e no alto da água, né? Na superfície não faz corrente e aí o pescador não vê e o peixe pode passar, sem ele perceber. Quando está um pouquinho mais clara... aí já avista... o Vigia [da pesca tradicional, no alto do morro] ... já avista longe o cardume... Há outras cores de água. Porque têm a água amarela, a água clara e tem a água azulada. A água azulada que nós chamamos... Que os pescadores... chamamos de água de fora. Água de fora! Porque lá fora no alto-mar não se vê água clara de outra cor. É água azul! Bem mais azul de que a da beira da praia. Porque lá é muito fundo, né? E as correntes de água lá são diferentes. Então, quando ela encosta na praia a água é um pouco azulada. A água de fora! Que se chama água de fora... água de fora... Tem a corrente que vem do Rio [de Janeiro] pra cá, é água leste. Ela vai para leste. É a água que vem do sul. Do leste, para o contrário, é água ao sul. Do leste pro sul. É água ao sul. Então, são três tipos de correntes de água que a gente sabe que têm na Praia Grande, por exemplo. Água de fora, água leste e água ao sul. Quando gera água ao sul, o mar está sempre calmo. A água leste – e, se tiver o vento leste forte, ele sente e sobe um pouco... Corrente de água leste forte com vento sudoeste, ele cria ressaca. Aí ele vai acalmando... aí o vento volta do leste para lá... e se ela tiver a leste, ele continua alto. Ela tem

> que correr água ao sul para o mar acalmar. *Isso tudo acontecia antes. Hoje, não acontece mais nada porque não tem pescador* (Depoimento de C, homem, 80 anos, em setembro de 2019). (Grifo nosso).

Os mesmos são interpretados, classificados e nomeados pelos atributos que personificam e dão qualidades humanas em formas de gestos, movimentos e comportamentos dentro d'água aos peixes. Nas palavras do pescador D (homem, 95 anos):

> Eu estava lá fora pescando, aí então a estrela correu pra sudoeste. Não! Deslocou! Aí então estava pescando, estava olhando... aí veio uma estrela correr, deslocar pro sudoeste. Aí eu olhei assim... ó: daqui a dois dias vem sudoeste. E vinha! Quer dizer... Às vezes estava pescando só com o estrelado, e você quer ver o céu. E lá fora acontece um céu bonito... E vem, sim! Porque eles [os aprendizes de pescadores tradicionais] devem conhecer o vento e deve reconhecer as estrelas que correu para fora, a qualquer mar. Tá entendendo? Mas eles não querem aprender. Eles não querem aprender isso aí. Mas eu disse e estou falando a você, porque eu tenho a prática. E aprendi com a própria natureza... Eu estou dentro do barco, não estou? Aí então o céu está todo limpo pra ele, não forma uma estrela... Conforme a água, traz maré de fora. Pode ter uma cabeça d'água ruim ou vem uma cabeça d'água boa e o peixe vem acompanhando, pega. Tá entendendo? Às vezes, eu sigo a mente procurando coisas. Também, o mar. Você sabe que o mar fala? Pois é, com certeza! Você está descendo no mar, a noite toda, mas chegou meia-noite, está o mar agitado, não tá? Estou com o barco, aqui, a moda... *chega à moda, cabrito!* Mas quando chega cinco minutos para a meia-noite, aquele mar agitado, dá aquela bonança. Tá me entendendo? Não dá aquele vento... aí depois passou todo aquele minuto, aquele quadro, revolta outra vez. O mar tem conhecimentos. Vem uma refresca, também de vento, também influencia, neste caso, é terrível. O mar às vezes está manso, tá mansinho, né? Quando falta cinco minutos para a meia-noite, o mar fica revoltoso. Um minuto de revolta, e vêm de onde aqueles ventos? ... Aí vêm três vagas de mar na roda e páaaaaar ... uuuuaacarrrrrrr [som do mar batendo e refluindo!]. O mar fala. O vento fala, também! Chega meia-noite, o vento, for de onde tiver que for, mas chega meia-noite faz aquela parada, aquela bonança (Depoimento de D, homem, 95 anos, em maio de 2018).

Os povos dos sambaquis, os grupos étnicos ameríndios e as sucessivas comunidades de pescadores artesanais, tradicionais e profissionais perscrutavam o entorno da *natureza profunda* e das *paisagens culturais ancestrais* possivelmente com certa presciência a partir da ciência do concreto (Lévi-Strauss, 1997, p. 15-49), das sabedorias e dos conhecimentos frente à *natureza profunda* na sua presença atemporal, cíclica e sazonal em magotes, cardumes e mantas de *peixes de passagem* olhados, vistos e vigiados a quilômetros de distância nas águas do mar claro, limpo, piscoso e frio. Estas sabedorias, conhecimentos e saberes-fazeres são estruturantes das diversas artes, modalidades e práticas de pesca pristinas, arcaicas e pretéritas da Região dos Lagos.

A pesca como atividade humana tradicional (ancestral e/ou atual) surge das observações, vivências e experiências nas construções sociais das *paisagens culturais ancestrais* em virtude da presença universal, holística, atemporal, mutante, relacional e singular do fenômeno da ressurgência com os seus *peixes de passagem*. Essas reflexões foram transmitidas como legados e advêm da percepção da *natureza profunda* na sua totalidade cognitiva, epistêmica, ontológica, cíclica, sazonal e dada no cotidiano comezinho da pesca tradicional. A *natureza profunda* é um *ente* que tem seus ritmos, ciclos e caprichos e ela está associada às sabedorias, aos conhecimentos e aos saberes tradicionais quando interpretados e transmitidos. Seja quanto às colorações e às qualidades das águas do mar nas beiras de praias, nos costões e no mar aberto, correlacionadas às mudanças das correntes frias dos oceanos. Seja pelas direções dos ventos e das formações de nuvens com viradas de tempo, inclusive com a presença das fases da lua e das estrelas "deslocando" ou "correndo" entre o céu diurno e noturno. Por exemplo, frente aos padrões dos desenhos das nuvens ora evanescentes, carregadas, esfumadas, cheias ou úmidas; ou ora em pinceladas secas, em plumagens, como as nuvens designadas de "rabo de galo", sob o céu, ao fundo azul. As mesmas, para os pescadores tradicionais, prenunciam as mudanças do tempo e do mar com previsíveis antecedências.

O ditado popular dos antigos pescadores de Arraial do Cabo, "Céu pedrento, chuva ou vento!", designa, no fundo de um céu azul e ensolarado, a presença de pequenas nuvens brancas, separadas, em movimento de parada, mas muito próximas, que antecipa a chegada dos ventos, chuvas e tempestades. Uma outra sensação de mudança no tempo ensolarado – com a vinda de prováveis chuvas, ao longo do dia ou dias – são as repentinas lufadas e refrescas de brisas, frias e úmidas, porém, rápidas e passageiras. Aquelas que dão arrepios repentinos! Ou mesmo no mar manso e calmo, parado como uma lagoa, e de forma repentina e cíclica, ocorrem batidas fortes e agudas de pequenas ondas à beira da praia que prenunciam as prováveis ressacas e mudanças de ventos repentinos.

Para muitos pescadores antigos, o prenúncio das mudanças no tempo noturno decorre da formação, em círculos, de névoas úmidas, ora mais próximas ou mais afastadas, ou por fora da lua cheia. Mas ainda quando o pescador, embarcado, sente os "movimentos" das estrelas no céu a correr ou deslocar-se (*À moda, cabrito*, como relatou-me D, homem, de 95 anos), é o prenúncio antecipado das mudanças de tempo, que podem comprometer (ou não) a desenvoltura da pesca tradicional ao acompanhar as correntezas e as circulações e os movimentos das marés que sacodem a embarcação. Como diz o C, homem, de 80 anos:

> Quando a lua cheia tem o risco pertinho... pertinho dela, é uma questão que o tempo – a tempestade, vento ou chuva – tá longe. Quando o círculo fica longe da lua, mais distante da lua... é aproximação de tempo, de chuva ou vento... [O círculo] um metro ou dois metros distante da lua, o tempo vai chegar... está perto de chegar. Quando ele está próximo da lua... é que o tempo está longe de chegar... Eu aprendi isso com os antigos pescadores. Se é verdade, eu não posso afirmar (Depoimento de C, homem, de 80 anos, em setembro de 2019).

Toda essa visibilidade, acuidade e destreza sensitiva, tátil, corpórea, ocular e visual também acontece na pescaria em terra, no caminhar observando e no ato de vigiar parado para perscrutar, ver e enxergar, ao longe, como se faz ainda hoje nas amplas beiras de praias, costões e no mar aberto a partir das áreas elevadas. Um bom exemplo de mudanças bruscas do tempo se dá no período intenso da "lestada", entre agosto a novembro. A mesma provoca o deslocamento constante das areias das praias e contribui para a formação das dunas móveis e/ou estáveis, e propicia a reflexão, a percepção, a intuição, a compreensão e a interpretação das mudanças da natureza por parte dos pescadores tradicionais.

Se fizermos paralelos com a atualidade, a herança cultural legada – *desde sempre* ou *desde que o mundo é mundo* ou *faz raças de anos* – assim como *vai da lembrança dos antigos pescadores tradicionais, de idade avançada* – , como também nos revelam as escavações arqueológicas entre decapagens, perfis e camadas estratigráficas, é possível, ao longo de uma *memória alargada, em camadas subterrâneas*, por analogia, compreender, refletir e interpretar a recorrência, a transmissão e a reprodução social de comportamentos, sociabilidades, atitudes, disposições sociais e *habitus* das sucessivas comunidades de pescadores – da pré-história aos atuais –, com vínculos existenciais, afetivos, sensitivos e reflexivos com a *natureza profunda* nos seus espaços, territórios, lugares, pedaços e cantos de praias da pesca tradicional, permeados por sabedorias, conhecimentos, saberes-fazeres e práticas sociais, culturais e simbólicas sobre as pescas rotineiras, centenárias e milenares.

Em outros escritos (Barreto, 2015), explicitei que a "geografia empírica" do pescador tradicional da Praia do Pontal, assim como nas outras praias da cidade de Arraial do Cabo e das da Região dos Lagos, assinalam a existência de *locais de pescarias, pontos de referências* ou *marcos da pesca* como estratégia de organizar o mundo do trabalho e da vida social em beiras de praias, costões, promontórios e no mar aberto. Como narrou para mim, em 2015, o pescador da Praia do Pontal, aqui, designado, de B, homem, de 64 anos, sobre o pesqueiro de beira de praia, denominado "Pau Fincado", situado em direção à Praia do Algodoal, em Cabo Frio: "...s*e existia ou não o tal pau fincado, isso é irrelevante! O importante é que, a partir desde marco, se observa a 'passagem' dos cardumes ou das mantas de peixes*".

A presença dos grandes cardumes e das mantas dos *peixes de passagem*, nas beiras do mar, nos costões, nos promontórios e no mar aberto em tempos antigos – *bem antes, assim como hoje* – emerge em razão das águas marinhas limpas, frias e piscosas da Região dos Lagos. A rigor, de forma análoga, os sambaquis, ou mesmo os acampamentos concheiros do litoral, podem ser interpretados como *lugares de sabedorias* com seus *marcos, pontos pesqueiros* e *pontos dos vigias da pesca tradicional* na construção milenar, secular e pretérita das *paisagens culturais ancestrais* das sucessivas comunidades de pescadores tradicionais.

Recentes trabalhos arqueológicos (Scheel-Ybert, 1999 e 2000); (Scheel-Ybert et al, 2003) e (Lessa et al, 2015), a partir de análises antracológicas com *"restos de madeiras carbonizados provenientes de solos ou de sítios arqueológicos"*, tais como *"fragmentos de coquinhos carbonizados, sementes e resíduos de tubérculos"*, apontam para a *"utilização de plantas silvestres pelos pescadores, coletores e caçadores pré-históricos da área de restinga de Saquarema"* na Região dos Lagos (Kneip, 2009, p. 202). Em particular, essas pesquisadoras vão ressaltar o quanto os povos dos sambaquis (e, provavelmente, os povos e grupos ameríndios) manejavam – concomitantemente à pesca – uma diversidade de plantas, frutos, raízes, tubérculos, resinas e seivas.

Alguns indivíduos ou grupos, ao longo do litoral, desde os tempos ancestrais, até o momento contemporâneo, são detentores dos conhecimentos tradicionais ao buscarem respostas criativas, singulares, heterogêneas e múltiplas para a organização social da pesca. Neste sentido, *desde sempre* havia a organização das práticas de pesca feitas por grupos de indivíduos capazes e dotados de *maestrias* quanto às leituras dos sinais, códigos, sentidos e marcos profundos da natureza diante das *paisagens culturais ancestrais*. Estes saberes, usos e manejos sustentáveis, *em certa medida*, se constituíram com finalidades do que é útil para fins sociais, culturais e simbólicos.

Seja como legados, testemunhos ou vestígios arqueológicos diversos, heterogêneos, com datações distintas, para cada sambaquis existentes na Região dos Lagos; seja, ainda, como práticas sociais e culturais rotineiras, comezinhas e ordinárias nos cultivos e nos manejos de plantas alimentícias, raízes medicinais e para fins simbólicos, religiosos e ornamentais, usados até hoje, em alguns quintais das casas dos moradores enraizados numa certa tradição da pesca tradicional, e/ou pelas rezadeiras e por membros de terreiros religiosos de Umbanda da cidade e região. Frutos, plantas, raízes e resinas da restinga, até hoje, são transformados e processados em bebidas, alimentos comestíveis, remédios caseiros e bens simbólicos e religiosos e em

petrechos da pesca para aqueles indivíduos e grupos sociais que mantêm envolvimentos e relações profundas com a natureza e com as *paisagens culturais ancestrais*.

Seja, ainda, na carpintaria naval, com madeiras utilizadas para reformar e fazer a parte frontal do beque da proa das *canoas de boçarda* (as duas bordas, denominadas de "boçardas"). Geralmente, como enfatiza a etnobotânica Viviane Kruel, essas podem ser feitas com madeiras da saputiaba, encontradas nos sítios arqueológicos da Região dos Lagos. Ou na feitura das "forcadas" (ou calões), usadas nas grandes redes da pesca de arrasto de beira de praia e na rede de redinha de lula. A mesma é uma madeira reta e resistente, tirada da restinga até os dias atuais. Antes da introdução dos latões, baldes ou dos capacetes de operário, se tirava a água de dentro da canoa com uma cuia feita de cabaça, com alças.

Em *"Viagem pelo Distrito dos Diamantes e litoral do Brasil"* (1974), o naturalista e viajante francês Auguste de Saint-Hilaire (1779-1833), ao percorrer o litoral desde Saquarema a Macaé, antes de chegar a Cabo Frio e a Arraial do Cabo, dá uma descrição "antropológica" das condições de vida e de moradia do pescador e, em particular, sobre a confecção dos fios de redes tirados da planta conhecida como tucum e na feitura da cortiça *"esponjosas de um areticum (anona) que cresce à beira-mar"*. Segundo ele:

> As redes de que servem os pescadores de Saquarema são feitas com um fio muito fino mas ao mesmo tempo muito resistente, tirado das folhas de uma palmeira chamada ticum. [A nota da página do livro, do autor, corrige como "tucum" na língua indígena]. Estas não são submetidas a nenhuma preparação; limita-se a batê-las para separar a casca, destacando-se as fibras lenhosas, facilmente. Essas fibras reunidas produzem uma estopa sedosa e de um belo verde-maçã, que se fia e se tece. Tingem-se as redes de negro por meio de casca da Anacardiácea chamada aroeira (*Schinus therebintifolius* Raddi.); e, à guisa de cortiça, servem-se das raízes mais leves e ainda mais esponjosas de um *areticum* (anona) que cresce à beira-mar (Saint-Hilaire, 1974, p. 144).

De 1960 até meados de 1970, ainda se usavam as grandes redes de pesca feitas manualmente de barbante, de sisal ou de gerbe, e as tarrafas feitas de fios de tucuns por distintos grupos de pescadores tradicionais, nas sucessivas comunidades de pesca em cada beira de praias e na lagoa das cidades da Região dos Lagos. Em Arraial do Cabo, *desde sempre*, as mesmas eram tingidas dentro da canoa com uso da água do mar e com casca de murici ou de aroeira, em fusão nos dias ensolarados para se manter a resistência da rede e para o peixe não mordê-las e nem rompê-las. As cascas de murici, ou de aroeira, eram cozidas em grandes tachos cerâmicos ou tonéis de gasolina, à beira da praia. Além disso, as mesmas eram estendidas para secarem ao sol na areia e/ou em varais de paus fincados na beira da praia, devido à pouca durabilidade dos fios das redes artesanais.

Conceber, criar e inventar as “agulhas” para a produção de linha, para a pesca de linha com anzol e para a confecção de panos de redes e/ou as redes das tarrafas de pesca, é de uma *maestria* que mobiliza todo um imaginário sobre os bens culturais materiais e imateriais, inerentes à pesca tradicional. Sem “agulhas de linhas” não há redes; não há canoas monóxilas e, possivelmente, não há pesca tradicional. Exceto quando as mesmas, para além da pesca, eram usadas para deslocamentos, a navegação e as trocas culturais, econômicas e simbólicas pelas sucessivas comunidades de pescadores. Desde sempre – da pré-história à contemporaneidade – se *porfiavam* os panos de redes com agulhas de madeira frutífera da restinga (pitanga) em gestos rápidos, repetitivos, certeiros e racionais, definindo padrões quanto aos tamanhos (larguras e comprimentos) das malhas, dos nós e das tramas distintas dos fios nas redes de barbantes e nas tarrafas de fios de tucuns. Fazer redes de pesca exige a criação e confecção manual de agulhas e de fios retirados da restinga, derivados de raízes de cipó ou de trepadeiras e de casca de palmeiras.

O saber-fazer agulhas de rede necessita de muita sabedoria, destreza, design e técnica ao criar os cortes internos das madeiras dotadas de espessuras, tamanhos e medidas adequadas com aberturas para armazenar os fios e, assim, costurar, enlaçar, *porfiar* e medir no capricho reflexivo, geométrico e matemático as tramas e os nós racionais, equidistantes e harmoniosos das tarrafas e das redes de pesca. Isso só se faz desde a escolha dos fios flexíveis e rígidos das raízes das plantas e/ou de cipós, trepadeiras e/ou palmeiras, definindo os transados, as espessuras, as qualidades e as resistências para a confecção manual de linhas trançadas, amarradas e úteis que se transformam em bens culturais, materiais e imateriais, para a pesca nas tecnologias sociais do viver, morar e habitar e reproduzir a vida rente à *natureza profunda*: seja no uso de linhas para a pescaria com anzol à beira de praia, costões e promontórios; seja na confecção de redes e tarrafas da pescaria tradicional e mais, ainda, nas confecções de cestarias, jacás, esteiras e as redes de dormir, feitas de cipós, trepadeiras e fios de palmeiras enquanto bens caseiros, costumeiros e rotineiros usados na pesca.

O processo de confecção manual e artesanal dos petrechos da pesca tradicional, com uso de plantas da restinga, vem se extinguindo de forma paulatina em Arraial do Cabo e na Região dos Lagos, sendo este processo acelerado a partir dos anos 1960 até meados de 1990. Com eles, possivelmente, padecem os sentidos, significados e transmissões das sabedorias, dos conhecimentos e das epistemologias quanto à *natureza profunda* e à construção das *paisagens culturais ancestrais*. A *natureza profunda*, dada pelo fenômeno da ressurgência, atravessou e, talvez ainda atravessará milênios e séculos, embora as sabedorias entranhadas sejam

estranhadas, esquecidas, desvalorizadas e tornadas invisíveis diante dos "pescadores urbanos" (ou "matadores de peixes", como fala C, homem, de 80 anos), das ciências modernas e das políticas públicas quando não há o reconhecimento social e nem a valorização desses saberes tradicionais, arcaicos e pristinos, nos seus espaços, territórios, lugares, pedaços e cantos de praias da pesca tradicional.

FIGURA 2

Pesca de arrasto de beira de praia na Praia Grande – Anos 1950.

Figura 2 - Pesca de arrasto de beira de praia na Praia Grande, similar aos arrastos com *canoas de boçarda* das outras praias de Arraial do Cabo – Anos 1950. **Acervo:** Luiz de Castro Faria (MAST)/Colônia dos Pescadores de Arraial do Cabo Z-5.

FIGURA 3

Porto das canoas da Praia Grande (“Buraco das pulgas”) – Anos 1950.

Figura 3 - Porto das canoas da pesca tradicional de arrasto de beira de praia na Praia Grande (com pescadores sentados próximos a pedra do “Buraco das pulgas”) – Anos 1950. **Acervo:** Luiz de Castro Faria (MAST)/Colônia dos Pescadores de Arraial do Cabo Z-5.

FIGURA 4

Porto das canoas da Praia Grande (“Salga de peixe”) – Anos 1950.

Figura 4 - Porto das canoas da pesca tradicional de arrasto de beira de praia com as canoas grandes com suas cobertas, redes e o pequeno paiol da salga de peixes (à esqueda, no canto) – Anos 1950. **Acervo**: Colônia dos Pescadores de Arraial do Cabo Z-5.

FIGURA 5

Porto das canoas da Praia Grande (com "residência") – Anos 1960

Figura 5 - Porto das canoas da Praia Grande com o local exato do antigo lugar para a feitura de óleo de fígado de cação (nos primórdios) e remodelado, a partir de 1945, em paiol da salga de peixe (Figura 4). Posteriormente, nos anos de 1960/1970, torna-se residência. Atualmente é um bar/restaurante de beira da praia. À esquerda, das duas únicas canoas, tem-se a vista parcial das dunas com o Sítio Arqueológico Colônia de Pesca 05 – Anos 1960. **Acervo**: Joaquim Perfeito Silva/Elizeth Tavares de Lacerda/Foto da capa do relatório de 1985 do Centro Cultural Manuel Camargo - Arraial do Cabo (RJ).

FIGURA 6

Pescador confeccionando petrecho (ou apetrecho) na Praia Grande – Anos 1950.

Figura 6 - Pescador confeccionando boias de curtiça de *araticum* com uso de ferro (vergalhão) pontudo; tonel para cozinhar as tintas de aroeira ou de murici e cesto de bambu com cipó para carregar peixes, na Praia Grande, em Arraial do Cabo – Anos 1950. **Acervo:** Luiz de Castro Faria (MAST)/Colônia dos Pescadores de Arraial do Cabo Z-5.

6. O CONTEXTO HISTÓRICO E CONTEMPORÂNEO

O mito fundador do "mundo do cabista" e/ou do morador de Cabo Frio é oriundo do ufanismo do desembarque da expedição errática de Américo Vespúcio, ao constituir-se no engodo da "primeira benfeitoria" na costa brasileira. Pelo lengalenga repetitivo dos textos e das narrativas, a história local, comezinha e provinciana, inicia-se por volta de 1503, no desembarque dos primeiros invasores europeus que, aqui, acamparam entre a Ilha do Cabo e/ou na praia da Rama (atual, Praia dos Anjos) ou na "boca da barra" do Canal do Itajurú. Após cinco meses, de efêmera estadia, a nau do Américo Vespúcio deixa à sorte a vida de 24 (vinte quatro) dos seus membros. Certamente, esses primeiros invasores foram massacrados e/ou alguns deles, possivelmente, canibalizados, no ritual guerreiro da antropofagia, pelos índios das nações e dos povos tupinambás.

Geralmente as naus desembarcavam seus degradados, criminosos, mercenários, aventureiros ou indivíduos de índole duvidosas em qualquer parte do litoral brasileiro para aí estabelecerem povoados, contatos e comércios com os povos nativos. Têm-se, assim, os primeiros contatos com as nações e os povos do tronco tupi-guarani que habitavam o litoral representados pelos tupinambás e tupiniquins, herdeiros diretos dos sucessivos povos dos sambaquis. Os *principais* e os *contrários* ameríndios da costa se guerreavam, anualmente, para obterem novos nomes, prestígios e lideranças no gestual do ritual antropofágico. Os tupinambás, na região de Cabo Frio, são representados pelos seus parentes os tamoios que existiam *desde sempre* com as suas culturas, línguas, tecnologias, fortificações (denominadas de caiçaras), roçados, pescados e petrechos de pesca (anzóis, redes, canoas e saberes tradicionais) e com os seus deuses, pajés, manacás, rituais, festas, danças, comilança junto aos cânticos prenhe de simbologias e cosmologias na organização da vida social, cultural e política.

Os exaltados textos e as narrativas populares sobre a história local pouco trazem as origens e as lutas de resistências das nações e dos povos indígenas contra os domínios português. Paradoxalmente, em embates estéreos e caóticos, reivindicam fatos sociais e históricos "significativos" quanto à localização da "casa da pedra" (espécie de fortaleza de pedra com canhões) se ora estava localizada no Cabo (em Arraial do Cabo) ou se ora estava localizada no Arpoador, na "boca da barra" (em Cabo Frio), como o "grande símbolo" de conquista, distinção e poder colonial. A mesma reflexão se estende para as preocupações quanto ao local exato do desembarque. É a eterna condição de sujeitos colonizados que entronizam e

naturalizam a colonização sem refletirem que "desembarque em qualquer praia" e a existência de "fortaleza de pedra com canhões" significa a institucionalização da violência, do genocídio e do extermínio dos povos e das nações originarias que, na costa, conviviam entre si com as suas idiossincrasias.

As primeiras décadas de presença invasiva e letal europeia se fez em busca de especiarias e pau-brasil e nas tentativas de aliciamento, escravidão e extermínio dos povos indígenas resistentes e contrários à presença portuguesa na apropriação dos seus territórios, culturas e sociedades. Em trocas desiguais por "qualquer bugiganga" dos europeus, em confrontos distintos. E, negociavam com as naus europeias facas, machados, anzóis de metal, espelhos, pentes e missangas, por abundantes especiarias, troncos de pau brasil, aves e animais silvestres. Além de abastecê-las com o que comer e beber, ao longo das viagens transatlântica de volta à Europa.

No século XVI os tupinambás, aliados dos franceses, lutavam contra os portugueses, entre 1554-1567, em toda a costa, no que ficou conhecido como a Confederação dos Tamoios. Como assinalam Perrone-Moisés & Sztutman (2010, p. 404) era um "duplo sistema de aliança" entre "índios" e "europeus". A invasão europeia pelo litoral de São Paulo e do Rio de Janeiro contou com a presença portuguesa e dos seus aliados, os cooptados índios das nações e povos tupiniquins. E, por um breve período, por franceses, também, cooptando os índios das nações e povos tupinambá na tentativa de fundar a França Antártica na cidade do Rio de Janeiro.

> Vinham em missão diplomática ao encontro de Caoquira, um dos chefes que integram uma coalização de diversos grupos tupi - espalhados por um vasto território compreendido entre Bertioga e Cabo Frio - unidos em guerra contra os português. Ficaram conhecidos como tamoio, eram aliados dos franceses e inimigos dos tupiniquim de São Vivente e dos termiminó de Niterói, estes aliados dos portugueses. Representavam uma série ameaça ao projeto colonial lusitano e, inclusive, colocavam em risco a sobrevivência de São Paulo de Piratininga, situado no planalto. O objetivo de Nóbrega e Anchieta era negociar a paz com Caoquira e os seus, pondo fim à assim chamada Guerra dos Tamoio. A missão dos jesuítas culminou, em Iperoig, num assim chamado acordo de paz, celebrado em setembro daquele ano (1563), o qual não pôs fim à guerra, contudo: outros tantos tamoio, sobretudo aqueles da região da Guanabara, mais ao norte, prosseguiram com ações hostis até serem violentamente vencidos (Perrone-Moisés & Sztutman, 2010, p. 401-402).

Somente cem anos mais tarde (no ano de 1615), pode-se sustentar qualquer história de ocupação efetiva e colonial portuguesa na região. Desta presença colonial, invasora, letal e genocida resultou o "Massacre de Salema" (em 1575), no século XVI, em Cabo Frio, com centenas ou milhares de índios tamoios assassinados e exterminados (Moura & Moreira: 2020,

p. 75-78). Sendo este, o momento de fundação de fato do que representaria ser a futura "cidade" de Cabo Frio e do que é hoje conhecida na Região dos Lagos.

Os poucos indígenas sobreviventes foram instalados, como "quase escravos", no aldeamento em São Pedro da Aldeia, por uma Ordem Religiosa Jesuítica como forma de os "civilizar", ao mesmo tempo que os subjugava-os na perda da sua cultura, fé e subjetividades e, ao longo dos séculos, moradores e "poderosos" se expropriarem das suas terras. Essa servidão compulsória, ao auferir ganhos monetários, através da exploração e da alocação de mão-de-obra indígenas, era intercambiada entre os proprietários das fazendas da região de Cabo Frio e das do Rio de Janeiro. Os que conseguiram escapar em vida adentaram para o interior do continente ou de forma compulsória foram aldeados em São Pedro da Aldeia. Além dos remanescentes dos índios tamoios (tupinambás), foram agrupados e "pacificados" os índios goitacás (de Campos dos Goytacazes) e índios do Espirito Santos, pela mesma Ordem Religiosa Jesuítica. Os mesmo foram instalados no aldeamento indígena de São Pedro da Aldeia que envolvia produção agrícola e as pescarias, notadamente, na Ponta de Búzios e as margens do Rio Una.

A partir de 1616, o núcleo inicial passa a ser denominado de Vila de Nossa Senhora da Assunção de Cabo Frio tendo sido ponto importante para o controle colonial, patriarcal e escravista em expansão pelo território fluminense. Bem como pela formação dos setores médios e de dirigentes, em ascensão, de cunho mercantil, comercial, administrativo, militar e religioso enquanto representantes locais dos interesses da metrópole portuguesa que, a par das ações da Câmera de vereadores, de Cabo Frio, controlavam, acumulavam e se auto beneficiavam da lógica de exploração mercantil e escravista (com usos e abusos de indivíduos, homens, mulheres, crianças ou mesmos famílias inteiras além de nações e povos indígenas e africanos) na dominação, exploração e reprodução das desigualdades sociais - através da acumulação primitiva - que remonta, desde à época do Brasil Colônia, passando pelo Brasil Império e pela República, à formação de setores contemporâneos das classes médias e das burguesias emergentes, e subservientes ao capital internacional.

Entre os séculos XVIII ao XIX, a vila de Cabo Frio, "prosperou" lentamente tendo como esteio os grandes latifúndios com uso intensivo da mão-de-obra escrava africana explorada através da monocultura da cana-de-açúcar e na criação de gado. Em particular, a partir da Fazenda Campos Novos. Nestes séculos, houve a intensa movimentação do tráfico negreiro oficial (entre os séculos XVII e XIX) e o tráfico clandestino (século XIX, a partir do ano de

1850) nos territórios do que hoje se denomina as cidades da Região dos Lagos até Campos dos Goytacazes.

> Durante a pesquisa, encontramos elementos que evidenciaram que a região da Bahia Formosa, como era conhecida no século XIX o trecho entre o Peró (Cabo Frio) e Rio das Ostras, foi um intenso ponto de comércio ilegal de africanos, com vários traficantes e seus consignatários atuando nas diferentes praias, aproveitando as características da região, quer as naturais, com praias isoladas e propícias aos desembarques, quer a presença de fazendas com cultivo de produtos tropicais. (Accioli, 2012, p. 31).
>
> *** ***
>
> Esses fatores somados - grande propriedades para apoio ao tráfico, produção agrícola diversificada e um vasto litoral, com área bastante isoladas - permitiram aos traficantes condições para, no período de ilegalidade e do intenso combate ao tráfico, desembarcarem no norte fluminense uma parte considerável dos *710.000 indivíduos, vindo de diferentes partes da África, trazidos entre 1831 e 1856, num círculo de tráfico clandestino*. (Accioli, 2012, p. 71 *apud* pasta BN - Biblioteca Nacional II, p. 31, 21, 5 - em itálico).

A historiadora Accioli enfatiza que, durante doze meses, entre 1844-1845, pelo menos dezoito mil africanos foram desembarcados no litoral de Campos a Cabo Frio. Na cidade, estes desembarque, "*acontecia entre a Ilha Feia e a Ilha Branca, em parte da Baia Formosa, onde José Gonçalves da Silva, tinha a sua fazenda..."* (Accioli, 2012, p. 43 - 59). Bem como, assinala a autora, havia outros locais de desembarques, inclusive, de outros traficantes nas praias do Peró, Tucuns, Manguinhos, Emerências e Rasa. Para Accioli, o tráfico e traficantes eram consorciados com representantes da Câmara de Cabo Frio; moradores das praias, que auferiam ganhos no apoio aos traficantes, além dos membros da praça comercial do Rio de Janeiro; cônsul português (deste período) e de traficantes da costa africana em lugares como Gabão, Luanda, Cabinda, Sofala, L. Marques, Benguela, Quilimane.

Por exemplo, a Praia da Prainha, em Arraial do Cabo, é a única praia da cidade que tem na contemporaneidade contingentes expressivos de pescadores e moradores afrodescendentes. Desde o momento da existência das "praias de pescarias", instituídas nos séculos XVIII até metade do século XIX, havia contingentes de escravos que eram explorado na pesca tradicional e que podem ter sidos membros remanescentes dos quilombos da região de Cabo Frio já que os traficantes escravistas possuíam propriedades, também, na enseada da Praia do Forno.

Após a abolição da escravatura, em 1888, a região de Cabo Frio vivenciou o declínio de sua economia baseada na escravidão, nas fazendas de gado e na monocultura da cana-de-açúcar. No final do século XIX o tráfico negreiro sofre revés o que impulsionou as fugas dos escravos das fazendas da região, após pressão do capital inglês, pela extinção da escravidão. Entretanto,

a historiadora chama a atenção que, desde o início do século XIX, havia a formação inicial dos núcleos quilombolas na região de Cabo Frio. Em particular, no bairro da Rasa, em Armação dos Búzios, os antigos moradores quilombolas pescavam, mariscavam e faziam roças. Após a abolição, este "compesinato negro", para permanecerem nas fazendas "pagavam o dia parar morar" (Accioli, 2012 e Moura & Moreira, 2020).

Em meados do século XIX a região sofreu novo ciclo econômico com mudanças nas *paisagens culturais ancestrais* nas áreas da Restinga e nas bordas da Lagoa de Araruama com a ascensão e o crescimento da indústria do sal. Havia até meados do século XIX o monopólio português quanto a extração, produção e comercialização do sal. Comerciantes e contratadores portugueses proibiam a produção local devido ao monopólio exclusivo dos mesmos à favor da produção salineira de Portugal. Apesar disso, de maneira clandestina, se produzia e se comercializava sal, inclusive, para a salga do peixe.

A partir da metade do século XIX, são instaladas sucessivas quadras de sal para a extração e a produção racional deste produto nas salinas, através de sucessivos aparados tecnológicos implantados por famílias advindas da Europa. A salga de peixe perdurou até os anos de 1950/1960, antes do advento das barras de gelo. Com isso, extinguisse os tradicionais leilões e pregoeiros à beira da praia e entra em cena os donos das fábricas de gelo e o transporte de caminhões na comercialização do pescado.

6.1. As "praias de pescarias"

No século XVIII, instalou-se as primeiras "praias de pescarias", provavelmente, voltadas exclusivamente à pesca, à construção e à reforma de embarcações e ao incipiente comércio de salga de peixe e a produção local restrita e clandestina do sal além das atividades extrativistas e de subsistências nas áreas da restinga e das matas interiores. Possivelmente estes produtos eram comercializados por tropas de mulas, com seus tropeiros, através dos atalhos, rotas, malhas, caminhos e estradas de terras de passagem entre os núcleos, aldeias, fogos e vilas em direção as cidades do Rio de Janeiro, Niterói e Norte Fluminense.

Todo o ciclo econômico, desta época, se plasmava entre a ascensão e o declínio sucessivo da economia regional baseada no tráfico de escravos africanos, na monocultura da cana e na criação do gado, em razão dos interesses dos grandes fazendeiros escravistas. Além

daqueles locatários privados das "praias de pescarias" ou dos chamados "proprietários das redes" e de embarcações e paióis (ou barracões, trapiches) para a guarda dos petrechos e para a produção, estocagem e comercialização da salga do peixe, transportadas por tropeiros. Até hoje, os antigos pescadores falam da designação opressiva (às vezes, orgulhosas) dos "poderosos da pescaria" ou dos "patrões das pesca" de Cabo Frio, no distrito de Arraial do Cabo. Os mesmos eram os proprietários das redes, petrechos, paióis, embarcações e do *dia da vez* ou *trato da vez* das companhas de arrasto de beira de praia da pesca tradicional.

Neste sentido, como cita Lamego, toda costa da Região dos Lagos era considerada *"praias de pescarias"* com posse, propriedade e titularidade garantida a particulares à época do Brasil Colonial. No século XVIII, por exemplo, a Praia do Pontal até a Praia do Canto "esquerdo" do Forte São Mateus era considerada uma orla única e extensa de "duas léguas" que chegava até a "boca da barra" na cidade de Cabo Frio. Em particular, em 1729, essas duas *"praias de pescarias"* pertenciam aos capitães Sebastião Rodrigues e João Soares, e nelas, assim como, nas demais, só *"os moradores e os que têm posses, têm suas pescarias particulares e aí pessoa estranha não pode pescar sem licença dos donos"* (Lamego, 1946, p. 16).

Talvez, como sugeri, em relatório (Barreto, 2015), este documento histórico "*Relação das pescarias de Cabo Frio*" (AHU - Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. Cidade de Cabo Frio, 10 de Outubro de 1729 - *apud* Lamego, 1946, p. 16), possa dar pista sobre as origens da instituição do *dia da vez* ou *trato da vez* da pesca tradicional. O mesmo sugere a existência de um ou mais proprietários nas *"praias de pescarias"*. Esta documentação jurídica demarca a titularidade das *"praias de pescarias"* ou dos "*proprietários das redes*" com respaldo legítimo para o uso e posse privada enquanto um bem individual e/ou familiar, com possíveis herdeiros, na qual, *"pessoa estranha não pode pescar sem licença dos donos"* (Lamego, 1946, p. 16). Revela, também, que as *"praias de pescarias"* já existiam antes ou nos últimos quase 300 anos pela costa de "Cabo Frio". Possivelmente, o controle e o acesso aos recursos pesqueiros no Brasil Colônia e Império demandavam relações hierarquizadas, de dependência e de subordinação entre os estratos da população brasileira mais pobre de origem europeia ou mesmo escrava e indígena. Pois, como revela este documento, em relação aos índios: *"eles são obedientes e servem aos moradores e aos serviços de S. Majestade"* (Lamego, 1946, p. 16).

E, mais, para que a pesca pudesse se constituir como uma realidade econômica e social se fazia necessário ter todo aparato básico da pescaria, tais como: a canoa, a rede, o paiol e os outros petrechos de pesca. Inclusive, ter indivíduos (homens, mulheres e crianças) envolvidos para a conservação e armazenamento do pescado (via salga do peixe) além de sua distribuição

e comercialização, através das tropas de mula. Provavelmente seja neste contexto jurídico, histórico, cultural e social que emergiu a pesca tradicional de arrasto de beira de praia em Arraial do Cabo e nas outras cidades da Região de Cabo Frio.

Olegário Pereira et al (2017, p. 151- 173) sobre a colonização portuguesa na região de Cabo Frio e a atividade da pesca (ou piscatória) reforça e traz novas contribuições para se compreender as relações sociais inscritas na pesca tradicional. De pronto, os autores buscam fazer uma análise diacrônica sobre pesca a partir dos recursos pesqueiros existentes na pesca lagunar e costeira. Enfatizam que a pesca costeira, feita por cerco de arrasto de praia, é uma contribuição portuguesa e a lagunar uma contribuição indígena, com base nos aparatos tecnológicos usados. Os autores chamam atenção que a "rede de cerco", em Portugal, desde 1434, já existia. A partir do século XVI tomara dimensões maiores (chamada de rede-pé ou varredoura).

Para os mesmos, os índios usavam tecnologias rudimentares como à pesca de linha (de anzol de espinhos), redes de tucuns de dimensões reduzidas, arcos e flechas, armadilhas como covos e o envenenamento com uso de plantas, como, timbó ou tangá. Entretanto, esses autores, não fazem alusão as canoas e nem sequer a quaisquer saberes tradicionais. E, mais, as pescarias não visavam a acumulação de capital e nem tão pouco a sua comercialização. E, efetivamente, para os povos pristinos e originários - desde as sociedade dos sambaquis aos ameríndios da costa - as pescarias demarcavam a reprodução dos ciclos da vida social, cultural e simbólica.

O parâmetro tecnológico é insuficiente para se começar a pensar e refletir sobre saberes tradicionais relacionados à pesca. O fundamental é refletir sobre as questões fundiárias e de acesso as "praias de pescarias". Como bem assinalam os autores, *"os proprietários eram indivíduos com cargos militares ou de liderança e ordens religiosas, portanto com posses econômicas para tais empreendimentos"* (Olegário Pereira et al, 2017, p. 171). E, ainda, chamam atenção que em 1731, na Câmara de Cabo Frio, os pescadores menos abastados queixavam-se dos grandes proprietários que "estabeleciam *'caza de redes e toda a fabrica de pescarya'*, lançando suas *'redes de pescar'*, fazendo *'cerco ao peixe'*, não permitindo que outros utilizassem os terrenos (...) para exercerem a atividade, o que na prática era ilegal" (Olegário Pereira et al, 2017, p. 171).

Há outras referências quanto à incipiente e efêmera pesca da baleia, entre 1729-1731, na Ponta dos Búzios, em Armação dos Búzios (Moreira & Fernandes, 2018). Este texto traz, também, os conflitos fundiários entre moradores de Cabo Frio com a "ordem religiosa" de São

Pedro que, no fundo, ao administrar o aldeamento, se beneficiava das atividades dos índios na pesca e na agricultura. Como enfatiza Accioli, os fatos sociais e históricos podem explicitar as correlações intrínsecas entre grupos de moradores e pescadores com seus petrechos além da escravidão e a formação de quilombos com a epidemia de febre amarela, ocorrida em 1851, em Cabo Frio, que acometeu 40% dos moradores do Arraial do Cabo. Posteriormente após epidemia da cólera, houve a da febre amarela. Ambas associadas a "africanização" da região não só pelos quilombos que já existiam desde o início do século XIX mas, também, pelo tráfico ilegal de africanos.

No "Auto de busca e apreensão", de 1851, aos armazéns de propriedade do traficante de escravo José Gonçalves da Silva, em Armação dos Búzios, entre peças e outros bens, havia *"uma vela de algodão de canoa de pescaria... uma porção de cabos velhos de quatro polegadas, dois novelos de fio de rede..."* (Accioli, 2012, p. 149). Estes dados podem dar pista quanto ao uso corrente das canoas com vela de algodão na região, bem como, para além da lavoura cana-de-açúcar e na criação de gado, a possibilidade de escravos africanos terem sidos usados nas pescarias.

Em paralelo a essa economia persistia, na virada do século XIX para o XX, a pesca tradicional através dos "proprietários de redes" mas já não mais pelos arrendamento das "praias de pescarias". Estes "proprietários de redes" eram estimulados a comercializar o pescado salgado, mais do que o peixe *in natura*. Nesta economia de subsistência e de baixa produtividade havia as roças aos pés dos morros que serviam para a extração da madeira e de produtos derivados da natureza no interior da restinga. Usava-se a lenha de carvão para uso doméstico e para o abastecimento do comércio local. Com as madeiras, construía-se as casas de pau-a-pique, bem como, se confeccionava os petrechos de pesca tradicional (madeiras para as partes das embarcações e redes de barbante de algodão com uso de tinturas naturais) além da confecção das cestarias com usos cotidianos de raízes, frutos e folhas como ervas medicinas e culinários.

6.2. Os “núcleos ou centros pesqueiros”

> O principal centro de pesca de arrasto na zona em estudo é o Arraial do Cabo (Cabo Frio), onde encontramos mais de cinquenta canoas e redes de arrasto e aonde há uma verdadeira organização que visa ao rodízio das embarcações, trabalhando diariamente, duas na Praia Grande e uma em cada uma das praias do Anjo, do Forno e do Farol, esta, na ilha fronteira ao continente. De cada lance do arrasto participam nove homens. Destes, sete seguem na canoa, sendo quatro remadores, dois “batedores” de rede e o mestre. Em terra permanece além do vigia, o “cabeiro” que segura a “beta” deixada quando parte a canoa. Do vigia depende, em grande parte, o êxito do lance. Cabe-lhe ficar de espia em uma elevação e avisar aos companheiros a aproximação dos cardumes. Geralmente reconhece com precisão a qualidade e a quantidade do peixe pela cor da mancha que aparece no mar, sua extensão, a velocidade de seu deslocamento. Assinalado o cardume, lança-se ao mar rapidamente a canoa escalada para esse dia, dirigindo-se para o local indicado. A certa distância da praia começam a soltar a rede, presa a um cabo cuja outra extremidade ficou em terra, em mãos do “cabeiro”. A canoa descreve, então, um semicírculo, aproximando-se novamente da praia. Ao terminar o lançamento da rede, é trazida à terra a extremidade do cabo a ela preso. Encosta na praia a canoa e seus tripulantes, auxiliam por todos aqueles que aí se encontram, homens, mulheres e crianças, unem esforços na faina de puxar a rede para a terra. Realiza-se, então, o arrastão propriamente dito: a rede, cuja tralha de chumbo atinge o fundo, é arrastada para a terra trazendo consigo todos os peixes que tinham sido cercados no lance. É esta, em essência, a forma como se processa o arrastão de praia. (Bernardes & Bernardes, 1955, p. 35-36).

Em *“A pesca do litoral do Rio de Janeiro”*, o casal de geógrafos, do trecho acima, detalha, nos anos 1950, os numerosos *centros ou núcleos de pesca* existentes nas baías, nas enseadas e nas lagoas de barras intermitentes do litoral fluminense (de Parati a Atafona). Inclusive, em Cabo Frio, e, nos antigos distritos, de Arraial do Cabo e de Armação dos Búzios (“Ponta de Búzios”), na Região dos Lagos. Eles fazem referência as “condições físicas” (geográficas) para descrever os centros ou núcleos de pesca, a partir dos espaços, enseadas e abrigos com águas calmas e protegidos contra os ventos de tempestade e do mar grosso, estando localizados próximos às diversas e abundantes fauna ictiológica.

> Também nas grandes restingas oceânicas... encontramos núcleo de pescadores. Aí as habitações se concentram em pontos privilegiados mais abrigados contra os ventos de tempestades, geralmente situados na extremidade das praias, protegidos pelos pontões rochosos ou, então, por detrás do cordão de dunas, junto ao rio ou à lagoa, muitas vezes dando as costas à praia. (Bernardes & Bernardes, 1955, p. 17).

Para os autores havia a pesca do interior nas lagoas, embocaduras dos rio e fundos de enseadas, bem como, a pesca marítima ou costeira nas praias limpas, nas pontas, ilhas rochosas e ao largo. A pescaria nos centros ou núcleos de pesca do interior realiza-se nas áreas das lagoas,

embocaduras dos rios e nos fundos de enseadas com uso de técnicas, instrumentos e petrechos diversos, tais como: a armadilha, a espera, o arrasto ou o cerco. Todos às volta para à captura de espécies como o camarão e os peixes como a tainha, robalo, carapicu, com o uso de pequenas redes em saco, chamadas, de puçá (de origem indígena) ou de puçá grande ou puçá-naçu (segundo a narração de Jean de Levy, quando se refere às redes europeias) além dos currais e ganchos de taquara, instalados nos fundos rasos como técnicas artesanais tradicionais, oriundas e legadas pelos primeiros pescadores do litoral.

Em particular, em Araruama e em São Pedro da Aldeia, era de uso corrente as redes de puçá, redes de cauda (ou de dois calões) e redes de balão. Todas utilizadas por pescadores, com uso de embarcações. E, como armadilhas fixas, por exemplo, nas cidades de Saquarema e Maricá, usavam-se os ganchos, currais e estacadas com rede de gancho (ou de gancheia). Em todas essas cidades se pescavam o camarão com a lamparina, à noite, e, em determinadas luas e épocas do ano. Além do uso das tarrafas, habilmente utilizadas, por pescadores, para a captura abundante de camarões nas áreas das lagoas, embocaduras de rios e estuários.

> Em alguns núcleos maiores como em Cabo Frio e na Ilha Grande, que gozam de condições físicas privilegiadas (ancoradouros abrigados e com boas profundidades) e de maiores facilidades econômicas, já vem sendo o arrastão de praia abandonado em proveito da pesca ao largo em barcos de motor – a pesca de traineira. *Todavia, em quase todas as praias limpas do nosso litoral ainda se pratica o arrastão, a começar pela de Copacabana, em plena cidade do Rio de Janeiro* (Bernardes & Bernardes, 1955, p. 25). (Grifo nosso).

Já os centros ou núcleos de pesca marítima ou costeira eram atravessados prioritariamente por prática da pesca tradicional, e, pela introdução, à época, das modernas redes de traineiras (modelo de embarcação a motor) enquanto arte e modalidade de pesca móvel, pelo extenso litoral, com alto poder de captura e de gerar recursos econômicos para os seus proprietários. A pesca tradicional se fazia presente pelo arrastões de beira de praia, com rede de arrasto, e, pela pesca de linha, também, de beiras de praias e nos costões. Sendo, à época, essas duas últimas artes e modalidades de pesca, esteio e característica da pesca tradicional e usual no litoral do Rio de Janeiro e dos estados vizinhos.

Para os autores, predomina nos centros ou núcleos de pesca a pesca de linha e o arrastão de praia nas praias limpas, nas grandes restingas e nas pontas rochosas. Nesta época, os donos de redes e de embarcações (e, pescadores individuais) possuíam distintos tipos de instrumentos, petrechos e embarcações com artes e modalidades de práticas de pesca, tradicionais e/ou modernas, coletivas e/ou individuais, com as quais exploram economicamente os recursos pesqueiros nas áreas do interior, da costa ou ao largo para a captura de crustáceos e dos peixes

diante da fauna ictiológica especialmente rica e variada do litoral. Cuja captura, em qualidade e quantidade, eram vendidas nos mercados do Rio de Janeiro e das outras cidades. Possivelmente, estes locais de pescaria têm as suas origens quanto aos usos, ocupações e *habitus* relacionados às *paisagens culturais ancestrais*, herdeira direta das formações pré-históricas, dos povos dos sambaquis, e, posteriormente, remonta a herança aos povos indígenas. Como sugere, os autores:

> Já os indígenas praticavam neste litoral a pesca de linha, utilizando-se de espinhas presas à extremidade de linha de tucum. Os europeus introduziram o emprego de redes e em breve quase todas as praias desse litoral foram ocupadas por "pescarias", nelas trabalhando escravos e homens brancos assalariados. Os habitantes das primeiras povoações fundadas no litoral fluminense no início do século XVII mantinham-se quase exclusivamente com o produto da pesca. Era este o caso de Cabo Frio, fundação militar que data de 1615 e cujo moradores segundo testemunhos da época *"vivem mais de pescarias e mais dependentes do mar e de sua lagoa que da terra"* (Bernardes & Bernardes, 1955, p. 24). (Grifo dos autores).

Os autores tomam como referência as obras de Jean de Levy (1941), Alberto Lamego (1925) e de Hans Staden (1941) ao definir as origens das artes, das modalidades e das tradições da pesca e da sua gente. No período colonial, a pesca envolvia contingentes de *"índios e homens brancos, entre estes, marinheiros, militares foragidos, fugitivos da justiça. Formavam a princípio pequenos grupos isolados à margem destas lagoas e enseadas que mais tarde deram origens às vilas..."* (Bernardes & Bernardes, 1955, p. 18). Por outro lado, as mesmas estavam associadas a presença indígena e aos petrechos tradicionais das linhas de tucum e das pequenas redes de pescarias, também, de tucum. Em particular, em 1722, há referências quanto às dificuldades econômicas para a aquisição e compra de redes de arrasto. Fora feita, neste ano, petições junto à Câmara de Cabo Frio, com este propósito: *"Rara vez sucede alguém ir pescar naquelas paragens (Ponta dos Búzios) não só por ficar longe da cidade, mas por serem poucos os que têm meios para comprar redes de arrasto"* (Bernardes & Bernardes, 1950, p. 24).

Os autores buscam associar o gênero de vida dos pescadores as condições físicas existentes nas restingas inóspitas às pequenas enseadas montanhosas isoladas. Há premissa predominante inscrita pelo viés de um certo "determinismo geográfico" (a condição física), em detrimento de uma reflexão mais crítica sobre as condições de vida, econômica, social e de moradia dos pescadores. Os mesmos, enfatizam as semelhanças da condição de vida e das práticas de pesca ao longo do litoral fluminense:

> De maneira geral, vivem os pescadores humildemente, em casas, sempre pequenas e às vezes miseráveis, de terra batida ou de tijolos, com cobertura de telha vã ou apenas de palha (...) São todas essas casas muito modestas,

> possuindo em geral apenas um quarto, uma sala e a cozinha; o mobiliário se reduz às vezes a cama, dormindo em esteiras o resto da família, quase sempre numerosa. Em sua quase totalidade são esses pescadores brasileiros natos, filhos de país também pescadores descendentes de índios e portugueses. No Rio de Janeiro (D.F.) há grandes número de filhos de portugueses aqui radicados (Bernardes & Bernardes, 1955, p. 33).

Os pescadores tradicionais se abrigavam nas extremidades das praias em espaços, territórios e lugares que os protegiam contra os ventos de tempestade e o mar grosso, vivendo próximos aos recursos pesqueiros. As *paisagens culturais ancestrais*, desde pedaço do mundo, são bastantes recortadas pelas inúmeras baías, enseadas, costões, pontas rochosas, promontórios, ilhas, dunas e lagoas de barras intermitentes ou provisórias. É recorrente, no texto, a noção de praia limpa. Provavelmente, os autores buscam designar a ausência de intervenções urbanas (malhas urbanas e edificações, ou mesmo a presença de banhistas) nas beiras das praias.

6.3. "Modelos" de crescimento urbano

Nos primeiros anos da República as antigas vilas, núcleos, distritos e territórios da grande Cabo Frio – de Maricá a Campos dos Goytacazes - foram sendo desmembradas para se tornarem as cidades atuais. Em particular, no núcleo de Cabo Frio, no século XIX para o século XX, instala-se no Pontal do Atalaia o antigo Posto do Telégrafo (1814, hoje, em ruínas) e na Ilha do Cabo Frio, o Farol Velho (1833-36) e depois o Farol Novo (inaugurado 1861, e modificado em 1925) em função do microclima presente no topo do morro. Este fenômeno da natureza dificultava a visualização da luz do farol velho, e prejudicava a segurança da navegação. Em 1924 fora inaugurado o Porto do Forno (Arraial do Cabo) para escoar a produção de sal através da Estrada de Ferro da empresa Perinas, beneficiando posteriormente a empresa Sal Cisne. Em 1943, ainda, no Governo Vargas, é elaborado o plano de constituição da Companhia Nacional de Álcalis no então distrito de Arraial do Cabo com capitais oriundos do BNDES e de grupos Belga-Franceses que detinham a patente da produção de barrilhas (Pereira, 2009 e 2010).

Implantou-se assim, a lógica econômica do capital nacional e internacional exaltado pelo desenvolvimentismo e pelo nacionalismo dos militares e setores civil na formação de uma sociedade industrial, de alta tecnologia, na vila de pescadores artesanais do distrito de Arraial do Cabo. A partir de 1953 inicia-se, de forma errática, a produção das primeiras barrilhas,

bicarbonatos de sódio e derivados com uso de mão de obra local e regional e no estimulo às migrações de trabalhadores oriundos da região metropolitana do Rio de Janeiro, das cidades do norte fluminense e estado do Espírito Santo e do Nordeste.

No Álcalis Jornal da CNA (Companhia Nacional de Álcalis) de agosto de 1967 (número 03) e de agosto de 1968 (número 14), ambos, trazem as estatísticas sobre o universo dos trabalhadores da empresa quanto as condições de moradias e quanto ao local de procedência por cidades e estados da federação. Em 1967 ("Pesquisa sócio - habitacional") a mesma enfatiza as condições dos domicílios dos empregados quanto às etapas de construção, titularidade da propriedade e o estado civil dos trabalhadores da empresas. A estatística traz o perfil das 1.691 famílias de trabalhadores. Esta, em 1967, se constituíam de 1.375 (81%) de casados; 293 (15,5%) eram solteiros e de 26 (1,5%) viviam a condição de viúvos e/ou desquitados. Desde, residiam 697 em Arraial do Cabo; 610 em Cabo Frio; 155 em São Pedro d`Aldeia; 124 na Vila Industrial (da própria CNA) e 29 em São Vicente de Paula e os outros 79 trabalhadores residiam em outros municípios. Sobre a titularidade das residências, têm-se: 920 (55%) tinham residência própria; 528 (31%) viviam em casas alugadas; 124 (7%) moravam como empregados nas casas da Vila Industrial e, em outras situações viviam os 122 (7%) trabalhadores da empresa. Do total de 756 residências, em construção, têm-se: 609 (81%) em acabamento; 94 (12%) no alicerce e 53 (7%) em laje.

> A maioria dos que conhecem a nossa Companhia sabe que se trata de uma empresa genuinamente brasileira, no seu conteúdo financeiro e administrativo. Desde a sua criação foi a Álcalis inspirada e estruturada em ideais de autêntica brasilidade [...]. É grande a alegria de contatar, em recente levantamento realizado através do cadastro do pessoal, do Departamento de Relações Industriais, que o quadro de Empregado é formado por pessoas cuja naturalidade vêm de **quase todas** as unidades da Federação (Álcalis Jornal - *De onde somos*/1968). (Grifo do autor).

A matéria jornalística de 1968 ("De onde somos") revela o crescimento e o incremento de 1.544 trabalhadores na fábrica, de todos os cantos do país, com o decréscimo significativo do número de trabalhadores em relação ao ano anterior. Para se ter uma ideia, 73,15% dos trabalhadores eram provenientes do estado do Rio de Janeiro e 26,85% de outros estados da federação, no contexto de uma vila de pescadores. Somente do estado do Rio de Janeiro, migraram 1.202 empregados com seus familiares fora os 79 empregados do antigo estado da Guanabara. Por município do estado do Rio de Janeiro, têm-se: 40,85% dos trabalhadores que já moravam em Cabo Frio (incluso, os dos distrito de Arraial do Cabo) e 12% eram oriundos do Norte Fluminense, com maior concentração de trabalhadores das cidades de Campos dos

Goytacazes (202); Macaé (50) e Itaperuna (37). Além dos trabalhadores advindos de São Gonçalo (25); Niterói (27), Cambuci (13) e Rio Bonito (10). Fora os 20 trabalhadores estrangeiros que, na sua maioria, eram oriundos de vários países europeus.

Esses números revelam um novo perfil de moradores locais com padrões culturais além de vivências e experiências de vida distintas das dos demais pescadores tradicionais. Na enquete do Jornal Álcalis de agosto/1968 ("De onde somos") os 26,85% dos 1.544 trabalhadores de outros estados da federação, eram oriundos, majoritariamente, de Minas Gerais (78), Espirito Santo (45), Paraíba (41), Rio Grande do Norte (38), Pernambuco (29), Ceará (19), Bahia (17), Alagoas (16), Sergipe (15), São Paulo (08), Mato Grosso (07), Piauí (05), Rio Grande do Sul (05), Santa Catarina (04), Amazonas (04), Pará (04), Maranhão (04), Paraná (02) e Goiás (01).

Entre os anos de 1950 e de 1960, pesquisadores ligados ao Museu Nacional do Rio de Janeiro e instituições internacionais realizaram pesquisas sociais no antigo núcleo de pescadores artesanais de Arraial do Cabo, no distrito de Cabo Frio. Até então, nestas décadas, provavelmente, os 2.000 a 2.500 moradores nativos (cabistas) da vila de pescadores viviam exclusivamente da pesca tradicional e da salga do pescado transportados em tropas de mulas; das pequenas roças de subsistências; dos pequenos quintais de casa e na extração de madeiras para carvão para a venda e para o fazer lenha da casa. Geralmente, extraiam madeiras dos morros da Boa Vista; do Morro do Poço do Caboclo (tornou-se, hoje, morro da Cabocla) e no promontório do Pontal do Atalaia. Possivelmente, um dos objetivos dos pesquisadores era a formação de mão de obra assalariada para a Companhia Nacional Álcalis. A mesma tinha sua fábrica e sede no distrito de Arraial do Cabo mas com escritórios e representações comerciais nas cidades da Região dos Lagos e na cidade do Rio de Janeiro.

No filme *"Arraial do Cabo, 1959"*, de Paulo César Saraceni e de Mário Carneiro, o confronto – se é que havia, naquela época – era entre um lugar perdido e idílico de pescadores artesanais e o surgimento da indústria Álcalis (nos anos 40/50) que contribuiu mas não só ela, exclusivamente, para redefinir, a partir daquele momento histórico, as *paisagens culturais ancestrais* com os seus lugares, territórios, pedaços e os seus atuais *cantos de praias* com sua gente no turbilhão de uma modernidade excludente, incipiente e inconclusa. Bem ao gosto do fordismo com a sua linha de montagem, vila industrial, hierarquias no comando e a reprodução da sociabilidade inscrita na lógica racional do capital e da industrialização, à época da transição do Estado Novo para o período desenvolvimentista de JK e das falácias de segurança nacional da ditadura de 1964. E, após privatização, no final dos anos noventa, a empresa entra em colapso

deixando suas marcas profundas de *"promessa de desenvolvimento"* na vida das pessoas e nas *paisagens culturais ancestrais* da natureza das cidades da Região dos Lagos.

Aos poucos, a partir dos anos de 1950, os pescadores tradicionais e os moradores antigos foram envolvidos num "turbilhão" de sucessivas levas de novos indivíduos, famílias, grupos sociais e nos interesses econômicos do capital procedentes de vários lugares. Alguns, novos moradores, passaram da condição de veranistas (anos 1970) para de turistas (anos 1980) e, a partir dos anos de 1990, em moradores majoritários, sobrepujando em quantidade os grupos originais dessas cidades. Principalmente após 1974, com a abertura da Ponte Rio - Niterói. A mesma facilitou a circulação, a mobilidade e o fluxo de veículos e ampliou o número de turista de balneário. Inclusive, incrementou o turismo de veraneio e, posteriormente, o de segunda residência para a Região dos Lagos. A exaltação aprofundada do modelo de "modernidade" – a partir dos anos 1950 - trouxe como consequência o processo de transformação da natureza e das *paisagens culturais ancestrais* através da industrialização, incipiente e inconclusa, com o advento da Álcalis e com o paulatino incremento populacional, especulação imobiliária, "turistificação", "favelização", escassez do pescado e a desagregação das relações comunitárias tradicionais na Região dos Lagos.

Ainda nos anos de 1960, em Arraial do Cabo, a antiga fábrica japonesa Taiyo, localizada na Praia dos Anjos, por um período muito breve de atuação (entre julho de 1960 a 1963), organizou a produção do corte, estocagem e venda de óleos e partes comestíveis da carne de baleia. A fábrica possuía frotas de navios a motor, dotados de sonar (Brettas, 2018, p. 91-95). De acordo com convenções internacionais, acordadas pelo governo de João Goulart, fora obrigada a desativar a fábrica e parar com as matanças das baleias, assim como, da captura das mesmas na zona costeira e continentais. No local da fábrica fora instalada à base da Marinha do Brasil com objetivo estratégico de salvaguardar, proteger e preservar a Ilha do Cabo (ou Ilha do Farol) e para fazer experimentos, em acústica, para submarinos nas áreas do Pontal do Atalaia. Em meados dos anos de 1970 é implantado o Instituto de Estudos Almirante Paulo Moreira, vinculado à Marinha do Brasil, para a produção das pesquisas oceanográficas e conhecimentos científicos afins.

Duas décadas depois, as cidades da Região dos Lagos se consolidam como destino turístico de sol e praia pelos órgãos governamentais. No cotidiano destas cidades, visivelmente, percebe-se as perdas paulatinas dos territórios, das práticas e das tradições da pesca local. Por outro lado, desde meados dos anos 80 e avançando nos anos 90, surgem, concomitante, dois novos processos migratórios: 1) a região absorveu fluxos migratórios dos antigos visitantes e

frequentadores no movimento de comportamento de veranistas para moradores, e, 2) o surgimento de novos fluxos migratórios advindos das "barganhas políticas" locais com deslocamento de contingentes de moradores oriundos da região metropolitana do Rio de Janeiro e de algumas cidades do Espírito Santo. Essas concessões e "barganhas políticas" - inclusive, com invasões e doações de terras públicas -, eram e, ainda são, as moedas de "trocas" para a formação de "currais" eleitorais. Em termo retrospectivo, em documentos da Secretaria Municipal de Planejamento/Plano Diretor Sustentável – 2006, somente, em Cabo Frio, a população mais que dobrou nestes últimos trinta anos: 1991 (84.915 hab.); 1996 (115.020 hab.); 2001 (126.828 hab.) e 2007 (162.229 hab.). Em 2011, o número total de moradores de Cabo Frio era de 186.227 habitantes. As projeções para o ano de 2020 apontam para um crescimento populacional estimado em 214.072 novos habitantes.

Em Arraial do Cabo, parte dessa população fora residir inclusive no Segundo Distrito (Monte Alto e Figueira, entre outros bairros) e no centro da cidade no Sítio, Boa Vista e Cabocla. Em certo sentido, ainda hoje, parte destes novos moradores são estigmatizados pelos pescadores "cabistas", natos, pelo termo pejorativo de "caringós". É importante frisar que houve, anteriormente, duas outras formas de dualidade, de evitação, de competição e de disputas entre os próprios "cabistas": uma "rivalidade" instituída nos anos de 1950, entre moradores da Praia dos Anjos e da Praia Grande e, outra, mais recente, no começo dos anos 90, entre certos proprietários de canoas da Praia Grande. Disputa dual, denominada e reconhecida de forma jocosa a partir das lembranças do conflito entre o "Irã e o Iraque".

Os distritos de Arraial do Cabo e Armação dos Búzios se emancipam da cidade-sede de Cabo Frio em 1985 e 1995, respectivamente. Este desmembramento administrativo aprofundou as desigualdades regionais. Em particular, após a privatização da Álcalis, em 1992, e, posteriormente, em 2006, com a paulatina quebra, abandono e o encerramento das atividades produtivas da empresa gerando desemprego nas economias das cidades da Região dos Lagos. E, em certo sentido, provocou o colapso do comercio local que dependia da renda dos trabalhadores da Álcalis. E, mesmo, das pequenas e médias empresas prestadores de serviços e de produtos da região que dependiam da mesma.

A consequência desses fatos, a partir das décadas de oitenta e noventa, para os pescadores tradicionais de Arraial do Cabo foi a excessiva exploração dos estoques pesqueiros nas áreas e territórios da pesca tradicional, bem como, em torno da extração de mariscos nos costões da cidade. Ocorreu o aumento exponencial de moradores urbanos - destituídos dos saberes-fazeres da pesca tradicional – que, por sobrevivência, viram nas atividades da pesca

uma fonte de ganho, de renda e de trabalho. Mais ainda, este excesso de novos "pescadores urbanos", possivelmente, contribuiu para a paulatina desorganização dos territórios da pesca tradicional com a perda, redefinição e a ausência de regras de ocupação das beiras de praias, costões e lamina d`água e, a paulatina, concorrência, disputa, substituição e redefinição do perfil de pescadores da pesca tradicional local. E ainda, concomitante a criação da reserva extrativista marinha, houve a reorganização do mundo do trabalho da pesca tradicional com a introdução de novas tecnologias ao provocar novos reordenamentos quanto ao uso dos territórios.

Em paralelo a isso, nas beiras de praias, por exemplo, na Praia Grande e na Prainha, em Arraial do Cabo, tempos atrás – pelas narrativas dos antigos pescadores - havia uma paisagem e uma natureza intacta formada por uma restinga composta de grandes dunas nas encostas das pedras a beira mar, de lacunas, alagados, brejos e pântanos que foram soterrados, desfigurados e ocupados, por um lado, pelos grandes empreendimentos imobiliários e, por outro, por pescadores tradicionais e seus familiares numa sucessiva ocupação desordenada, ambas, lado a lado, fomentando a criação de bolsões de pobreza e de riqueza.

É visível, em Arraial do Cabo, este processo desordenado de ocupação nos morros da Boa Vista (Praia Grande) e o da Cabocla (Prainha) e no bairro do Sítio, no centro da cidade. Estes bairros têm um percentual significativo e expressivo de pescadores tradicionais, coabitando com moradores advindos do Espírito Santo, nos anos 80 e 90, denominados de "carigós". Inicialmente, os conflitos entre estes dois grupos (pescadores tradicionais e "carigós") se expressavam na competição, disputa e competência frente aos recursos pesqueiros e aos lugares da pesca tradicional com as suas artes e modalidades de pesca.

Atualmente, na restinga e beira da Lagoa de Araruama, nas áreas próximas aos bairros do Segundo Distrito, em Arraial do Cabo, assistisse as invasões clandestinas de moradores, alguns, provenientes da região metropolitanas do Rio de Janeiro. Inclusive, essas invasões vêm ocorrendo nas áreas da Restinga de Massambaba no interior e nos limites do PECS - Parque Estadual da Costa do Sol. Bem como, pela liberalização – através de licença ambiental pública - para a construção de unidade familiar, multifamiliares e de condomínios privados, realizada por grandes empreendimentos construtivos, em áreas da Restinga de Massambaba que eram antes consideradas do PECS. Desconsiderando, assim, todo o patrimônio endêmico da fauna e da flora local e a perda de parte do bioma da Mata Atlântica para as gerações futuras.

Além disso, em muitas destas áreas, foram definidas unidades de conservação gerando uma série de conflitos entre os atores sociais envolvidos. Em particular, em Arraial do Cabo,

com a criação da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo (RESEXMar AC), em 1997, diferentes usuários (pescadores tradicionais, turismo de massa; operadoras de mergulhos e agências de passeios de barcos, entre outros) disputam espaços de uso sobre a lâmina d`água das praias das Prainhas do Pontal do Atalaia e da Ilha do Farol e das beiras de todas as praias e dos costões locais. Há, também, pressões urbanas sobre as áreas protegidas como é o caso da APA de Massambaba e do PECS – Parque Estadual da Costa do Sol.

Em Armação dos Búzios, desde os anos de 1960, a pequena burguesia carioca "descobre" a vila bucólica e nativa de pescadores locais devido à presença circunstancial, à época, de uma atriz francesa. Este imaginário ideológico tem impactos nas formas de distinção e prestígio social com a ocupação urbana, valorização e especulação imobiliária local. Teve como consequência, muitas vezes, a expropriação das terras dos moradores locais. Provocando, através da compra e da venda ou da adesão voluntária ou mesmo do uso da violência, exclusão e expulsão paulatina de sitiantes, agricultores, pescadores e quilombolas dos seus territórios ancestrais.

Nos anos de 1960-1980, setores envolvidos com a especulação imobiliária e com os representantes do poder público, inclusive, através de ações violentas e de intimidação perpetradas conseguem "expulsar" grupos de pequenos agricultores da região do Segundo Distrito, de Cabo Frio, da Fazendo Campos Novos e dos remanescentes quilombolas da Baía Formosa, entre outros, dos seus territórios ancestrais (Moura & Moreira, 2020, p. 160-165). Algumas famílias se deslocaram por temor, definitivamente, para Cabo Frio e Arraial do Cabo. O mesmo se deu em relação aos moradores e comerciantes pobres afastando-os da beira da praia para a construção paulatina (e, ainda atual) das novas residências de veraneios, pousadas e condomínios de alto poder aquisitivo. Nesta cidade, a "Rua das Pedras" é a fachada do não-lugar - do consumo conspícuo, com a preambulação de "consumidores das paisagens" às voltas e sentados, prazerosamente, na estátua de metal da atriz.

Nem faz muito tempo, na inauguração da nova orla da Praia Grande, em Arraial do Cabo, fora instalada a estátua de metal de uma atriz brasileira na área adjacente da antiga sede da Associação dos Pescadores de Arraial do Cabo com o mesmo "espírito" de consumo da paisagem e dos sentidos de reificação da natureza e da cultura. Possivelmente, estes marcos do consumo das paisagens (alheios a história local e desrespeitosos aos pescadores e a pesca tradicional) poderá contribuir ainda mais para o desenraizamento, a desorganização e desconstrução do *ethos*, dos imaginários e da identidade local dos pescadores tradicionais. O mirante fora criado no lugar de encontro, de memória e de sociabilidade dos antigos moradores,

pescadores e membros do “Banco do pau dos velhos” ou “Banco do pau mole” e, acima, do porto das canoas - local secular de embarque/desembarque - das *canoas de boçarda*, da Praia Grande.

As injunções de mudanças propalada pela urbanização, industrialização inconclusa, bem como aquelas decorrentes do turismo de veraneio em trânsito para o turismo de sol e praia, vêm contribuindo para a redefinição das *paisagens culturais ancestrais* e perdas dos saberes tradicionais diante da *natureza profunda*, com seus *peixes de passagem*, ao ressaltarem o embelezamento da orla para os deslumbrados moradores, visitantes e turistas, diante do cenário que aplaudem e para o qual assobiam durante o pôr do sol na Praia Grande.

Essa é a primeira sensação e visibilidade para quem vem de fora: o lugar do pescador virou cenário para o olhar do turista. O mesmo processo, que faz tábua rasa das culturas tradicionais, busca as mesmas como souvenir no mercado globalizado. E, nos cantos das praias, algumas comunidades de pescadores se sentem desenraizadas na tentativa de manterem o trabalho da pesca tradicional, seja no reparo da rede de pesca ou mesmo na entrada de canoas de “um tronco só” para o cerco e para o arrasto de praia. Em disputas por espaços com os banhistas, as atividades de passeios náuticos, os quiosques com mesas e cadeiras à beira da praia, os automóveis com seus sons em alto volume e as traineiras com redes à beira da praia, bem como a existência de novos petrechos de pesca e do uso de tecnologias altamente impactantes no ambiente marinho, que podem comprometer, no futuro, a sustentabilidade das artes e das modalidades tradicionais de pesca.

6.4. Cidades “fantasmagóricas”

Nas cidades da Região dos Lagos, desde o início dos anos 1950/1960, propiciou-se a expansão da especulação imobiliária. Esta, também, surge e prossegue a partir da desativação das antigas salinas; das invasões e construções nas áreas das restingas, morros, dunas de beira de praia e dos aterramentos de alagados, brejos e pântanos. Seja, ainda, através dos loteamentos e das edificações multifamiliares com a formação dos primeiros condomínios de segunda residência travestida de política de estímulo ao incremento, crescimento e desenvolvimento do turístico local e regional. Seja pelo crescimento urbano desorganizado com o surgimento dos bolsões de riquezas, lado a lado, com os bolsões de miséria, no aprofundamento do processo de favelização nas cidades da Região dos Lagos. Fora isso, vem ocorrendo o processo de

mercantilização da vida social nos territórios da pesca tradicional e a emergência – incipiente, inconstante e sazonal – do trade turístico na Região dos Lagos a partir da especulação imobiliária e das atividades turísticas de mergulho e de passeio de barcos para visitantes e turistas.

Em decorrência desses fatos, os serviços ligados ao setor turístico, especulação imobiliária e a gestão pública passam a ser valorizados como determinantes para a economia local e regional em detrimento da pesca tradicional e da produção das antigas salinas. Hoje, poucas salinas estão ativas. A maioria das salinas centenárias encontra-se abandonadas e em franco processo de decadência e transformaram-se em loteamentos para condomínios com a construção de casas para moradores de segunda residência. Em particular a antiga sede de Cabo Frio com os seus casarios, principalmente, do centro da cidade, nos séculos XIX e XX, na sua maioria, fora demolido e remodelado para atender inicialmente ao turismo de veraneios e, posteriormente, o de segunda residência, a reboque e como esteio da especulação imobiliária.

Neste sentido, existe duas realidades urbanas distintas na Região dos Lagos: a cidade dos moradores de segunda residência que eventualmente vivenciam a região no verão e na alta temporada. Os mesmos ficam localizados nos bairros dotados de uma estrutura urbana com serviços públicos de melhor qualidade. Porém, na baixa temporária, estes bairros tornam-se lugares "fantasmagóricos" com poucos moradores residindo. Como consequência, na época de média e de alta temporada, têm-se a intensa circulação de veículos e o exagerado fluxo de turistas de segunda residência além do turismo de massa em busca de sol e praia, majoritariamente, advindos da região metropolitana do Rio de Janeiro e das cidades de Minas Gerais, São Paulo e Brasília. Fora isso, nos últimos anos, percebe-se o fluxo recente de turistas da América do Sul (em particular, argentinos) e da Europa (em particular, franceses).

A segunda realidade é que há as cidades dos moradores - das beiras de praias, do centro, dos morros e das periferias - que vivem os desenraizamentos, as distancias sociais, as desigualdades sociais e as humilhações sociais, atravessada, ao longo dos séculos, na sociedade brasileira, no bojo da modernidade excludente. Este modelo de crescimento, de vocação turística, *travestida* em especulação imobiliária, originou as formas constrangedoras (ou não) de "aluguel" de temporada nos finais de semana e nos feriados nas residências dos moradores locais em razão do "tempo do turismo". Gerando renda extra e complementar para as diversas categorias de indivíduos e grupos sociais em situações de vulnerabilidade (ou não).

Por outro lado o “tempo do turismo” vêm inflacionando o mercado de aluguel, de compra e venda de imóveis para os moradores dessas cidades. Fazendo desses lugares afetivos, simbólicos e de enraizamentos em objeto de consumo, de gozo e de apreciação das paisagens à beira da praia e da lacuna de Araruama para os adventícios visitantes e turistas. Os mesmos são tolerados em virtude do poder aquisitivo distintos que movem as economias regionais, mas este movimento do “tempo do turismo” secreta as barreiras e as hierarquias sociais, ao aprofundar a informalidade e a precarização do mundo do trabalho. Muitos dos adventícios visitantes e turistas são alheios ao patrimônio cultural e natural e material e imaterial da Região dos Lagos.

TABELA 1

População flutuante de turistas

Eventos turísticos	Média de pessoas/ano
Final de semana	32.000
Feriados	130.000
Alta temporada	420.000
Réveillon	900.000
Carnaval	800.000
Férias de Julho	150.000

Fonte: SECTUR – Secretaria de Turismo de Cabo Frio. Ano Base: 2011.

Uma parte significativa dos turistas possuem segunda residência e/ou alugam casas multifamiliares por temporada com impacto significativo no projeto urbanístico e na economia local. A cidade da Região dos Lagos têm sido alvo do turismo de massa que envolvem grupos sociais com poder aquisitivo diferenciado, pertencentes as distintas classes sociais, e que afluem com frequência para a região devido ao clima estável durante a maior parte do ano e com pouca variação de temperatura e com dias de intenso sol e baixo índice pluviométrico. Em particular, deslocam-se para a região nos períodos de verão, nas férias escolares, nos feriados prolongados e nos períodos dos grandes eventos do calendário oficial do poder público (Ano Novo, Carnaval, Carnaval fora de época e Semana Santa) causando impactos - decorrente da grande concentração de visitantes num tempo restrito - relacionados à segurança; altos preços dos produtos; abastecimento de água e energia além dos problemas de mobilidade e acessibilidade urbana nas cidades e entre as cidades da região. Na baixa temporada, via de regra, os bairros

adjacentes as beiras de praias e as enseadas tornam-se mais ainda cenário urbano "fantasmagórico". Antes, parte significativa, eram bairros vividos intensamente pelos moradores e alguns eram (ou ainda são) dotados de práticas sociais e culturais diárias nos territórios de pesca tradicional. Hoje, estes lugares, foram transformados em cenários do consumo das paisagens aonde residem temporariamente os "enxames" de visitantes, veranistas e moradores de segunda residência.

A Praia da Prainha localiza-se na entrada de Arraial do Cabo, num aglomerado urbano, majoritariamente, de apartamentos, com ocupações de segunda residência na área plana do município pressionada por um Parque Municipal (com um lago esverdeado, infectado e poluído) com a faixa estreita de beira de praia com quiosques, pousadas e banhistas. Antes do processo de urbanização, com a implantação da Álcalis, havia cadeias de dunas na beira de praia na parte aplanada deste bairro. Com os sucessivos aterramentos, urbanização e incremento populacional, ocorreu impactos na qualidade da lagoa e a extinção dos brejos com o desaparecimento das plantas da restinga, das aves e dos peixes da lagoa original. Até meados dos anos 1970, na beira de praia – segundo a memória dos antigos pescadores – havia dunas com restingas, com lagos e charcos que foram retirados por empreiteiros, o que causou danos às *paisagens culturais ancestrais*. Para alguns membros da Cooperativa Sal, Salga e Sol, até meados dos anos de 1980 ainda se fazia a "cacimba" para beber água e para lavar roupas.

Hoje, a parte aplanada, tornou-se um bairro fantasma com apartamentos de classe média e da pequena burguesia. A linha da encosta do morro da Cabocla e da beira de praia está densamente urbanizada e ocupada por essas classes sociais, entre moradores e pescadores locais, alguns residindo, em casas ou pequenos prédios verticalizados em lajes ou mesmo junto aos empreendimentos hoteleiros e gastronômicos, com algumas pousadas e hotéis para quem tem poder aquisitivo em busca de consumo conspícuo e distinção social. Quem se desloca do centro da cidade para essa praia depara-se com um espaço urbano denso, heterogêneo e com múltiplas formas de ocupação, inclusive por moradores e pescadores em situação de vulnerabilidade social. Historicamente é o único bairro da cidade que apresenta contingentes significativos de pescadores/as e/ou marisqueiros/as tradicionais de origem afrodescendente.

Em Cabo Frio, no bairro Jardim Esperança, por exemplo, entre outros, muitos trabalhadores deslocam-se para as pousadas e os hotéis de Armação dos Búzios para trabalharem como arrumadeiras, garçons, atendente de lojas, porteiros, seguranças entre outros. Este bairro surgiu nos anos de 1970, está muito longe da beira da praia e da lagoa. Seus primeiros moradores foram os pescadores tradicionais da Praia do Forte que sofreram

deslocamentos de “forma voluntária ou não”, no bojo de uma política pública de valorização imobiliária e turística da orla da Praia do Forte. Os poucos pescadores e seus descendentes que resistiram moravam (ou ainda moram) num lugar encravado entre os bairros “nobres” do Lido e da Passagem (Moura & Moreira, 2020, p. 339).

Como o aumento da “favelização” e da constituição de bairros dormitórios surge os comércios e os serviços dos “empreendedores” ambulantes nas esquinas e nas beiras de praias, inclusive, às voltas com o “tempo do turismo”. Em parte, este tipo de “mercado da sobrevivência”, pode estar relacionado à exaltação das visões de mundo dos oportunistas e dos fundamentalistas das “igrejas do sucesso econômico” em virtude da desorganização, precarização e da informalidade do mundo do trabalho. Bem como, a formação de mercado de trabalho pendular, esporádico e subordinado aos interesses do capital das grandes empresas privadas monopolistas (em particular, a existência do monopólio dos serviços de transportes e das cadeias de supermercados, atacadistas e varejistas, e mesmos das instituições de ensino privado).

O fomento de um modelo socioeconômico pautado na especulação imobiliária e na sazonalidade do setor turístico, torna-se incongruente e excludente além de perpetuar a ausência de qualificação da mão de obra local e do planejamento urbano. A longo prazo poderá comprometer a sustentabilidade futura da Região dos Lagos no que tange aos setores de educação, cultura, saúde e infraestrutura urbana. Por não considerar, sem a consequente contrapartida de política pública, a salvaguarda dos bens culturais e naturais, materiais e imateriais, como *envolvimento sustentável* pautado na multiplicidade, diversidade e complexidade econômica no mercado de trabalho. Mais ainda, recentemente, com o advento e o incremento de setores de serviços voltados para as atividades de prospecção do petróleo, através da Bacia de Campos, para a exploração do pré-sal.

Atualmente, o turismo de massa de sol e praia, além dos royalties advindos do pré-sal, passam a ser no imaginário local a mais nova plataforma de ânsia, de angustia e de ilusão desmedida frente ao apelo ao crescimento, progresso e desenvolvimento regional. Entretanto, o descrédito e a falta ostensiva de fiscalização e ordenamento são as variáveis fundamentais para se compreender o “desencantamento” do mundo, o desenraizamento e o desapego ao lugar. Expressas, essas, entre grupos de moradores e pescadores tradicionais, na medida em que, todo o discurso de proteção à natureza e à cultura explicita a sensação de uma política pública ineficiente, desarticulada, ausente e inócua. Pois, nestes últimos anos, os pescadores e

moradores perceberam o quanto a natureza e a cultura – legada pelos antigos - fora usurpada por empresários, pelo *trade turístico*, gestores públicos e outras instituições.

Em Arraial do Cabo, em particular, nas beira de praia os antigos pescadores revelam e demonstram a inquietação frente aos turistas, as operadoras de passeios e de mergulho por prejudicarem e atrapalharem a pesca artesanal (Barreto et al, 2014). Infelizmente, na Região dos Lagos, o turismo de massa de sol e praia muito pouco revela-se preocupado com a proteção e a salvaguarda do patrimônio cultural e natural e com os bens materiais e imateriais associados. As políticas públicas deste setor na região se reproduzem, desde os anos de 1950/1960, a favor dos monopólios, da expansão da especulação imobiliária e da concentração de mercados sem os envolvimentos e a participação social.

Até a década de 1950, os *centros ou núcleos pesqueiros* - em particular, das cidades de Arraial do Cabo, Cabo Frio e Armação dos Búzios, na Região dos Lagos (RJ) - caracterizavam-se por serem vilas de pescadores com identidade cultural influenciada pela arte da pesca tradicional como meio de subsistência. O relativo isolamento geográfico dotava-os de uma linguagem e visão de mundo próprias bem diferente do mundo urbano, atual, com relações sociais baseadas no parentesco, na cooperação, nos laços de confiança e na solidariedade grupal como atenuantes das diferenças e das desigualdades sociais. De um "arraial de pescadores" para um espaço mercantilizado em franco processo de urbanização e "modernização" descontrolada inserido na lógica econômica e social do capital. Fundamentalmente através da apropriação fundiária dos espaços, territórios, lugares, pedaços e cantos de praia advindos da especulação imobiliária e por políticas públicas de "turistificação" das cidades na Região dos Lagos, como, por exemplo, foram os recentes "embelezamentos" da orla da Praia do Forte, em Cabo Frio, e os das orlas da Praia Grande e da Praia dos Anjos além da "mercantilização" da lâmina d`água com a presença sistemática, rotineira e operacional dos barcos de turismo náutico (de passeio e de mergulho) nas áreas das rotas, trajetos e de circulação dos *peixes de passagem* em Arraial do Cabo. Certamente contribuindo para desestruturar os sentidos, os significados, os vínculos intergeracionais e a "razão de ser" da pesca tradicional.

Na lógica do capital, as cidades da região não são mais dos moradores que vivem seu cotidiano, em *comunidade de destino*, na busca de trabalho, de vida e de dignidade frente a salvaguarda do seu patrimônio cultural e natural, com suas *paisagens culturais ancestrais* e *lugares de sabedorias*. Essas cidades tornam-se "empresas". Um bom exemplo é a placa da entrada de Arraial do Cabo, na altura da Lagoa da Barra Nova, da gestão pública passada (2016-

2020), ao assinalar, em termos ideológicos e econômicos, o município como a "capital do mergulho" (sic).

Possivelmente, a maioria dos moradores "nunca" teve acesso e condições econômicas para mergulhar com cilindros. São muito poucos os que acessam os passeios rotineiros dos barcos de turismo e de mergulho náutico para a prainha do Ilha do Cabo Frio ou na prainha do Pontal do Atalaia. A realidade social, cultural e simbólica é muito mais refratária e impermeável às lógicas econômicas e política que se querem traduzir em leis, regras e planos diretores propalados como discursos ideológicos universais, embora não se sustentam e nem tem apego, enraizamento, pertencimento e vínculo ao *ethos* e a identidade dos pescadores tradicionais e moradores locais.

O turismo de massa de sol e praia se traduz na "nova servidão voluntária", ao construir o mundo do trabalho a partir da informalidade e da precarização dos trabalhadores por ser o arremedo e o esteio da especulação imobiliária. Uma boa medida dessa "nova servidão voluntária" está nos comportamentos e nas atitudes de indivíduos e grupos de trabalhadores que vivem a insalubridade da "espera" e do "correr" atrás de visitantes e turistas, entre carros, no meio da rua, em dias ensolarados, na Praça do Covas, em Arraial do Cabo, enfileirados e uniformizados exibindo as estampas dos logos das camisas de empresas para vender vagas de estacionamentos nas ruas (ou em garagens particulares) e/ou passeios de barcos turísticos. Bem como, parte da força de trabalho vive relações de dependência e de vulnerabilidade social. Talvez, seja ainda, um certo resquício passado de subjugação e sujeição advindas das relações de compadrios e de patronagens frente ao julgo das forças políticas e do poder econômico e eleitoral encastelados nas prefeituras da Região dos Lagos.

Neste sentido, o desenraizamento vem se configurando como uma realidade social que se espalha inclusive nos territórios da pesca tradicional. Como, assinalei, anteriormente, através das reflexões de Lucia Helena de Oliveira Cunha (2009, p. 63), para compreender a lógica da modernidade (leia-se do capital) através dos tópicos elencados pela pesquisadora: *"ameaças à territorialidade da pesca tradicional"*; *"expansão do turismo e da urbanização com a descaracterização das formas de sociabilidade e de estilo de vida tradicional"*; *"transformação das áreas ancestrais em balneários"*; *"expulsão dos pescadores tradicionais das suas casas próximas às praias"* e a *"construção de hotéis, bares, restaurantes e casas de veranistas (ou de segunda residência), ocupando os espaços tradicionais do pescador de forma desordenada e, muitas vezes, de modo efêmero nas temporadas"*.

FIGURA 7

Porto das canoas e os paióis dos pescadores da Praia do Pontal - Ano: 2009.

Figura 7 - Porto das canoas e os paióis dos pescadores com duas canoas a mais (de cor verde e azul, no canto à direita) "guardadas" ou "estacionadas" e sem usos nas pescarias de arrasto de beira de praia na Praia do Pontal, em Arraial do Cabo – Ano: 2009. **Acervo**: Do autor.

FIGURA 8

Porto das canoas e a rede de arrasto da Praia do Pontal - Ano: 2015.

Figura 8 - Porto das canoas e a rede de arrasto de beira de praia rente aos paióis dos pescadores da Praia do Pontal, em Arraial do Cabo – Ano: 2015. **Acervo**: Do autor.

FIGURA 9

Porto das canoas na Praia da Prainha - Ano: 2020.

Figura 9 - Algumas canoas no porto da Praia da Prainha e ao fundo a orla urbanizada, em Arraial do Cabo – Ano: 2020. **Acervo**: Do autor.

FIGURA 10

Canoa de boçarda com asa e com os seus petrechos da pesca - Ano: 2020.

Figura 10 - *Canoa de boçarda* com asa com as três faixas de cores e seus petrechos (ou apetrecho) da pesca, na Praia da Prainha, em Arraial do Cabo – Ano: 2020. **Acervo**: Do autor.

FIGURA 11

Porto das canoas na Praia Grande - Ano: 2020.

Figura 11 - *Canoas de boçarda* “encalhadas”, “guardadas” ou “estacionadas” e ao fundo o mirante com estátua na orla da Praia Grande, em Arraial do Cabo – Ano: 2020. **Acervo**: Do autor.

FIGURA 12

Algumas embarcações nas rampas das canoas da Praia Grande - Ano: 2020.

Figura 12 - Algumas *canoas de boçarda* “encalhadas”, “guardadas” ou “estacionadas” nas rampas das canoas da Praia Grande, em Arraial do Cabo – Ano: 2020. **Acervo**: Do autor.

FIGURA 13

Porto das canoas da Praia dos Anjos - Ano: 2020.

Figura 13 - As *canoas de boçarda* "encalhadas", "guardadas" ou "estacionadas" no porto da Praia dos Anjos, em Arraial do Cabo – Ano: 2020. **Acervo**: Do autor.

FIGURA 14

Porto das canoas da Praia dos Anjos e ao fundo a Ilha do Farol (ou do Cabo) - Ano: 2020.

Figura 14 - As canoas no porto da Praia dos Anjos e ao fundo a Ilha do Farol (ou do Cabo) e na lâmina d`água os barcos de passeios turísticos, Arraial do Cabo – Ano: 2020. **Acervo**: Do autor.

7. AS CANOAS DE BOÇARDA

> A canoa está sumindo. A canoa [de boçarda] é o cartão postal da nossa cidade. É a memória viva da Mata Atlântica e a gente não tem essa formação... Você pergunta a um garoto: *o que é aquilo ali? Um barco velho... apenas!!!* E não é só apenas um "barco velho". Aquilo, primeiro, foi floresta que foi trabalhada na mão... A canoa é a memória da Mata Atlântica. A canoa é a memória do pescador... Se não valorizarmos a canoa, ela vai se acabar, vai desaparecer e, com isso, perde-se uma tradição de continuar pescando com rede à beira de praia, que é uma pesca artesanal que perdura aí por 500 anos.
>
> Nossa memória tem que ser contada nas escolas. As pessoas têm que entender o valor da gente manter viva essa canoa. Quando se quebra uma canoa, se quebra parte da nossa memória. Não podemos deixar que nossa memória se desfaça dessa forma. A gente precisa construir, dentro da sociedade, a importância que é manter a cultura popular. Sem memória uma cidade não resiste. Não basta ter praia! Tem que ter memória também!
>
> E isso se perde a cada antigo que a gente perde (...). E a gente precisa entender que a gente tem uma cultura de culinária; uma cultura de contos; de brincadeiras; de artesanatos; de conhecimentos sobre a pesca; sobre o meio ambiente; sobre os ventos; sobre as correntes. É uma memória que cada cabista deveria conhecer um pouco... (Depoimento de R, homem, de 52 anos, em maio de 2019).

Assim, acima, relata o memorialista de tanto comentarmos e refletirmos sobre as *canoas de boçarda* e ao compartilharmos textos (Barreto, 2019). As canoas de um só tronco atravessaram milênios e séculos, desde tempos imemoráveis. São testemunhos de práticas ancestrais e arqueológicas de navegação, oriundas das primeiras embarcações feitas de "cascas" e/ou de "troncos de árvores" pelos povos dos sambaquis e pelos povos e grupos tupis-guaranis. Os europeus que aqui invadiram desconheciam essa tipologia de embarcação. Entretanto, desde o século XV, os portugueses já as conheciam da costa da África e da Ásia. A palavra "canoa" - feita de um tronco só - advém dos "Caraíbas" da América Central e estava associadas anteriormente à costa brasileira aos nomes de piroga, igara, igár e igá. Em árabe, é designada de almadia. As ubás designam as embarcações genéricas dos índios que vivem às margens do Amazonas e de seus afluentes.

As naus oriundas da Europa, entre os séculos XVI e XVII, sempre traziam seus carpinteiros navais, entre outras categorias de indivíduos. Certamente, alguns vieram, ficaram e participaram das expedições de pilhagens, genocídios e apropriações dos territórios indígenas, além do lucrativo e criminoso tráfico de escravos africanos. Pelas documentações históricas, desde 1729 existiam as denominadas *praias de pescarias* na região de Cabo Frio. Certamente essas pescarias eram feitas por canoas monóxilas de um só tronco, que navegavam a remo e/ou

a vela (pano). Algumas poderiam ter mastros com "panos", como era comum na costa brasileira. Em particular, em Arraial do Cabo, somente na Praia dos Anjos, por volta de 1980, concomitantemente ao uso da força propulsora dos remadores, começou-se a utilizar reboque de barcos a motor para rebocarem as *canoas de boçarda*, desta praia, para a Ilha de Cabo Frio e para as Prainhas do Pontal do Atalaia, substituindo, assim, o "pano" ou "vela" ou mesmo o uso da força propulsora dos remadores.

Pela tradição, as canoas da cidade sempre foram designadas de *canoas grande de rede de arrasto de praia* e *canoa pequena de redinha de lula*. Em Arraial do Cabo, as canoas de um só tronco são socialmente reconhecidas e definidas como dotadas (ou não) de "bordas" ou "bordaduras" sendo uma das tipologias de canoas monóxilas usadas para aumentar a borda, dando estabilidade à navegação quanto aos movimentos em face dos ventos e da maré das beira das praias. A adoção do termo *canoas de boçarda* é recente, e deu-se junto a um carpinteiro local. Pela memória dos antigos pescadores, os atuais remanescentes das *canoas de boçarda* de Arraial do Cabo são oriundos dos séculos XIX e XX. Possivelmente, como sugere a etnobotânica Viviane Kruel, os troncos para a confecção das canoas vieram das florestas primárias localizadas em Maricá, Barra de São João, norte do Espírito Santo e sul da Bahia. Recentemente, nos anos 1980, vieram 4 (quatro) novas canoas de árvores de pequi oriundas do estado do Pará, sendo essas, no momento, as últimas levas de canoas na cidade:

> Os pescadores artesanais *cabistas* (nascidos e criados em Arraial do Cabo) informaram que as canoas de boçarda têm idade, aproximadamente, entre 30 e 150 anos e são utilizadas preferencialmente para a pesca de arrasto e de lula. Indicaram ainda que as canoas encontradas em Arraial do Cabo não foram confeccionadas na região, pois "*na restinga não tem árvores grandes pra fazer uma 'canoa de um pau só'*" (*in* Fonseca-Kruel; Peixoto: 2004). Entretanto há árvores nativas da restinga usadas para "trabalhar boçarda" (bordadura das canoas) e em reparos. Tal fato é diferenciado do que ocorre nos demais trechos do litoral do Sudeste – e não observado em Arraial do Cabo – no que se refere à "puxada de canoa" (Viviane Kruel et al, 2019, p. 28).

Tempos atrás ainda havia o comércio de canoas (de um tronco só) realizado por *mestres canoeiros* distantes das cidades da região, mas que atendiam às encomendas para a feitura de novas canoas solicitadas pelos "poderosos da pescarias" ou pelos proprietários das canoas da Região dos Lagos. Quando aqui chegavam, os mestres carpinteiros navais locais acrescentavam (ou não) peças de madeira nas bordas, como nas *canoas de boçarda*, ou colocavam as *cavernas* ao abrirem uma canoa inteira de proa a popa para inserir uma peça única de madeira, de maneira a adequá-las às práticas de pesca tradicionais nas beiras de praia e/ou mesmo na lagoa.

Provavelmente, os mestres canoeiros tradicionais dessas cidades e estados distantes, acima assinalados, retiravam os troncos de árvores das madeiras de lei – algumas com idades centenárias e milenar – ao fazerem a "puxada de canoa", que consiste em abrir uma clareira e escolher a árvore a ser derrubada para esculpir, desbastar, retirar, moldar e limpar o miolo e fazer as curvaturas no tronco, que se transformam em canoas monóxilas a partir do uso do fogo controlado e do machado, enxó e facão, entre outras ferramentas artesanais. Geralmente, os mestres canoeiros recorriam aos saberes tradicionais para desbastar, aprumar e nivelar as formas dos cascos internos e externos de uma canoa de um tronco só. Em qualquer lugar onde haja pescaria, essas canoas são adaptadas por carpinteiros tradicionais locais.

Na cidade de Arraial do Cabo, as canoas tradicionais fazem parte da *paisagem cultural ancestral* enquanto bem patrimonial, material e imaterial local. As mesmas se constituem como bens culturais identitários relacionados aos afetos, pertencimentos, enraizamentos, vínculos e ao *ethos* das gerações das sucessivas comunidades de pescadores que viveram e/ou que ainda vivem da atividade da pesca, inclusive para alguns moradores antigos e atuais que não pescam. Sua ocorrência na *paisagem cultural ancestral* no cotidiano da pesca, em cada *cantos de praia,* acontece com as suas regras sociais estabelecidas pelo costume e pela tradição do *dia da vez* ou *trato da vez*.

As *canoas de boçarda* são o esteio que fundamenta as regras da pescaria local, bem como a institucionalização e a razão de ser da RESEXMar AC/ICMBio, mesmo diante da escassez do pescado e das dificuldades em formar companhas devido à desorganização dos territórios da pesca tradicional. Uma companha trabalha durante o ano inteiro, alternando, no seu *dia da vez* ou *trato da vez*, sua entrada ao mar para o cerco e o arrasto nas beiras das praias. Geralmente, é formada por nove membros, com uma divisão social do trabalho definida pelo dono da canoa e pelos espaços e funções que os pescadores assumem e ocupam dentro e fora das *canoas de boçarda*.

As *canoas de boçarda* da cidade têm, em média, até 9 metros de comprimento e entre 1,10 a 1,20m de diâmetro. Possuem casco bojudo, feito de um tronco só em madeiras de lei. As mesmas foram adquiridas, compradas e confeccionadas em troncos de jequitibá, cedro, oiticica, bacuruvu e canela, entre outros. A rigor, nas *canoas de boçarda* há partes fixas e móveis no interior do casco para se dispor e se acomodar os petrechos e os bens materiais e imateriais relacionados e vinculados à pesca tradicional. Cada parte – subdividida em internas e externas – têm seus respectivos encaixes de madeira em cunhas, com tamanhos e formatos distintos e que dão suportes e sustentam as mesmas.

Nomes, termos e nomenclaturas como “boçardas”, “caixas de toleteiras” (com seus “toletes”) e “paineiros” do beque e da proa são assimilados, apreendidos e compreendidos como heranças, legados, contribuições e adaptações de carpinteiros navais europeus às canoas monóxilas indígenas (e às redes de pesca de tucum e/ou de algodão), que já existiam muito antes da presença invasiva europeia. Em Arraial do Cabo, as canoas pequenas são chamadas de canoas de redinha de lula ou canoas de linha. As *canoas de redinha de lula* pescam somente no verão e suas companhas são composta somente por seis companheiros ou camaradas da pesca. Na Lagoa de Araruama, as *parlamentas* (canoas pequenas) não têm acréscimos nas bordas.

As *canoas de boçarda* possuem partes nomeadas, designadas e classificadas que singularizam as maestrias, sabedorias, conhecimentos e a organização social da pesca tradicional. Seja na sua estrutura “arquitetônica” aparente, de proa a popa, classificada como beque da proa, patilhas de proa e bancos da proa, contraproa, da contrarré e da ré e do meio até a popa, seja pelas partes internas, de encaixe, visíveis a olho nu, como os dormentes dos bancos e os agentes de popa e da proa além do torno na proa e do rombo, no casco externo; sejam aquelas invisíveis, localizadas no bojo interno da canoa enquanto itens de sustentação, como as mãos dos bancos e a mestra. Esta última peça é um toco (tarugo) pequeno, roliço e fino de madeira (< 0,5 cm de diâmetro), fixado em vários pontos do interior do tronco da canoa e que demarca a espessura, o corte, o nível e a curvatura nos formatos e modelos distintos de cada canoa escavada. Sem a mestra não existe o layout de qualquer embarcação monóxila. Ela, como o nome já diz, é a guia – assim como todos os mestres – que dá parâmetros das espessuras e alinhamentos e modela os troncos das árvores escavadas, transformados em canoas de um pau só por mestres canoeiros.

Em qualquer lugar onde haja pescaria, estas são adaptadas por carpinteiros tradicionais e navais. Além disso, são feitas as partes externas que auxiliam nas manobras nas situações de pesca, como as patilhas de popa e de proa (como se fossem quilhas) e a extensão da popa, com uso das asas da popa e do espelho de popa. Este último item tem também a função de travamento do casco das canoas. Faz-se também quando necessário, nas *canoas de boçarda*, as cavernas para ampliar seu bojo com a colocação de uma única madeira grossa e comprida, ao fundo, do beque à proa, travando as laterais do casco. Dentro das *canoas de boçarda*, encontram-se vários petrechos de pesca abaixo da “coberta” e dos “paineiros” de proa e popa. A princípio, na rotina da pesca de arrasto de praia, pelo menos, trabalha-se diretamente com 12 (doze) itens e mais outros 5 (cinco) itens auxiliares no procedimento de movimentação e deslocamento da canoa para as atividades de captura do pescado (Barreto et al, 2019, p. 43-48).

ILUSTRAÇÃO 1

Partes e funções da *canoa de boçarda*

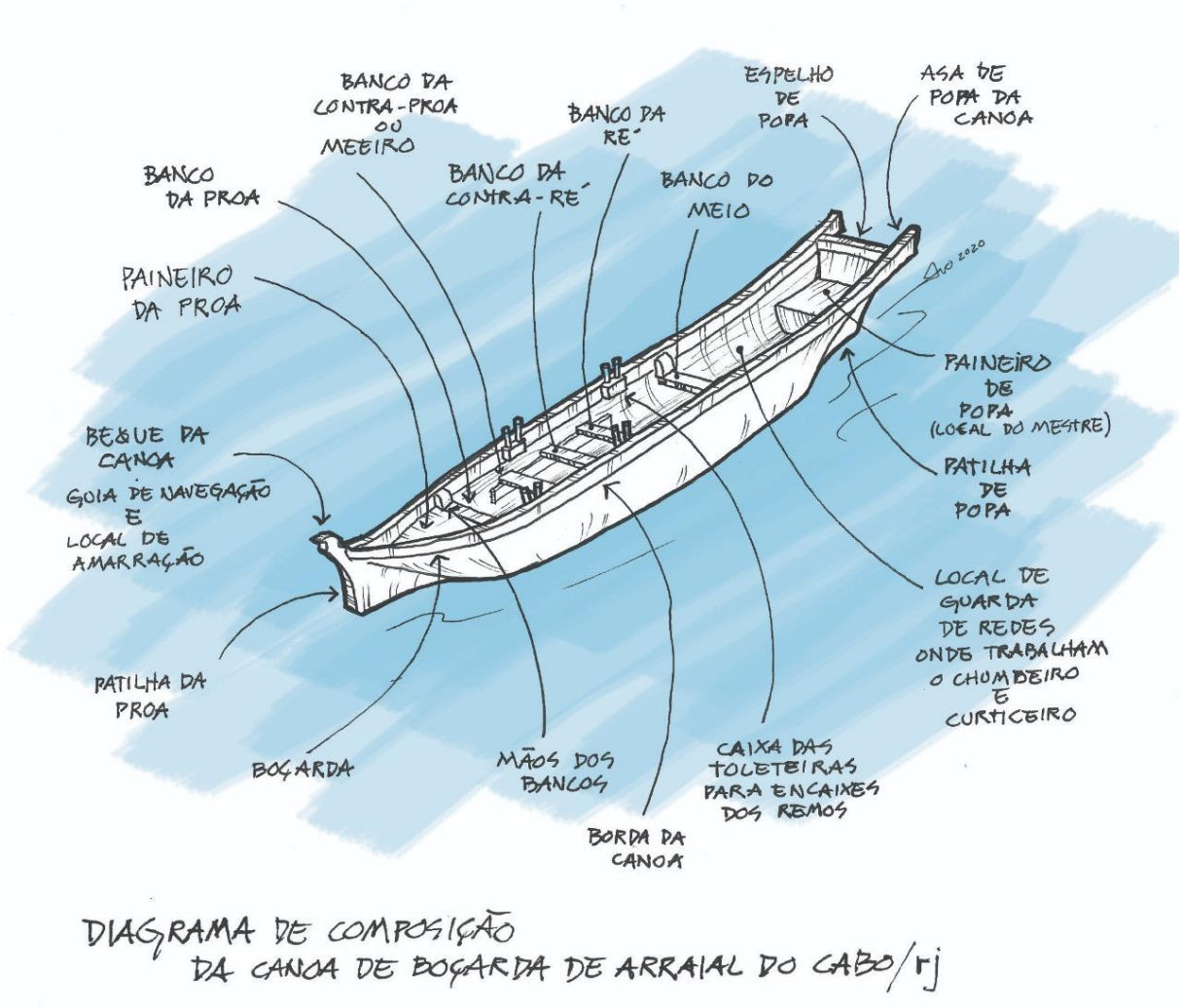


Ilustração 1: Esquema ilustrativo das partes e funções da *canoa de boçarda*. **Fonte:** Desenho gentilmente cedido por Ivo Barreto. O mesmo foi feito sob a minha orientação para o artigo contido no livro "Cabo Frio Revisitado - a memória regional pelas trilhas do contemporâneo" (Barreto Junior, 2020).

A tripulação na mesma é composta por sete pessoas. São quatro remadores, que remam de costas para o beque da canoa e de frente para o mestre da canoa a partir dos bancos da proa; da contraproa (ou meeiro) e dos bancos da contraré e da ré. Em cima do paineiro da popa, em pé, fica o mestre da canoa, com seu respectivo remo guiando e manobrando a mesma para o cerco. Todos remam em cadência e ritmo iguais para dar velocidade à canoa. Na sequência, quase no meio da canoa, em cada lado, encontram-se dois pescadores com as funções de chumbeiro e curticeiro, que lançam, no mesmo ritmo uniforme, a rede ao mar. Na beira da praia ficam o mestre vigia da pesca e o cabeiro.

7.1. A pesca de arrasto de beira de praia

A rigor, as beiras de praia são compostas de paióis com seus portos de canoas e vigias da pesca (locais como morros e/ou combros e dunas elevadas, onde se posicionam os mestres vigias da pesca). Estes se encontram em alguma elevação, porém, equidistantes dos pescadores que estão ora nos paióis, carteando, ora reformando rede, ou ainda observando em espia à espera do demandar do mestre vigia. Há ainda outros pescadores que perambulam pelas beiras das praias, ora observando e/ou ora sentando em algum banco do vigia da pesca existente para sinalizar, em gestos e com panos, a qualidade e a quantidade dos *peixes de passagem* que surgem decorrentes do fenômeno da ressurgência.

Na pesca tradicional de *canoas de boçarda*, para além das nomeações das espécies, cada cardume e/ou manta de peixes tem seus "gestos", que expressam qualidades nos vícios e nas virtudes humanas vinculadas às formas, às maneiras e às desenvolturas em movimentos, trajetos e deslocamentos ora sincronizados, ora aleatórios, ora distintos e luxentos enquanto *peixes de passagem* na superfície e por fora d'água do mar. Em Britto (1999), Damaceno (2003) e Fialho & Ferreira (2013) estão descritos os gestos do vigia da pesca frente aos *peixes de passagem*. Cada gestos revela, inclusive, as sequências que descrevem as posições das mãos e as flexões do corpo do vigia da pesca ao assinalar as espécies de peixes que se apresentam ao mar, bem como quais as estratégias de deslocamentos das *canoas de boçarda* para se realizar o cerco à beira da praia. São gestos e flexões corporificadas, entranhadas e encarnadas de origens arcaicas, pristinas, ancestrais, arqueológicas e históricas que continuamente se transmite enquanto legado, tradição e herança entre as sucessivas comunidades de pescadores tradicionais na atualidade.

> Cada peixe tem um gesto, uma marca, uma maneira de ser e são nomeados, designados e classificados pelas suas singularidades, astúcias, espertezas, bonitezas... Isto é, pelos atributos significativos que personificam "qualidades humanas". "Os peixes viajam!". E o seu tempo de "viagem" é marcado pela direção do vento, cor, temperatura das águas e estação do ano; fundamentalmente advém dos ciclos da natureza na Região dos Lagos, fomentado pelo fenômeno da ressurgência (Barreto et al, 2019, p. 23).

Cabe ao mestre vigia da pesca observar o mar a quilômetros de distância e acenar com um pano branco quando da localização dos cardumes ou das mantas de peixes. No seu gestual, este simboliza as funções, as práticas e as ações para o cerco tradicional. Por exemplo, entre outras, bater com o pano na perna significa que o mestre da canoa, ou algum pescador, deve

bater o remo na água para o peixe entrar na rede de arrasto; elevar o pano no alto da cabeça, com os braços esticados, e balançar da esquerda para a direita significa a entrada dos peixes na rede; e, da direita para a esquerda, saída dos peixes da rede; acenar com o pano verticalmente, de cima para baixo (e vice-versa), é como se estivesse dizendo para sair com a canoa e a rede mais para fora da beira da praia para, assim, se fazer o cerco.

Os peixes agrupados em cardumes ou mantas formam manchas em tons escuros aos avermelhados; em batidas rápidas, em frenesi, e fazem correntezas por fora e nas superfícies das águas claras, cristalinas e piscosas das beiras de praia e do mar aberto. O vigia da pesca já os avistas bem antes do alto dos morros, à quilômetros de distância. Este, em gestos cifrados, com pano à mão, alerta os demais pescadores quanto à presença das espécies de peixes, com certa precisão em quantidade e qualidade aos companheiros de pesca já posicionados na *canoa de boçarda*, do *dia da vez* ou *trato da vez*, dentro da água, para assim, proceder a pesca de arrasto de beira de praia. Os gestos da pesca tradicionais são de origens anônimas, pristinas, arcaicas e fazem parte das arqueológicas dos saberes tradicionais. É um bem cultural, coletivo e social *à princípio*, exclusivo dos pescadores de Arraial do Cabo. Possivelmente, até os anos de 1980/1990, essa realidade social, cultural e simbólica fazia parte, também, da pesca tradicional de Cabo Frio e de Armação dos Búzios, entre outros lugares.

Pelos gestos das suas mãos – no aceno do pano –, o vigia orienta os outros pescadores que estão na canoa quanto à classificação, quantidade e qualidade dos peixes, bem como quanto aos movimentos, direções e deslocamentos dos cardumes ou mantas à beira da praia. Esse conhecimento advém da leitura visual e sensitiva dos fenômenos da natureza com base na reflexão de determinadas águas (escuras ou claras), na luminosidade (ardentia), nos movimentos de correnteza e da "comedia" de determinadas espécies; nas condições de vento e de maré e em quais períodos do ano se encontram disponíveis as espécies de peixes. Só assim é possível proceder ao *arrasto de praia* propriamente dito. Em cada praia, no *dia da vez* ou *trato da vez* de determinadas companhas, haverá pelo menos sempre um mestre vigia da pesca, que "demandará" e dará o tom da pesca aos demais.

Pesca-se no demandar do vigia da pesca que pode estar no "vigia do morro" ou pesca-se na sorte (ou na "fortuna"), ao longo dos pontos de referência da pesca. Faz-se, também, o "caxangá" (técnica de pesca), que consiste em deixar a rede em espera, próxima ao costão. Quando a rede está cheia de peixes, nas suas malhas, a mesma é puxada para dentro da canoa. Quando se faz o "gancho" (outra técnica de pesca), usa-se as redes de arrasto próprias, junto com os ferros das garáteias e com as respectivas boias, para prender as mesmas na rede de

pescar. Estas ficam ao largo ou nas proximidades das pedras, de alguma enseada ou costão, para evitar seu encalhe e/ou que sofra as influências e os repuxos das correntezas. Espera-se os cardumes ou mantas de peixe para, posteriormente, fazer o arrasto à beira da praia em algum ponto de referência da pesca. Na Praia do Pontal, por exemplo, pesca-se com o "gancho" somente durante o dia e na temporada do bonito e do serra.

Existe a linha de boia, que consiste numa corda fina com uns 100m de náilon, presa a um palmo de madeira e que boia. Esta é lançada com força, perto da arrebentação, pelo mestre da canoa para o cabeiro atar ao cabo da beta com forcada (ou calões) ao cabo de beira de praia. Cabe ao cabeiro administrar o cabo de beira de praia, dando início ao arrasto da pesca, ao receber, puxar, travar e dar folgas e movimentar o mesmo, lateralmente, a partir do trajeto de navegação semicircular da canoa enquanto curticeiro e chumbeiro lançam a rede ao mar, de maneira compassada, sincronizada e harmoniosa.

Após semicírculo no arrasto, a canoa prontamente é encalhada com aço de inox (âncora) na beira da praia. Os pescadores, que estavam na canoa, se juntam ao cabeiro e ao vigia, e curiosos moradores, visitantes e turistas "participam" do arrasto de beira de praia. Grupos de pescadores, em terra, lado a lado, em frente, à beira da praia, "puxam e repuxam e puxam" os cabos da rede nos *passos a passos* dos pés e nas cadências das ondas e das marés. Os mais experientes transpassam o cabo pelo corpo: com a mão à frente (à direita ou à esquerda), seguram, puxam e retêm o cabo e, com a outra mão (à esquerda ou à direita), com o antebraço flexionado às costas, travam o cabo com o corpo levemente inclinado e tensionado para a areia.

Quando começa o arrasto de praia (inicia-se com o cabeiro amarrando o cabo de praia ao cabo da beta das forcadas), em paralelo, dois grupos de pescadores cuidam de manter, simetricamente e separadas, as partes da rede até o final do copio, com a tralha de chumbo rente à areia e a tralha da cortiça (boia de isopor), na superfície ou borda d'água, desde a arrebentação à beira da praia. Quando necessário, um ou outros pescadores, em água, lado a lado, bem antes da arrebentação, administram a movimentação da rede, carregada de peixes no copio, para que estes não escapem. Usam de toda corporeidade possível frente à rede de pesca. Além disso, alguns põem os pés na tralha de chumbo para deixa-la *desde sempre* rente à areia dentro d'agua, enquanto que outros dão comandos (quase todos num "brigueiro", em gritos e em berros) para que deixem a tralha da cortiça fora ou na superfície d'água quando o cardume ou manta chega na areia da beira da praia.

Ecoam o "Aaaaaaaaaaaaaaaa... óuuu" – ritmo sonoro em uníssono dos pescadores – em vozes crescentes, alongadas e arrastadas que abruptamente se fecham e se calam,

coletivamente, em razão dos esforços da puxada da rede (o mesmo é ecoado também quando dos esforços coletivos dos deslocamentos da canoa para o embarque ou desembarque) para retornar a ladainha nas cadências e nos repuxos das ondas ao mar. Sons, vozes, gritos e berros em êxtases e burburinhos, que se fundem nas cadências e nas marcações compassadas das batidas e dos refluxos das ondas à beira de praia.

7.2. Os mestres carpinteiros navais

Nas praias da cidade, há os portos e os estaleiros das *canoas de boçarda*, que ficam ao relento. Estes são uma tradição centenária para a guarda, o encalhe, o conserto e a reforma das embarcações. Possibilitam os encontros, as sociabilidades, as transmissões e as reiteradas práticas e modos do saber-fazer a carpintaria naval na cidade. Nos portos, em cada *canto de praia* de Arraial do Cabo, encontram-se encalhadas as *canoas de boçarda*, dominando a *paisagem cultural ancestral*. Os estaleiros são áreas de beira de praia onde encontram-se barracos de madeira, eternamente improvisados ao relento. São úteis pois fazem parte da cadeia produtiva da pesca e geram trabalho e renda, embora de maneira informal e precária. Possibilitam as relações tradicionais entre mestres-aprendizes e a formação profissional na reprodução social da carpintaria naval. Fundamentalmente servem para a reforma, o conserto, o restauro e a construção de *canoas de boçarda*, caícos, batera, barco de boca-aberta, entre outras embarcações.

Os dois mestres carpinteiros, aludidos, acima, utilizam instrumentos de trabalho tradicionais, como: martelo, serrote, enxó de corte reto, goiva, sargento, broca, formão, trado manual, pé-de-cabra, esquadro, régua, lápis etc., além de ferramentas elétricas como a bancada de serra com motor, furadeira, traçador, plaina e maquita, entre outros. Estes executam todas as tarefas necessárias da modalidade de embarcações tradicionais, tais como: aumento na largura, troca e extensão do casco; feitura e restauro do beque de proa e reforma e feitura das bordaduras com o restauro da proa. Em particular, um deles consegue consertar as bordaduras com uso da saputiaba – árvore milenar da restinga –, e de maneira recorrente a mesma está associada aos achados e aos vestígios arqueológicos dos sambaquis.

Trata-se de uma madeira da mata de restinga *à princípio* usada unicamente para fazer as duas peças das boçardas de proa. Ambos os carpinteiros navais fazem o processo de feitura, conserto e restauro das pastilhas da proa e da popa e a colocação dos bancos do meio, proa,

contraproa, contrarré e ré, além de reparos nos vazamentos do casco das embarcações. Para a feitura das peças de reparos e dos petrechos das canoas, são utilizadas madeiras oriundas de madeireira, tais como: angelim, garapa, maçaranduba, cedrinho, cedro-aranha, cedro-mogno, canela-preta, louro-canela etc.

Antigamente, os mestres carpinteiros faziam esses serviços de carpintaria naval com madeira, chapa de cobre e massa caseira (tipo de "engrossa", cola composta por gesso, alvaiade, secante e óleo de linhaça). Hoje, no trabalho de remendo, usam-se apenas madeira, prego e cola (resina industrial). Para a fixação das partes das madeiras nos cascos, faz-se uma "papa" de pó de serra de madeireira (ou, das sobras do pó realizado no próprio trabalho com as canoas), misturada à resina industrial com o objetivo de fixar pedaços de madeira nos cascos das canoas. Usa-se uma espátula para lambuzar a "papa" de cola nas partes das madeiras, sempre em corte laterais, em ambos os lados, no formato sempre de cunhas para fixar as partes em reparos dos consertos e reformas das canoas. Destacam-se assim as atividades de feitura dos encaixes das diversas madeiras (geralmente, na forma de cunha) no casco externo e interno da popa, meio e proa, bem como nas peças dos bancos, bordas, patilhas, cavernas, espelho da popa, asa e rombo.

Ao longo da década de 1970 até os anos de 1990, paulatinamente vem ocorrendo perdas das maestrias, das sabedorias e dos conhecimentos tradicionais assinalados pelos gestos e acuidade visual, pelas oralidades e pelas memórias sociais e coletivas sobre a pesca tradicional, inclusive relacionadas aos antigos grupos de "restingueiros" com suas plantas, raízes e frutos para usos domésticos, comestíveis, medicinais, simbólicos e àqueles artefatos usados para a pesca tradicional aos atuais pescadores artesanais, tradicionais e profissionais. Assim, diversas vezes, me falavam que só faz sentido salvaguardar o patrimônio cultural e natural relacionado à pesca de *canoas de boçarda* a partir dos vínculos de pertencimentos, socialmente significativos, enquanto existirem pescadores tradicionais ou mesmos carpinteiros navais de beira de praia, entre outras categorias de indivíduos e/ou grupos sociais.

Em particular, as *canoas de boçarda* fazem parte da *paisagem cultural ancestral* enquanto singularidade local das diversas e múltiplas tradições navais do patrimônio cultural brasileiro. Essa singularidade cultural envolvia, tempos atrás, toda a Região dos Lagos, com *canoas de boçarda* em Cabo Frio e em Armação dos Búzios. Ao longo da década de 1970, paulatinamente devido às sucessivas gestões públicas duvidosas quanto à salvaguarda, à defesa e à proteção dos bens culturais materiais e imateriais – e mais ainda pelo "*trator*" da especulação imobiliária à beira da praia e, atualmente, nas áreas das restingas, além do desorganizado turismo de massa de sol e praia (situado nas beiras de praias e nas áreas da lâmina d'água) –,

estes patrimônios culturais e naturais, associados à *natureza profunda*, em cada *lugar de sabedoria*, vêm entrando em colapso ao se perder espaços, territórios, lugares, pedaços e cantos de praia e, com eles, as maestrias, as sabedorias e os conhecimentos (dados pelos gestos e olhares, pelas oralidades e pelas memórias alargadas) sobre a pesca tradicional, além dos saberes-fazeres dos mestres carpinteiros navais de beira de praia. Porque tudo isso, para a salvaguarda do patrimônio cultural e natural, só faz sentido e tem valor, vínculo e significado social enquanto existirem pescadores tradicionais. E mais: antes de ser canoa, suas origens pristinas e ancestrais, decorrem de serem troncos de árvores da Mata Atlântica, que foram transformados em canoas monóxilas.

O mais significativo é o qualitativo e quantitativo de canoas que restam encalhadas ou apodrecendo e em atividade nas praias da cidade. Este bem cultural do patrimônio local faz parte da *paisagem cultural ancestral* e dos seus *cantos de praia* enquanto expressão dos *lugares de sabedorias*. Elas remetem às *memórias alargadas, em camadas subterrâneas*. É a herança e o legado milenar dos povos dos sambaquis e dos povos e grupos ameríndios para as *sucessivas comunidades de pescadores*, posteriores à invasão europeia. São bens culturais de valor relacional, identitário e vinculado à tradição da pesca, que marcam as interações e as relações sociais, culturais e simbólicas entre pescadores, moradores, visitantes e turistas.

7.3. O *dia da vez* ou *trato da vez*

Isso é uma instituição social, possivelmente derivada de acordos verbais celebrados entre os "poderosos da pesca" ou os proprietários das pescarias historicamente datados desde a época das *praias de pescarias* (século XVIII), do Brasil-Colônia, até sua institucionalização jurídica redefinida, em 1921, junto à Colônia de Pescadores de Arraial do Cabo (Z-5). Praticamente, quase três séculos depois, entre os anos de 1980, surgiam novos acordos firmados entre proprietários de *canoas de boçarda* pelo reconhecimento e organização territorial, cultural, social e jurídica da pesca tradicional, como esteio de uma tradição, à beira de praia. Um desses acordos, firmado, em cartório, no dia 14 de dezembro de 1982, envolvia 18 (dezoito) proprietários das canoas, diurnas e noturnas, das pescarias da Praia Grande, junto à Colônia de Pescadores Z-5 de Arraial do Cabo (até, então, 4º. Distrito de Cabo Frio) e a agência das Capitanias dos Portos de Cabo Frio.

TABELA 2

Dia da vez ou *trato da vez* das *canoas de boçarda*, da Praia Grande, até a década de 1980.

Dia da semana	Primeira canoa	Segunda canoa
Sábado	Pite	Russa
Domingo	Mimica	Destreza
Segunda-feira	Nazira	Venturoza
Terça-feira	Lianza	Liberdade
Quarta-feira	Furador	Rosemare
Quinta-feira	Galeão	Esquenta Puto
Sexta-feira	Onça	Bonito Cachorro
Sábado	Anita	Herodias
Domingo	Encantado	Santo Antônio
Segunda-feira	Sambica	Serteneja
Terça-feira	Burro	Antonina
Quarta-feira	Futurista	Boa Fé
Quinta-feira	Galiota	Belém
Sexta-feira	Rosinha	Caracatura
Sábado	Veada	Varina
Domingo	Marimbondo	Baronesa
Segunda-feira	Sereia	São Pedro
Terça-feira	Suco	Maceió
Quarta-feira	Estrela	Damiana
Quinta-feira	Preta	Carvão
Sexta-feira	Brilho	Imbiua
Sábado	União	Flor D´ouro
Domingo	Coco	Veadinha
Segunda-feira	Alvoroço	Bacural
Terça-feira	Galeão	Boa Sorte
Quarta-feira	Liança	Relâmpago
Quinta-feira	Areia Quente	Rumbuda
Sexta-feira	Esperança	Felicidade

Fonte: Informações gentilmente organizadas, a próprio punho, pelo pescador M (homem, de 70 anos), da Praia do Pontal para a presente tese.

O fato interessante, neste acordo, é que o mesmo definirá sobre a divisão de trabalho para a exploração dos recursos pesqueiros da Praia Grande explicitados através do regime das "canoas casadas" (sucessão diária, pré-estabelecida e sequencial entre pares de canoas de apoio), para a partilha do pescado, na rotina da pesca de arrasto de beira de praia. Este acordo envolvia 42 (quarenta e duas) canoas grandes da pesca diurna e 12 (doze) noturnas das 71 (setenta e uma) existentes. Este acordo demarca os limites do território da pesca na sua metragem para o embarque e o desembarque de canoas e as regras do *dia da vez* ou *trato da vez* de cada pares de "canoas casadas". O mesmo tinha como objetivo sustentar a prática de pesca, realizadas por proprietários, com as suas "canoas/companhas", como esteio dos interesses econômicos e de poder ideológico em razão dos *"benefícios sociais da atividade pesqueira e a responsabilidade da comunidade pesqueira perante à população"* e ainda mais perante as demais *"instituições públicas que regulamentam a pesca no território brasileiro"*. (Britto, 1999, p. 259-262 - Anexo G/Acordo entre os proprietários).

Estes acordos decorrem dos direitos costumeiros, pristinos e celebrados pela tradição enquanto legado, valor, sentido e reconhecimento sobre quem tem o direito de pescar em beiras das praias. Para a antropóloga Rosyan Britto (1999, p. 175-176), o direito de pescar, através da pescaria de rede, demarca um feixe de regras singulares, dotadas de padrões culturais, construídas para a reprodução social da pesca, no interior de espaços socialmente indiferenciados e homogêneos de uso e de domínio público da sociedade abrangente, com suas beiras de praias, costões, promontórios e laminas d'água.

Em particular, para a autora, as "corridas das canoas" são "sistemas de rodízio" que expressam a organização social da pesca e a oportunidade de acesso aos locais de pescarias na apropriação desigual do uso da praia enquanto um "direito costumeiro": *"Em contrapartida, as canoas pertencentes a uma praia jamais podem se transferir para outras, visto que em cada uma delas vigora um fechado conjunto de regras locais que regula a distribuição das oportunidades de pescar"* (Britto, 1999, p. 177).

E, mais: chama atenção, às contradições e às ambiguidades nas representações desse direito costumeiro, e as relações distintas entre as outras artes e modalidades de pesca, à época, representadas pelas pesca de bote à traineira, enquanto privilégio do acesso aos espaços e usos das beiras de praias, com seus portos das canoas, pesqueiros e marcos que representam *"um feixe de regras ordenadoras do uso do espaço, consolidando um peculiar direito da vez (de pescar). O elemento que define essa ordem é o emprego sucessivo diário das canoas sediadas em cada praia, denominando-se, por isso, de corrida de canoas"* (Britto, 1999, p. 178). Em

todas as praias, o *dia da vez* ou *trato da vez* se institui como tradição, regra e norma costumeira que define o uso da *paisagem cultural ancestral*.

> A diferença daquele tempo para hoje é que havia 20 canoas e todos pescavam. Hoje, tem 10 a 15 canoas e tem 40 dias sem pescar. Naquele tempo é igual à Prainha. Tem 9 canoas e 9 dias de pesca; a Praia dos Anjos tem 12 canoas e tem 12 dias e o Pontal tem 4 canoas e 4 dias. A Praia Grande tem 42 dias e só tem 10 canoas. Cada um, dono, pode ter 2 a 3 canoas e só tem esses 40 dias" - depoimento de um dos pescadores de *canoas de boçarda*. (Oficina da "Linha do Tempo" - Relatório de Trabalho - Acordo de Gestão, em abril de 2013).

Em particular, a antropóloga, assinala, na Praia Grande, o modelo de "corrida das canoas", com a denominação de "regime de canoas casadas". Entretanto, ao longo do século XX e na virada do XXI, estas expressam muito mais as astúcias, os individualismos e os monopólios que, paulatinamente, corroboraram para a gradativa desagregação, perda de estimulo e fator de desestruturação da pesca tradicional. O predomínio, a constância e a repetição dos nomes das canoas, por praia, e sua extensão em números romanos (e.g. as diversas canoas denominadas "Cação" ou "Natal") pode significar a existência de monopólios da pesca nos usos, posses e propriedades de determinadas companhas, correlacionadas aos *dias da vez* ou *trato da vez* entre alguns donos, proprietários e sócios destas.

Na contemporaneidade, o regime de "canoas casadas" deixou de existir na prática devido à escassez do pescado e à dificuldade em formar companhas com certa regularidade. Desde a época do surgimento da Álcalis, alguns pescadores tradicionais, mesmo que temporariamente, iam aos poucos deixando a pescaria e/ou tentando conciliar a mesma em turnos distintos da empresa quando ainda se produzia. O fundamental é que este *regime* "normaliza" e "naturaliza" as astúcias de alguns "poderosos da pesca" ou "proprietários das pescarias", via monopólio dos *dias da vez* ou *trato da vez*, com a existência de "canoas sem pai e sem mãe" – expressão jocosa de companheiros e camaradas da pesca e mesmo de alguns donos de *canoas de boçarda* e de redinha de lula que se sentem, até hoje, preteridos e desestimulados pela pesca tradicional da Praia Grande. Neste período, começa a "redução do ciclo de pescaria de 29 para 21 dias, ou seja, de 58 para 42 canoas" (Britto, 1999, p. 207 – nota 20).

A memória oral, alargada, dos antigos pescadores, traz os nomes das canoas e das suas companhas na Praia Grande como vestígio de uma realidade histórica, social e cultural pretérita, simbólica e afetiva relacionada às perdas do arrasto de praia impulsionadas, possivelmente, pelos individualismos, astúcias e espertezas nas formas de apropriação das práticas e dos produtos da pesca tradicional. Decorre, também, por parte dos proprietários, das perdas das

embarcações por falta de reforma e consertos, além da introdução de novos petrechos industriais (rede de náilon) e dos usos das beiras de praias por banhistas, surfistas e traineiras.

7.4. As inúmeras *canoas de boçarda* de Arraial do Cabo

Em particular Oliveira Lima (1993), no início da década de 1990, pontua várias modalidades de embarcações por praias, com seus respectivos nomes. Traz em cena os espaços de beira de praia, outrora dominado, exclusivamente, pela pesca tradicional realizada por *canoas de boçarda* sendo que estas paulatinamente já vinham sendo ultrapassadas por outras artes e modalidades de pesca. Embora algumas dessas práticas de pesca sejam realizadas junto a coletivos de pescadores, o que se sobressai (e vem se sobressaindo) são as pescarias cada vez mais individualizadas ou em duplas de pescadores, ou mesmo em pequenos grupos embarcados. Talvez expressem certas "rupturas" nas relações e nas interações sociais em confronto com a subserviência, subjugação e dependência dos patrões da pesca ou da patronagem dos donos e proprietários das *canoas de boçarda*, pelo fato de que as companhas formadas, desde então, já não mais poderiam abarcar o universo de novos moradores-pescadores.

Essas práticas mais individualizadas ou em duplas de pescadores (ou mesmo em pequenos grupos embarcados) começam a expressar mudanças nos comportamentos, atitudes e crenças mais individualizadas (ou individualistas), embora nem por isso menos comunitárias, quanto ao uso comum das beiras de praia, costões e das áreas do mar aberto. Essas são formas de trabalho, ganho e renda para além dos usos do lazer da pesca de molinete feitas por veranistas, pescadores domingueiros e turistas dos barcos de pesca.

A pesquisadora Oliveira Lima selecionou no seu "universo amostral" as embarcações de todas as praias, com seus nomes, artes e modalidades de pesca. *A princípio*, nesta época, havia 282 embarcações tradicionais e profissionais relacionadas às seis tipologias distintas de embarcações da cidade. A pesquisadora não faz referência em nenhum momento nos seus estudos ao quantitativo de pescadores tradicionais nas tipologias distintas de embarcações, e nem aos pescadores de linhas, tarrafas e de puçá de beiras de praias e dos costões.

Pode-se supor que, entre 1991-1992, pelos dados amostrais da pesquisadora, tem-se abaixo os seguintes números de pescadores tradicionais por tipologias de embarcações. Na amostra, *a princípio*, tem-se 1.186 pescadores tradicionais, artesanais e profissionais a partir

das seis tipologias de embarcações: 324 pescadores relacionados, diretamente, a 36 *canoas de boçarda* (grandes), 168 pescadores a 28 *canoas de redinha de lula* (pequena) e os outros 694 pescadores relacionados a 218 embarcações nas outras artes e modalidades de pesca (traineiras, botes, barcos de casarias e caícos). Este recorte do "universo da pesca" demonstra o percentual significativo de mais de um terço e/ou menos da metade dos pescadores ativos associados às *canoas de boçarda* e às *canoas de redinha de lula* (essa pescaria ocorre só no verão), com suas prováveis *companhas*. Possivelmente, os pescadores que participam das 28 (vinte e oito) *canoas de redinha de lula* (canoa pequena) podem ser, também, os mesmos que participam das companhas das 36 *canoas de boçarda* (canoa grande).

TABELA 3

Tipologias de embarcações e números prováveis de pescadores por praias, entre 1991-1992.

Praias	Tipologia de embarcação	Embarcados	Embarcações	Pescadores
Praia Grande	*Canoas de boçarda* (grande)	9	13	117
	Canoas de redinha de lula (pequena)	6	16	96
			Subtotal (1)	213
Praia dos Anjos	*Canoas de boçarda* (grande)	9	10	90
	Canoas de redinha de lula (pequena)	6	5	30
	Traineiras (motor)	12 (*)	7	84
	Botes (motor)	3	125	375
	Barcos de casarias (motor)	4	31	124
			Subtotal (2)	703
Praia da Prainha	*Canoas de boçarda* (grande)	9	9	81
	Canoas de redinha de lula (pequena)	6	5	30
	Botes (motor)	3	1	03
	Caícos (remo)	2	54	108
			Subtotal (3)	222
Praia do Pontal	*Canoas de boçarda* (grande)	9	4	36
	Canoas de redinha de lula (pequena)	6	2	12
			Subtotal (4)	48
			Total (Subtotal 1 + 2 + 3 + 4)	1186

Fonte: Do autor. Tabulação que fiz livremente a partir do levantamento da pesquisa de autoria de Patrícia Oliveira Lima (1993), entre 1991-1992. A lista das embarcações, com seus respectivos nomes, encontra-se no anexo 4 da sua dissertação ("Relação dos tipos de embarcações de pesca por praias, em atividade em Arraial do Cabo"). Observação: (*) média da tripulação embarcada, em razão do porte da embarcação.

Em particular, este quantitativo da pesca tradicional feita por *canoas de boçarda* por praia dá a dimensão aproximada da persistência e da resistência, ao longo das décadas, frente às injunções de mudanças, propaladas como tendências pelos estudos da antropóloga Roysan Britto (1999). Se considerarmos somente as 218 embarcações (excluindo as canoas grandes e pequenas de pesca tradicional), o perfil do quantitativo de novos pescadores quase que dobra no universo da pesca local. Seriam, nesta década, 694 pescadores de traineiras, botes, barcos de casarias e caícos frente aos 324 pescadores relacionados às *canoas de boçarda (*grandes) e às *canoas de redinha de lula* (pequena). Da Praia Grande, a autora citou 13 *canoas de boçarda* (canoa grande) e 16 *canoas de redinha de lula* (canoa pequena); na Praia dos Anjos, 10 *canoas de boçarda* (grande); 5 *canoas de redinha de lula* (canoa pequena) além das 7 *traineiras*; 125 *botes* e 31 *barcos com casaria*. Na Praia da Prainha, 9 *canoas de boçarda* (canoa grande); 5 *canoas de redinha de lula* (canoa pequena) e mais 54 *caícos* e 1 *bote*. Já na Praia do Pontal, 4 *canoas de boçarda* (grande) e 2 *canoas de redinha de lula* (canoa pequena). Estes números relativos à Praia Grande estão muito aquém da realidade. Deve-se tomar como uma amostra parcial. Em síntese, tem-se os seguintes números amostrais de *canoas de boçarda* e de pescadores das possíveis companhas, por praia:

- Praia Grande: 13 (treze) *canoas de boçarda* envolvendo 117 pescadores;
- Praia dos Anjos: 10 (dez) *canoas de boçarda* com 90 pescadores;
- Praia da Prainha: 9 (nove) *canoas de boçarda* com 81 pescadores;
- Praia do Pontal: 4 (quatro) *canoas de boçarda* com 36 pescadores tradicionais.

É importante salientar que os nomes das embarcações, os proprietários e as posses familiares das *canoas de boçarda* (grandes) e/ou *canoas de redinha de lula* (pequenas) mudam ao longo das décadas, e que as artes e as modalidades de pesca mais individualizadas, em duplas de pescadores ou mesmo em pequenos grupos embarcados, quantitativamente, vêm superando, desde o início da década de 1990, o número de pescadores das companhas de *canoas de boçarda*. Isso se considerarmos que os companheiros de pesca não circulam (e de fato circulam!) entre as demais companhas ou entre as outras artes e modalidades de pesca. Infelizmente, a pesquisadora Oliveira Lima não fez a correlação dos nomes das *canoas de boçarda* e nem das *canoas de redinha de lula* com as propriedades das *companhas*. Certamente a realidade é outra!

Possivelmente, a lista do ano de 1953, feita pelo antropólogo Luiz de Castro Faria, poderia dar pistas precisas e comparativas quanto aos proprietários, pescadores, nomes das

canoas e ao quantitativo de canoas (grande ou pequena). Isso porque, o antropólogo pesquisou 700 pescadores tradicionais de *canoas de boçarda* quando começavam a surgir os primeiros botes de boca-aberta a motor na Praia dos Anjos, e quando ainda nem sequer existiam os barcos com casarias e nem os caícos na cidade. As traineiras de proprietários locais já existiam desde o após segunda guerra e pescavam, exclusivamente, a noite. E, desde os anos de 1930 as traineiras do Caju (Rio de Janeiro) pescavam pela Região dos Lagos.

TABELA 4

Nomes das *canoas de boçarda* e *canoas de redinha de lula*, por praias, entre 1991-1992.

Praias da cidade	Canoas de Boçarda (grande)	Canoas de redinha de lula (pequena)
Praia Grande	Erodias, Nova Conquista (Progresso), Furador, Galeão, Lucimar (Varina), Natal I (Turista), Natal II - Serrana, Natal IV (Sereia), Natal V (Encantada), Natal VI (Anita), Natal VIII (Galeão St. Antônio), Natal XII e Belém.	Aline, Ana Aparecida, Aurea, Bruxinha, Adneia, Florimar, Fragata, India, Nalu, Natal VII, Rocha, Rombuda (Natal), Sereia (Natal), Sete Conchas, Suzana e Um Ene.
Praia dos Anjos	Edlea, Falta um, Inhambu, Nossa Senhora dos Navegante, Nossa Senhora dos Remédios, Pituca, Princesa, Santa Cruz (Natal), Surpresa e Venturosa.	Amor a arte, Boa fé, Vagoneta, Vasco (Natal), Vera Cruz e Gaivota.
Praia da Prainha	Ainda (Segredo), Cana, Colete, Maravilhosa I, Maravilhosa II, Fortaleza (Natal), Princesa Isabel, Saraí e Trovão Azul.	Andrada, Daiany, Lua Nova, Verdinha e Pindorama.
Praia do Pontal	Estrela (Natal), Maninho, Malu e Nova Alvorada (Natal).	Castorina e Jesuíta.

Fonte: Do autor. Levantamento parcial feito a partir da pesquisa da autora Patrícia Oliveira Lima (1993), entre 1991-1992. Encontra-se no anexo 4 da sua dissertação ("Relação dos tipos de embarcações de pesca por praias, em atividade em Arraial do Cabo").

Entretanto, estes números iniciais, tanto da pesquisadora Oliveira Lima quanto do antropólogo Luiz de Castro Faria, podem revelar *a princípio* a aproximação do quantitativo de pescadores tradicionais, artesanais e profissionais diretamente associados às diversas artes e as modalidades de pesca que, ao longo do tempo, vêm redefinindo regras, costumes, apropriações e atualizações conflituosas nos territórios da pesca local. As primeiras mudanças quanto ao quantitativo das canoas tradicionais, e ao surgimento de novas embarcações com uso de tecnologia a motor, ocorreram em paralelo às alterações das *paisagens culturais ancestrais* nos

respectivos bairros da Praia dos Anjos e, depois, no da Praia da Prainha. Fora isso, atualmente, tem-se o aprofundamento quantitativo de embarcações de passeio do turismo náutico na lâmina d'água da RESEXMar AC/ICMbio, barreirando as rotas e os caminhos dos *peixes de passagem.*

Embora haja outros fatores sociais e naturais, como a escassez do pescado, o "espanto", o "barreiramento" e a ausência de fiscalização sistemática, por parte dos órgãos públicos, quanto aos usos das redes proibidas, esportes náuticos, passeios de barcos turísticos e a presença de outras artes e modalidades de pesca que desrespeitam as áreas das pescarias de *canoas de boçarda* em beira de praia. Para os pescadores artesanais, o "espanto" se dá por mudanças sensíveis na *natureza profunda* como o luminosidade dos portes à beira da praia; o odor dos bronzeadores dos banhistas e quando mergulhadores matam, com armas de mergulhos, alguns peixes sensíveis ao sangue de outras espécies, como, a anchova ou mesmo o burburinho dos banhistas e o bater do remo, por descuido, na beira da praia. Já o "barreiramento" dos *peixes de passagens* se dá através do excesso de embarcações seja de pescadores e/ou seja do turismo náutico de passeio ou de mergulho com seus barulhos e desperticios de óleos do motor ao mar.

Damaceno (2003, p.195-197), memorialista, narra a situação das pescarias ao chamar atenção aos direitos costumeiros do *dia da vez* ou do *trato da vez*, sinalizando a organização da pesca, períodos e locais de pescarias e os nomes de algumas das antigas canoas, por praia. Por exemplo, enfatiza que, "*na Praia Grande, havia cinquenta e seis canoas, mas atualmente quarenta e duas estão em atividade, pescando a intervalos de vinte e um dias consecutivos*" (Damaceno, 2003, p. 196). A autora também faz alusões às doze canoas da Praia dos Anjos, às nove canoas da Prainha e às quatro canoas da Praia do Pontal. As *canoas de boçarda* circulam somente na mesma praia no *dia da vez* ou *trato da vez* mesmo quando são compradas ou adquiridas por herança familiar, ou mesmo em razão de reformas e consertos ou quando apodrecem e deterioram na beira de praia, sem, contudo, haver a perda do direito do *dia da vez* ou *trato da vez* pelos proprietários das canoas.

Alarcon (2009) apresenta o diagnóstico participativo sobre a Reserva Extrativista de Arraial do Cabo, trazendo informações a partir das "oficinas" realizadas no "pequeno universo" de pescadores, entre outras categorias sociais, visando à futura "Elaboração do Plano de Manejo participativo" da RESEXMar AC/ICMbio. A época da criação da reserva extrativista, em 1997, estima-se que existiam 1.500 pescadores artesanais em Arraial do Cabo. Para o pesquisador, a partir do "projeto" de fundação da Unidade de Conservação, o quantitativo dos que viviam e trabalhavam na pesca era para além desses números. Em 2009, este quantitativo de pescadores torna-se mais amplo, heterogêneo e difuso (e até hoje o é!), em virtude das categorizações de

beneficiários (pescadores) e outros usuários da lâmina d'água, dos costões e das beiras de praia em Arraial do Cabo. No entanto, o autor indica alguns quantitativos de pescadores por categorias de embarcações e por artes e modalidades distintos e diferenciados dos ressaltados acima revelando novos petrechos industriais que, paulatinamente, substitui os tradicionais:

> A tecnologia de captura realizada pelos pescadores artesanais da região é realizada por várias modalidades de embarcações e tipos de petrechos que podem ser considerados corretamente ecológicos (sic). As embarcações utilizadas são: canoa de arrasto, bote de boca-aberta e meia casaria ou sem casaria com motor de centro que navegam observando os pontos do continente, caícos que pescam próximo às praias e costões e pequenas traineiras. Estimadamente seis décadas atrás estes pescadores tradicionais tiveram acesso a novos materiais industrializados introduzidos na pesca. Passaram a usar boias de plástico nas redes, o náilon na rede de cerco, na linha de pesca, nos cabos, nas tarrafas, substituindo paulatinamente a cortiça de raiz de ariticum, a rede de fibra vegetal tingida com raiz de murici, as betas de cipó imbé e a tarrafa de tucum. Essa mudança propiciou adaptação dos pescadores da região a novos tipos de materiais de pesca, facilitando o seu modo de vida causado por um menor esforço tanto na confecção dos petrechos quanto a um aumento substancial na captura do pescado.
>
> Os petrechos utilizados na captura pelos pescadores são de baixo nível tecnológico e impacto ambiental, entre estes, destaca-se: rede de lanço (arrasto de praia), rede de lula ou rede de armar, linha de mão com anzol, currico, bate puxa, zangarejo, rapala, misanga, pargueira, balanço, espinhel (long-line), rede de traineira, puçá e tarrafa (Alarcon, 2009, p. 4).

Este sinaliza a diversidade, a multiplicidade e a heterogeneidade das pescarias no momento de ruptura e/ou adequação da tradição à modernidade, assim como o fez indiretamente Oliveira Lima (1993) e, diretamente, Prado (2002), em relação à feitura, uso e substituição das tecnologias artesanais de confecção dos artefatos e petrechos de pesca – com o distanciamento paulatino da natureza –, no advento de novos petrechos industrializados. Nos anos 1990 para a década seguinte, começam a emergir petrechos de pesca com impactos negativos na *natureza profunda*. Por exemplo, a substituição do cambão e da lamparina, na pesca da lula tradicional, pela colocação de calhas laterais nas pequenas embarcações, com uso da luz florescente. Alguns pescadores a descartam quando inúteis ao mar. Hoje, passados trinta anos, a pesca da lula na Ponta da Cabeça vem se escasseando e perdendo alento ante à introdução dessas tecnologias, entre outras.

Atualmente, este é marcado pelo individualismo competitivo e/ou por subjetividades e individualidades – ainda que em consonância com a *comunidade de destino* –, em trânsito para as experiências do "mundo da vida" a partir da mercantilização da vida social. A outra ruptura se dá no complexo contexto urbano, social, cultural, político, simbólico e identitário para uma parte significativa dos pescadores, tradicionais ou não, estando os mesmos cada vez mais

equidistantes e alheios à *natureza profunda*, além da desorganização das regras, dos costumes e dos tabus pesqueiros, bem como os reconhecimentos sociais entre os pares em cada territórios, espaços, lugares e cantos de praia.

Algumas poucas canoas tornaram-se objeto de fetiche para as pousadas. Isso contribui, assim, para as perdas das memórias coletivas e sociais sobre a pesca tradicional e descontextualiza o "artefato canoa". Torna-se imprescindível, para sua manutenção e conservação, deixá-las adequadas, cuidadas, interpretadas, sinalizadas e protegidas nos seus lugares de origem, naturais e culturais e milenares e centenários, nas "rampas" e nos "portos" e "estaleiros" das áreas de embarque e desembarque de beiras de praia de Arraial do Cabo. Ao retirar as canoas das beiras de praias, perde-se em educação patrimonial e na salvaguarda do patrimônio cultural e natural e dos bens materiais e imateriais associados as mesmas. Por mais que se possa argumentar quanto ao legado das canoas tradicionais para se dar valor, sentido e significado patrimonial relacionados às identidades de pescadores, em *comunidade de destino*, poucos moradores, pescadores, entidades e gestores municipais têm preocupações com a "alma", o ethos e a "razão de ser" de Arraial do Cabo.

FIGURA 15

Limpando a rede da pesca no porto das canoas da Praia do Pontal - Ano: 2019.

Figura 15 - Companheiros de uma das *companhas* da Praia do Pontal limpando, cuidando e preparando a rede de arrasto de beira de praia para a pesca tradicional - Ano: 2019. **Acervo:** Do autor.

8. AS PAISAGENS CULTURAIS ANCESTRAIS

O pescador W, homem, 68 anos, ao relatar a existência da "Luz da Ilha", reverencia de pronto os antigos pescadores que, inclusive, legaram uma possível lenda. Entretanto, seu relato fala muito mais. Diz sobre a pesca de "gancho de lula" realizada na Ilha do Farol ao escurecer, por volta das seis ou sete horas da noite, na temporada do verão. Pois, como contador de causos e pescador: "*...uma noite fazendo o gancho para a lula... a gente fazia em noites escuras. A lua entrou, foi uma noite escura assim e quando a gente olha lá na Figueira...*".

> Isso os antigos falavam. Eu nunca vi... O que é que aconteceu: um dia estávamos na Marinha numa noite, *uma noite fazendo o gancho para a lula... a gente fazia em noites escuras. A lua entrou, foi uma noite escura assim*, e *quando a gente olha lá na Figueira...* quando chegamos lá na Figueira...apareceu! Nós puxando a rede e vendo lá... a gente vendo lá aquela luz fervendo na Figueira... e a turma.... *A luz da Ilha, lá!... A luz na Figueira, a luz da Ilha!...* Eu disse assim: *rapaz, vamos lá que aquilo não é fraco, não! Se tiver alguém para ir lá, eu vou lá*... aí... Seu Lucas que morava perto do estádio e ele estava lá comigo e disse assim: *eu vou com você...! Passa a mão no porrete... que porrete? Para que porrete?! Se tiver luz, nós vamos pegar a luz? Vamos lá só ver se é a luz mesmo!* Fomos lá, eu e o Seu Lucas. E a gente de tocaia... e o troço fazia assim... ascendia e apagava... sabe? E nós naquela, curiosos... *Vamos ver, vamos ver... para ver o que é que é... se for a Luz a gente vai ver o que é a Luz.* Aí chegando... não perto... e mas olhamos, assim... eu botei a lanterna... era o carvão que o pessoal deixou lá fazendo churrasco... aí o fogueiro... debaixo da árvore... deixou o braseiro à tardinha e a gente não está sabendo e *veio fazer gancho na Ilha e chega lá por volta de 6 e 7 horas da noite e começa a fazer o gancho e escurece logo, em geral*. *Aí apareceu que... e se a gente não vai? Era a luz da Ilha! Certo! Não vou dizer que era mentira dos antigos, não! Isso aí é lenda...* (Depoimento de W, homem, 68 anos, em abril de 2018).

No imaginário da cultura popular dos pescadores tradicionais e moradores sempre existiu a "Luz do Tabu Soares", na Praia Grande, nos cômoros da Massambaba que, como "bola de fogo", se dirigia para as Ilhas do Francês e do Farol, além de aparecerem "do nada" sons de correntes, vultos, procissões de fantasmas, "porcos fantasmas", bruxas para assustar as crianças, bicho-mamãe, lobisomem (de apelido Chaco da Baja, pescador) e mulas sem cabeças pelas ruas da vila de pescadores de Arraial do Cabo (Damaceno, 2003). Havia a "Luz do Tabu Soares" como, também, o*utras luzes*, entre "entes", "seres" e "coisas da natureza" nas várias localidades da Região dos Lagos, que demarcam (ou demarcavam) lugares, posses, limites, territórios e pontos pesqueiros nas reiteradas cartografias sociais, entre as reminiscências, lembranças e memórias dos antigos pescadores.

Estas sabedorias, conhecimentos e saberes-fazeres traduzem-se em falas, ditos, percepções, lendas e ocasos que alertam (ou alertavam) os imprudentes – destituídos da tradição da pesca artesanal – quanto aos usos intensivos dos recursos pesqueiros, costeiros e marinhos e daqueles derivados da restinga e da Lagoa de Araruama. Os lugares dos saberes tradicionais estão "carregados" dessas simbologias, imaginários e cosmovisões que enfatizam relatos, oralidades, gestos, sentidos e significados sobre a pesca, com suas astúcias, sabedorias, reminiscências e lembranças frente às *memórias alargadas*, *em camadas subterrâneas*, advindas dos antigos pescadores tradicionais e dos seus antepassados. São narrativas orais e falas que, inclusive, nomeiam, classificam e definem as espécies, os ciclos e os ritmos da *natureza profunda*, ao servirem como parâmetros para o manejo sustentável.

Há interações e relações sociais que implicam em enraizamentos sociais, vínculos identitários de pertencimento e de afeto ao nomearem, classificarem e porem em ordens pessoas, objetos, coisas relacionados aos *entes* da natureza, aos imaginários e aos bens culturais e simbólicos a partir do universo da pesca, ao envolverem os pescadores tradicionais, companheiros, embarcações, petrechos, territórios e *cantos de praia* nas reflexões, percepções e maestrias sobre os ritmos, os ciclos e as espécies da natureza. Indivíduos, pessoas, chegados, parentes, compadres, camaradas e companheiros de pesca são identificados, nomeados e socialmente reconhecidos por apelidos e alcunhas, para além dos nomes de batismo. Por exemplo, como me relatou o pescador W (homem, 68 anos), dono de companha de *canoas de boçarda* e de redes na Praia dos Anjos. Este nasceu em 1953 e foi criado na mesma casa dos pais e avôs. Os mesmos já residiam nesta praia desde 1929. Ele tem duas canoas, compradas há muito tempo: a 'Pituca', com 200 anos, feita de tronco de figueira; e a 'Inhambu', com 150 anos (não soube precisar qual tronco de árvore). Elas já passaram por outros donos, como de costume.

Possivelmente, os outros companheiros começaram nesta e/ou em outras praias desde tenra idade, nas diversas artes e modalidades de pesca. Entretanto, nesta praia existem doze canoas no porto das canoas que "a princípio" se constituem em doze companhas "com tantos outros pescadores" necessários para formar uma companha, com seus nomes, apelidos e alcunhas, em trânsito e em circulação entre as demais companhas desta praia. Atualmente, na Praia dos Anjos, só pescam seis canoas mas com doze companhas. Cada canoa/companha só sai de doze em doze dias no seu *dia da vez* ou *trato da vez*. Isso se repete proporcionalmente nas outras praias, entre o número menor ou maior de companhas e de pescadores tradicionais. Algumas canoas não são mais utilizadas para a pesca de arrasto de beira de praia, embora

existam mesmo que apodrecidas, encalhadas e quebradas, algumas demandando custos para ser apenas reformadas. No entanto, pelas regras costumeiras, o *dia da vez* ou *trato da vez* é mantido de maneira astuciosa. Na Praia do Pontal, por exemplo, são quatro companhas que revezam no *dia da vez* ou *trato da vez*, de quatro em quatro dias. Já na Praia da Prainha, são nove *canoas de boçarda* que saem de três em três dias. Na Praia Grande, as canoas saem de vinte e oito a vinte e oito dias. Faz tempo que há uma "crise" entre proprietários de *canoas de boçarda* desta praia quanto às regras costumeiras e acordadas do *dia da* vez ou *trato da vez*, em virtude da existência de "canoas sem pai e sem mãe" - dito local que faz parte das falas pejorativas dos antigos pescadores cabistas.

Os instrumentos e petrechos da pesca também são nomeados, designados e confeccionados artesanalmente para serventia, utilidade e necessidade das atividades de pesca. Alguns desses petrechos são acomodados nas embarcações, por exemplo, de *canoas de boçarda*; outros ficam ao relento, ao chão, em rampas, marinas e estaleiros e/ou nos "varais de redes", "varais de remos" e "varais de garáteia com boias", no interior dos paióis dos pescadores tradicionais. As embarcações têm seus registros e documentações inscritas nos órgãos públicos e de representação social da categoria. Em particular, na Capitania dos Portos demarca-se os nomes de cada uma, constando o ano de construção ou de posse, procedência, comprimento, boca, pontal, calado, tipo de material, tonelagem, capacidade da tripulação e titularidade e/ou propriedade.

Para os pescadores tradicionais das companhas, as identificações visuais das *canoas de boçarda* (individualmente ou em lote) dão-se efetivamente pelas escolhas de cores simbólicas que os proprietários imprimem nelas. Todas as canoas da cidade têm três faixas de cores, que são pintadas no casco, nas bordas e ao fundo. No casco interno das canoas, a cor predominante advém das misturas das três cores das embarcações. Caso o proprietário tenha canoas em outras praias, ele reproduzirá as mesmas cores. O fato cada vez mais preocupante são as alterações dos nomes das canoas e as progressivas perdas, mudanças, negações ou o desbastar e o abandonos das cores das canoas ativas de algumas companhas da Praia Grande. Isso também vem se repetindo com algumas canoas das outras praias da cidade.

As *canoas de boçarda* mudam de nome quando adquiridas por novos proprietários, às vezes provocando certa indignação e reprovação dos antigos donos, que insistem em demarcar o nome original, mesmo após a venda, com documentação da Capitania dos Portos. Demarca-se, assim, a identidade visual conjugada pela escolha de um nome derivado ou que represente os fenômenos da natureza ou as "situações" inusitadas e/ou irônicas, acontecidas ou não, reais

ou imaginárias. Notadamente, quando os nomes são femininos é porque sua representatividade demonstra afetividade às filhas do dono da canoa. De forma reiterada, os nomes são homenagens representativas (Barreto et al, 2019, p. 27). O mesmo acontece *desde sempre* com as outras tipologias de embarcações, como nos primeiros botes de boca-aberta, nos anos 1950/1960, na Praia dos Anjos. Conforme depoimento coletado junto a um pescador:

> E bote, eram quatro a cinco botes só [na Praia dos Anjos]. Tá entendendo? Os nomes dos botes, primeiros botes [boca-aberta] a motor. O nome? Ó, um bote é "filequinho". O dono era o Dr. Hermes Barcellos [O mesmo, foi prefeito de Cabo Frio quando Arraial do Cabo ainda era distrito]. O apelido dele, no Cabo, era "Fileco". Ele era conhecido como "Fileco", mas o nome dele era Hermes Barcellos, né? Atão, quando ele fez o bote, botou o nome de "Fileco", de "Filequinho", que era o apelido dele no Cabo. Aí outro que eu conhecia de nome Ultramar. "Ultramar", o maior! Tá entendendo? Aí depois veio outro... o "Carranca", que é de Betinho, já morreu também. Este Betinho, o bote dele era um bote bonito, vermelho, "Carranca". Atão, mas não era dele, não.... metade era dele. Lá em Cabo Frio não tem aquela pedreira, em Cabo Frio... Já viu aquela pedreira? Naquela época, tinha um cidadão que já tá morto. Ele se chamava Mauro Salles, que era o dono de Cabo Frio. Aentão, ele fabricou dois barcos... ele tinha o compadre dele ... deu a metade para ele tomar conta. Aentão botou este nome deste barco chamado de "Carranca". E tinha outro barco, igualzinho, gigante. Era um... chamado de "Peruá"... (risos). O outro bote, tudo vermelho... [Já o bote de Hermes Barcellos] era amarelo... amarelo e verde. Na ponta, em cima, era verde. E do lado dele é todo amarelo e se chama "Filequinho". E o outro, que era maior, "Ultramar". Agora, este de Betim... O bote [era vermelho] como de Cabo Frio, o "Peruá". Ele trabalhava numa firma, e o "Carranca" era [de cor] vermelha. Branco e vermelho! E adepois ele fabricou, inclusive, um bote... ele com o compadre dele .... chamava... ó, meu pai do céu... esqueci o nome, rapaz (Depoimento de D, homem, 95 anos, em maio de 2018).

As várias tipologias de embarcações estão localizadas nos *territórios da pesca* e nos *cantos de beiras de praia,* como seus portos, estaleiros, rampas e marinas de pescadores. Estes são locais de "encalhe" das embarcações, com nomes e cores, por exemplo, das distintas companhas, com as suas *canoas de boçarda* que fazem parte da "geografia empírica" do pescador tradicional na construção social das identidades, dos enraizamentos e dos reconhecimentos sociais e dos sentidos de pertencimento e afeto a uma *comunidade de destino*.

Para os pescadores tradicionais, este habitar na modernidade tardia, da contemporaneidade, redunda na obsolescência, invisibilidade e descarte cotidianos de suas identidades culturais e dos seus conhecimentos, tecnologias, habilidades, maestrias, ofícios e artes. O desenraizamento se faz presente na cidade e na Região dos Lagos nas sucessivas perdas dos espaços, territórios, lugares, pedaços e cantos de praias da pesca tradicional. Como implica, também, em ruptura cotidiana na capacidade de transmitir - através das experiências, observações, vivências, memórias e narrativas orais - os seus saberes-fazeres, conhecimentos e

sabedorias tradicionais para novos aprendizes. Inclusive nos espaços de ensino, educação, cultura e pesquisa formais. Estes podem influenciar e contribuir, coabitar e coexistir enquanto "outro saber" portador de uma compreensão mais cotidiana, prosaica e comezinha sobre os ciclos da natureza, todavia encarnados com o *envolvimento sustentável* frente à *natureza profunda* e às *paisagens culturais ancestrais* com seus limites, marcos, imaginários e subjetividades em *comunidades de destinos*.

> Hoje em dia ninguém pode passar, não é isso? Porque o movimento é grande... De embarcações, demais... demais! Ó, aquele largo ali aonde... da Marina até o canto e de frente ao estaleiro do Jair. Aquilo ali era vazio. Não tinha a Marina, não! Tinha uns quatro botezinhos quando começou os botes que veio aqui pro Cabo. Tinha uns três ou quatro botes. Está entendendo? Agora... Agora tem uma multidão de barcos, de escunas e de ponta a ponta... É fora de série isso aí. Atão não cabe isso tudo, não! A maior parte era canoa de remo. E bote eram quatro a cinco botes só... Tá entendendo?... Eram só quatro barcos, só! E o resto eram as canoas velhas. Na Praia dos Anjos eram umas 10 canoas... Estes barcos a remo, e os quatros barcos a motor e só. *Ali onde está a escuna, aquilo tudo era livre... era livre... e aí adepois foi montoando, montoando, montoando e hoje em dia quase não consegue mais ninguém* [pescar], *é ou não é? É complicado...*
>
> Na Praia Grande tinha de sessenta canoa a oitenta canoa. Pescavam todas duas juntas, né? Entendeu? Então é fartura de canoa. E, hoje em dia, está tudo diminuindo, está tudo se acabando. Porque o movimento é grande, né, Paulo? O movimento é grande... [de turistas]. É, justamente! O pescador, hoje em dia, do Cabo, não tem lugar mais... não tem lugar mais para pescar e viver... porque o turista tomou conta. E, tem uma coisa, Paulo. Eu, para mim, cada um tem um pensamento. Nós, como somos natos, aqui, do Cabo. Eu e a dúzia de cabistas que existem aqui, ainda, nato, nascido aqui. Eu tenho que nós fomos... um construtor do Cabo (Depoimento de D, homem, 95 anos, em maio de 2018). (Grifo nosso).

O depoimento do antigo pescador e fazedor de tarrafas, de 95 anos, ressalta e recupera as conceituações de Carlos Rodrigues Brandão (2010 e 2015), vistas acima, frente as comunidades tradicionais sobre o desenrolar da presença histórica da sociedade moderna e do momento de inflexão que havia algum tempo anterior ("os tempos de antes e os de agora" ou dos que "veio de fora") e que na atualidade "embaralham", produzem os desenraizamentos sociais e recriam as relações comunitárias "com/entre novos e diversos poderes externos" inscritos na "invisibilidade, negação e expropriação dos lugares e dos territórios" (e, na lâmina d`´agua), além dos modos de vida, saberes, imaginários, memórias e experiências da cultura. Pois, como fala D, homem, 95 anos: *"... adepois foi montoando, montoando, montoando e hoje em dia quase não consegue mais ninguém* [pescar], *é ou não é? É complicado..."*

Criam-se, assim, *a princípio*, dois mundos desencontrados: o *mundo encantado*, da geração dos antigos pescadores da cidade de Arraial do Cabo (entre outras populações

tradicionais, da Região dos Lagos), que, de certo modo, ainda vivem na/da *natureza profunda*, com os seus manejos tradicionais nos ambientes de restinga e das áreas costeiras e marinhas; e, por outro lado, ao extremo, o *mundo desencantado* das novas gerações de *pescadores urbanos*. Além de moradores, migrantes e adventícios que chegaram a Arraial do Cabo e a Região dos Lagos, numa primeira leva, oriundos das políticas desenvolvimentistas dos idos dos anos 1950 e, numa segunda, na década de 1980, após a ditadura militar, no contexto de emancipação dos distritos de Arraial do Cabo e de Armação dos Búzios em relação à cidade de Cabo Frio. Alguns moradores locais e de segunda residência - parte destes, moram em bairros fantasmagóricos - estão, como todos, inseridos nos arranjos científicos e tecnológicos da modernidade tardia anunciando a mesma retórica gasta, estéril e angustiante de crescimento, de progresso e de desenvolvimento – que gera ainda mais subdesenvolvimento - sem considerar os sentidos da *natureza profunda*; das *paisagens culturais ancestrais* e do *envolvimento sustentável*.

Geralmente, os pescadores tradicionais encontram-se residindo nas proximidades de inúmeras enseadas, beiras de praia e bairros adjacentes aos locais de pescarias nas cidades da Região dos Lagos. Há, ainda, mulheres com seus familiares que são extrativistas, marisqueiras e pescadoras. Além daqueles pescadores envolvidos com as atividades da carpintaria naval tradicional de *canoas de boçarda* e outros na construção, reforma e conserto de botes, caícos, bateras, boca-aberta, traineiras e barcos de passeios. Os mesmos compartilham as *paisagens culturais ancestrais* marcadas pela ancestralidade e pela tradição além dos conhecimentos, epistemologias, sabedorias e saberes-fazeres.

Provavelmente, a pesca tradicional deu origem aos caminhos e trilhas nos costões e nas beiras de praia - transmitidos entre gerações desde o período pré-histórico à invasão colonial europeia –, mas que guardam em "segredos" formas de manejo, práticas culturais, sociais e simbólicas da pesca, além da localização exata, com as denominações distintas e ocultas, dos locais propícios para as artes e modalidades de pesca, seja no entorno das enseadas ou das pedras dos costões (pesca de linha e de tarrafa), ou seja, ainda, na pesca de beira de praia, realizada, em particular, por *canoas de boçarda*, canoas de redinha de lula, botes e caícos. Além daquelas áreas ambientais da laguna de Araruama e as costeiras e marinhas para pescaria, no mar aberto ou mar de fora, com usos de embarcações motorizadas. Neste sentido, faço a distinção relacional, articulada e complementar entre as noções de *territórios da pesca* e *cantos de praia da pesca* para situar, contextualizar e refletir sobre como, quando e onde se estruturam e se organizam os lugares dos saberes tradicionais nas cidades da Região dos Lagos.

8.1. Os territórios da pesca

Os atuais espaços, territórios, lugares, pedaços e paisagens culturais estão vinculados à pesca tradicional, tendo sido designados, tempos atrás, como as *praias de pescarias* (século XVIII) e os *centros ou núcleos pesqueiros* (século XX). Possivelmente, o que resta hoje, são os *cantos de praias da pesca tradicional* (século XXI) decorrentes das pressões do capital e das políticas públicas de ordem econômica, política, estética e urbanística. As mesmas são oriundas desde os tempos arqueológicos até a contemporaneidade impostas por normatizações, regramentos e por práticas culturais e sociais invasivas às sucessivas comunidades de pescadores na apropriação, construção e definições dos seus territórios da pesca, ao longo do tempo.

A pesca em Arraial do Cabo na RESEXMar AC/ICMbio é realizada nas praias, costões e no mar aberto, com grande diversidade de espécies de peixes e de crustáceos em decorrência do fenômeno da ressurgência. A cidade apresenta territórios pesqueiros singulares à beira da praia, nos costões, promontórios, ilhotes, ilhas, parcéis e ferragens. Os inúmeros *territórios da pesca* na região costeira e no mar aberto das cidades da Região dos Lagos envolvem categorias distintas de pescadores artesanais, tradicionais e profissionais, além dos remanescentes quilombolas e moradores, com visões de mundo, saberes-fazeres, práticas sociais e culturais diversas, múltiplas e singulares, ao demarcarem apegos, vínculos e sentidos de pertencimento e enraizamento aos lugares de origens ancestral. Os cantos de praia, estaleiros, marinas, rampas de pescadores, paióis e portos das canoas comportam, igualmente em terra, indivíduos e grupos sociais capazes de resistir ao processo histórico de marginalização, exclusão, invisibilidade, expropriação e de negação dos seus saberes associados à pesca tradicional, junto às sucessivas comunidades de pescadores artesanais.

A categoria *territórios da pesca* advém da "geografia empírica" do pescador tradicional, artesanal e profissional. Esses lugares são nomeados em virtude das singularidades, sentidos, significados, afetos e atributos dados nas construções das *paisagens culturais ancestrais* desde os tempos pristinos, arcaicos, arqueológicos, históricos e contemporâneos. Entretanto, seus usos e manejos são vivenciados, experimentados, transmitidos e reconhecidos, exclusivamente, entre os pares de companheiros e camaradas de pesca. Não são veiculados, entregues, dados ou mesmo reconhecidos, percebidos e traduzidos para quem não pertence ao universo das pescarias.

Estes *territórios da pesca* – em terra ou no mar aberto – são permeados de ocultações, silenciamentos e segredos quanto à localização (real, exata e de fato) dos pesqueiros, marcos e pontos de referências da pesca. O acesso aos mesmos depende do legado, da transmissão, da confiança e dos envolvimentos participativos entre as sucessivas comunidades de pesca a seu tempo, lugar e contexto de vida. Ademais, só fazem e têm valor, sentido e significado quando associados às sabedorias, aos conhecimentos e aos saberes-fazeres instituídos nos múltiplos "lugares de sabedorias", permeados no que eu estou designando de epistemologia da totalidade frente à pesca tradicional.

Estes *territórios da pesca* têm suas "geografias", não nos sentidos e nem nos termos conceituais atribuídos à noção de "territórios" dos geógrafos ou das "ciências geográficas", com suas coordenadas e localizações físicas balizadas em termos científicos ou mesmo numa geografia cultural. São somente *territórios da pesca*, com atributos culturais, sociais e simbólicos encontrados nas proximidades das malhas urbanas e inscritos, entranhados e corporificados na *natureza profunda* de cada pescador tradicional, artesanal e profissional, sendo os mesmos mediados, interpretados e traduzidos entre os pares de pescadores tradicionais nos seus ambientes da restinga e das áreas costeiras e marinhas do mar aberto. E, mais ainda, a "geografia empírica" do pescador assinala os locais de pescarias de beiras de praia, costões, promontórios, parcéis, cascalhos, ferragens, ilhas e nas enseadas da Lagoa de Araruama. São espaços, territórios, lugares, pedaços e cantos de praia da pesca tradicional dotados das antigas marcas, lembranças, reminiscências, heranças e referências culturais, simbólicas e sagradas, que explicitam a identidade, a alteridade, a individualidade e as subjetividades dos pescadores no interior de uma *comunidade de destino* – aldeias, vilas, núcleos e cantos de pescadores oriundos dos tempos ancestrais, talvez desde os tempos pré-históricos e certamente históricos.

Os *territórios da pesca* são imbuídos de vivências, experiências e de maestrias, únicas, singulares, entranhadas e corporificadas enquanto legados transmitidos, herdados e socializados pela tradição da pesca. Afinal definem-se pela ancestralidades, pristinas e arcaicas, ao se reproduzirem e se reatualizarem, na contemporaneidade, em memórias sociais e coletivas, alargadas, ao longo dos tempos, em *camadas subterrâneas*, através das construções de *paisagens culturais ancestrais* e com os seus *lugares de sabedorias* como será enfatizado, mais à frente, sobre os *cantos de praia* da pesca tradicional.

Fora do continente, no mar aberto, os *territórios da pesca* aparecem nas proximidades das ilhas, ilhotas, parcéis, lajeados e em berçários como os cascalhos e as ferragens dos navios encalhados na arrebentação e após à rebentação ou, em alto-mar, até a proximidade das

plataformas do pré-sal. Neste sentido, tem-se os *territórios da pesca* exclusivos de beiras de praia, costões e promontórios, bem como *outros territórios* em que se pesca "a tantas milhas" da costa em direção ao mar aberto, mar alto ou mar de fora, tanto em direção a outros municípios, quanto a estados da federação. Estes, no entanto, não podem ser considerados, situados e contextualizados, ao "pé da letra", como *cantos de praia* da pesca tradicional. São *outros territórios* de *outros tantos pescadores* alheios às cidades da Região dos Lagos. Em cada *outros territórios* de cidades, regiões e estados da federação haverão de resistir os *outros cantos de praia.* Conforme o pescador, S:

> Eu trabalho com a pesca artesanal, tanto no costão, né? Como, no pesqueiro de mar aberto que são outros tipos de apetrechos, outros tipos de pescado. No costão a gente captura anchova, lula... e na rede, no zangarejo, na linha de mão. E lá fora... que é o namorado, que é o cherne, o batata, o congro-rosa. Tem o espinhel de fundo e tem o espinhel de superfície. Que é o espinhel de cação, de espada, de dourado. Então, cada época do ano, a gente pescador vive de um tipo de pesca. Principalmente, se tiver melhor valor comercial. Por que eu tenho um esforço menor, ganho mais... Vou vender para o atravessador. Só que cada tipo de peixe tem um valor comercial. [Por exemplo] O dourado está a oito reais, a lula é trinta. O pescador: *"Ah, eu vou pescar lula!".* O namorado é dezoito e o cherne é vinte e dois, vinte e cinco. Se está na safra, no mês dele, eu vou lá cato cem quilos de peixes todos os dias. Então, cem quilos de peixes a vinte e oito reais dá dois mil e oitocentos reais divididos pra três... Então, a gente faz um cálculo, a matemática, que você mesmo mencionou... Então, cada época do ano, a gente vai optar pelo tipo de barco, tipo de tralha que eu tenho e o meu companheiro. Que tem companheiro que não gosta deste tipo de pescaria. Poitada, tem que fica a noite inteira no mar. De dia tomar conta do pesqueiro, para só trabalhar a noite. Então, há um desgaste muito grande... Essa época do ano, eu gosto de fazer a pescaria lá de fora. Cação, dourado, namorado... *"ah, show!"* ...Pesco a 18 milhas, 10 milhas, 12 milhas depende muito do tipo de barco que eu estou. Se é um barco de convés eu vou mais longe; barco de boca-aberta eu vou 10 milhas, 8 milhas... depende muito... Nosso barco faz 7 milhas por hora. (Depoimento do S, homem, 57 anos, em março de 2019).

Na área continental, na Região dos Lagos, os *territórios da pesca* acontecem em locais como algumas enseadas, bordas e nas "praias" da laguna de Araruama, bem como nos cantos de beira de praia com os seus portos e estaleiros das canoas; rampas e marinas dos pescadores e nas enseadas abertas e/ou fechadas, assim como, nos vigias e nos paióis da pesca de *canoas de boçarda*; nas trilhas e nos caminhos dos costões e dos promontórios para a pesca de linha e de tarrafa. Por exemplo, para os pescadores de *canoas de boçarda*, os marcos imaginários dos *cantos de praia* se definem nas beiras das praias da cidade ou na Ilha de Cabo Frio, em Arraial do Cabo, pelos acidentes geográficos e por laços afetivos, em pertencimentos, para a reprodução das *memórias alongadas, de longo tempo, em camadas subterrâneas* mediadas, inscritas e traduzidas em lugares como as dunas ou combros (do "Tabu Soares"); árvores (a "Figueira" da

Ilha do Cabo); moitas (as "pitangueiras", da Praia do Pontal); pedras nas encostas (o "Velho do Maramutá") e por "paus fincados", que são interpretados, singularizados, referenciados e dispostos nas rotinas e nos *habitus* sociais e culturais frente à tradição da pesca.

A rigor, cada *território da pesca* traz as várias artes e modalidades da pesca, com seus petrechos, tipologias de embarcações e formas de ocupação dos espaços, territórios, lugares, pedaços e cantos de beiras de praias ao envolver sucessivas comunidades de pesca nas três cidades e ao definir, entre escolhas, os percursos, os trajetos, as distâncias e os deslocamentos (se à pé ou se embarcado) ou quando embarcado se usará a propulsão a remo ou a motor e quais tipologias de embarcações ou com qual calado, dimensão, tecnologia digital e/ou potência do motor da embarcação. Além das tipologias e usos de petrechos da pesca (por exemplo, tipos e espessuras de linhas ou dimensão das malhas, tamanhos e comprimentos das redes de pescar) e se a pesca será realizada somente por um ou em dupla e por grupos de pescadores, companheiros e camaradas da pesca, com suas hierarquias, status e prestígios sociais relacionados e incorporados as posses, segredos, domínios e saberes-fazeres com suas sabedorias e maestrias.

Deve-se ter uma compreensão que estes *territórios da pesca* e *cantos de praia* estão sujeitos a sujeição de proprietários e donos de embarcações, redes, paióis, petrechos de pesca, fabricas de gelo, peixarias e atravessadores, ao estabelecerem relações e interações sociais e de trabalho permeadas pela extração de mais-valia. Ou nas resistências e alternativas individualizadas e/ou de pequenos grupos entre pescadores tradicionais mais horizontais e que buscam *envolvimentos sustentáveis* seja em parcerias, associações e em formas cooperadas quanto aos ganhos e custos de manutenção da pesca estabelecidas, e que detêm sabedorias, conhecimentos e saberes-fazeres ao não se sujeitarem as formas capitalistas de exploração, mesmo sabendo que o pescado se dirigirá aos mercados de peixes independente dos consumos próprios e caseiros. Todo este conjunto de interações e relações sociais certamente definirá o solo, o trajeto e a andança em terra no arrasto a beira do mar ou na navegação em mar aberto, mar de fora ou mar alto balizados por inseguranças, incertezas, perigos, custos e gastos econômicos e pelo tempos longe da terra e do mar.

FIGURA 16

O Morro do Miranda e o “Caminho dos burros”, na Praia do Pontal - Ano: 2019.

Figura 16 - No sopé do Morro do Miranda encontra-se o “vigia da pesca” onde se vê as grandes mantas e os cardumes de peixes, e ao longo do “Caminho dos burros”, na preamar, se localizam as marcas das pescarias da Praia do Pontal, em Arraial do Cabo - Ano: 2019. **Acervo:** Do autor.

FIGURA 17

Vista do território da pesca da Praia do Pontal (“Morro do Miranda”) - Ano: 2019.

Figura 17 - Vista do território da pesca da Praia do Pontal, a partir do sopé do Morro do Miranda, ao subir a trilha em direção ao “vigia da pesca”, Arraial do Cabo - Ano: 2019. **Acervo:** Do autor.

FIGURA 18

Vista da Ilha do Pontal e do território da pesca da Praia do Pontal - Ano: 2019.

Figura 18 - Vista do Morro do Miranda de todo o território da pesca da Praia do Pontal (incluindo, a Ilha do Pontal), a partir do "vigia da pesca". Este território da pesca se espalha após a curva em "S" e se finda até a Lagoa da Barra Nova (na divisa com Cabo Frio), em Arraial do Cabo - Ano: 2019. **Acervo:** Do autor.

FIGURA 19

Os paióis dos pescadores e as *canoas de boçarda* da Praia do Pontal - Ano: 2019.

Figura 19 - Os paióis dos pescadores e as canoas "encalhadas" na área do embarque e desembarque do porto da Praia do Pontal, em Arraial do Cabo - Ano: 2019. **Acervo:** Do autor.

FIGURA 20

As quatro canoas/companhas da Praia do Pontal - Ano: 2019.

Figura 20 - Os cincos paióis perfilados e as quatros canoas/companhas da Praia do Pontal "encalhadas" travadas por diversas cunhas sobre as "guias de eucaliptos" e os roletes de aços, em Arraial do Cabo - Ano: 2019. **Acervo:** Do autor.

FIGURA 21

O porto das canoas da Praia do Pontal - Ano: 2019.

Figura 21 - No porto das canoas têm-se "encalhadas" três das quatros canoas/companhas desta praia. Pois, a quarta canoa/companha estava em atividade de arrasto de praia no seu *dia da vez*. As duas canoas (à esquerda) de cores verdes e cascos marrons *desde sempre* estão "guardadas" exigindo reformas, reparos e consertos. Arraial do Cabo - Ano: 2019. **Acervo:** Do autor.

8.2. A Praia do Pontal

> No lugar em que termina a Praia do Pontal, ou se se quiser, à extremidade sudeste da restinga de Araruama, começa o conjunto de terras que, projetando-se oceano a dentro, na direção SE, formam o Cabo Frio. Chegando à extremidade chamada canto do Pontal, avistei, próximo da praia, uma ilha deserta... No canto do Pontal existem, no meio dos areais, algumas cabanas de pescadores. Aí deixei de contornar a praia e, passando por trás de uma ponta de terra que pertence ao conjunto de Cabo Frio e que tem partes cultivadas pelos pescadores do canto do Pontal, cheguei a uma outra enseada. Esta ainda é muito menos que a da Praia do Pontal e tem o nome de Prainha (Saint-Hilaire, 1974, p. 171).

Este registro escrito, acima, fora feito entre 1816 a 1822 pelo viajante naturalista Saint-Hilaire! Pelo relato do viajante naturalista, a pescaria nesta praia *desde sempre* existiu ou *faz raças de anos*. Tomo, por exemplo, as minhas vivências e experiências junto as companhas da Praia do Pontal para exemplificar as noções de base que venho formulando ao longo da tese. A Praia do Pontal localiza-se na divisa entre Cabo Frio e Arraial do Cabo. Destacam-se na paisagem cultural os remanescentes da Mata Atlântica, em particular as áreas de restingas com dunas, combros e lagunas, além de pequenos paióis coloridos, feitos de alvenaria, com áreas externas para embarque e desembarque de *canoas de boçarda*.

Nesta praia há a predominância da pesca do cerco tradicional, com o *direito a vez* entre as quatro companhas ao longo do ano. A Praia do Pontal continua sendo uma das áreas de pesca mais isoladas e com baixa densidade populacional da cidade. É a primeira praia da cidade de quem vem da Praia do Foguete, em Cabo Frio. Em uma das faces, em direção a Arraial do Cabo, próximo aos paióis dos pescadores, tem-se o Morro do Miranda, com uma diversidade de ecossistemas associada à Mata Atlântica. Noutro lado, em direção a Cabo Frio, tem-se as áreas de beira de praia, com pequenas elevações e dunas com vegetação de restinga, banhadas pela Lagoa de Beber, Lagoa da Barra Nova e a Lagoa do Pau Fincado.

Desde o ano de 1729, encostado ao Morro do Miranda, este lugar era designado como "Canto do Pontal" enquanto uma pequena beira de praia contigua à "Praia do Pontal" que envolvia toda a orla e se findava até a "boca da barra", em Cabo Frio, no canto do Forte São Mateus. Esse último canto foi declarado, no século XIX, de uso exclusivo dos pescadores do bairro da Passagem, em documentos e atas da Câmara Municipal de Cabo Frio. Tornou-se essa orla grande, em determinados momentos históricos, no século XX, desmembrada em Praia do Pontal (em Arraial do Cabo) e em Praia do Foguete, Algodoal (Dunas), Braga e do Forte (em Cabo Frio). Através das falas, das memórias e dos relatos dos antigos pescadores e dos atuais é

possível exemplificar os vínculos intergeracionais e as genealogia familiares e intersubjetivas a partir dos valores, sentidos e significados dos enraizamentos, pertencimentos e afetos aos *territórios da pesca* e *cantos de praia*.

O acesso à Praia do Pontal se faz a partir de três estradas de terra batida. A principal delas é a Alameda das Casuarinas – rua de terra batida e sombreada por casuarinas –, rente à Vila da Álcalis. Essa vila foi construída, inicialmente, como moradia para os quadros técnicos e os gestores-administrativos da empresa Álcalis. Hoje é um condomínio privado. Paulatinamente, tornou-se também lugar de segunda residência para os adventícios, com baixa taxa de ocupação em comparação com as moradias do centro da cidade ou do Segundo Distrito. As áreas da Praia do Pontal e do bairro Miguel Couto estão sob "tutela" da preservação da paisagem, a partir de instrumento jurídico de proteção ambiental e cultural. *Desde sempre* existem quatro companhas na Praia do Pontal, além da "moradia" eventual de um dos pescadores, representando, ao todo, os cincos paióis de pescadores desta praia. Até hoje há conflitos entre os donos das companhas, das redes e dos paióis. Entre eles há parentes ou quase aparentados. Alguns pescam na mesma praia, entre outras praias, desde tenra idade.

Na Praia do Pontal destacam-se na paisagem os pequenos paióis, coloridos, com área externa à beira-mar para embarque e desembarque das *canoas de boçarda*. Estes são divididos entre 5 (cinco) proprietários e seus herdeiros. Têm um partido arquitetônico "vernacular", constituído por um conjunto distinto de paióis enfileirados, com o predomínio de cômodos de alvenaria secionável *a priori* em sala, depósito, cozinha e banheiro. O paiol é o espaço de abrigo, de trabalho e de sociabilidade dos pescadores. Ao mesmo tempo é o local de depósito e de guarda, com segurança, dos petrechos de pesca. É o lugar de onde se faz e se improvisa o café e se usa o banheiro para os membros da pesca e, eventualmente, com "custos" para moradores e turistas. Mesmo sem eletricidade, a rotina da pesca perdura diariamente no *direito da vez* de cada companha. Ao longo do tempo se reproduz, de geração a geração, novas sucessões – sempre renovadas e continuadas – de pescadores, redes, canoas e proprietários das companhas.

Pelos relatos dos mais antigos pescadores, a área de pesca original abrangia toda a costa do Pontal até as praias de Cabo Frio. Devido ao comportamento dos *peixes de passagem*, ia-se a remo – alguns pescadores caminhavam pela beira de praia, acompanhando a canoa – até a altura do atual bairro do Braga, em Cabo Frio. Os mais antigos relatam que as companhas vez ou outra pescavam de canoas a remo até a Praia do Peró, em Cabo Frio, local equidistante dos paióis dos pescadores da Praia do Pontal, a cerca de uns 7 (sete) quilômetros de distância. Neste

sentido, para os antigos pescadores, a partir da Praia do Foguete, em direção a Cabo Frio, na altura do Clube Militar, tinha-se o marco denominado de *Lagoa do Pau Fincado*. Mais adiante, na lombada da estrada Arraial do Cabo – Cabo Frio (Rodovia Gen. Bruno Martins), perto da curva e antes do bairro das Dunas, havia a designação do marco da *Ponta do Mato*. Até chegar a este ponto, passava-se por um longo trecho de areia "fofa" e com declividade em curvas, à beira da praia. E, por fim, tinha-se o marco do *Espraiado de Cabo Frio* (atual, bairro do Braga), com uma beira de praia maior, lisa e firme.

Desde o princípio, "o mais antigo pescador" que se conhece foi pescar na Praia do Pontal, por volta de 1936, aos 12 anos de idade, e já havia os paióis dos pescadores e as canoas do pontal. É um dos mais antigos pescadores vivo da Praia do Pontal. Pescou por 54 anos consecutivos até os anos 1990, com a idade de 76 anos. Começou a pescar, em todas as praias, junto com o seu pai (que faleceu aos 70 anos), no ano de falecimento do seu avô (cerca de 1870-1936). Aos 12 ou 13 anos de idade, o "mais antigo pescador" já pescava na canoa do seu avô chamada "Venturosa" (Praia Grande) e na canoa "Princesa" (Praia dos Anjos). Em 1940, com 16 anos, começou a pescar com seu pai na canoa "Amarela", na Praia do Pontal.

Seu bisavô (por parte do pai) veio para Arraial do Cabo de uma localidade de Macaé chamada "Bicuda Pequena". Provavelmente, entre as décadas de 1850, acompanhando uma tropa de mula que transportava e negociava peixes, entre outros itens. Este conta que seu bisavô era de origem portuguesa e foi proprietário da Fazenda do Morro do Miranda. Seu pai já pescava na canoa "Amarela" e foi também, contemporâneo de pesca da canoa "Suberana" – tratada pelos pescadores antigos pelo apelido de "Veia" –, isso bem antes de começar a pescar na Praia do Pontal. Além disso, ainda existia a canoa mais antiga designada como a "Canoa do Pontal", com seus respectivos paióis. Talvez essa seja a canoa mais antiga e esquecida na memória, sem precisar nome e nem época.

A canoa "Suberana" (apelido "Veia") passou a ser chamada de "Flor do Pontal". Um outro antigo pescador companheiro de geração e conterrâneo já pescava com a mesma, junto com o pai do tio-avô de B (homem, de 64 anos). Havia ainda a canoa "Amarela" e "Terezinha" (apelidada de "Mata-Sapo" ou "Sapo"*),* ambas de um dos "poderosos da pescaria". Tempos depois foi colocada a canoa "Aliança" da única mulher proprietária de companha e irmã de um dos "poderosos da pescaria". A canoa "Terezinha" tinha o apelido de "Mata-Sapo" ou "Sapo" por analogia à linha de ônibus noturna, dos anos de 1950/1960, entre Cabo Frio – Niterói que, na estrada, matava os sapos. Os antigos pescadores dessa canoa fizeram uma rede pequena – de restos de outras redes – para pescar, e o que comer somente à noite. As canoas "Amarela" e

“Mata-Sapo” (ou “Sapo”) acabaram deterioradas na Praia do Pontal. Os pescadores dos anos 1970 testemunharam este processo. Pelo relato afirmaram que os donos dessas canoas – os irmãos “poderosos da pescaria” – eram proprietários também de outras redes na Praia Grande e na Praia dos Anjos.

Nos primórdios eram (5) cinco paióis, separados e posicionados em locais diferentes dos atuais. Antes ficavam dispersos no “Canto do Pontal” e na borda do Morro do Miranda. Entretanto, o paiol mais antigo era o da “Canoa do Pontal”, que ficava perto das atuais casuarinas. Os paióis, com os petrechos da pesca da canoa “Amarela” e o de “salga de peixe” de um dos “poderosos da pescaria”, ficavam em frente ao “Canto do Pontal”. O primeiro tinha um cômodo de 4x4 metros, feito de tijolos e com telhas francesas de barro, compridas e grandes, como tábua, com detalhes. Atualmente não existe vestígio desses paióis. Possivelmente, na sua origem, estes paióis eram feito antes de madeira, com telhado de palha de coqueiro. Alguns paióis, nos anos 1950, foram destruídos para dar passagem ao “Canal Extravasor ou de Descarga da Alcalis” da Praia do Pontal. Estes estavam localizados entre as bordas do Morro do Miranda e o “Canto do Pontal”, exceto o paiol de salga de peixe, que ficava fora do alcance dessa obra.

As gerações dos pescadores mais antigos – bisavô, avô e pai “do mais antigo pescador” – devem ter utilizado os paióis das canoas antiga do “Pontal” e da “Amarela” de um dos “poderosos da pescaria”. O paiol de salga de peixe continha entre 4 a 5 tanques de tijolos grandes, de 2,5 x 2,5 metros, e servia para salgar o xaréu e o bonito. Os mesmos, após salgados, eram transportados em cestos de jacá no lombo de burros, por tropeiros que faziam as rotas com destino a Cabo Frio, Macaé e Rio Bonito e, mais ao largo, a São Gonçalo e Niterói. Já os cestos eram confeccionados por moradores que viviam no “caminho de Búzios”, no bairro da Rasa. Em determinado momento, famílias afrodescendentes oriundas do atual bairro da Rasa (Armação dos Búzios) mudou-se para o Arraial do Cabo para produzir os cestos de jacá – feitos de cipó e de bambu –, que eram muito requeridos na pesca. Pelo relato “do mais antigo pescador” quase todos os paióis da cidade (inclusive os de salga de peixe) eram cobertos por palhas de coqueiro e tinham, no seu interior, esteiras de tabua.

Para os pescadores, a partir dos anos de 1950: a anchova, tainha, entre outros, eram peixes conservados em gelo e transportados, por animais de carga, da Praia do Pontal até o centro de Arraial do Cabo. Eventualmente, dependendo da quantidade e da qualidade, estes peixes eram embarcados em canoas da Praia do Pontal até a Praia da Prainha. Os peixes - antes do advento do gelo - eram salgados, exclusivamente, por mulheres de Arraial do Cabo. Pelos

relatos informais, nesta época, havia "dois grandes atravessadores" como os principais comerciantes do produto, por praias, que contratavam as salgadeiras do centro de Arraial do Cabo e em tropas de burros, saíam vendendo os peixes salgados por Cabo Frio e outras cidades.

Em cada paiol tinha-se uma segunda rede de reserva, além de âncoras, remos e vários cestos de jacá. Chegava-se muito cedo para pescar pelo antigo caminho da "Mata do Zezinho" (próximo à Álcalis), conforme as épocas do ano. A pesca de cerco de praia tinha o "mesmo sistema" do atual: o de "demandar". O vigia – uns melhores que outros – "demandavam" a feitura do cerco ora do alto, no vigia do Morro do Miranda, ora em terra, andando, sentando, descansando e observando o movimento da natureza. Sempre vigorou o *dia da vez* ou *trato da vez* de uma determinada canoa. Às vezes, cercava-se com duas canoas devido à abundância de cardumes ou mantas de peixes. A segunda canoa cercava por trás da primeira. Pelo relato, desde período, se pescava toda a qualidade e quantidade de peixes, especialmente o xaréu, bonito, tainha, xerelete, anchova e cavala.

Cada companha tinha suas redes, confeccionadas manualmente, com barbante. Eram pesadas e tinham duração efêmera (12 meses), medindo cerca de 120 braças a 11 ou 12 braças de profundidade, com trama e nó da malha com "três dedos" da rede. As cordas de baixo ("tralhas") eram muito pesadas, e não se usava chumbo. As boias eram confeccionadas com raiz de araticum-cortiça ("araticum"), que se retirava da restinga. Caso a rede rasgasse, consertava-se na hora. Isso porque quase todos pescadores das companhas eram hábeis no manuseio de agulha para o remendo, reforma e restauro das redes de pescar. Se tivessem vinte pescadores na Praia do Pontal certamente quinze estavam fazendo rede. Dependendo da época do ano, os pescadores saíam de casa cedo e de "café tomado" pelo antigo caminho de terra até a Praia do Pontal.

A memória coletiva mais longínqua relata que, desde meados do século XIX, sucessivas gerações de pescadores detinham pelo costume a posse coletiva do território da pesca da Praia do Pontal, entre outras praias. Parte dessa memória hoje é aludida até a quarta geração – na ascendência materna e/ou paterna –, numa sucessão contínua que impõe valores, significados, sentidos, enraizamentos ou vínculos existenciais às narrativas orais sobre as histórias de vida dos bisavôs, avôs, tios, pais e filhos de pescador, inclusive na mesma família, ao envolver os parentes e os agregados numa relação de compadrio e de patronagem.

Isso possibilitava, assim, constituir uma genealogia família interligada à pesca tradicional e à posse dos recursos pesqueiros e dos petrechos da pesca e canoas com suas cores

e nomes. Pelos relatos dos pescadores das companhas da Praia do Pontal, estes enumeram aqueles pescadores atuantes – e relembram da maioria dos já falecidos –, com seus respectivos apelidos e/ou nomes de batismo. Em particular, dos antigos donos e/ou de pescadores membros das sucessivas companhas, com seus paióis, canoas, redes e petrechos de pesca, ao longo do século XX até os dias atuais.

Para o pescador tradicional da Praia do Pontal, em Arraial do Cabo, seu *território da pesca* começa na parte imediata ao sopé do Morro do Miranda, onde se tem as marcas e as pedras do ponto do vigia, lugar preferencial para observação das passagens dos cardumes e das mantas de peixes. Continua margeando à beira da praia pelas pequenas elevações das dunas até a Lagoa da Barra Nova. Nos seus quase 1.734 metros lineares, estão demarcadas sucessivas referências à pesca bem como marcos e pontos pesqueiros à beira-mar denominados, em ordem, a partir dos paióis dos pescadores, de *Canto do Pontal, Leôncio, Cotovelo, Porto das Canoas, Pitangueira, Cruz da Menina, Lagoa de Beber e Lagoa da Barra Nova,* fora os três locais, no combro e na beira da praia, dos bancos do vigia da pesca e dos pesqueiros associados à Ilha do Pontal (Barreto, 2015, p. 55-58 e Barreto et al, 2019, p. 36-43).

A antropóloga Rosyan Britto (1999, p. 49) assinala que, no final dos anos noventa, apesar das injunções e das mudanças, ainda se mantinha a pesca tradicional de arrasto de beira de praia, como até hoje vigora com suas regras e costumes atualizados. Em particular, a antropóloga enfatizará as marcas de pescaria disponíveis, naquela época, sobre o território da pesca da Praia do Pontal, a partir das releituras e usos simbólicos fornecidos na época pelo Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira (IEAPM/Marinha do Brasil).

Percebe-se a ausência das designações antigas de *Canto do Pontal, Pitangueira, da Lagoa de Beber* e *Lagoa da Barra Nova*. Revela, também, que se usava o *Saco da Baleia* e a *Ilha do Pontal* com mais recorrência do que atualmente. Hoje já não se pesca tanto nas proximidades da enseada da Ilha do Pontal devido à presença de surfistas, traineiras, motonáuticas e outras embarcações de passeio.

TABELA 5

As marcas de pescaria da Praia do Pontal

Marcas de Pescaria	Descrição
Saco da Baleia	Pedra cujas formas lembram uma baleia, a qual fica parcialmente submersa, tornando-se necessário fazer o "caxangá" para cercar o cardume.
Leôncio	Trecho da praia considerado muito perigoso, onde a "praia faz uma volta, e o mar engana". Leôncio teria sido um pescador que morreu afogado nesse local, juntamente com outros três companheiros, num dia de São Sebastião.
Porto das Canoas	Como nas demais praias, é o local onde ficam encalhadas as canoas.
Ilha do Pontal	Quando o peixe não aparece na praia, os pescadores costumam atravessar para essa ilha, onde ficam à espera dos cardumes. Nessas ocasiões, costumam catar mariscos nas pedras que a contornam.
Cruz da Menina	Trata-se da marca de pescaria mais importante da praia por servir de referência à organização do sistema da corrida das canoas nesse local. Situa-se logo após o lugar conhecido como cotovelo, onde a praia faz uma pequena volta. Os antigos diziam que ali foi enterrada uma pequena índia que morrera afogada, sendo fixada no local uma cruz, que era sempre renovada.
Foguete	Representa um ponto limite do trecho mais usual de pescaria de rede da Praia do Pontal. A denominação se deve à existência de uma caixa d'água muito alta (sic), com formato de um foguete, localizada numa área do clube militar.

Fonte: Reprodução literal da tabela feita pela antropóloga, contida na sua tese de doutorado na UFF – Universidade Federal Fluminense. Britto (1999, p. 258).

A "geografia empírica" do pescador tradicional assinala a existência de locais de pescarias, pontos de referências ou marcos da pesca como estratégia de organizar o mundo do trabalho e o da vida social, seja como marcos imaginários dos territórios, à beira da praia, imbuídos de narrativas místicas ou com algumas veracidades, transmitidas entre várias gerações de pescadores. Moura & Moreira (2020) trazem referências, abaixo, sobre a "tragédia" noticiada. A mesma pode corroborar e validar a memória oral dimensionada por imaginários sobre a "geografia empírica" que diz que uma fatalidade ocorreu num "dia santo", mas também reforça os sentidos e os significados da nomeação dos lugares da pescarias da "provável" companha do tal Leôncio:

> A pesca, no entanto, era uma atividade bastante perigosa (sic), como ficou claro em 9 de dezembro de 1887, quando, às 11 horas da manhã, alguns pescadores foram pescar no Pontal. Ao chegarem, o mar estava muito agitado e a canoa na qual se encontravam foi envolta pelas ondas e virou. Manoel João Antonio de Lima, Francisco de Paula e Mário Félix Soares morreram, enquanto outros quatros companheiros conseguiram se salvar (Moura & Moreira, 2020, p. 285).

Seja como atributos da natureza, embora revestido de uma narrativa oral decorrente dos conhecimentos sobre os causos, lendas ou acontecimentos, reais ou imaginários, que dão sentidos e atributos de valores e de significados ao território da pesca: *Cruz da Menina* – por que ali *"encalhou uma menina e foi sepultada entre a estrada de terra e a beira do mar. Colocaram uma cruz, provavelmente, na metade do século XIX"* (Britto, 1999, p. 258); ou mesmo para o *Leôncio* – ninguém sabe dizer quem de fato foi esta pessoa. Isso porque *"desde quando o mundo é mundo, já havia estes nomes"* – reiteradamente falam os pescadores mais velhos da Praia do Pontal. *Pitangueira* – "local aonde a canoa chega para o lanço"; *Lagoa de Beber* – "antigamente as tropas de burros bebiam nesta lagoa, antes de seguir viagem"; *Lagoa da Barra Nova* – "por estar perto da faixa da preamar, a lagoa se abre para o mar, em certas condições naturais"; e a Lagoa do Pau Fincado – *"se existia ou não o tal pau fincado, isso é irrelevante! O importante é que, desde esse marco, se observa a "passagem" dos cardumes ou das mantas de peixes"* - como me disse um pescador de uma das companhas da Praia do Pontal. Seja, ainda, para designar as qualidades dos acidentes topográficos: *Canto do Pontal, Porto das Canoas, Ponta do Mato* e *Espraiado.* Estes nomes vêm dos antigos e designam pedaços, lugares e territórios onde acontece a reprodução social do trabalho na pesca. Algo que sempre esteve presente (vindo dos antigos) e que – enquanto existir a pesca tradicional – estará presente, também no futuro, entre os membros de uma companha.

Em particular pelas memórias dos mais antigos e dos demais companheiros atuais das companhas fica explicito que os vários "proprietários" das canoas, redes e paióis das décadas de 1960/1970 eram parentes ou meio-parentes, representados pelos sobrenomes de famílias socialmente reconhecidas de pescadores tradicionais da cidade. E mesmo os "não proprietários" eram também parentes ou meio-parentes dos pescadores ou agregados e assim sucessivamente, numa relação entre sucessivas gerações que envolve certa linha genealógica, cronológica e temporal, que explicita as afinidades e vínculos afetivos à pesca tradicional, com seu território, paióis, canoas, redes, petrechos e companheiros, camaradas e parceiros da pesca - assim, me explicaram *desde sempre* os pescadores das quatros companhas da Praia do Pontal.

Estes pescadores possivelmente pescaram ao longo do século XX. Uma pequena minoria pesca até a data presente. A maioria já faleceu faz tempo. Entretanto, há uma relação de parentesco e de compadrio, demarcada pela relação de longevidade, continuidade e vínculos intergeracionais nas atividades da pesca tradicional. Para os mais antigos pescadores, as relações de companheirismo advêm da trajetória de vida – da infância à fase adulta – daqueles que começaram a pescar, em média, com 12 anos em diante. Hoje, os mesmos estão na faixa

dos 50 a 70 anos de idade, geralmente vivenciando, na sua trajetória de vida, a rotina cotidiana na mesma praia, entre diferentes companhas, ou ainda nas diferentes modalidades de pesca e nas diversas praias da cidade.

Os pescadores mantinham (e ainda mantêm) a estratégia de fazer "rodízio" de pescarias entre as distintas praias da cidade. Alguns pescadores eram (ou são) membros de várias companhas da mesma praia, como no caso da Praia do Pontal, ou circulam pelas demais companhas das praias Grande, Prainha e dos Anjos (na Ilha do Cabo e nas Prainhas do Pontal do Atalaia). Outros, diante das dificuldades da pesca, na sua modalidade de origem, voltam-se para outras pescarias com maiores perspectivas de ganho e de rendimento. Na Praia do Pontal quase todos os donos de paióis são ao mesmo tempo "mestres vigias", proprietários de canoas e de redes, que participam diretamente da pesca, inclusive executando as diversas funções e atividades, de igual monta, com os demais pescadores e companheiros de pescarias.

Entretanto, isso não significa nenhuma associação "comunitária" entre iguais e nem tão pouco, exclusivamente, relações familiares pautadas na afetividade, solidariedade e na mútua cooperação destituída de conflitos emocionais, sociais, culturais e simbólicos. Às vezes, essas relações sociais são expressas pelos conflitos de interesses financeiros, bem como pela busca de prestígios, posses e usos dos recursos pesqueiros demarcados pelo *dia da vez* ou *trato da vez*, entre outros conflitos existências e territoriais. Neste sentido, pode-se aventar que, para a maioria dos pescadores – parentes ou não –, há uma "fidelidade relativa" ás companhas.

Estes se "apegam", ao longo da vida, à pesca tradicional em decorrência da trajetória de vida, dos *habitus* e da reprodução social, construindo vínculos, laços, valores e sentidos existenciais identificados com a pesca tradicional. Muitas vezes, estes vínculos existem devido ao peso das obrigações e das dádivas sociais, dadas por relações mediadas por concessões, favores, dependências e conflitos existenciais, bem como por "garantias sociais" expressas na fidelidade, solidariedade e ajuda mútua nos momentos das dificuldades econômicas e/ou de saúde do pescador e de algum membro da família que, de certo modo, amarram, saturam e reproduzem socialmente as relações de "compadrios" e de "patronagens" tradicionais, mesmo numa sociedade contemporânea, com as marcas das subjetividades individualistas e consumistas.

Em 365 dias do ano, as 4 (quatro) companhas da Praia do Pontal trabalham se alternando, a cada semana, no seu *dia da vez* ou *trato da vez*, em média 91 dias e meio somente nas atividades de arrasto de praias. Deve-se ainda considerar que a maioria dos pescadores

pescam também nas distintas companhas dessa mesma praia, bem como nas outras praias e em outras modalidades de pesca. Possivelmente, na Praia do Pontal, quem domina o processo de fazer, reformar e consertar rede de arrasto - assim, me relataram - são os seguintes pescadores: M (homem, de 70 anos) e B (homem, de 64 anos), auxiliados pelos membros da companha Ce (homem, de 63 anos), Pa (homem, de 62 anos), N (homem, de 56 anos), Pi (homem, de 70 anos) e I (homem, 75 anos). Já o A (homem, de 90 anos), Bi (homem, 58 anos) e L (homem, de 80 anos) eram auxiliados por outros pescadores e mestres, inclusive da Praia Grande.

Parte dessa atividade é feita ao relento e, quando necessário, se trabalha dentro dos paióis ou na garagem ou quintal de casa. O paiol serve como abrigo ao sol, à chuva e ao vento. Vez ou outra é usado na feitura de almoço, quando o "lanço" é certo no *dia da vez* ou *trato da vez* da companha. Quem exerce este "ofício" de fazer, reparar e consertar as redes de pesca são os pescadores tradicionais da Praia do Pontal. Essas atividades inclusive exige a maestria sobre o fazer rede de pesca, que é bem diferente de reformar, remendar e conserta a mesma. Quem faz uma rede de pesca detém conhecimentos do todo, e não só das partes. Este aprendizado é empírico e vem desde tenra idade, na observação, com experiências e vivências, legadas pelas gerações dos antigos pescadores.

No tempo da tainha, a pesca acontece entre os meses de maio, junho e julho. Entretanto, seu pano fino é reparado, refeito, reformado e recolocado, anteriormente, nos meses de verão (dezembro, janeiro e fevereiro). Após essa temporada do tempo da tainha, de novo retiram-se os panos dessa rede para colocar naquela que pescará (entre os meses de agosto, setembro e outubro) os peixes de dentes, que possivelmente causarão novos estragos à rede nova. E assim tem-se mais três meses ocupados em refazer, reformar, preparar e colocar os velhos panos de rede de arrasto para a pesca da anchova, da cavala, da pescada, da albarana e do robalo, entre outros. Este ciclo dual repete-se, reiteradamente, a cada ano. Este ciclo pode durar entre 6 (seis) a 08 (oito) meses, de maneira consecutiva. Somente é interrompido no *dia da vez* ou *trato da vez* da pesca de arrasto de cada campanha. Por outro lado, cotidianamente após pescaria, ocorrem a limpeza da rede e a feitura momentânea de reparos e remendos, quando há o rompimento da mesma, devido aos cortes provocados instantaneamente por determinadas espécies de peixes.

9. LIÇÕES APRENDIDAS

Os saberes tradicionais na Região dos Lagos, como em qualquer outro lugar, são empíricos, reflexivos e relacionais. São acumulados por diversas gerações e se expressam, entre as populações tradicionais, através das trocas de sabedorias, conhecimentos e saberes-fazeres, com experiências e vivências *in loco* sobre o mar e os ciclos dos peixes; dos movimentos dos ventos, das nuvens, das marés e das luas: e, finalmente, dos ciclos, ritmos e estações do ano, que podem propiciar a pesca tradicional e o extrativismo nas áreas das restingas, costeiras e marinhas.

A *natureza profunda*, para os pescadores tradicionais, está inserida nas artes da pesca, nos ofícios e na cultura popular de forma subjacente a sua visão de mundo – singular, relacional e coletiva -, no interior de uma percepção interativa, participativa e envolvente. É através das linguagens dos gestos, ditos, percepções sensoriais e dos manejos com as mãos que a *natureza profunda* é vivenciada, controlada, manipulada e reproduzida cotidianamente para se contrapor à escassez do pescado, bem como aos desenraizamentos, aos desencantamentos e às humilhações sociais causadas pelas perdas dos espaços, territórios, lugares, pedaços e cantos de praia da pesca, com suas *paisagens culturais ancestrais* e os *lugares de sabedorias*.

Os mesmos se reconhecem no cotidiano, imanente e intrínseco, junto a seu "objeto" de vida – a pesca tradicional, com seus ofícios, sabedorias, conhecimentos e epistemologias -, construídos a partir das narrativas orais em interações e em relações sociais, com valores, sentidos e significados existenciais mediados por vínculos intergeracionais e ancestrais, cujas reflexões, análises e interpretações, no interior de uma pesquisa participante e etnográfica, se fazem necessárias para um futuro incerto frente à lógica social da modernidade tardia (leia-se do capital).

Essa relação sujeito-objeto - dotados de saberes junto aos pescadores tradicionais - não acontece de forma alheia, aleatória, fragmentada, fraturada, atomizada e instrumental como nas ciências modernas e no cotidiano do mundo do trabalho que, sob a égide do capital, torna-se trabalho morto e improdutivo, expropriado, alienado e reificado. A essência dos saberes tradicionais acontece na prática cotidiana sob a égide do tempo cíclico da natureza, com seus usos, apropriações e manipulações para a sobrevivência física e reprodução das estratégias de vida social, cultural e simbólica.

A pesca é a condição de vida que instaura relações de trabalho, sociabilidades, conflitos e ganhos tecnológicos e patrimoniais ao criar o "senso" de pertencimento a uma *comunidade de destino*. Estes assinalam a existência de *entes* vivos, reais e imaginários, através das narrativas orais, falas, ditos, lendas, causos, provérbios, reminiscências, lembranças e memórias, coletivas e sociais, que revelam os enraizamentos, os afetos e as identidades em *comunidade de destino*, ao nomearem o universo da pesca tradicional, artesanal e profissional em múltiplas orientações de sentidos, significados e vínculos intergeracionais.

Os *cantos de praia* – como quero sugerir aqui – são lugares de pertencimentos, de afetos, de vínculos e de enraizamentos *herdados* por sucessivas comunidades tradicionais de pescadores. Já as *paisagens culturais ancestrais* são socialmente construídas e oriundas desde os tempos arqueológicos até o momento contemporâneo. Tradições culturais e patrimoniais foram transmitidas, silenciadas, esquecidas, ressignificadas e, talvez, legadas a partir das sobras, restos, indícios e dos vestígios arqueológicos, históricos e sociais, sejam as tecnologias dos petrechos da pesca pretéritas, existentes e anteriores à invasão europeia, ou mesmo aquelas oriundas das memórias coletivas, das sabedorias, dos conhecimentos, das epistemologias e dos saberes-fazeres que, ao longo de uma *memória alargada, em camadas subterrâneas*, foram transmitidas oralmente e por gestos e acuidades visuais nas diversas e distintas práticas sociais e culturais até a contemporaneidade.

Os atuais espaços, territórios, lugares, pedaços e cantos de praia, com as suas *paisagens culturais ancestrais*, estão vinculados à pesca tradicional designados, tempos atrás, como *praias de pescarias* (século XVIII) e *centros ou núcleos pesqueiros* (século XX). Possivelmente, o que resta hoje, como estou sugerindo, são os *cantos de praia da pesca tradicional* (século XXI), decorrentes das pressões do capital e das políticas públicas de ordem econômica, política, estética e urbanística sobre as sucessivas comunidades de pescadores tradicionais da Região dos Lagos.

Aos poucos, os *cantos de praia* vêm sendo reconfigurados no turbilhão dos fluxos de pessoas, ideias, informações, conhecimentos tecnológicos, mercadorias, objetos e coisas, sucessivamente incidindo na mudança e na transformação das estruturas sociais e nas práticas culturais, bem como nos usos dos territórios, lugares e pedaços, redefinindo, assim, a identidade cultural, a sociabilidade e a presença de novos moradores, com a reprodução de poderes políticos e econômicos que buscam socializar a natureza com riscos socioambientais incalculáveis. Inclusive diante da construção dos imaginários, das subjetividades e dos apegos aos lugares, com seus sentidos de enraizamentos, de pertencimentos e de vínculos afetivos e de

"encantamento do mundo", a partir dos relatos dos pescadores tradicionais em cada cidade da Região dos Lagos.

Os *cantos de praia* comportam, igualmente, indivíduos e grupos sociais capazes de resistir ao processo histórico de marginalização, exclusão, invisibilidade, expropriação e de negação de seus saberes ancestrais e tradicionais associados à pesca tradicional, junto às comunidades de pescadores tradicionais, artesanais e profissionais. Estes lugares ainda são (ou em parte eram) nitidamente marcados pelos ritmos da natureza e pelos ciclos econômicos ensimesmados, dependentes dos grandes centros, embora sempre houvesse a circulação do capital e da riqueza para além das atividades tradicionais da pesca.

É necessário fazer a reflexão singular e distinta para além dos "lugares de memórias" Pierre Nora (1993) ou "espaços de memórias" Éclea Bosi (2003), ao explicitar que as memórias individuais e coletivas dos grupos sociais encontram-se enraizadas nos *lugares de sabedorias* associadas à pesca tradicional desde os tempos ancestrais, preteritos e contemporâneos. Os *cantos de praia* e os *territórios da pesca* dizem respeito à relação dos pescadores tradicionais, artesanais e profissionais com as diversas artes e modalidades de pesca associadas aos tipos de embarcações, petrechos e locais dos pesqueiros. Em particular, os locais de pescaria são nomeados, classificados, ordenados e designados para além do seu topônimo. Estes só emergem com alguma deferência identitária, de enraizamento e de reconhecimento social – como espaços exclusivos da pesca – a partir dos atributos, valores, sentidos e significados dados aos territórios, lugares e pedaços, bem como pelas qualidades, destrezas, habilidades e maestria reconhecidos entre os pares de pescadores tradicionais. Nos *cantos de praias* e nos *territórios de pesca* com os seus pesqueiros, pesca-se, tradicionalmente, por várias gerações, visando gerar trabalho e renda. Para uma parte dos pescadores, esta é a forma de sobreviver e/ou de obter ganhos para se autossustentar, além de reproduzir práticas históricas, culturais e simbólicas a partir dos sensos práticos, dos usos e das apropriações dos territórios, lugares e pedaços definidos pela tradição, pelos costumes e pelas rotinas de pesca.

A cada trecho os pescadores tradicionais os nomeiam, classificam e designam em termos históricos, culturais, simbólicos e afetivos, decorrente de uma transmissão oral, passada entre as sucessivas gerações sobre os valores, os sentidos e os significados das *paisagens culturais ancestrais* vinculadas à pesca tradicional, seja essa nomeação, classificação e designação oriunda das narrativas e memórias orais perpassadas pelos imaginários ancestrais, seja, também, através das práticas sociais, costumeiras e rotineiras, atravessadas por usos específicos

dos tipos de embarcações, petrechos e tecnologias artesanais e tradicionais da pesca em determinados locais.

As *paisagens culturais ancestrais* com seus *cantos de praia* e *territórios da pesca* estão condicionados às épocas, temporadas e estações do ano a partir dos códigos, sinais e leituras da *natureza profunda* (movimentos das correntezas, dos ventos e das nuvens, fases da lua, som do batimento das ondas à beira da praia, a cor e a qualidade da água, entre outros elementos atmosféricos e marítimos). Para alguns pescadores antigos, a leitura da *natureza profunda* se faz a partir dos comportamentos de determinadas aves, entre outras espécies marinhas, que podem ser decifrados, interpretados, relacionados e traduzidos ao propiciarem práticas e estratégias no uso das diversas artes e modalidades de pesca. Mais ainda, estes locais de pescaria estão vinculados às estações do ano, às condições do vento e ao ciclo da lua e da maré. Além disso, neles perpassam reflexões, saberes e conhecimentos sobre a qualidade, movimento, cor e temperatura das águas para a captura das espécies-alvo, a cada temporada associadas aos respectivos petrechos de pesca, tipos de embarcações e às artes e modalidades da pescaria. É um mundo à parte, invisível e não classificado, nomeado e designado por outras categorias de indivíduos e grupos sociais.

Cada *canto de praia* possui inúmeros "marcos" (pesqueiros) frente ao extenso *território da pesca*, imbuído de determinadas sabedorias e "ecologias dos saberes" (Boaventura de Souza Santos, 2019) enquanto práticas rotineiras e cotidianas das diversas artes e modalidades da pesca tradicional. Estas nomeações, classificações e topônimos singulares se espalham pelas praias, costões, ilhas, parcéis e pesqueiros no mar de fora ou no alto-mar, bem como nas áreas interiores de pesca da laguna de Araruama e nas cidades da Região dos Lagos. Para além das marcas das pescarias, estes são lugares de memórias, de conhecimentos, de resistências, e de produção de sabedoria e de saberes-fazeres interpretados pela epistemologia da totalidade. Só fazem sentido e têm significado a partir da existência da pesca tradicional. Estes inúmeros *cantos de praia* definem, em Cabo Frio, Armação dos Búzios e de Arraial do Cabo, a compreensão sobre os *territórios da pesca* e a organização social da pesca tradicional, artesanal e profissional da Região dos Lagos, sem esquecer dos territórios das outras cidades de beira de praia e daquelas localizadas na Lagoa de Araruama que não foram analisadas na presente tese de doutorado.

Em Arraial do Cabo, por exemplo, existem ainda numerosas canoas artesanais feitas de um só tronco e reconhecidas na região como *canoas grande de rede de arrasto de praia* (ou *canoas de boçarda*) e *canoa pequena de redinha de lula*, sendo uma das tipologias de canoas

bordadas (Barreto et al, 2019, p. 17-50). Todo prestígio e reconhecimento social da pesca tradicional da cidade decorrem dessa prática centenária que, ainda hoje, continua sendo o esteio para as definições das construções das regras e dos costumes da pesca local. Os *cantos de praia* se fundamentam como locais de reprodução, socialização e transmissão dos saberes tradicionais, entre o núcleo familiar e extensivo aos companheiros de pesca, quanto às primeiras iniciações à pesca tradicional dos filhos, sobrinhos e netos de pescadores, entre outros iniciados. Essas estratégias de *aprender a aprender* tinham mais alcances e certezas em décadas passadas. Geralmente, começam (ou começavam) desde cedo, no início da pré-adolescência. Por exemplo, nas pescarias realizadas com *canoas de boçarda*, os filhos, sobrinhos e netos de pescadores eram (ou são) socializados, treinados e educados a fazer serviços simples nas atividades de pesca que demandavam (ou demandam) poucos esforços físicos. Porém, ao se iniciarem, os mesmos eram (ou são) orientados a observar, ver, ouvir, fazer, experimentar, vivenciar, tocar, levar, carregar petrechos e *servir o café* a seus parentes, caso fossem (ou sejam) os vigias da pesca.

O *servir o café* talvez, seja uma das vivências socializadoras e educativas, na transmissão dos saberes tradicionais, mais pretéritas do que atuais. Faz algum tempo que os filhos, sobrinhos e netos de pescadores deixaram de subir os *morros do vigia da pesca* para *servir o café* e, assim, aprender os códigos, os sinais da *natureza profunda* e, ao longe, perceber os movimentos de uma manta, cardume ou mesmo a passagem de magotes de peixes. A comodidade da "garrafa térmica", entre outros itens, por exemplo, reconfigura a ausência das relações interativas, socializadoras e a transmissão das memórias e dos saberes-fazeres entre adultos e aprendizes. As mesmas, no passado recente, eram baseadas na presença, na cumplicidade e no aprendizado entre os mais velhos com seus filhos, sobrinhos e netos no cotidiano da pesca. O mesmo pode ser dito sobre a perda do quintal e dos espaços comuns das antigas casas dos pescadores. Nestes, a roda de conversa, o fazer a rede, o restauro de uma embarcação e de petrechos de pesca propiciavam os encontros, as sociabilidades e os relatos orais entre gerações de pescadores, vizinhos e parentes.

Hoje, como antes, alguns pescadores adultos têm os bares para recorrer às conversas e às interações sociais junto a outros tantos moradores e pescadores. Outros, adultos e/ou idosos, recorrem às calçadas e às praças para passar o tempo com jogos de carteado, ou mesmo aos locais, com vista para a beira de praia, para os encontros ao entardecer (geralmente realizados na Praia Grande pelos membros do "Banco do pau dos velhos" ou "Banco do pau mole"). Em geral, os pescadores ativos mantêm laços afetivos, de pertencimento e de enraizamentos aos

lugares a partir das interações, das vivências e das experiências quando estão nas rotinas da pesca.

Aos poucos, assim, os filhos, sobrinhos e netos de pescadores aprendiam (ou aprendem) sobre a "tradição da pesca" e sobre o respeito à rotina e ao costume local, baseados numa divisão social de trabalho da pesca tradicional, bem como iam (ou vão, para alguns) aprendendo na prática as funções, os espaços e as tarefas implícitas que lhes cabem nas diversas artes e modalidades de pesca e nas tipologias de embarcações. Nesta iniciação, recebiam (ou recebem) simbolicamente seu *quinhão* proporcional às habilidades e esforços socialmente reconhecidos pelos demais companheiros.

Este aprendizado é de longa duração, socialmente construído no núcleo familiar e extensivo aos companheiros de pesca. Para muitos pescadores tradicionais, os vínculos afetivos, os conflitos e os acordos/desacordos, oriundos da pesca tradicional, se prolongavam e atravessavam as relações entre as gerações até a fase adulta e a velhice, com as constituições dos laços familiares, de parentesco, de compadrio e de recíproca dependência e "patronagem". Hoje, poucos filhos, sobrinhos e netos de pescadores estão sendo socializados, educados e sensibilizados para aprender a reproduzir a tradição da pesca e/ou da cultura marítima. Apesar disso tudo, estas pescarias, em todas as cidades, têm suas ocorrências rotineiras, diárias, e acontecem normalmente ao amanhecer do dia e nos finais das tardes para as viradas das noites.

Alguns pescadores locais e, mesmo os pescadores tradicionais, artesanais e profissionais centram-se para o "tempo de trabalho" não dedicado e nem disponível à pesca tradicional. Neste sentido, o tempo da pesca tradicional é interrompido e/ou entrecortado devido às necessidades de se complementar a renda familiar com trabalho extra no "tempo do turismo". Para alguns, este processo é o primeiro passo para o abandono "definitivo" da *condição de pescador tradicional* – que vive da tradição da pesca –, ao se buscar novas formas de renda e de trabalho pela necessidade de sobrevivência, em troca de sua inserção precária e informal no "mundo do trabalho" do capital. De forma reiterada, os pescadores explicitam a necessidade de empregos temporários e informais sofrendo, assim, as contingências desta informalidade e precarização do mundo do trabalho.

Na Região dos Lagos, essa precarização se faz presente e assume proporções no espaço e no tempo, nos modos, nas atitudes e nos comportamentos do mundo da vida dos moradores e pescadores em decorrência das expectativas quanto ao calendário sazonal do "tempo do turismo". A espera da média e da alta temporada, inclusive com o tempo "bom" e "ensolarado",

é o componente essencial de expectativas para a reprodução social. De fato, é neste "tempo do turismo" que muitos moradores em particular conseguem renda e poupança extras. Nestes breves momentos, os "de fora" – os sucessivos "enxames", os massivos turistas de sol e praia e os moradores de segunda residência – dominam os "territórios" e se sentem, se comportam e se tornam os "donos" ("de fato e de direito") dos pedaços dos moradores e dos lugares da pesca tradicional.

Deve-se frisar que os pescadores buscam também atividades com carteira de trabalho em serviços públicos, no comércio, na prestação de serviços ou junto aos moradores de segunda residência e, ainda, nos setores do turismo, hospitalidade, passeios de barco, entretenimento e construção civil, entre outras atividades, ao tentarem conciliá-las com as atividades de pesca. Hoje, alguns pescadores jovens deslocam-se como embarcados para as atividades *offshore*. Há, ainda, uma parcela significativa de pescadores tradicionais que, embora aposentados, continuam integralmente na pesca.

Pode-se compreender os *cantos de praia* quanto aos conflitos econômicos gerados frente aos esforços de pesca, recursos pesqueiros, ganhos e rendimentos auferidos na pesca tradicional. Na divisão social do trabalho, as relações de poder, de mando e de "patronagem" se dão a rigor a partir do reconhecimento social da posse, da propriedade e da titularidade das embarcações, redes, petrechos, paióis e das áreas comunais designadas como *pesqueiros* associados, por exemplo, ao *dia da vez* ou *trato da vez* do dono de uma *companha* de *canoas de boçarda*, inclusive na formação dos preços do pescado frente à figura dos atravessadores e aos donos das fábricas de gelo e das peixarias. Estes conflitos também acontecem em todas as artes e modalidades de pesca. Os proprietários "poderosos" ou "patrões" (ou seus representantes) definem quem pode ou não trabalhar na pescaria, na medida em que a maioria dos companheiros de pescaria está alienadas, destituídas e despossuídas dos bens, petrechos e equipamentos associados à pesca tradicional. Entretanto, estes mesmos companheiros de pescaria (individualmente e/ou em grupo) são os proprietários intelectuais e têm as suas partes do *quinhão* devido ao costume, à regra, à experiência e à vivência acumulada e socializada, desde tenra idade, sobre os saberes-fazeres da pesca tradicional.

As novas gerações de "pescadores urbanos" têm um capital social e cultural associado à pesca tradicional muito fragmentado, limitado ou com pouco senso prático e de apego à pesca tradicional em relação aos "antigos pescadores tradicionais", possivelmente pelo fato da incompletude da socialização, da transmissão e da salvaguarda da pesca tradicional. Muitos são adventícios e/ou moradores oriundos das sucessivas levas migratórias dos anos de 1950 a 1980

e, possivelmente, com atitudes, condutas, comportamentos e *habitus* associados à sociedade do consumo. Na contemporaneidade, no bojo de um momento de mudança, a pesca tradicional talvez esteja em processo de ruptura e de adaptação aos "vícios" da sociedade do consumo, do descartável, do efêmero e do insustentável. Perpassa, no horizonte das novas gerações de moradores e de "pescadores urbanos", a condição à "deriva" na onda da precarização e da desorganização do mundo do trabalho, com a perda afetiva, material e simbólica dos códigos, sinais e leitura da *natureza profunda* relacionados aos saberes tradicionais e ancestrais, acumulados por séculos e milênios desde os primórdios da pré-história na Região dos Lagos.

O que define ser o pescador tradicional "ideal" são suas capacidades, habilidades, destrezas e a rapidez em observar, ver, avaliar, reconhecer, compreender e saber transmitir os códigos, os sinais e a leitura da *natureza profunda*; aliar seus conhecimentos tradicionais para a realização, feitura, produção e reforma dos petrechos e do saber-fazer das artes e modalidades de pesca nos lugares comunais (pesqueiros, territórios, pedaços, cantos etc.) para assim, inclusive, inverter o processo de dominação dos "poderosos" e dos pequenos poderes dos seus "patrões" e dos seus representantes, bem como o respeito profundo às *paisagens culturais ancestrais* e de terem o direito à *natureza profunda*.

Há uma relação de ambivalência, assimetria e distância social nestes conflitos, que se expressam pelas sucessivas mudanças, alternâncias e substituições dos companheiros de pesca, Inclusive através da busca por novas fontes de trabalho e de renda com a "circulação", entre os pares de pescadores, nas diversas artes e modalidades de pesca, bem como nos *territórios da pesca* e *cantos de praia*. Ora se dá devido às contingências da vida, pela sobrevivência econômica, havendo um tipo de "acomodação" e de "sujeição" aos poderosos e aos pequenos poderes encerrados numa comunidade de pescadores; ora, ainda, se dá em decorrência da existência de uma "recíproca lealdade", segurança ontológica e vínculos afetivos (ora desiguais e em conflitos, ora destoantes e em rupturas emotivas), porém engendrados, configurados e socializados, desde tenra idade, a partir dos núcleos familiares e extensivos às relações de compadrio entre os antigos companheiros da pesca.

Numa sociedade do consumo e do descartável, o individualismo destoa dos significados e dos sentidos de pertencimento a uma *comunidade de destino*. Ou, ainda, os conflitos e as humilhações sociais se revelam em determinados momentos em "explosões de cólera", em público, quanto à perda dos ganhos e dos rendimentos advindos dos esforços da pesca, assim como quando os mesmos são negociados e auferidos de forma desigual, inapropriada, insuficiente e insatisfatória. Os ressentimentos, os conflitos e as ameaças veladas afloram

através das astúcias, das espertezas e das evitações, ora nas maneiras de falar e nos tons das vozes; ora são expressas de "formas constrangedoras", ditas explicitamente aos "berros" e ora são atenuadas, dissimuladas e ocultas, ditas às escondidas enquanto "fofoca", de forma rasteira, opressiva e sofrida, em detrimento dos laços e das relações de parentesco, de compadrio e dos vínculos comunitários. Em certos momentos fui testemunha dessas situações conflitantes, e dos queixumes dos pescadores de companha da Praia do Pontal.

Essas vozes dissonantes podem tornar-se coletivas. Uma boa medida é o comportamento da institucionalização do "vaia" coletivo, pirracento e constrangedor, dado publicamente quando um pescador faltou ou não teve a destreza, a habilidade e o domínio em "qualquer" situação de pesca. Outra é dada no embate com os cardumes e/ou com as mantas de peixes: a confusão, o desencontro, a gritaria, o berro e o "brigueiro" se instauram como regra consensual, compartilhada e vivida de forma emotiva e com "razão", em virtude da lógica e da certeza de puxar a rede com o mínimo de esforço, cadência e ritmo, entre os dois grupos de pescadores, em paralelo, experientes e equidistantes numa mesma beira de praia, na situação de pesca realizada por *canoas de boçarda*. Mas, mesmo assim, segue-se puxando a rede de pesca pelo ritmo das ondas, na superação das forças das correntezas, marés e resistências das forças contrárias advindas do "copio" (saco alongado da parte final da rede) prenhe de peixes em movimentação.

Segue-se puxando também com ajuda de moradores e turistas oportunistas, em troca de uns peixes... Ora ajudam, ora atrapalham. Às vezes, são as causas dos conflitos para além das atividades de pesca nos *cantos de praia*, seja pelas cadeiras e mesas dispostas, por ambulantes e donos de quiosques, com usos intensos e massivos nas áreas de embarque ou desembarque, por exemplo nos portos das *canoas de boçarda*; seja pelo excesso de movimentação de pessoas, ambulantes, barcos de passeio, prática de surfe e de esportes náuticos e de barcos de turismo náuticos que, em certa medida, podem desorganizar, pressionar e competir sobre o uso e ocupação dos espaços, territórios, lugares, pedaços e *paisagens culturais ancestrais* das beiras de praia, encostas, ilhas e parcéis, com seus pesqueiros e saberes-fazeres; seja, ainda, pelas "obras de embelezamento das orlas" associadas à especulação imobiliária e às articulações políticas locais que, paulatinamente, contribuem cada vez mais para diminuir os *territórios da pesca* com seus cantos, com a tendência de desenraizar, cansar, exaurir e suprimir ou, quando muito, conter, privar e localizar os pescadores no que restou dos seus *cantos de praia*.

Mas, mesmo assim, todo dia acontece a pesca... Uma necessidade atávica, viciante, emotiva, sabedora e que permeia o cálculo da sobrevivência diária e rotineira, enraizada no

imaginário local e regional. A mesma faz parte da *paisagem cultural ancestral*, com seus *lugares de sabedorias* (os *cantos de praia*) permeados de sociabilidades, identidades e subjetividades para alguns indivíduos e pequenos grupos de pescadores. Isso porque, fundamentalmente, alguns vivem dessa atividade por "sobrevivência" enquanto reprodução de prática cultural e social na salvaguarda e na resistência da tradição, com suas narrativas, sabedorias e memórias dos lugares; ou por "*habitus*" ou "vícios da modernidade", sendo as mesmas demarcadas pela trajetória de vida pessoal, familiar, em *comunidade de destino*.

FIGURA 22

A canoa grande de arrasto de beira de praia (ou *canoa de boçarda*), na Praia Pontal - Ano: 2010.

Figura 22 - Arrasto de beira de praia de uma das *companhas* da Praia do Pontal, Arraial do Cabo - Ano: 2010. **Acervo**: Do autor.

FIGURA 23

Arrasto de beira de praia nas proximidades do bairro do Foguete na divisa de Cabo Frio com Arraial do Cabo - Ano: 2013.

Figura 23 - Arrasto de beira de praia de uma das *companhas* da Praia do Pontal, Arraial do Cabo - Ano: 2013. **Acervo**: Do autor.

FIGURA 24

Arrasto de beira de praia no pesqueiro denominado de “porto das canoas” na Praia do Pontal - Ano: 2013.

Figura 24 - Arrasto de beira de praia de uma das *companhas* da Praia do Pontal, Arraial do Cabo - Ano: 2013. **Acervo**: Do autor.

FIGURA 25

Arrasto de beira de praia nas proximidades do pesqueiro denominado de “Leôncio” na Praia do Pontal - Ano: 2016.

Figura 25 - Arrasto de beira de praia de uma das *companhas* da Praia do Pontal, Arraial do Cabo - Ano: 2016. **Acervo**: Do autor.

FIGURA 26

Arrasto de beira de praia nas proximidades do pesqueiro denominado de “Leôncio” na Praia do Pontal - Ano: 2016.

Figura 26 - Arrasto de beira de praia de uma das *companhas* da Praia do Pontal assistida por moradores, visitantes e turistas, em Arraial do Cabo - Ano: 2016. **Acervo**: Do autor.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Busquei, na presente tese, refletir sobre a pesca tradicional de *arrasto de beira de praia*, feita por *canoas de boçarda*, e sobre os saberes tradicionais dos pescadores de Arraial do Cabo, na Região dos Lagos (RJ), a partir da minha inserção em *comunidades de destino*. Bem como em assinalar as *sucessivas comunidades de pescadores tradicionais* de Arraial do Cabo frente aos espaços, territórios, lugares, pedaços e cantos de praia da pesca tradicional através dos seus petrechos, embarcações e por saberes ancestrais relacionados as artes e as modalidades de pesca nos manejos das áreas de restingas, costeiras e marinhas.

Busquei, ainda, no bojo de uma *memória alargada, em camadas subterrâneas*, trazer uma certa *arqueologia dos saberes tradicionais* advinda dos povos dos sambaquis e dos ameríndios da costa no encontro letal, genocida e colonial que, *deste então*, vem provocando os epistemicídios e a desvalorização, exploração e negação do *outro*. Seja nos espaços, territórios, lugares, pedaços e paisagens culturais vinculadas à pesca tradicional designada, tempos atrás, como as *praias de pescarias* (século XVIII) e os *centros ou núcleos pesqueiros* (século XX) e nos atuais *cantos de praias da pesca tradicional* (século XXI) decorrentes das pressões do capital e das políticas públicas de ordem econômica, política, estética e urbanística.

As cidades da Região dos Lagos possuem territórios extensos e com paisagens ancestrais, naturais e culturais em áreas de restinga, praias, costões, lagoas e salinas para além dos lugares, espaços e cantos da pesca tradicional. Estes lugares foram sucessivamente ocupados, modificados e transformados por sociedades e culturas distintas ao longo dos milênios e séculos. Lugares que se transformaram, principalmente após a segunda metade do século XX, em espaços urbanos descontextualizados e desenraizados a partir da industrialização inconclusa da Álcalis, da especulação imobiliária e devido ao processo intenso de "turistificação" do modelo dominante de sol e praia na região. Soma-se a este cenário o advento recente das áreas de prospecção de petróleo do pré-sal.

Quando se instala a lógica econômica e social da modernidade (leia-se do capital), esta coloca em crise toda uma representação existencial sobre a natureza, a paisagem, o território e a identidade do pescador artesanal. E nesta "adesão", os pescadores tradicionais começam a perder as suas terras, espaços, territórios, lugares, pedaços e cantos de praia da pesca além de todo o saber patrimonial, cultural, simbólico e tecnológico. Para os pescadores tradicionais (ou "guardiões da tradição") os seus "pedaços de mundo" podem estar escapando entre as suas

mãos devido à constituição de relações sociais propaladas por novas subjetividades e individualidades de consumidores compulsivos, ávidos e conspícuos por paisagens culturais e naturais alheias.

Estes lugares estão sendo mercantilizados e/ou os seus usos urbanos e litorâneos são redefinidos pelos entes públicos, privados e por particulares, a partir dos sensos éticos e estéticos demarcados pelo paradigma epistemológico hegemônico da modernidade tardia. Essas mudanças colocam em crise valores, crenças, identidades, autoestimas e saberes-fazeres, na medida em que os conhecimentos tradicionais, transmitidos oralmente pela observação e pela experiência, tornam-se invisíveis, descartáveis e obsoletos diante da racionalidade e da eficácia de um "mundo novo" globalizado, desterritorializado, desenraizado e desencantado, pautado pela regulação econômica do capital. Em particular decorre do desinteresse, da desorganização e da desqualificação dos saberes tradicionais frente às novas referências de conhecimentos, saberes científicos e às tecnologias contemporâneas.

A autora Lucia Helena de Oliveira Cunha (2009) propõe a construção de diálogos entre saberes e conhecimentos em várias ordens, ao considerar a relação das distintas temporalidades mediadas entre tradição e modernidade, na superação da crise contemporânea. Estes diálogos se dariam entre cultura, natureza e sustentabilidade de maneira holística e totalizadora, presentes nas cosmovisões e nos conhecimentos biocósmicos, milenares e seculares das populações costeiras e, em particular, dos pescadores artesanais.

Para tanto, como enfatiza a autora, é necessário romper com o "colonialismo do saber", constituído por pressões oriundas da lógica racional e acumulativa do capital global sobre o local e a predominância do conhecimento cientifico sobre o conhecimento tradicional, através de verdades absolutas e unilaterais pautadas por relações de poder dos agentes externos. Tais agentes, citados pela autora, são: a) instituições governamentais e até as não governamentais; b) meios de comunicação de massa; c) processos de "turistificação" e, por fim, d) urbanização. Enfatiza, assim, a necessidade de propor, em termos epistemológicos e políticos, *"a construção de um novo modelo de conhecimento"* capaz de romper os padrões da *"ciência formal"* e *"desconstruir a racionalidade no mundo"* e além de *"reconfigurar as identidades, mediantes diálogos entres ordens de saberes"*, numa *"lógica sistêmica aberta, a um só tempo, dialógica e dialética"* objetivando o reconhecimento dos saberes milenares ou seculares das sociedades tradicionais (Cunha, 2009, p. 65).

Como sugere a autora, a emergência, a visibilidade e a legitimidade dos novos atores sociais – de caráter contra hegemônico – passam pela *"construção de novo modelo de desenvolvimento"*; *"novas formas societária que conjuguem cultura e natureza em termos coevolutivo em oposição ao modelo hegemônico"*. Enfim, no reconhecimento, na valorização, na *"troca ou permuta de ideias e experiências entre o saber patrimonial do pescador e o saber científico baseado nos paradigmas da complexidade"*, na construção de sociedade sustentável, intercultural, em *"contraposição à projeto de manejo ditos racionais, de caráter tecnicista, âmbito da tecnocracia e ciência formal de modo exterior, ignorando saberes ambientais seculares"* (Cunha, 2009, p. 65-66).

A exaltação do modelo de desenvolvimento desta modernidade tardia trouxe, como consequência, a escassez do pescado e a desagregação das relações comunitárias tradicionais, além do desenraizamento e do êxodo urbano e da constituição do mercado de trabalho pendular, precarizado e informal, bem como a criação de bairros fantasmagóricos e de outros densamente ocupados, alguns em situação de vulnerabilidade social, situados nos núcleos urbanos do centro e das áreas periféricas da Região dos Lagos. Além das pressões econômicas e sociais provocadas pela especulação imobiliária e pelo turismo de massa de sol e praia em cumplicidade com as políticas públicas, que, desde então, vêm causando mudanças, impactos e riscos ambientais incalculáveis à *natureza profunda*; aos *lugares de sabedorias* (os cantos de praia) e às *paisagens culturais ancestrais* da Região dos Lagos.

Trouxe, a partir das reflexões, em sala de aula, as categorias propositivas da epistemologia totalitária (hegemônica, e do Norte global) e da epistemologia da totalidade (contra hegemônica, do "Sul do sofrimento") com as suas "ecologias dos saberes" (Boaventura de Souza Santos, 2019) nos seus "lugares de memórias" de Pierre Nora (1993) ou nos "espaços de memórias" de Éclea Bosi (2003), sociais e coletivos, mediados por *lugares de sabedorias*. Estas ideias, noções, categorias e conceitos foram sendo engendradas, aos poucos, nas reflexões, análises e traduções intrínsecas e inter-relacionadas aos campos dos saberes entre certas sociologia, história e psicologia social mediados no *estar junto com*, frentes às falas, ditos, relatos, memórias, gestos, acuidade visual e por sabedorias, conhecimentos e saberes-fazeres arcaicos, arqueológicos, históricos e contemporâneos.

A *natureza profunda* - a partir da compreensão e reflexão da epistemologia da totalidade -, está encarnada, corporificada e entranhada nos pescadores tradicionais, artesanais e profissionais. Essa profundidade existe na sua totalidade epistêmica, cognitiva e ontológica na medida em que as artes, as práticas de pesca, as sabedorias, os conhecimentos e os saberes

tradicionais estão vinculados à mesma e como legado, herança e patrimônio intergeracional entre as *sucessivas comunidades de pescadores* dos sambaquis ao momento atual. Em particular, na cidade de Arraial do Cabo e região, a *natureza profunda* se anuncia, se apresenta, se instaura e se institui através do fenômeno da ressurgência: os *peixes de passagem*, assim como *as plantas das restingas* só têm utilidade, sentidos, significados e substâncias ontológicas, epistêmicas e cognitivas ao produzirem e reproduzirem o "mundo da vida" em práticas sociais, culturais e simbólicas.

Os ciclos de vida naturais e ambientais nas áreas da restinga, costeira e marinha da Região dos Lagos (já faz algumas décadas!) vêm se configurando, estruturando e entrando no turbilhão em descompasso frente à lógica do capital – com seus riscos ambientais e sociais incalculáveis –, ao socializar a *natureza profunda* e ao criar novos padrões de consumo das paisagens culturais que, como "trator", vêm e passam por cima e, assim, negam o direito às alteridades, o direito à natureza e ao reconhecimento social das *sucessivas comunidades de pescadores* para com a salvaguarda do seu patrimônio cultural e natural, além dos bens culturais materiais e imateriais associados à pesca tradicional das cidades da Região dos Lagos.

É um tempo de crise de uma identidade cultural e de subjetividades diante dos grandes aparatos científicos e tecnológicos da modernidade contemporânea. É todo um saber tradicional que, até recentemente, sustentava os ecossistemas marítimos, costeiros e das restingas – passado de geração a geração – que está em crise e à deriva na sua condição socioambiental, prenunciando riscos ambientais e sociais futuros em terra e nas áreas das lâminas d'água das cidades da Região dos Lagos. Pode-se inferir que os saberes tradicionais, apesar de estarem acontecendo diariamente nos cantos das praia, costões, ilhas e no mar de fora, mar aberto e mar alto estão sendo desprovidos de eficácia, de inteligibilidade, de acolhimento e de hegemonia para serem transmitidos enquanto uma contraposição à lógica contemporânea, com sua ciência moderna que, possivelmente, implicará na "feiura dos lugares".

Os *cantos de praia da pesca tradicional*, compreendidos aqui como *lugares de sabedorias*, podem suscitar propostas de crescimento local com *envolvimento sustentável* além de práticas pedagógicas, inclusivas e de autonomia, ao objetivar a salvaguardar o patrimônio cultural e natural e os bens culturais materiais e imateriais nos territórios tradicionais da pesca. E, mais, frente à *natureza profunda* que "pensa", que "sente" e que "fala" enquanto a mesma estiver irmanada, entranhada, encarnada e corporifica - com um "ente", dotado de uma ontologia -, nas *sucessivas comunidades de pescadores* tradicionais, artesanais e profissionais diante das *paisagens culturais ancestrais* que, aqui, se faz *desde sempre* através do fenômeno

da ressurgência com seus *peixes de passagem*. Neste sentido, as maneiras dos ditos, dos gestos e das falas irmanadas dão substâncias humanas, comportamentais, subjetivas e singulares à *natureza profunda*. As falas dos pescadores entrevistados e dos demais antigos pescadores também prenunciam as mudanças da *natureza profunda* quanto à circulação do "pó", da "vitamina", quando os *peixes de passagem* são barreirados, por exemplo, pelo excesso de embarcações de turistas nas prainhas do boqueirão e na Ilha de Cabo Frio, ou devido aos impactos antrópicos nas beiras de praias, costões e ilhas da cidade e da Região dos Lagos. Ou quando os "aprendizes" não querem *aprender a aprender* sobre a qualidade e quantidades dos peixes em cardumes, mantas, ou mesmo em magotes, sobre os gestos, os códigos, os sinais e os sentidos das correntes de água; dos regimes dos ventos e o correr e o deslocar das estrelas, *à moda cabrito*.

Mais pessimista ainda é o pescador carpinteiro C (homem, de 80 anos) que, ao classificar as cores e correntes das águas e do céu, diurno ou noturno, da Praia Grande, diz: *"Hoje não acontece mais nada porque não tem pescador".* Para determinados grupos sociais – como os pescadores artesanais de Arraial do Cabo, dentre outros lugares da Região dos Lagos –, a natureza não é um dado de fora, externo e complementar à vida. Esta se insere como espaço de vivência, de reprodução e de experimentação da própria vida ao recriar relações simbólicas, culturais e sociais. Para os mais antigos pescadores, aparentemente não há mais quem saiba ver, enxergar, intuir e sentir-se irmanado e corporificado à *natureza profunda* com seus *peixes de passagem*... nem quem saiba *porfiar* e fazer rede, petrechos de pesca e/ou reformar embarcações e, mesmo, remar...

Mais ainda, otimista é o outro: "*Tá entendendo? Às vezes, eu sigo a mente procurando coisas. Também, o mar. Você sabe que o mar fala? Pois é, com certeza!"*. Pois... o "*mar tem conhecimentos*"; o "*mar fala*"; o "*vento fala*" e a "*maré está sendo sustentada pela própria maré*" - como relatou o pescador D, homem, de 95 anos. Ou mesmo as falas anteriores e as dos outros pescadores tradicionais que dão atributos ontológicos, atávicos e comportamentais à *natureza profunda* frente às fases da lua; dos movimentos dos ventos, das nuvens e das correntes marinhas, fazendo cores nas águas do mar ao ser corporificado, encarnado, personalizado e entranhado na existência da/para a pesca tradicional, com seus *peixes de passagem* que se apresentam e se anunciam *desde sempre* em longas distâncias visuais e gestuais, ao longo dos tempos, alongados em correntezas às beiras das praias e no mar aberto.

No processo de produção dos saberes-fazeres, das sabedorias, dos conhecimentos e das epistemologias surgiu ideias, noções, categorias e conceitos que provocam-me certa

compreensão do "mundo da vida" frente ao *outro*, com as possíveis alteridades, existentes, em cada beira de praias, costões e no mar alto, mar de dentro ou do mar de fora com os seus espaços, territórios, lugares, pedaços e cantos antes, durante e após - "a chegado do estranho" (termo usado pelo sociólogo José de Souza Martins) ou da "besta fera" (termo usado pelo antropólogo Carlos Rodrigues Brandão) ou, como sugiro, o "grande mata-paisagem" - para definir, em sínteses, a lógica do capital que mercantiliza a vida social ao socializar à natureza, desconstruindo-a, colocando-a em riscos sociais e ambientais, incalculáveis, além de provocar os des/enraizamentos sociais, as humilhações sociais e os não reconhecimentos sociais dos grupos, povos e comunidades tradicionais.

A principio, moradores, turistas e visitantes nem sabem onde pisam e o que veem a sua frente e ao arredor das *paisagens culturais ancestrais* das cidades da Região dos Lagos. As invibilidades, os desenraizamentos e não reconhecimentos sociais e as humilhaçoes sociais são os sofrimentos rotineiros de pescadores nos seus espaços, territórios, lugares, pedaços e cantos de praias ancestrais. Talvez alguns cientistas da natureza e das ciências sociais sejam somente os novos construtores, colecionadores e testemunhas das *paisagens culturais ancestrais* enquanto "detentores" de outros saberes e de outros conhecimentos, transmitidos, quanto às reminiscências e às *memórias alargadas* sobre o *outro*, em *camadas subterrâneas*, no apego às poucas narrativas orais ou no excesso de imagens virtuais.

E, quem sabe, nos poucos papéis escritos depositados em alguns Museus Nacionais, ardentes em chamas, ou retidos, como coleções impressas "depositadas", "etiquetadas" e "enfileiradas" nas prateleiras dos centros de pesquisas, das bibliotecas e das universidades enquanto prática "científica", com seus sentidos extrativistas e coloniais e de pouco apreço ao *outro*. Sempre vistos (ou quase sempre) como "objeto de estudos" ou de "sujeitos coisificados" que se colecionam e se usam, abusam e se criam, em cima dos mesmos, reputações, legitimidades e falas para auferir prestígios e status científicos entre seus pares no campo científico. São poucos os cientistas e pesquisadores sociais e os das ciências naturais que devolvem ou fazem as devolutas (ou devolutivas) quanto às sabedorias, aos conhecimentos e aos saberes-fazeres sistematizados, das *sucessivas comunidades de pescadores tradicionais*, nos seus lugares de origem.

Vem-se assim perdendo sabedorias, conhecimentos e saberes-fazeres como se não existissem mais ou como se começassem a escassear os *peixes de passagem*! Embora os legados, os fragmentos e as reminiscências das tradições da pesca, ao redor das *camadas subterrâneas, das memórias alargadas*, ainda façam sentido para as sucessivas comunidades

de pescadores tradicionais, artesanais e profissionais. E aquele valor de bens afetivos e de pertencimentos identitários – que se espera em cada pescador ou morador – se evanesce, se corrompe e se torna estorvo para proprietários, pescadores, banhistas e entes públicos quando as *canoas de boçarda* ou de quaisquer outras embarcações, redes e petrechos da pesca apodrecem e se deterioram nos cantos de beiras de praia. Proprietários e dirigentes de associações de pescadores se desvencilham, sem nenhum pudor ou constrangimento, da história social da pesca, entranhada por exemplo em cada *canoa de boçarda*. Afinal, estas guardam em si as histórias das companhas, dos pescadores e da pesca tradicional.

Não há senso de reconhecimento social e consciência crítica dos próprios pares de pescadores, das entidades de pesca e dos entes públicos quanto à salvaguarda do patrimônio naval. E deixam a desejar pelas poucas contribuições cidadãs e de consciência crítica quanto ao que é de fato o artefato *canoa de boçarda* enquanto bem cultural, material e imaterial que propicia as leituras sobre as chancelas das paisagens. Apesar das leis municipais e a presença da RESEXMar AC/ICMbio para a proteção e a salvaguarda da pesca tradicional, muito pouco foi efetivado em política pública capaz de preservar e salvaguardar as *canoas de boçarda*, ou mesmo, nessas últimas décadas, quase nenhum programa, projeto e/ou ações de compensações ambientais logrou êxito nesta linha, sem falar nas "ações todas nulas" em educação patrimonial das secretarias e fundações municipais de educação e cultura, das entidades representativas que lidam com a pesca tradicional.

Em síntese: os diálogos, compreensões e interpretação sobre sabedorias, conhecimentos e saberes-fazeres de distintos pescadores tradicionais me provocou a produção de certas "devolutas sociais", ao longos desses anos, na criação das oficinas e espaços interpretativos nas casas, paióis, ateliês e nos coletivos às beiras de praia e ao redor das mesmas. Bem como, na confecção de relatórios para a salvaguarda da patrimônio cultural e natural e dos bens materiais e imateriais relacionados à pesca de *canoas de boçarda* da Praia do Pontal. Inclusive, com a constituição do Museu/Sala expositiva e do "Circuito dos mestres sabedores da cultura popular". Estes são produtos, processos e resultados do trabalho de pesquisa social participativa, imbuído no *estar junto com*.

O cerne da presente tese foi o de trazer à baila enraizamentos, memórias, sabedorias, conhecimentos e saberes-fazeres da pesca com os seus *lugares de sabedorias* (os *cantos de praia*). Inclusive, busquei explicitar as perdas, transformações e/ou as resistências - diárias, comezinhas e ordinárias - que se fazem presente e que persiste e insiste apesar da modernidade tardia que se insurge, ao longo dos séculos, e, em particular, a partir dos anos de 1950, através

da industrialização (inconclusa), do turismo de massa de sol e praia e da especulação imobiliária *travestida* em "modelos" de desenvolvimentos alheios aos moradores e aos pescadores da Região dos Lagos.

Em suma, nos *cantos das praias da pesca tradicional*, eles ainda continuam pescando, reformando e construindo embarcações, redes e petrechos de pesca; fazendo folias, aconselhando e rezando com as ervas medicinais e contando os causos, as memórias, as reminiscências, entre outras. Ao ressignificar a cultura popular, a prática, a "ciência do concreto" (Lévi-Strauss, 1997) - e, notadamente, como afirmo, as *ciências dos saberes tradicionais* - frente às situações de ruptura existencial, individuais e coletivas, eles resistem sabendo-se "sabedores" e que podem coabitar e coexistir neste mundo contemporâneo ao contribuir com seus conhecimentos, sabedorias e saberes-fazeres tradicionais e com suas tecnologias artesanais de manejo nos ambientes das restingas e das áreas costeiras e marinhas.

FIGURA 27

Companheiros da pesca recolhendo peixes da rede de arrasto na Praia do Pontal - Ano: 2016.

Figura 27 - Rede de arrasto de beira de praia de uma das *companhas* da Praia do Pontal, Arraial do Cabo - Ano: 2016. **Acervo**: Do autor.

REFERÊNCIAS

AB`SABER, Aziz Nacib (2000). Incursões à pré-história da América tropical. In: (Org.). MOTA, Carlos Guilherme. *Viagem Incompleta - A experiência brasileira*. São Paulo: Editora SENAC, p. 29-43.

ACCIOLI, Nilma (2012). *José Gonçalves da Silva à Nação Brasileira: O tráfico ilegal de escravo no antigo Cabo Frio.* Niterói: FUNARJ-Imprensa Oficial.

ALARCON, Daniela Trigueirinho (2009). *Apoio na elaboração do Plano de Manejo Participativo - Fase 1 - Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo-RJ*. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMbio/Projeto PNUD – Desenvolvimento Sustentável com Populações Tradicionais, julho, 90 págs. (mimeo).

ALVES CASCUDO, Antonio. (1937). *Ensaios sobre as Construcções Navaes Indigenas do Brasil.* São Paulo, Rio de Janeiro e Recife: Companhia Editora Nacional.

ARAUJO, Dorothy et al. (2009). Área de Proteção Ambiental de Massambaba, Rio de Janeiro: caracterização fitoficionomica e florestais. In: *Rodriguésia.* Rio de Janeiro: 60 (1): 067-096.

BAPTISTA, José Correia (2010). *Anuário de Cabo Frio – 2010.* Secretaria de Cultura de Cabo Frio/Prefeitura Municipal de Cabo Frio. Rio de Janeiro: Gráfica Medida Exata.

BARBOSA, Márcia (1994). A organização espacial das estruturas habitacionais e distribuição dos artefatos no sítio da Boa Vista I, Cabo Frio - RJ. In*: Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo: n. 4, p. 31-38.

BARCELLOS, Cláudia Márcia (2016). *Mobilidade Urbana: efeitos causados pelo turismo de massa no município de Cabo Frio.* Niterói: Universidade Federal Fluminense/Faculdade de Turismo e Hotelaria/Curso de Turismo (Tese de Mestrado), 100 págs.

BARRETO, Paulo Sérgio (2018). *A pesca de arrasto em Arraial do Cabo.* Cabo Frio: Revista Nossa Tribo, núm. 22, p. 10-11 (primeiro trimestre).

_____ (2018). *Relatório de atividades do Circuito dos Mestres Sabedores da Cultura Popular.* Relatório Final. ICMbio/RESEXMar AC. Arraial do Cabo, dezembro, 31 págs. (mimeo).

_____ (2015). *Relatório sobre o Patrimônio Imaterial e a Chancela da Paisagem Cultural no território da pesca tradicional da Praia do Pontal, na Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo – RJ.* Relatório Final. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMbio/RESEXMar AC/PNUD – Conservação da Biodiversidade e Promoção do Desenvolvimento Socioambiental. Arraial do Cabo, 199 pág., (mimeo).

_____ (2015). *"Oficina de Carpintaria Naval Tradicional (Reparos de Canoa de Boçarda) de Arraial do Cabo/RJ".* Relatório Final. IPHAN/ETRL - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Escritório Técnico da Região dos Lagos. Arraial do Cabo: 03 de setembro de 2015, 30 pág. (mimeo).

_____ (2015). A escola naval artesanal do Mestre Chonca na Praia Grande, em Arraial do Cabo (RJ). In: *Olhares sobre o Patrimônio Fluminense (2011-2014).* (Org.). Carmem Machado et al. Rio de Janeiro: In-folio, p.125-126;

BARRETO, Paulo Sérgio & TURRINI, Jullia (2020). Os "cantos de praia" da pesca tradicional e a preservação da memória cultural na Região dos Lagos. In: *Cabo Frio revisitado: a memória regional pelas trilhas do contemporâneo*. (Org.). BARRETO JÚNIOR, Ivo. Cabo Frio: Editora Sophia, p. 361-394.

BARRETO, Paulo Sérgio et al. (2019). As canoas de boçarda em Arraial do Cabo (RJ). In: *Árvores e madeiras na cultura naval tradicional.* (Org.). MELO JÚNIOR, João Carlos Ferreira de, KRUEL-FONSECA, Viviane Stern e HANAZAKI, Natalia. Joinville (SC): Editora Univille, p. 17-50.

BARRETO, Paulo Sérgio (Relator), FARIAS, Rafaela e LASMAR, Viviane (2014). *Relatório de Trabalho – Acordo de Gestão da Pesca na Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo – RJ.* Arraial do Cabo: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMbio/RESEXMar AC, snt, Arraial do Cabo, 124 págs. (mimeo).

BARRETO, Paulo Sérgio et al. (2012). *"Primeiro Relatório de Atividade: Mestres Sabedores da Cultura Popular"*. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMbio/RESEXMar AC, snt, Arraial do Cabo, 58 págs. (mimeo).

_____. (2011). *Projeto negócios comunitários sustentáveis - diagnóstico socioambiental* - Estudos para implementação dos componentes de capacitação e estruturação das unidades demonstrativas de negócios sustentáveis nos municípios de Arraial do Cabo, Armação dos Búzios e Cabo Frio. Instituto BioAtlântica/Instituto Ecobrasil. Rio de Janeiro: snt, 221 págs. (mimeo).

BARRETO JUNIOR, Ivo (2020). (Org.). *Cabo Frio revisitado: a memória regional pelas trilhas do contemporâneo*. Cabo Frio: Editora Sophia.

BARROSO, Lisia Vanacôr (1987). Diagnóstico Ambiental da Lagoa de Araruama. In: *Boletim da FBCN*. Rio de Janeiero, n. 22, p. 30-65.

BARROSO, Lisia Vanacôr & FABIANO, F. (1995). Estudo da pesca com artes fixas na Lagoa de Araruama (RJ). In: *Decologia*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Ecologia/Instituto der Biologia/UFRJ, Vol. 1, p. 569-585.

BAUMAN, Zygmunt (2003). *Comunidade – a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

BERANGER, Abel (1962). *Dados históricos de Cabo Frio.* Rio de Janeiro: snt.

BERNARDES, Lysia e BERNARDES, Nilo (1955). *A pesca do litoral fluminense.* In: Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro. No. 08, p.25-26.

BERQUE, Augustin (2009). *El Pensamiento Paisajero*. Madrid: Ed. Biblioteca Nueva.

BONETTI, Charles (2014). O sambaqui na visão dos cronistas. In: *Coletânea*. Rio de Janeiro: ano XII, Fascículo 26, p. 241-261, jul/dez.

BOSI, Ecléa (2013). *O tempo vivo da memória - Ensaio de Psicologia Social.* São Paulo: Ateliê Editorial.

_____(1987). *Lembranças de velhos (Memória e Sociedade).* São Paulo: T.A. Queiroz/Editora da USP.

BOURDIEU, Pierre (1982). *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva.

BOURG, Dominique (1993). (Org.). *Os sentimentos da Natureza*. Lisboa: Instituto Piaget.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (2015). *A comunidade tradicional*. Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Brasília: Conhecimentos tradicionais: conceitos e marcos legais. (Coleção Povos e Comunidades Tradicionais), Editoras Técnicas, p. 21-101.

_____ (q 2010). *A comunidade tradicional*. In: COSTA, J. B. & OLIVEIRA, C. Cerrado (Org.), Minas Gerais, Sertão, Ed. Cidade.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues & LEAl, Alessandra (2012). Comunidade Tradicional: conviver, criar, resistir. In: *Revista da ANPEGE*, v. 8, n. 9, p. 73-91, jan./jul.

BRETTAS, Luís Fernando (2018). *Do mar à mesa: a pesca e a alimentação em Arraial do Cabo entre as décadas de 1930 e 1960.* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/Centro de Pesquisa e Documentação Histórica Contemporânea do Brasil/Programa de Pós-Graduação em História, política e bens culturais/Mestrado profissional em bens culturais e projetos sociais. (Dissertação de Mestrado), 161 págs.

BRITTO, Rosyan (1999). *Modernidade e tradição – Construção da identidade social dos pescadores de Arraial do Cabo* – RJ. Niterói: EdUFF.

BUARQUE, Angela et al. (2003). Programa funerário dos tupinambás em Araruama, RJ - Sítio Bananeiras. In*: Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo: n. 13, p. 39-55.

CALIPPO, Flávio Rizzi (2010). *Sociedade sambaqueira, comunidade marítimas. Universidade de São Paulo/Museu de arqueologia e etnologia*. São Paulo: USP/MAE/Programa de Pós-graduação em arqueologia. (Tese de Doutorado).

_____ (2011). O surgimento da navegação entre os povos dos sambaquis: argumentos, hipóteses e evidências. In*: Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo: n. 21, p. 31-49.

CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE ARRAIAL DO CABO - LEI Nº. 602-A de 23 de abril de 1992 (Lei do Plano Diretor).

_____ - LEI Nº 1.512 de 30 de março de (Dispõe sobre o Uso e a Ocupação do Solo no Município de Arraial do Cabo, em consonância com o disposto na Lei do PLANO DIRETOR). Essa última Lei foi alterada pela Lei Nº. 1.715 de 04 de julho de 2011.

_____ - Lei Municipal Nº. 1.804 de 07 de maio de 2013 que rege a proteção do Patrimônio Cultural Imaterial, a pesca artesanal da cidade.

_____ - Lei Municipal Nº. 1835 de 30 de setembro de 2013 que considera como Patrimônio da Chancela da Paisagem Cultural, a pesca artesanal de Arraial do Cabo.

_____ - Lei Municipal Nº. 1.836 de 30 de setembro de 2013 que considera Patrimônio Cultural de Natureza Material e Integral, a pesca artesanal de Arraial do Cabo.

CARDOSO, Eduardo Schiavone (2003). Da apropriação da natureza à construção de territórios pesqueiros. São Paulo: *GEOUSP - Espaço e Tempo*, n. 14, p. 119 - 125.

CARNEIRO, Juliana e FRATUCCI, Aguinaldo Cesar (2018). Os trabalhadores das praias de Arraial do Cabo, RJ: um olhar a partir do território turístico. *Universidade*

Unigranrio/Revista Acadêmica do Observatório de Inovação em Turismo. Rio de Janeiro: Vol. XII, n° 2, dezembro.

CASCUDO, Luís da Câmara (2002). *Jangada uma pesquisa etnográfica*. São Paulo: Global Editora.

CHRISTOVÃO, João Henrique de Oliveira (2011). A gênese do turismo em Cabo Frio ou, de como o Sol se sobrepôs ao Sal. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho, p. 1-16.

COUTINHO, José Joaquim (1816). *Ensaio economico sobre o commercio de Portugal e suas colônias.* Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or889/or889.pdf.

CUNHA, Manuela Carneira da (2009). *Cultura com aspa*. São Paulo: Editora Cosac Naify.

CUNHA, Marcio Werneck (2004). *América de Américo*. Armação dos Búzios: Ed. Ágama.

DAMACENO, Meri (2003). *Cabistezas "Causos" do Arraial.* Rio de Janeiro: Editora Talagarça.

_____ (2006). *Guardas da memória - Cabo Frio* - Volume I. Cabo Frio: snt.

_____ (2015). *Guardas da memória - Cabo Frio* - Volume II. Cabo Frio: snt.

DEBLAISIS, Paulo et al. (2007). Sambaquis e Paisagem - Dinâmica natural e arqueologia regional no litoral do sul do Brasil. In: *Arqueologia Suramericana/Arqueologia Sul-americana*: 3 (1): 29-61.

DIEGUES, Antônio Carlos (2004). *A pesca construindo sociedades*. São Paulo: NUPAUB - USP.

_____ (2001). *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Editora Hucitec.

_____ (1995). *Povos e Mares: Leituras em Sócio Antropologia Marítima.* São Paulo: NUPAUB – USP.

_____ (1983). *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar.* São Paulo: Ática.

DIEGUES, Antônio Carlos e ARRUDA, Rinaldo S. (2001). *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Biodiversidade e Florestas; São Paulo: USP, 176 p. (Série Biodiversidade, 4)

ESCÓRCIO, Eliana & GASPAR, Maria Dulce (2005). Indicadores de diferenciação social e de gênero dos pescadores-coletores que ocupam a Região dos Lagos - RJ. In: *Cadernos do LEPAARQ - Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio*. Rio Grande do Sul, Editora da UFPEL, V. II, n$^{o.}$ 3: 46 - 64.

FERREIRA, A. B. de H. (2014). *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 5. ed. São Paulo: Positivo. Versão eletrônica.

FERREIRA, Lúcio Menezes (2002). Richard Francis Burton, os sambaquis e a arqueologia no Brasil Imperial (com tradução de textos de Burton). In*: Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo: n. 17, p. 149-168.

FIALHO, Ronaldo Miranda e FERREIRA, Maria Aparecida (2013). *Nas redes de saberes e histórias – Arraial do Cabo*. Rio de Janeiro: UNA.

FIGUTI, Levy (1993). O homem pré-histórico, o molusco e o sambaqui: considerações sobre a subsistência dos povos sambaqueiros. In*: Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo: n. 3, p. 67-80.

FONSECA-KRUEL, Viviane Stern & PEIXOTO, Ariane Luna (2004). Etnobotânica na Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, Rio de Janeiro, Brazil. In: *Acta Botanica Brasilica*: 18 (1): 177-190.

FONSECA-KRUEL, Viviane Stern et al. (2006) *Plantas úteis da restinga: o saber dos pescadores artesanais de Arraial do Cabo*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, snt.

FONTENELE, Luiz Fernando Raposo (1960). *A dinâmica dos grupos domésticos de Arraial do Cabo.* Rio de Janeiro: Serviço Social Rural,

GARCIA, Rosan de Azevedo (2012). Resgate da tradição do mestre restaurador de canoas: pesca artesanal de Arraial do Cabo. In: (Org.). CALDASSO, Liandra et al. *Governança em Reserva Extrativista Marinha*. Rio de Janeiro: PoD, 188 págs.

GASPAR, Maria Dulce (1996). Cultura: comunicação, arte, oralidade na pré-história do Brasil. In*: Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo: n. 14, p. 153-168.

_____ (1996). Análise da bibliografia sobre pescadores, coletores e caçadores que ocupam o estado do Rio de Janeiro. In*: Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo: n. 6, p. 337-367.

GASPAR, Maria Dulce et al. (2011). A sociedade sambaqueira vista através do sexo e gênero. In: *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo: n. 21, p. 17-30.

_____ (2004). Histórico e principais resultados do projeto de investigação: o aproveitamento ambiental das populações pré-histórica do Rio de Janeiro. In: *Arquivo do Museu Nacional. Rio de Janeiro*: v. 62, n. 2, p. 103-129, abr/jun.

GEERTZ, Clifford (2002). *O saber local.* Petrópolis, Vozes.

GIDDENS, Anthony (2001). *Em defesa da sociologia – ensaios, interpretações e tréplicas*. São Paulo: Editora UNESP.

GIDDENS, Anthony e TURNER, Jonathan (1999). *Teoria social hoje.* São Paulo: Editora UNESP.

GIDDENS, Anthony; BECK, Ulriche LASH, Scott (1997). *Modernidade Reflexiva – Política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Editora UNESP.

GIFFONI, José Marcello (2000). *Sal - um outro tempero ao Império (1801-1850).* Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

GOMES, Pedro Henrique Oliveira (2008). *Urbanização Perimetropolitana e a Organização Espacial das Residências Secundárias no Estado do Rio de Janeiro.* Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, realizado em Caxambu- MG – Brasil, de 29 de setembro a 03 de outubro.

GONCALVES FILHO, José Moura (2003). *Problemas de métodos em Psicologia - algumas notas sobre a humilhação política e o pesquisador participante*. In: Psicologia e Compromisso Social. (Org.) BUCK, Ana Mercês Bahia. São Paulo: Cortez, p. 193-239.

GONCALVES FILHO, José Moura (1998). Humilhação social - um problema político em psicologia. *Psicol. USP* [online]. vol.9, n.2, p.11-67. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65641998000200002.

_____ (1995). *Passagem para a Vila Joanisa - uma introdução ao problema da humilhação social.* São Paulo: Universidade de São Paulo/Instituto de Psicologia/ Pós-Graduação em Psicologia Social. (Dissertação de Mestrado), 171 págs.

GONÇALVES, Leonardo de Freitas (2007). *O mar azul de Cabo Frio: análise das atividades ligadas ao mar.* UERJ/Centro de Tecnologia e Ciência/Instituto de Geografia. (Dissertação de Mestrado), 109 págs.

GROSFOGUEL, Ramón (2016). A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. In: *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, Janeiro/abril.

GUIMARÃES, Márcia Barbosa (2011). Mudança e colapso no Litoral Fluminense: os sambaqueiros e os outros no Complexo Lagunar de Saquarema, RJ. In*: Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo: n. 21, p. 71-91.

_____ (2003). Revisitando conceitos: a estrutura social dos pescadores-coletores pré-coloniais. In*: Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo: n. 13, p. 261-267.

HALBWACHS, Maurice (2006). *A Memória Coletiva.* São Paulo: Centauro Editora.

HALL, Stuart (2000). *A identidade cultural na Pós-modernidade*. Rio de Janeiro; DP&A.

HANSSER, Guttorm (1988). *Cabo Frio – dos Tamoios a Álcalis.* Rio de janeiro: Achiamé.

HONNETH, Alex (2003). *Luta por reconhecimento – a gramática moral dos conflitos sociais.* São Paulo: Editora 34.

HUTTER, Lucy Maffei (s/data). Cabo Frio: ponto de referência para a navegação no Atlântico Sul, desde o Século XVI. Portugal/Coimbra: In: *Revista da Universidade de Coimbra*. Instituto de Estudos Brasileiros/Universidade de São Paulo (mimeo).

IPHAN/DEPAM (2011). *Projeto Barcos do Brasil - Diretrizes para um Plano de Preservação e Valorização do Patrimônio Naval de Arraial do Cabo (RJ),* março. Disponível em: portal.mda.gov.br/o/440060.

IPHAN/Instituto do Patrimônio, Histórico e Artístico Nacional (2011). *Projeto Barcos do Brasil/DEPAM - Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização*. Diretrizes para um Plano de Preservação e Valorização do Patrimônio Naval de Arraial do Cabo (RJ), março, 29 págs.

_____(2010). *Projeto Barcos do Brasil/DEPAM - Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização*. Relatório do Levantamento de Campo realizado nas localidades de Cabo Frio e Arraial do Cabo (RJ), março e abril, 28 págs.

_____(2010). *Projeto Barcos do Brasil/DEPAM - Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização.* Cadastramento e diagnóstico de embarcações tradicionais brasileiras: Indiaroba e São Cristóvão/SE; Cabo Frio e Arraial do Cabo/RJ e Camamu/BA, setembro, 48 págs.

JACOB, Christian (2012). Retorno aos lugares de saber. In: *Revista da UFMG.* Belo Horizonte: v, 19, n. 1, p. 206-227, jan-dez.

JORDÃO, Ana Carolina (2011). *A atividade turística na cidade de Cabo Frio a partir do olhar da população local.* Niterói: Universidade Federal Fluminense/Faculdade de

Administração, Ciências Contábeis e Turismo/Departamento de Turismo (Tese de Mestrado), 117 págs.

KNEIP, Lina Maria (1976). *Coleção Museu Paulista – série Arqueologia. Vol. 02*. São Paulo: Edição do fundo de pesquisas do Museu Paulista da Universidade de São Paulo.

_____ (2009). A utilização de plantas pelos pescadores, coletores e caçadores pré-históricos da Restinga de Saquarema, Rio de Janeiro, Brasil. In: *Rodriguésia.* Rio de Janeiro: 60 (1): 203-210. Pesquisa vinculada ao projeto "Culturas Pré-históricas do Município de Saquarema, RJ". Notas de pesquisas escritas por Viviane S. Fonseca Kruel.

LA BOÉTIE, Étienne de (2006). *Discurso sobre a Servidão Voluntária*. Versão para eBookLibris/eBooksBrasil. Disponível em: http://www.culturabrasil.org/

LAMEGO, Alberto (1940). *O homem e o brejo*. Rio de Janeiro: Ed. Litador Ltda.

_____ (1944). *O homem e a restinga*. Rio de Janeiro: Ed. Litador Ltda.

_____ (1946). *Milagrosa da Virgem Aparecida de Cabo Frio.* Rio de Janeiro: Imprensa nacional.

LANZIOTTI, Marcelo (2010). Tipologia da canoa monóxila do estado de Santa Catarina. Rio de Janeiro: In: *23º. Congresso Nacional de Transporte Aquaviário, Construção Naval e Offshore*, 25 a 30 de outubro. 15 págs.

LESSA, Andrea & CARVALHO, Claudia (2015). Marcadores de estresse ocupacional, atividade cotidianas, ambiente e escolha culturais: uma discussão sobre estilo de vida diferenciados em três sambaquis do litoral fluminense. In: *Boletim do museu Paraense Emilio Goeldi Ciências Humanas*. Belém: v. 10, n. 2, p. 489 - 507, maio - ago.

LESSA, Andrea & COELHO, Izaura (2010). Lesões vertebrais e estilo de vida diferenciados em dois grupos sambaquieiros do litoral fluminense. In: In*: Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo: n. 20, p. 77 - 89.

LÉVI-STRAUSS, Claude (1997). *O pensamento selvagem*. Campinas, SP: Papirus.

LÉRY, Jean de (2007). *Viagem à terra do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia.

LIMA, Patrícia Aparecida B. O. (1993). *A atividade pesqueira em Arraial do Cabo: uma avaliação da sua importância para a gestão do território.* Rio de Janeiro: Universidade do Rio de Janeiro/Instituto de Geociência (Dissertação de Mestrado), 257 págs.

LINS JUNIOR, Hamilton (2015). *Arqueologia marítima: a evolução da canoa monóxila em Pernambuco, Brasil (Séc. XVI - XX).* Recife: Universidade Federal de Pernambuco/Centro de Filosofia e Ciências Humanas/Programa de Pós-Graduação em Arqueologia. (Dissertação de Mestrado), 117 págs.

LOPES, Accioly (1963). *Candango no Arraial.* Rio de Janeiro: Editora Leitura.

LUIJK, Nicky van (2017). *Transmissão do conhecimento etnobotânico sobre as plantas úteis da Restinga, Arraial do Cabo, RJ.* Trabalho de Conclusão de Curso/Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia *campus* Arraial do Cabo/Ciências Ambientais em Áreas Costeiras.

MALDONADO, Simone Carneiro (1993). *Mestres e mares - Espaço e Indivisão na Pesca Marítima*. São Paulo: ANNABLUME (Série Universitária, 7).

MARTINS, José de Souza (1993). *A chegada do estranho*. São Paulo: Editora Hucitec.

_____ (1997). *Fronteira - A degradação do Outro nos confins do humano.* São Paulo: Editora Hucitec.

MASSA, Hilton (1996). *Cabo Frio: Nossa Terra, Nossa Gente...* Rio de janeiro: Dinigraf.

MASSOLA, Gustavo e SVARTMAN, Bernardo (2018). Enraizamento. In: *Psicologia Ambiental – conceito para a leitura da relação pessoa-ambiente.* (Orgs). CAVALCANTE, Sylvia e ELALI, Gleice. Petrópolis - RJ: Vozes.

MOREIRA, Luiz Guilherme & MOURA, José Francisco (2020). *História de Cabo Frio - dos sambaquieiros aos cabo-frienses (c. 3.720 a. C. - 2020).* Cabo Frio: Editora Sophia.

MOREIRA, Luiz Guilherme & FERNANDES, Rose (2018). *Cabo Frio e a pesca da baleia na Ponta dos Búzios (Séculos XVIII e XIX).* Cabo Frio: Editora Sophia.

NORA, Pierre (1993). *"*Entre Memória e História. A problemática dos lugares". Projeto História. São Paulo: *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados e do Departamento de História da PUC-SP*, nº. 10, (Dezembro).

PEREIRA, Olegário et al. (2017). A colonização portuguesa na região de Cabo Frio (Rio de Janeiro, Brasil) e o desenvolvimento da atividade piscatória. In: *Revista Portuguesa de História*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra/XLVIII, p. 151-173.

PEREIRA, Walter Luiz (2010). Vagas da modernidade: a Companhia Nacional de Álcalis em Arraial do Cabo (1943-1964). In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 46, p. 321-343, julho-dezembro.

_____ (2010). História e Região: Inovação e industrialização na economia fluminense. In: *Revista de História Regional*. Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa: 15 (2), p. 184-210.

_____ (2009). *Cabo das tormentas e vagas da modernidade: uma história da Companhia Nacional de Álcalis e de seus trabalhadores. Cabo Frio (1943-1960).* Niterói - RJ: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (Tese de Doutorado).

PERRONE-MOISÉS, Beatriz & SZTUTMAN, Renato (2010). Notícias de uma certa Confederação Tamoio. In: *Mana*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - PPGAS-Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ:16 (2): p. 401-433.

PRADO, Simone. M. (2002). *Da anchova ao salário mínimo: uma etnografia sobre injunções de mudança social em Arraial do Cabo.* Niterói: EDUFF (Coleção Antropologia e Ciência Política, v. 28).

_____ (2000). A propósito da Reserva Extrativista de Pesca Artesanal Marinha de Arraial do Cabo/RJ. Quando as minhocas vivem de peixes, 'Ser cabista é ser pescador'. In: *XXII Reunião Brasileira de Antropologia. Fórum de Pesquisa 3: "Conflitos socioambientais e Unidade de Conservação"*. Brasília: julho, 19 págs. (mimeo).

RAMÃO, Felipe de Souza (2016). As residências secundárias e a exploração da praia: o eixo Cabo Frio-Arraial do Cabo-Armação dos Búzios no Estado do Rio de Janeiro. In: *XVIII Encontro Nacional de Geógrafos*. São Luís/MA, de 24 a 30 de junho, p. 1-11.

RIBARIC, Roberto Adrian et al. Conhecimento tradicional, território de pesca e pesqueiros em Arraial do Cabo - Rio de Janeiro - Apontamentos metodológicos e conceituais. São

Paulo: *NUPAUB/USP - Núcleo de estudo sobre áreas úmidas e populações humanas* (versão de 23 de junho de 2019).

RIBEIRO, Flávia e MOREIRA, Luiz Guilherme (2017). *Cabo Frio – 400 anos de história – 1615-2015*. Brasília: IBRAM.

SAINT-HILAIRE, Augusto (1974*). Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da USP.

SAMPAIO, Priscila Barreto (2006). *Mar de conflitos: as diferentes formas de organização política dos pescadores "artesanais".* Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA. (Dissertação de Mestrado), 169 págs.

SANTOS, Boaventura de Sousa (2019). *O fim do império cognitivo - a afirmações das epistemologias do Sul*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

_____(2001). *Pela mão de Alice - O social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez.

_____(2001). *A Crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da experiência – para um novo senso comum – a ciência, o direito e a política na transição paradigmática.* São Paulo: Cortez.

SANTOS, Boaventura de Sousa e MENESES, Maria Paula (2009). (Org.). *Epistemologia do Sul*. Portugal/Coimbra: Almedina/CES.

SANTOS, Boaventura de Sousa et al (2008). (Org.). *Conhecimento prudente para uma vida descente – "Um discurso sobre ciência" revisitado*. São Paulo: Cortez.

SCHEEL-YBERT, Rita (1999). Paleoambiente e paleoetnologia de populações sambaqueiras do sudeste do estado do Rio de Janeiro. In: *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo: 9: 43-59.

SCHEEL-YBERT, Rita et al. (2009). Considerações sobre o papel dos sambaquis como indicadores do nível do mar (On the role of shell mounds as paleo-sea-level indicators). In: *Quaternary and Environmental Geosciences*, 01 (1): 03-09.

_____ (2003). Novas perspectivas na reconstrução do modo de vida dos sambaqueiros: uma abordagem multidisciplinar. In: *Revista Arqueologia*. Rio de Janeiro: n. 16: 109-137.

SILVA, Igor Luiz (2014). *As margens do São Francisco: um olhar antropológico sobre os mestres e fazedores de canoas na cidade de Pão de Açúcar - Alagoas*. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe/Núcleo de Pós-graduação e Pesquisa em Antropologia - NPPA. (Dissertação de Mestrado), 120 págs.

SOUZA, Gabriel Soares de. (1972). [1851]. *Notícias do Brasil - Comentários e notas de Varnhagen, Pirajá da Silva e Edelweiss.* São Paulo: Departamento de Assuntos Culturais do MEC, MCMLXXIV.

SOUZA, Luiz Carlos de (1976). *Maralto (relato de uma pesca perigosa).* Rio de janeiro: Editora Civilização Brasileira.

STADEN, Hans (1942). *Duas viagens ao Brasil - arrojadas Viagens ao Brasil entre os antropófagos do Novo Mundo (Livro Primeiro: As viagens; Livro Segundo: A terra e seus habitantes).* São Paulo: snt.

STADEN, Hans (2009). *Duas viagens ao Brasil: Primeiro registros sobre o Brasil.* (Introdução de Eduardo Bueno/Tradução Angel Bojadsen). Porto Alegre - RS: L&PM.

SVARTMAN, Bernardo (2010). *Trabalho e desenraizamento operário: um estudo de depoimentos sobre a experiências de vida da fábrica*. Programa de Pós-graduação em Psicologia Social/Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. (Tese de Doutorado).

TENÓRIO, Maria Cristina (2003). *O Lugar dos Aventureiros: identidade, dinâmica de ocupação e sistema de trocas no litoral do Rio de Janeiro há 3500 anos antes do presente*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofias e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul para a obtenção do título de Doutor em Arqueologia. (Tese de Doutorado).

_____(2004) Identidade cultural e origens dos sambaquis. In: *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia.* São Paulo: 14, 169-178.

TENÓRIO, Maria Cristina et al. (2010). Arqueologia do Arraial do Cabo – com foco nos sítios da Ilha de Cabo Frio. In: *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia.* São Paulo: 20, 127-145.

_____ (2008). Dinâmica de ocupação, contatos e trocas no litoral do Rio de Janeiro no período de 4000 a 2000 anos antes do presente. In: *Arquivo do Museu Nacional. Rio de Janeiro*: v. 66, n. 2, p. 311-321, abr/jun.

THEVET, André (1944). *Singularidade da França Antarctica.* São Paulo: Companhia Editora Nacional.

TUAN, Yi-fu (1980). *Topofilia – um estudo da percepção, atitudes e valores do Meio Ambiente.* São Paulo: Difel.

TURRINI, Jullia (2015). *Memória e História do Trabalho e da Educação: imagens e narrativas de resistência do Instituto Politécnico da UFRJ.* Niterói: Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense/Campo de Confluência: Trabalho e Educação. (Dissertação de mestrado), 130 págs.

VALE, Edênio e QUEIRÓS, José (1984). (Org.). *A cultura do povo.* São Paulo: Cortez Editora/Instituto de Estudos Especiais.

VIANA, Virgílio (2000). "Envolvimento sustentável e conservação das florestas brasileiras" In: DIEGUES, Antônio Carlos e VIANA, Virgílio. *Comunidades tradicionais e manejo dos recursos naturais*. São Paulo: NUPAUB–USP.

VILLAGRAN, Ximenas (2013). O que sabemos dos grupos construtores de sambaquis? Breve revisão da arqueologia da costa do sudeste do Brasil, dos primeiros sambaquis até a chegada da cerâmica Jê. In*: Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo: n. 23, p. 139-154.

WAGNER, Gustavo Peretti (2013). Maritimidade, haliêutica e a arqueologia dos sambaquis. In: *Revista tempos acadêmicos, Dossiê Arqueologia Pré-Histórica*, nº. 11, Criciúma, Santa Catarina.

WEIL, Simone (2001). *O enraizamento*. Bauru – SP: EDUSC.

ZALUAR, Amélia & PIMENTEL, Celia (1978). *As guardiãs da renda - Rendeiras de Bilro no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: INEPAC – Instituto Estadual do Patrimônio Cultural/Divisão do Folclore. Snt. 48 págs.

GLOSSÁRIO

Agentes da popa e da proa - Peças de madeiras compostas por duas hastes pequenas colocadas e fixadas, em paralelo, no casco interno da *canoas de boçarda* com a função de separar - por uma placa móvel de madeira - a área de colocação dos cabos dos das redes. Os mesmos ficam rentes, e abaixo dos bancos da proa e da popa.

Apetrecho ou petrecho - São distintos, diversos e multiplos os utensílios, ferramentas e equipamentos ou qualquer instrumento para exercer os ofícios e as maestrias usais nas pescarias. Por exemplo, têm-se as distintas tipologias e qualidades de linhas, agulhas, anzóis, zangarejos, cuias, cunhas, âncoras (aço inox), "sarricos", "puçás", "garáteia", "toleteiras" e remos, entre outros, usados na pesca tradicional de arrasto de beiras de praia ou na rede de redinha de lula e/ou mesmo no uso de tecnologias como nos aparelhos usados em embarcações motorizadas (sonar ou sondas). Além disso, se diferenciam como bens culturais materiais e imateriais úteis e utilizados nos distintos territórios da pesca ou/e nos cantos de praias. Seja nas pescarias realizadas nas áreas das lagoas, embocaduras dos rios e nos fundos de enseadas com uso de técnicas e instrumentos tais como as armadilhas fixas como a "espera" e os "currais", "estacadas" e "redes de gancho" (ou de "gancheia") além de redes de "puçás", redes de caudas (ou de dois calões) e/ou redes de balão, seja nos usos das redes de traineiras no mar de fora, no mar aberto ou no mar alto e/ou na pesca de linhas nos costões e mesmos nos arrastos ou cercos a beira de praia para à captura de determinadas espécies de peixes e de crustáceos nas safras, ciclos ou épocas do ano.

Ardentia - Em noites escuras (sem lua) as mantas ou os cardumes de peixes se juntam em movimentos aleatórios e frenéticos que brilham ao produzirem luminescência na superficíe da água do mar. Este fenômeno de dia se chama "avelado" ou "formado". Se diz assim, quando os peixes ficam na superfície (ocultos, escondidos, encobertos e dissimulados) e formam manchas de tons escuros aos avermelhados dentro d`água. O termo "velar" significa, também, permanecer em vigia e em sentinela para o vigiar e o espiar os *peixes de passagens*.

Asa na popa - Peças de madeiras extensivas na popa das *canoas de boçarda* que ajuda o mestre da canoa nas manobradas de navegação para o cerco, e quando se joga a rede ao mar.

Beque da proa - Peça de madeira fixada na ponta da proa que serve como guia de navegação. Sua maior serventia, ao ancorar, é em prender o cabo da âncora (aço de inox) sobre o mesmo, fazendo o "laço laís de guia". Laço fácil de fazer e de desfazer, nas situações de pesca.

Boçarda - Travessão curvo de madeira colocados na parte frontal do beque da proa das *canoas de boçarda*, estando perfilados e contíguos lado à lado das duas bordas. Geralmente, os mesmos são feitas com galhos curvos de saputiaba (árvore milenar da restinga).

Cacimba - Era uma prática secular em Arraial do Cabo e na região de se retirar água em determinada beira de praia e/ou na área da restinga, a menos de 50 cm de profundidade. A mesma podia ser uma prática tão arcaica, pretérita, prosaica, ordinária e cotidiana, enquanto legado tradicional dos povos dos sambaquis e dos povos e grupos ameríndios, que atravessou séculos e milênios. Havia várias "cacimbas" na cidade, até os anos de 1960, nas praias de Arraial do Cabo! Em poucas linhas, o procedimento consistia em cavar até encontrar o lençol freático, a poucos centímetros da areia fina de uma área de praia limpa. Brotando as primeiras águas turvas no solo escavado, deixa-se assentar para depois polvilhar devagarinho com uma das mãos o punhado pequeno de areias finas sobre, ao redor e ao centro da poça d'água assentada. Até que, ao fundo do solo, a mesma se assente e se aquiete e, assim, possa brotar a água limpa, fresca e transparente. Essa complexa tecnologia social, maestria e sabedoria

tradicional era recorrente no ajuntamento rotineiro e diário de mulheres e crianças para com as "cacimbas de água para beber", ao recolhê-las em latões de águas de 20 litros, e para com as "cacimbas de lavar as roupas", ao corar e estendê-las nas areias limpas das praias locais. E, tempos atrás, grupos de mulheres, moradoras e esposas de pescadores adentravam a Restinga de Massambaba em busca de lenhas e madeiras para uso caseiro e para venda no comércio local e faziam uso das "cacimbas" quando necessário.

Caixas das toleteiras - Peças de madeiras fixadas nas bordas internas com dois furos e que recebem as "toleteiras". Sem as mesmas, não há como trabalhar com os remos da proa, contraproa, ré e contra ré.

Coberta - Estrutura de madeiras formando "telhado" coberto por placas de compensados naval e/ou de metal (zinco) e posta acima das bordas das *canoas de boçarda* entre o banco do meio, em direção à popa, e que serve para proteger e guardar os cabos e as redes de pesca das intempéries quando "encalhadas" (recolhidas e guardadas ao relento) à beira da praia nos portos das canoas.

Comedia - Termo que designa "comedoria" ou o mesmo quer dizer "local onde os peixes se alimentam". Geralmente são áreas marinhas abundantes de peixes, como a manjuba ou sardinha, que se batem ou pulam na água quando perseguidos por bonitos, xereletes, cavalas, anchovas, entre outros. Para as outras espécies terrestres é a variante de termos como pastar ou repasto, e mesmo como pastorear ou pastoreio.

Casaria (ou Convés) - São como "tetos em formato de laje" de madeira para a proteção contra a chuva e o sol e a guarda de petrechos da pesca nas embarcações de pequeno a grande porte. As mesmas são construídas com essa finalidade e acompanham os layouts das embarcações quando compradas ou quando feitas, adaptadas e fixadas com cola e pregos para navegarem no mar aberto, no mar de fora ou no mar alto como nos barcos de casarias e/ou nas traineiras. As *canoas de boçarda* possuem "cobertas", removível, na maioria das vezes feitas de madeiras, posta acima das bordas das canoas, exclusivamente quando "encalhadas" a beira das praias, rampas e nos portos das canoas para a proteção dos petrechos da pesca.

Cavernas - Peças de madeiras pequenas e côncavas colocadas internamente ao longo do bojo e no casco interno da *canoa de boçarda* como se fosse uma estrutura na forma de "esqueleto". As mesmas são feitas quando a canoa é aberta ao meio, de uma ponta a outra.

Dormentes dos bancos - Peças em madeiras usadas para segurar como suporte dos "paineiros" do beque e da proa além dos bancos do meio, da proa, contraproa, contra ré e ré.

Espelho de popa - Peça em madeira que segura a parte da popa com a asa, além de servir como travamento, extensão e complemento da borda da canoa.

Forcadas (ou Calões) - As mesmas têm a função de manter submersa a rede, não permitindo que nem a tralha (cabo) da cortiça nem a tralha do chumbo rodem e se embaralhem ao serem puxadas no cerco de praia. São feitas artesanalmente de uma madeira reta e resistente retirada da restinga e que têm o formato de cabo redondo e comprido de até 1,50m, levemente mais fino na parte da tralha da cortiça e mais grosso no chumbo. De cada cabo redondo e comprido de madeira - que compõem as partes simétricas e finais da rede - saem dois cabos de náilons, juntados e fixados, nas suas extremidades, designados de "cabo da beta". Estes, em cada uma das duas "forcadas (ou calões)", em junção em "V" (dispostos horizontalmente), saem como "rabichos" de quase 2m de comprimento com espessura de 1 polegada a ser amarrado ao "cabo de beira de praia" pelo cabeiro. Antigamente, as tralhas da cortiça e do chumbo eram

feitas de cipó Imbé. Hoje, as mesmas são de náilons. Geralmente, cortam-se na restinga galhos de ipê, pau-cachorro, imbuia ou maçaranduba para se fazer as "forcadas (ou calões)".

Garáteias - Artefato artesanal feito de até 8 tarugos de ferro (vergalhão de obra) juntados por solda, postos, dentro de um cano de metal com até 60cm de altura, e encurvados nas pontas com a função de âncora nas pescarias de "gancho" e do "caxangá". Usa-se simultaneamente - nestas duas técnicas de pesca - várias "garáteias" que são fixadas e amarradas, ao longo das redes de pesca específicas, ora nas proximidades das pedras ou ora na canoa para conter os repuxos e movimentos das correntes marinhas. As "garáteias" têm, também, extensões feitas de material achado e reutilizado nas praias (isopor, corda, náilon, pano de rede) ou mesmo sobras das redes ou panos (fios) de seda existentes nos paióis. As boias artesanais das "garáteias" têm vários formatos e são envolvidas nas malhas da rede e presas por nós comuns (nós de pinha, trançados ou nós de pescador), com um cabo de náilon prolongado, em "rabicho", de até 1,50m.

Mãos dos bancos - Peças em madeiras usadas para segurar e fixar as bordas da canoa. As mesmas ficam presas, acima dos bancos da proa e do meio. Estes bancos têm a função de "segurar" e "travar" e não deixar "abrir" o casco das canoas.

Mestra - Pequenas madeiras roliças (tarugo) fixadas em várias partes da futura canoa monóxila (de um tronco só), quando adquiridas ou compradas. As mesmas servem de referências - concebidas por *mestre canoeiros*, nas "puxadas de canoa" - quanto às medidas, espessuras, volumes e curvaturas ao longo da extensão do tronco retirados das matas.

Paineiros – Placas toscas de madeiras assentadas na proa e na popa que servem para a proteção da canoa ao relento.

Porfiar - Este termo remete ao saber-fazer uma rede artesanal. Há uma sabedoria tradicional em "botar", conceber, construir e formar uma rede da pesca de arrasto de beira de praia na sua totalidade, inteireza e completude para que a mesma esteja alinhada, simetrica e proporcional as suas medidas, tamanhos e comprimentos. "Porfia" (costurar ou guarnecer com fios) se faz quando se está "botando", montando e/ou reformando a rede. Já "remendar" partes de uma rede - quando rasgada por peixes com dentes - não é a mesma coisa que "porfia" uma rede completa. Uma rede de arrasto grande é dividida em partes simétricas com fios de náilons, malhas ou panos de seda com dimensões distintas e diferenciadas por praia. Só se pode "porfia" com a rede molhada a partir de três qualidades (grossuras) de fios com tamanhos, espessuras, medidas e comprimentos distintos para assim formar a "manga", os "encontros" e o "copio" com as respectivas tralhas (cabos) da cortiça e do chumbo, em paralelos, ao longo da rede e presos aos extremos por duas "forcadas (ou calões)". Inclusive, ao "entralhar" as linhas de naílons na tralha da cortiça e na tralha do chumbo. No meio da rede fica o "capitão", que é uma boia vermelha que sinaliza essa posição na rede aberta sobre a lâmina d'água. O copio é a parte central da rede e tem formato de saco alongado, onde o peixe fica retido e é capturado.

Por exemplo, ao trabalhar as malhas da "manga" seus fios serão de 45 a 50 mm, os "encontros", nos panos grossos, poderão ter malhas de 30 a 35 mm, e o "copio", de 18 a 20 mm, por ter malhas pequenas. Uma rede de pesca grande pode ter de 350 a 400m (ou aproximadamente 300 braças de comprimento), com um total de 400 cortiças e uns 50kg de chumbos (em rodelas). Nas praias do Pontal e da Prainha, as redes vão até 15m de profundidade. Já na Praia Grande, chega-se a 12m de profundidade. Na Ilha de Cabo Frio (ou do Farol) e nas Prainhas do Pontal do Atalaia, as redes podem chegar até 17m de profundidade.

Patilhas - Peças de madeiras na proa e na popa com a função de proteção do casco da canoa, caso a mesma venha bater em uma pedra ou ferragem. A mesma ajuda à cortar as ondas, e facilita as remadas como se fossem quilhas.

Remos da canoa - São classificados em remo de proa, contraproa, contrarré e ré (todos, com 14 palmos) e o remo do mestre da canoa (até 10 palmos). O mestre da canoa trabalha em pé, em cima do "paineiro" da popa. Na sequência da remada, os remos devem ficar a 04 palmos para dentro da canoas e os 10 palmos restantes ficam dentro d`água. Não se rema nem muito ao fundo, nem muito acima, da superfície da água. E só se usa na remada, a pá do remo. Se usar a mais da medida da pá, além de atrasar a velocidade da canoa, atrapalha os outros remadores. Geralmente, os cincos remos são feitos de uma única madeira que boia como angelim, imbuia ou canela.

Rombo - São duas bases de madeiras finas e compridas, em paralelo, sob o casco externo e ao fundo das canoas (da proa a popa) e que servem para deslizar os dois "canos galvanizados", de 2 polegadas cada um medindo de 1,20 a 1,50cm de comprimento, para as canoas grandes ou de 2 toras de madeira ou PVC, com mais de 4 polegadas por 1,20 a 1,50cm de comprimento, para as canoas pequenas. Nas situações de pesca, na entrada e saída da beira de praia, estes roletes de aço fazem as *canoas de boçarda* deslizarem sobre 4 (quatro) barras de "madeiras toscas de eucaliptos" - dispostas na areia da praia - com até 5m de comprimento e de 2 polegadas de diâmetro.

Em meados da década de 1980, o sistema de deslocamento horizontal das *canoas de boçarda* chamado de "vai-e-vem" - subir e descer a canoa da/para a beira de praia em ziguezague - foi substituído pelo sistema de deslocamento vertical, com o uso do atual trilhos com roletes de aço para as canoas grandes ou de madeira e/ou PVC para as canoas pequenas de redinha de lula. No sistema antigo de deslocamento, a canoa deslizava em ziguezague através de três guias de madeiras - podendo ser de ipê, carne-de-vaca e/ou canela - com até cinco metros de comprimento, roliças e finas, postas de maneira alternada e de forma sucesiva abaixo do *rombo* da canoa. Parece que esta mudança de padrão no deslocamento das canoas deve ser uma das consequências dos intensos usos das beiras das praias por banhistas (moradores, visitantes e turistas) na frente dos "portos de canoas", com suas áreas de embarque e desembarque das *canoas de boçarda*. Fazer o ziguezague requer uma área livre de obstáculos em movimentos laterais e horizontais à beira de praia. Diferentemente dos roletes, que pedem o movimento verticalizado, cômodo, racional e direcionado da terra (beira de praia) para a beira do mar (e vice-versa), embora ainda haja conflitos com banhistas, ambulantes e com as cadeiras, mesas e guarda-sóis postos por donos de quiosques.

Toleteiras - São quatro peças fixadas nas 4 (quatro) "caixas das toleteiras". Cada "toleteira" é feita de duas hastes de madeiras de uns 15cm, em paralelo, enroladas em sobras de panos e fios de redes. As mesmas têm a função de evitar o desgaste dos remos nas bordas da canoa, decorrente do movimento das remadas, além de ajudar no equilíbrio dos remadores sobre a canoa.

Torno – Pequeno orifício na proa do casco que serve para vazar o excesso de água que entra na canoa. O mesmo é tampado com uma cortiça roliça e pequena, na situação de pesca. Quando a canoa é "encalhada" à beira da praia sobre os roletes de aço ou nas toras de madeira ou PVC, todos travados, entre as cunhas e os trilhos das "guias de eucaliptos", retira-se o "torno" para vazar a água do mar.